

**TÓPICOS EM HISTORIOGRAFIA  
DA LINGUÍSTICA:**  
das Práticas Linguísticas à  
Meta-Historiografia



*Organizadoras*

Marli Quadros Leite

Maria Mercedes Saraiva Hackerott

Cínthia Cardoso de Siqueira

publicações  
**BBM**

**TÓPICOS EM HISTORIOGRAFIA  
DA LINGUÍSTICA:**  
das Práticas Linguísticas à Meta-Historiografia

*Organizadoras*

Marli Quadros Leite

Maria Mercedes Saraiva Hackerott

Cíntia Cardoso De Siqueira

publicações  
**BBM**



REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento Arruda



PRÓ-REITORA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Marli Quadros Leite

PRÓ-REITOR DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Hussam El Dine Zaher



DIRETOR FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS  
HUMANAS

Paulo Martins

VICE-DIRETORA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Paula Torres Megiani



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM LETRAS E LINGUÍSTICA

Silmara Dela Silva (UFF)

Marcos Luiz Wiedemer (UERJ) (Biênio 2021-2023)



DIRETOR

Alexandre Macchione Saes

VICE-DIRETOR

Hélio de Seixas Guimarães

PUBLICAÇÕES BBM

Plinio Martins Filho

Graciele Carnevale

Isabella Ferreira

© 2024, by Marli Quadros Leite, Maria Mercedes Saraiva Hackerott,  
Cíntia Cardoso de Siqueira

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisão por pares.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP)

*Tópicos em Historiografia da Linguística: Das Práticas Linguísticas À Meta-Historiografia* / Marli Quadros Leite; Maria Mercedes Saraiva Hackerott; Cíntia Cardoso de Siqueira (orgs.). - 2. ed. - São Paulo: Publicações BBM, 2024.  
400 p. : il. ; 21 x 29,7 cm

ISBN 978-65-87936-33-8

1. Historiografia 2. Linguística 3. Historiografia Linguística 4. Estudos gramaticográficos 5. Estudos Meta-Historiográficos  
I. Organizadores. II. Título.

CDD: 907.2

Bibliotecária: Jeanne B. Lopez, CRB-8/7268

Rua da Biblioteca, 21 – CEP: 05508-065  
Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil  
E-MAIL: [bbm@usp.br](mailto:bbm@usp.br) / TEL.: (11) 2648-0320

Revisão: Autores

Capa e diagramação: Isabella Ferreira

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>I. Estudos Gramaticográficos.....</b>	<b>9</b>
1. “Letra é Figura De Voz”: Anotações Sobre as Relações entre a Ortografia e a Fonologia.....	10
<i>José Borges Neto</i>	
2. Um Tratado Gramatical Português do Final da Idade Média: Os Notabilia Alcobacenses .....	44
<i>Alessandro Beccari</i>	
3. <i>Ianua Linguarum</i> : de Roboredo (1619) a Comenius (1631).....	77
<i>Marli Quadros Leite e Cíntia Cardoso de Siqueira</i>	
4. Gramaticografia Latina no Brasil: Apontamentos Iniciais .....	140
<i>Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva Dos Santos</i>	
5. Percurso das Regras de Concordância Verbal em Gramáticas da Língua Portuguesa: Estilo, Variação e Abordagem Formal.....	175
<i>Lorenzo Vitral</i>	
6. A Colocação Pronominal em Autores Diversos do Final do Século XIX: Revisitando a Questão em sua Dimensão Histórica.....	224
<i>Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos e Raimunda da Conceição Silva</i>	
<b>II. Estudos Meta-Históricográficos.....</b>	<b>263</b>

1. Historiografia Linguística Decolonial.....	264
<i>Olga Coelho</i>	
2. Dimensões da Pesquisa em Historiografia Linguística.....	287
<i>Ronaldo de Oliveira Batista</i>	
3. Historiógrafo da Linguística: Referências Teórico-Methodológicos.....	333
<i>Neusa Barbosa Bastos e Nancy Casagrande</i>	
4. Konrad Koerner e Pierre Swiggers: suas Contribuições para a Historio- grafia Linguística.....	355
<i>Dieli Viesaro Palma e Marilena Zanon</i>	
<b>Sobre os Autores.....</b>	<b>395</b>

## Apresentação

O GT de Historiografia da Linguística Brasileira desde sua proposição apresentada para o Conselho da ANPOLL em 1995 e sua ratificação na Assembleia Geral do XI Encontro Nacional da ANPOLL (João Pessoa, 1996) buscou o estabelecimento e a divulgação da área nos programas de pós-graduação brasileiros. O reconhecimento acadêmico da Historiografia Linguística é constatado tanto pelo imenso número de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na área, quanto pelos inúmeros trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e publicados em artigos de periódicos nacionais e internacionais. O presente e-book é mais uma ação de fortalecimento da área promovida pelo GT ao dar visibilidade a trabalhos realizados no biênio 2021-2023. São dez estudos desenvolvidos por pesquisadores de nove universidades em cinco estados brasileiros: José Borges Neto (UFPR); Alessandro Beccari (UNESP/Assis); Marli Quadros Leite e Cíntia Cardoso de Siqueira (USP); Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos (UFF); Lorenzo Vitral (UFMG), Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos e Raimunda da Conceição Silva (UFPI); Olga Coelho (USP); Ronaldo de Oliveira Batista (UPM); Neusa Barbosa Bastos e Nancy Casagrande (PUC-SP/UPM); Dieli Vesaro Palma e Marilena Zanon (PUC-SP).

Os artigos que compõem este e-book estão organizados em duas partes: a primeira, intitulada Estudos Gramaticográficos, reúne seis pes-

quisas que tratam como o conhecimento sobre a língua e a linguagem vem sendo analisado no decorrer do tempo, e a segunda parte, Estudos Meta-Historiográficos, apresenta quatro pesquisas que cumprem a tarefa crítica de avaliar os discursos historiográficos levando em consideração as abordagens metodológicas e epistemológicas, bem como a tarefa metateórica de refletir sobre o objeto, o status e a justificativa da Historiografia Linguística.

Ao longo dos trabalhos, percebe-se a coerência teórica e metodológica que fundamentam as pesquisas do grupo. Assim, Tópicos em Historiografia da Linguística: das Práticas Linguísticas à Meta-Historiografia inserem o leitor no vasto campo de atuação na área instigando-o a novas reflexões acerca dos conhecimentos linguísticos.

Marli Quadros Leite

Maria Mercedes Saraiva Hackerott

Cíntia Cardoso de Siqueira



*I. Estudios  
Gramaticográficos*

# 1



## “*Letra É Figura De Voz*”: Anotações Sobre As Relações Entre A Ortografia E A Fonologia

JOSÉ BORGES NETO<sup>1</sup>

### ESCRITA ALFABÉTICA: FONOLOGIA E ORTOGRAFIA

Ao apresentar uma história da noção de fonema, David Jones sugere que uma primeira “intuição fonêmica” já estava presente nos sistemas de escrita alfabéticos. Em suas palavras: “[É] natural que nas primeiras tentativas de representar suas línguas por meio de um alfabeto os homens as escrevessem fonemicamente”<sup>2</sup>. Certamente, uma noção rudimentar, difusa e intuitiva, de fonema surgida da percepção de que diferenças nos sons da fala correspondiam a diferenças nas expressões (nas “palavras”, para simplificar) e que, na escrita, essas diferenças nos sons deveriam corresponder a diferenças nos sinais gráficos.

1. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), borgesnetojose@gmail.com.

2. David Jones, “The History and Meaning of the Term ‘Phoneme’”, *Le Maître Phonétique*, Supplement, p. 17, 1957.

Essa associação entre um determinado som da fala e um sinal gráfico vai ser captada na noção de letra (*littera*, em latim, *gramma*, em grego). Como lemos em Coseriu:

[*L*]ittera é, a rigor, na linguística mais antiga, a unidade fônica, na medida em que pode ser representada por uma letra e, ao contrário, a unidade gráfica, na medida em que corresponde a uma determinada unidade fônica de uma língua, quer dizer, um conceito universal para som + letra (ou seja, fonema + grafema)<sup>3</sup>.

Se levarmos em consideração que a função da escrita na Antiguidade era essencialmente a de um recurso mnemônico, auxiliar da fala em voz alta, e que era a enunciação sonora do texto escrito que, de fato, importava<sup>4</sup>, uma aproximação cada vez mais precisa do escrito com o sonoro correspondente passava a ser desejável. Uma escrita efetuada com letras servia, também, simultaneamente, como um registro, digamos, fonêmico da fala.

Esta parece ser a situação que, idealmente, se buscava tanto no alfabeto grego como no alfabeto latino: uma isonomia entre o escrito e o falado. E a noção de letra era o elo que garantia essa isonomia.

A noção de letra da Antiguidade não só foi dominante nas gramáticas até o século XIX, como pode ser percebida – ao menos, de forma subjacente – em muitos trabalhos de nossos dias e, particularmente,

3. Eugenio Coseriu, *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, trad. Maria Christina da Motta Maia, Rio de Janeiro/Niterói, Presença/EDUFF, 1991, p. 20, n. 17. A publicação original, em alemão, é de 1975. Também recolhido, como anexo, em Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa* [1536], Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, pp. 29-60.

4. Ver Rosalind Thomas, *Letramento e Oralidade na Grécia Antiga*, trad. Raul Fiker, Campinas, Odysseus, 2005.

corresponde à noção de letra corrente no senso comum. Ao menos em parte, esse conceito de letra implica num tratamento paralelo de sinais gráficos e de unidades fônicas e está na base de vários métodos de alfabetização usados na escola. Em outras palavras, o estudo das letras é, na verdade, um estudo da intersecção entre a ortografia e a fonologia, para usar os termos contemporâneos.

Pois bem. Podemos supor que, inicialmente, os alfabetos do grego e do latim deviam servir bem a seus propósitos, cada um para sua língua<sup>5</sup>. Estamos diante de casos do que se poderia chamar de fonologia/ortografia integradas. Em outras palavras, uma abordagem que, idealmente, procurava obter um sistema gráfico que representasse isonomicamente um sistema fonológico (algo como um sinal para cada som e cada som com seu sinal).

Por volta do ano 100 a.C., conforme a tradição historiográfica, Dionísio Trácio publica sua *Téchné Grammatiké* onde apresenta o inventário de sinais gráficos (os *grámmata*) e os sons que correspondem a cada um deles na língua grega (num dialeto privilegiado, na verdade). Isso nos permite pensar que, por essa época, já havia uma ortografia estabilizada bem como uma fonologia razoavelmente descrita – embora certamente impressionística e superficial<sup>6</sup>. O método usado por Dionísio foi o de partir do sistema gráfico da língua grega e apresentar os valores fonético-fonológicos associados a cada um deles. Como aconteceu com quase tudo que Dionísio trouxe em sua *Téchné*, esse método

5. Estou claramente simplificando a questão quando ignoro a história desses alfabetos e das línguas a que serviam. A suposição de homogeneidade – tanto dos alfabetos quanto dos sistemas sonoros – que pode parecer que estou assumindo aqui vai ser discutida logo abaixo.

6. Como se pode ver, por exemplo, em trabalhos de Aristóteles, que antecedem a *Téchné* de Dionísio em mais de dois séculos.

também inaugurou uma primeira forma de relacionar sinais gráficos e sons, e provavelmente, consistiu na primeira forma conhecida no mundo ocidental de relacionar ortografia e fonologia, pelo menos para os casos em que já exista um alfabeto convencionalizado.

É interessante observar que Sexto Empírico, por volta do século II AD, critica os gramáticos por estudarem a ortografia (que supostamente já estava estabilizada) e tem uma posição bastante peculiar para a época sobre o estudo da relação entre a fala e a escrita. Suas ideias são suficientemente interessantes para que dediquemos uma longa citação a elas.

[169] Pois bem, dizem que a ortografia assenta-se em três fatores: quantidade, qualidade e divisão de sílabas. Na quantidade, quando queremos saber se aos dativos se deve adicionar um ι [iota]; ou se palavras como *eukhalinos* (“com arreios bem postos”) e *euodin* (“frutífero”) devem ser escritas apenas com ι [iota] ou com ε ι [épsilon e iota]. Na qualidade, quando pensamos se *smillion* (“faca”) e *Smyrna* (“Esmirna”) devem ser escritas com ζ [zeta] ou com ο σ [sigma]. E na divisão, quando estamos em dúvida se na palavra *obrimos* (“robusto”), ο β [beta] é o começo da segunda sílaba ou o fim da anterior; ou em relação ao nome *Aristion*, onde devemos colocar ο σ [sigma].

[170] Mais uma vez, tal exposição *técnica* revela-se inútil – sem provocarmos nenhuma das aporias mais sérias – primeiro, por causa do desacordo (*diaphonia*) e, em seguida, por causa de seus resultados (*apotelesmata*) mesmo. No primeiro caso, porque os entendidos (*tekhnikoi*) no assunto estão em conflito entre si, e continuarão para sempre a conflitar uns com os outros, defendendo, para a mesma palavra, uns que deve ser escrita de uma forma, outros de outra.

[171] Por isso é que devem ser confrontados com o seguinte questionamento: se uma exposição *técnica* sobre ortografia é necessária para a vida, nós, e todos os gramáticos que discordam sobre ela (e o desacordo permanece insolúvel), nos encontraríamos, necessariamente, paralisados diante do que se deve escrever.

[172] Mas não ficamos paralisados, nenhum de nós e nenhum deles. Ao con-

trário, todos alcançamos nossos propósitos sem desacordos; precisamente porque de fato não é a ortografia que conta, mas uma prática (*tribe*) mais geral e unânime, segundo a qual, todos, os gramáticos e não gramáticos, usam as letras que *necessariamente* devem ser usadas para informar (*menusis*) a palavra, e somos indiferentes às que não são necessárias. Conclui-se, portanto, não ser necessária a orientação ortográfica dos gramáticos.

[173] Essa refutação teve por base a questão do desacordo. Já a que se configura com base nos resultados é bastante óbvia. Porque não nos causa qualquer prejuízo escrevermos o caso dativo com ι [*iota*] ou sem ι [*iota*], ou grafar *smilion* e *Smyrna* com ζ [*zeta*] ou σ [*sigma*], e, com relação ao nome *Aristion*, se o σ [*sigma*] pertence à sílaba anterior, ou se o colocamos com a seguinte.

[174] Contudo, se *smilion* (“faca”), por ser escrito com ζ [*zeta*] e não com σ [*sigma*], deixa de ser o que é e se torna *drepanon* (“foice”); se o nome *Aristion* (“aquele que desjeja”), por ser separado de uma forma e não de outra, se tornasse, como diria algum engraçadinho, *Deipnion* (“aquele que janta”), se fosse este o caso, conviria não sermos indiferentes. Porém, se, independente da grafia, *smilion* (“faca”) é *smilion* (“faca”), com ζ [*zeta*] ou com σ [*sigma*], e *Aristion* sempre *Aristion*, colocando-se o σ [*sigma*] com a sílaba anterior ou com a seguinte, que utilidade tem o interminável falatório fútil dos gramáticos sobre estas coisas?<sup>7</sup>.

Como se pode ver no trecho citado, as discussões ortográficas dos gramáticos gregos envolviam basicamente três questões: o número de letras necessárias para escrever “corretamente” uma palavra (quantidade), a escolha da letra “certa” para representar um determinado som (qualidade) e a posição das letras na divisão silábica.

É notável o que se encontra no parágrafo 172, onde lemos que não é a ortografia que importa, mas uma prática (*tribe*), que podemos entender como referência à leitura em voz alta da palavra em questão.

7. Joseane Prezotto, *Sexto Empírico: Contra os Gramáticos*, Introdução e Notas, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015, pp. 156-158. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43360>. Acesso em: 04 mai. 2023.

Não importa como se escreve porque todos – gramáticos e não gramáticos – usam as letras necessárias, e nos lugares necessários, para a identificação da palavra.

A posição de Sexto Empírico é essencialmente prática e se baseia em dois pontos: a *diaphonia*, isto é, a constatação de que pessoas diferentes pronunciam (e “analisam”) diferentemente uma mesma palavra, e a univocidade, isto é, pouco importa como se escreve uma determinada palavra, desde que a escrita represente exatamente aquela palavra (seja lida em voz alta de maneira que a palavra seja identificada).

O que é preciso notar, é que Sexto Empírico ratifica a posição de que a escrita serve à fala (à comunicação sonora) e que não importa a ortografia desde que o resultado comunicativo seja eficaz.

## DOIS SISTEMAS FONOLÓGICOS E UM MESMO ALFABETO

Os problemas mais interessantes, no entanto, começam a aparecer quando os sistemas fonológicos começam a divergir substancialmente e o sistema gráfico se mantém inalterado. Vejamos o caso do latim.

Até o final da Idade Média, pelo menos, o latim foi a língua franca de toda a Europa e os estudos gramaticais tinham o latim como seu objeto privilegiado.

Com o surgimento dos romances, no entanto, o quadro se altera significativamente: esses romances começaram a se distanciar paulatinamente do latim e seus sistemas fonológicos passaram a divergir em graus variados do sistema fonológico do latim. Esse processo de mudança, obviamente, não se deu instantaneamente e no acúmulo de mudanças ao longo dos séculos chegou-se a um momento em que a realidade

fonológica de cada romance era tão distante da fonologia do latim que não havia mais como não reconhecer que eram, de fato, novas línguas.

Na medida em que os romances passaram a ser reconhecidos como línguas autônomas e que boa parte delas – por inércia, talvez – optaram por manter o alfabeto latino em seus sistemas de escrita, a isonomia entre ortografia e fonologia se torna improvável – e a fonologia/ortografia integradas, impraticável. As línguas neolatinas – Espanhol, Francês, Italiano, Português, entre outras – tiveram que dar conta desta questão em seu processo de gramatização: como usar o alfabeto latino, obviamente desenvolvido para representar o sistema fonológico do latim, como representação de sistemas fonológicos de outras línguas, mesmo que próximas do latim?<sup>8</sup>

Antonio de Nebrija (1441-1522), por exemplo, no final do século xv, no primeiro livro de sua *Gramática de la Lengua Castellana*, nos diz o seguinte:

Dice nuestro Quintiliano en el primero libro de sus *Oratorias Instituciones*, que el que quiere reducir en artificio algún lenguaje, primero es menester que sepa si de aquellas letras que están en uso sobran algunas, y si por el contrario, faltan otras. Y porque las letras de que nosotros usamos fueran tomadas del latín, veamos primero cuántas son las letras que están en el uso de la lengua latina, y si de aquellas sobran o faltan algunas, para que de allí más ligeramente vengamos a lo que es propio de nuestra consideración<sup>9</sup>.

Nebrija inaugura, dessa maneira, o que podemos chamar de fono-

8. Obviamente, línguas de outras famílias, como as línguas anglo-germânicas, por exemplo, certamente enfrentaram problemas ainda maiores.

9. Antonio de Nebrija, *Gramática de la Lengua Castellana*, Barcelona, Linkgua Ediciones, 2006, pp. 25-26.



logia/ortografia de comparação. O procedimento de Nebrija, aparentemente, consiste em tomar inicialmente as letras latinas (fonemas + grafemas), para depois estabelecer, a partir das letras latinas, o conjunto ideal das letras (fonemas + grafemas) do castelhano. Sem apresentar em sua gramática a mecânica do procedimento, mas permitindo inferi-la pelos resultados alcançados, Nebrija vai concluir que apenas doze, das vinte e três letras do latim, “sirven por sí mismas” (as letras a, b, d, e, f, m, o, p, r, s, t, z), que outras seis servem “por sí mismas y por otras” (as letras c, g, i, l, n, u) e que cinco letras servem “por otras y no por sí mismas” (as letras h, q, k, x, y)<sup>10</sup>.

Em outras palavras, as letras que “sirven por sí mismas” são exatamente as mesmas em latim e em castelhano (são os mesmos sinais com os mesmos valores fonético-fonológicos); as letras que “sirven por sí mismas y por otras” não representam mais o mesmo par fonema + grafema nas duas línguas, mas representam na língua castelhana algum par a mais do que representavam em latim (os grafemas são os mesmos, mas representam, além do fonema que representavam em latim, algum outro fonema do castelhano); as letras que “sirven por otras y no por sí mismas” não representam, na língua castelhana, os pares grafema + fonema que representavam na língua latina (ou participam de algum outro par ou não representam nada).

Sua tarefa, então, no que segue, é estabelecer os valores fonéticos excedentes e divergentes que a escrita do castelhano atribui às letras latinas, sem precisar se ocupar do que permanece igual. Para as letras latinas que “sirven por sí mismas y por otras”, Nebrija vai usar recursos – como o uso de diacríticos, como o til e a cedilha, ou de sinais dobra-

10. *Idem*, p. 28.

dos – para indicar os “fonemas” castelhanos divergentes; para as letras latinas que “sirven por otras y no por sí mismas”, ou serão simplesmente eliminadas do alfabeto ou seu valor no castelhano é estipulado.

O mesmo procedimento vai ser adotado, de modo geral, em todas as gramáticas das línguas neolatinas. De certa forma, tratou-se de “adaptar” o alfabeto latino à realidade fonológica das novas línguas recorrendo ao menor número possível de modificações. Com isso, a natureza “híbrida” da noção de letra é recuperada: letra pode continuar sendo a abstração que tem uma face gráfica e uma face sonora.

Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática da língua portuguesa, publicada em 1536, segue exatamente os passos de Nebrija e também faz fonologia/ortografia de comparação. Em suas palavras:

E agora, quando a cada vogal quasi muda a sua voz, não diremos logo que temos as mesmas letras, nem tantas como os latinos; mas temos tantas figuras com’elles e quasi as mesmas ou imitação dellas. E contudo não deixa d’haver falta nesta parte porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras, como se mostrará adiante<sup>11</sup>.

Com clareza cristalina, ele nos diz cada letra tem uma figura e uma voz e que as letras do português não são as mesmas do latim, embora tenhamos as mesmas figuras, já que nossas vozes são diferentes. Os sinais gráficos (os grafemas) de que dispomos são exatamente (ou quase exatamente) os mesmos de que dispunham os latinos, mas nossos fonemas não são os mesmos, o que nos levaria à necessidade de um novo repertório de letras (com trinta e duas ou trinta e três).

11. Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa* [1536], Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, p. 90.

Para estabelecer, então, as vozes da língua portuguesa e para propor um alfabeto que as represente adequadamente, Oliveira parte para um estudo – detalhado – da “melodia da nossa língua”. Um estudo que toma todas as vozes do português, cada uma por si, “vendo em ellas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som, e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais destintamente o proprio de cada lingua”<sup>12</sup>. Ou seja, Oliveira parte de um minucioso estudo de fonética articulatória, o que é notável.

O interessante aqui é que esse estudo de fonética articulatória parte do repertório de letras do latim. Oliveira não faz um estudo sobre a articulação dos sons em português, mas um estudo sobre a articulação das letras latinas em português. Creio que isso fica claro quando vemos a seguinte passagem:

Na nossa lingua podemos dividir; antes é necessario que dividamos, as letras vogaes em grandes e pequenas, como os gregos, mas não já todas, porque é verdade que temos *a* grande e *α* pequeno, e *ε* grande e *e* pequeno, e também *ω* grande e *o* pequeno. Mas não temos assi diversidade em *i* nem *u*. Temos *a* grande como *Almada* e *α* pequeno como *alemanha*; temos *ε* grande como *festa* e *e* pequeno como *festos*; e temos *ω* grande como *fermosos* e *o* pequeno como *fermoso*. E conhecendo esta verdade havemos de confessar que temos oito vogaes na nossa lingua, mas não temos mais de cinco figuras, porque não queremos saber mais de nós que quanto nos ensinam os latinos, aos quaes diz Plinio que é pouco saber escoldrinhar as cousas alheas não nos entendendo a nós mesmos<sup>13</sup>.

Parece claro que Oliveira parte de um repertório de cinco vogais

12. *Idem*, p. 91.

13. *Idem*, *ibidem*.

(as vogais latinas a, e, i, o, u) e que observa – com a agudeza que o caracterizava – que algumas delas correspondem a mais de uma voz (mais de um fonema). A letra latina e, por exemplo, no português, participa de dois pares de grafema + fonema (corresponde a duas letras em português, portanto): o par em que o fonema é médio fechado e o par em que o fonema é médio aberto (que ele chama de pequeno e grande, respectivamente). Temos, portanto, em português, oito vozes (que deveriam corresponder a oito figuras e, em decorrência, constituir oito letras vogais), mas só contamos com cinco figuras (grafemas).

No fundo, apesar da análise fonética primorosa, o que Oliveira faz é mostrar como o texto escrito em português deve ser pronunciado em voz alta. Sempre partindo do alfabeto latino, que é a base do estudo, Oliveira vai descrevendo a articulação dos sons que os falantes do português fazem corresponder aos grafemas do latim. A fonologia que se desenvolve dessa maneira é resultado da comparação entre os valores fonéticos divergentes das *figuras* das letras latinas para os falantes do latim e para os falantes do português. A tarefa da ortografia, então, é a proposição de recursos adicionais (acentos, duplicações etc.) que indiquem com clareza os sons que cada sinal gráfico do latim pode representar em português (as oito letras vogais necessárias são, idealmente, obtidas pelo uso de recursos gráficos adicionais).

Um indício claro de que o procedimento usado para o estudo da fonologia/ortografia portuguesa se dá por comparação com o latim está na denominação das vogais que faltam ao português: embora use sinais gráficos distintos (todos emprestados do alfabeto grego) na apresentação, Oliveira nos fala de *e* pequeno e *e* grande, *o* pequeno e *o* grande, numa demonstração de que tem em mente as letras latinas – e, o – e que reconhece,

no português, que esses grafemas correspondem, cada um, a dois fonemas distintos. Se olharmos os alfabetos grego e latino, não vamos encontrar distinções fonêmicas identificadas desta maneira: fonemas distintos correspondem (quase sempre) a grafemas distintos. Ao dizer que há dois *e*'s em português, Oliveira quer dizer que o grafema latino *e* corresponde a dois fonemas em português. Ou seja, é o grafema latino que garante, para Oliveira, o “parentesco” entre os dois fonemas portugueses<sup>14</sup>.

Esse mesmo procedimento vai se perpetuar (inclusive na fonologia de nossos dias) na medida em que dizemos que há dois fonemas em português – [e] e [ɛ] por exemplo – e os denominamos, respectivamente, de *e* fechado e *e* aberto. Embora a referência não seja feita mais ao alfabeto latino, certamente é feita ao grafema latino *e*, importado para o nosso alfabeto.

Os dois tratados ortográficos do português, publicados na segunda metade do século XVI, por Pero de Magalhães Gândavo (ca. 1540 – ca. 1580) e Duarte Nunes de Leão (ca. 1530 – 1608), no essencial, não alteram o procedimento básico: incluir alterações nas letras latinas para obter “letras” portuguesas.

Como diz Kemmler, referindo-se à ortografia de Nunes de Leão:

A referência às línguas que, conforme os sons nelas existentes, teriam mais ou menos letras (do que o latim) é, pois, típica para Leão, especialmente quando realça que o português, tendo derivado do latim, deve ter o mesmo inventário grafemático.

14. Em Maria Bernadete Abaurre, “Fernão de Oliveira: as Reflexões Fonológicas de um Autor do Século XVI”, em Maria Bernadete Abaurre, Claudia Pfeiffer e Juanito Avelar (org.), *Fernão de Oliveira: Um Gramático na História*, Campinas, Pontes, 2009, p. 62, encontramos a suposição de que os termos “grandes” e “pequenas” podem refletir a percepção da diferença entre “longas” e “breves” no latim. Em Fernão de Oliveira, no entanto, isso não é explicitado e os termos “longa/breve” não aparecem em sua Gramática.

Desta maneira, ele mantém o alfabeto «clássico» de vinte e três letras (menos < h > que só seria aspiração). Os dígrafos greco-latinos < ph, th > e os portugueses < ch, lh, nh >, como também < ç > segundo a definição dele, não seriam letras propriamente ditas, senão letras em pronúnciação, o que, no nosso entendimento, seriam grafemas sem estatuto de letras: aparentemente ele julga lícito o uso de dígrafos para representar certos sons existentes ou não no latim. Com este procedimento, Leão mantém-se fiel aos gramáticos latinos, mas, ao mesmo tempo, atende às necessidades do português<sup>15</sup>.

Discussão quinhentista por excelência, o estabelecimento do alfabeto das línguas neolatinas vai perdendo o fôlego com o passar do tempo. Convenções mais ou menos estáveis sobre como se devem escrever as línguas tornam desnecessárias discussões sobre o alfabeto, que embora fundamentalmente latino, começa a assumir características distintas em cada língua.

No século XVII, na França, com uma ortografia já consolidada desde o século anterior, encontramos na *Grammaire Général et Raisonnée*, de Arnauld e Lancelot, uma apresentação do alfabeto em que há cinco vogais (letras comuns) – a, e, i, o, u – e “outras quatro ou cinco”. O inventário fica, assim, com 10 letras vogais: a, ê, é, i, o, ô, eu, ou, u, e e mudo<sup>16</sup>.

Em linhas gerais, até o século XVIII, pouca coisa se alterou na relação entre a ortografia e a fonologia, seja no português, no espanhol ou em outras línguas neolatinas. O que vai acontecer de mais importante é que, pouco a pouco, vão se estabelecendo convenções mais ou menos estáveis

15. Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: O Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 187, 2001 (originalmente, Tese de Mestrado defendida em 1996 na Neuphilologische Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen sob a orientação de Profa. Dra. Brigitte Schlieben-Lange).

16. Ver Antoine Arnauld & Claude Lancelot, *Gramática de Port Royal*, trad. Bruno Basseto e Henrique Murachco, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 10.

sobre como essas línguas devem ser escritas, todas derivadas do uso.

As discussões que envolviam questões ortográficas no século XVI, praticamente desaparecem em Portugal. Chega-se ao ponto em que as principais gramáticas do século XVIII sequer aprofundam as questões ortográficas. Por exemplo, Jerónimo Contador de Argote, em gramática publicada em 1725, apenas diz que as letras têm nome, figura e poder (a letra “F”, por exemplo, tem um nome (éfe), uma figura, que é o sinal gráfico que a representa, e um poder, que é o som a que se associa); Reis Lobato, em sua influente gramática, publicada em 1777, apenas apresenta as letras do alfabeto (e diz coisas como “A letra é a compreensão de um som, que não se pode dividir na pronúnciação, como, p. ex., A, B”).

Em resumo, até o século XVIII, as línguas que mantiveram o alfabeto latino em seus sistemas de escrita, desenvolveram recursos auxiliares que permitissem a adaptação desse alfabeto a seus diferentes sistemas fonológicos, sempre com a pretensão de que o conjunto de letras concebido mantivesse a isonomia (por mais que precária, como o foi desde a origem do alfabeto) entre o sinal gráfico e o som representado. A ideia era a de obter um grafema para cada fonema sem alterar substancialmente o alfabeto latino.

## REFORMAS ORTOGRÁFICAS, PRONÚNCIAÇÃO E ETIMOLOGIA<sup>17</sup>

Embora ausente das gramáticas, a discussão das questões envolvi-

17. Vou dar atenção apenas à ortografia/fonologia da língua portuguesa. Sirvo-me, basicamente, do excelente trabalho historiográfico realizado por Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, pp. 128-319, 2001, trabalho essencial para quem quer entender o desenvolvimento da ortografia da língua portuguesa.

das na ortografia e suas relações com a fonologia, não deixou de estar presente nos trabalhos dos acadêmicos portugueses.

No século XVIII, merece destaque o trabalho de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741), que publica a *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Língua Portugueza*, em 1734. Segundo Kemmler, esta obra teve dezessete reimpressões entre 1739 e 1861, podendo ser considerada, então, um grande êxito editorial.

Nas palavras de Kemmler:

É na definição que Feijó nos dá da ortografia, que estamos a assistir a uma grande mudança no texto metaortográfico português. Ele não só eleva a ortografia ao estatuto de *arte*, mas também inclui nela de maneira explícita considerações sobre a divisão silábica, a pontuação e a ortoépia, assuntos que até então só estavam situados à margem da ortografia. Mas o que sem dúvida merece maior destaque é a sua renúncia quase total ao critério da pronúncia. A justificação da sua orientação tão forte para a etimologia é que lhe seria impossível encontrar um *uso universal* que pudesse servir de base fónica para uma ortografia fonética<sup>18</sup>.

Nas próprias palavras de Madureira Feijó:

E eu tomara saber qual he o uso universal na pronunciação da nossa lingua, para me não desviar delle: se consultarmos o vulgo não acharemos senão abusos de palavras, e erros da pronunciação. Se consultarmos os sabios, estes são os que mais duvidaõ da pronunciação, e escripta de inumeraveis palavras, como elles confessão, porque a mesma sabedoria os faz prudentemente duvidar. Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovaõ huns aos outros, ou seja no escrever, ou no

18. Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 217, 2001 (originalmente, Tese de Mestrado defendida em 1996 na “Neuphilologische Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen” sob a orientação de Profa. Dra. Brigitte Schlieben-Lange).



fallar. Se consultarmos os livros, nelles encontraremos o que já a cima se advertio: logo aonde vay aqui o uso universal, e constante, para ser ley inviolavel da pronunçiaõ, ou regra infallivel da Orthografia?<sup>19</sup>.

É notável que a argumentação de Madureira Feijó para o abandono do critério da pronúncia seja muito semelhante à de Sexto Empírico em sua crítica às discussões ortográficas dos gramáticos, que, como vimos acima, está baseada em dois pontos: a *diaphonia* (a constatação de que pessoas diferentes pronunciam diferentemente uma mesma palavra) e o desacordo entre os gramáticos.

Mas o que deve ser destacado é que o abandono do critério da pronúncia envolve uma ruptura entre a fonologia e a ortografia, que não podem mais ser entendidas como um único estudo, mas, necessariamente, como estudos paralelos, na melhor das hipóteses.

Muitos gramáticos e ortógrafos posteriores a Madureira Feijó seguiram sua posição. Não vou tecer maiores comentários sobre eles. Só gostaria de comentar a definição de ortografia presente no *Compendio de Orthografia, com Sufficientes Catalogos e Novas Regras Paraque em Todas as Provincias, e Dominios de Portugal Possam os Curiosos Comprehender Facilmente a Orthologîa e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos Proprios da Lingua Portugueza*, de Frei Luís do Monte Carmelo (? – 1785), publicado em 1767. Diz Monte Carmelo:

A *Orthografia*, que signifca *Recta Escritura*, he *Arte* de escrever com acêrto, ou rectamente; e *Orthógrafo* he, o que rectamente escreve. *Orthologîa*, he *Arte* de

19. Feijó, 1734 *apud* Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: O Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 217, 2001.

pronunciar bem, ou rectamente, as *Letras, Syllabas, &c.* enquanto sam *Vozes*; e *Orthólogo* he, o que pronuncia, ou falla rectamente. Hũa, e outra, a que alguns dam sempre o *Nome de Orthografia*, he a primeira *Parte* das quatro, de que consta hum *Idioma*. Em qualquer *Oração vocal*, que he o *Objecto* de hum *Idioma*, ou *Lingua*, se podem considerar quatro coisas, isto he, *Letras, Syllabas, Dicções*, e a *Construcçam*, ou recta *Conjunçam* das *Dicções*, em que consiste a *Oração*. A *Orthografia* tracta das *Letras*, a *Prosódia* das *Syllabas*, e *Accentos*; a *Etimologîa* das *Dicções*, e a *Syntaxe* tracta da recta uniâm das *Dicções*, conforme as *regras* inventadas, ou estabelecidas pelo uso dos *Chefes*, ou *Eruditos*<sup>20</sup>.

Merece destaque a divisão que Monte Carmelo faz do que “*alguns dam sempre o Nome de Orthografia*” entre *orthografia* e *orthologîa*: enquanto a primeira é a arte de escrever corretamente, a segunda é a arte de falar corretamente. Obviamente, trata-se de uma separação, em dois estudos distintos, da ortografia e da fonologia.

Parece claro que, para Monte Carmelo, os estudos ortográficos, propriamente ditos, não se confundem mais com os estudos fonológicos. Ou seja, uma separação entre esses dois estudos começa a ser delineada nesse final do século XVIII.

## A ORTOGRAFIA “USUAL”

Na virada do século XVIII para o XIX, há em Portugal um grande debate sobre a questão ortográfica. Havia duas posições em confronto: uma que defendia o princípio fonético (a representação gráfica deve ser a mais próxima possível da pronúncia), defendida, entre outros,

20. Monte Carmelo, 1767, pp. 1-2 *apud* Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 235, 2001.

por Luís António Verney (1713-1792), autor do *Verdadeiro Método de Estudar*, e uma que defendia o princípio etimológico (a representação gráfica devia abandonar o critério da pronúncia e conter um componente etimológico, isto é, a grafia devia evidenciar também a história da palavra), proposta, entre outros, por Madureira Feijó.

É notável a posição de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), que reconhece a existência das duas propostas ortográficas – a da pronúncia e a da etimologia –, mas que se coloca a favor de uma terceira, que chama de usual. Creio que vale a pena uma apresentação mais detalhada das ideias de Soares Barbosa.

Começo com a “análise fonológica” que Jerónimo Soares Barbosa faz em sua *Grammatica Philosophica*, na parte denominada *Da Ortoepia, ou boa pronúncia da Língua Portuguesa* (livro 1)<sup>21</sup>:

PARA bem pronunciar é preciso distinguir, e conhecer os sons articulados, próprios da Língua, que se fala. Estes sons articulados, ou são *fundamentaes*, assim chamados, porque fazem a base da boa pronúncia, como são as *vozes* e as *consonancias*, os *ditongos*, e as *sillabas*; ou *accidentaes*, assim chamados, porque se ajuntam aos primeiros, e os modificam, já extendendo, mais ou menos, a sua duração; já augmentando ou diminuindo a sua elevação: e taes são as modificações *prosodicas*, acrescentadas aos mesmos sons fundamentaes, ou pela *quantidade*, ou pelo *accento*.

Os sons fundamentaes, ou são simples, ou compostos. Os simples não tem mais que um som elementar. Taes são as *vozes* e as *consonancias*: os compostos contêm dois ou mais sons em uma só emissão. Taes são os *ditongos* e as *sillabas*. De todos

21. Uso aqui a edição crítica feita por Sónia Catarina Gomes Coelho, *A Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa, Edição Crítica*, Estudo e Notas, Vila Real, Centro de Estudos em Letras (UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), 2013 como parte de sua tese de doutoramento. A edição crítica está inserida na publicação da tese, entre as páginas 208 e 686, mas mantém registrada a numeração de páginas do original. Sempre que me referir diretamente à Grammatica de Soares Barbosa, vou indicar apenas a página do original.

estes passamos a tractar nos capitulos seguintes<sup>22</sup>.

O primeiro destaque a fazer é a referência de Barbosa à boa pronúncia, o que nos remete aos modelos clássicos de fonologia/ortografia ligados à leitura em voz alta. Uma interpretação possível é que a “boa pronúncia” estivesse relacionada a uma espécie de pronúncia padrão, normativamente determinada, sem qualquer relação com o texto escrito (algo como um dialeto padrão), mas não acredito que essa alternativa seja realmente a pretendida por Barbosa. Creio que é, simplesmente, a tradição em funcionamento e que a boa pronúncia seja exatamente uma forma correta de pronunciar cada letra do alfabeto português, cada sílaba e cada palavra. Ou seja, a ideia de boa pronúncia de Barbosa não inova com relação ao pensamento fonológico que o precede.

É de se destacar, no entanto, que sua *Ortoepia* se apresenta como um estudo essencialmente fonológico, claramente distinto da ortografia.

Ele começa, como vemos na citação acima, distinguindo sons fundamentais de sons acidentais. Os sons fundamentais seriam as vozes<sup>23</sup>, as consonâncias, os ditongos e as sílabas. Os acidentais seriam resultado da presença de fatores suprasegmentais acrescentados aos sons

22. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias, 1822, p. 2.

23. Note-se que, ao contrário de Fernão de Oliveira, para quem *voz* era a parte sonora da letra (em oposição à *figura*), para Barbosa, *voz* é um tipo de som, representado na escrita por uma *vogal*. O termo *letra* será usado por Barbosa para designar o grafema (equivalente à *figura* de Oliveira) e, assim, a vogal é um tipo de letra. Podemos dizer que Barbosa, em sua *Ortoepia*, não está tratando de letras no sentido clássico (grafema + fonema), mas ao falar de *vozes* e *consonâncias* está tratando especificamente de sons (fonemas).

fundamentais, como a duração e o acento. Vamos nos ater aos sons fundamentais.

CHAMAM-SE *vozes* as diferentes articulações e modificações, que o som confuso, formado na glottis, recebe na sua passagem, das diferentes aberturas, e situações immoveis do canal da bocca. Este canal bem como um tubo ou corda, póde ser tocado em diferentes pontos e aberturas desde sua extremidade interior até á exterior; e daqui a multidão e variedade de vozes nas Linguas das Nações. As letras, que na Escriptura as figuram, chamam-se *vogaes*<sup>24</sup>.

Pela observação das situações diferentes que a boca toma para pronunciar (i.e., por meio de um estudo de fonética articulatória semelhante ao proposto por Fernão de Oliveira), Barbosa vai concluir que a língua portuguesa tem vinte vozes: doze orais e oito nasais<sup>25</sup>.

As vogais orais seriam: duas qualidades de *a* (o *a* grande e o *a* pequeno), três qualidades de *e* (o *e* grande aberto, o *e* grande fechado e o *e* pequeno), três qualidades de *o* (o grande aberto, o grande fechado e o pequeno), o *i* e o *u*.

Ao apresentar as três qualidades de *o*, Barbosa apresenta os seguintes exemplos: “O *ó* grande aberto, como em *só*, adjectivo, e em o substantivo *avó*, feminino. O *ô* grande fechado, como no substantivo *avô*, masculino. O *o* pequeno, como em *o*, artigo masculino”<sup>26</sup>.

24. *Idem*, pp. 2-3.

25. “A Lingua Portugueza conta por todas, vinte vozes, segundo as vinte situações diferentes que a boca toma para as pronunciar, independentemente da sua quantidade e accento. Doze destas são oraes, e oito nasaes. As primeiras são as que se formam no canal direito da bocca, e as segundas as que se formam no mesmo e junctamente no canal curvo do nariz, por onde reflue parte do ar sonoro” (*idem*, p. 3).

26. *Idem*, p. 3.

Os exemplos para os três tipos de *e* são: *Sé* (nome), *Sê* (verbo) e *se* (conjunção). Em linhas gerais, por

Soares Barbosa reconhece explicitamente ter tomado João de Barros como fonte para sua caracterização das vogais orais<sup>27</sup>. A diferença entre os dois gramáticos está em Barbosa reconhecer como voz “autônoma” o *e* e o *o* átonos. Além disso, Barbosa reconhece duas vozes “ambíguas”, que descreve da seguinte maneira:

A Lingua Portugueza porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vocal; uma entre o *e pequeno* e o *i commum*; e outra entre o *o pequeno* e o *u commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar *ambiguas*, e por isso não tem signal litteral proprio, e se notam na escriptura, a primeira ja com *e* ja com *i*, e a segunda ja com *o* ja com *u*. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se acham em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos ditongos, e no fim das palavras. Assim *e* parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *cear*, e *ciar* (ter zelos) e nos ditongos destas *paes*, *pai*; e pelo mesmo modo *o* tem o mesmo som confuso que *u* nas finaes de *Paulo*, *justo*, *amo*, e nas palavras *soar*, e *suar*, e nos ditongos, como em *pao Paulo*, *seo seu*<sup>28</sup>.

É notável a percepção que Barbosa tem da redução das vogais altas e das médias fechadas em determinados ambientes (átonas finais e ditongos).

O repertório das vozes orais, então, consiste em dois *a*, três *e*, um

aproximação, podemos dizer que as *vozes grandes* são verdadeiros fonemas (um aberto e outro fechado) e as *vozes pequenas* são encontradas apenas em vocábulos átonos (alofones posicionais, portanto).

27. Ele diz, nas páginas 3 e 4 da sua gramática: “Esta divisão das vozes Portuguezas é a mesma com pouca diferença, que a de João de Barros na sua Grammatica da edição de Lisboa 1785, p. 186”. Ver, também, Sónia Catarina Gomes Coelho, *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa*, Edição Crítica, Estudo e Notas, Vila Real, Centro de Estudos em Letras (UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), 2013, p. 693, n. xix.

28. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias, 1822, pp. 3-4.

i, três o, um u e duas vozes ambíguas. Um total de doze vozes orais.

[N]ossa ortografia não tem para as distinguir senão cinco letras vogaes, a saber: *a, e, i, o, u*. Porém servindo-se das mesmas figuras *a, e, o*, distingue-as, quando são grandes, ou dobrando-as, como faziam nossos antigos, escrevendo *maa* em lugar de *má*, *see* em lugar de *sé*, *leer* ou *ler* em lugar de *lêr*, *sóo* em lugar de *só*, e *avoo* em lugar de *avô*; ou marcando-as com os accents vogaes, ja agudo para as abertas, ja circunflexo para as fechadas, como se vê acima<sup>29</sup>.

Na ortografia, então, recursos adicionais (figuras dobradas ou acentos gráficos) são necessários para a adequada representação das doze vozes por apenas cinco sinais gráficos. É o tipo de recurso que vemos já em Fernão de Oliveira e em João de Barros.

As oito vozes nasais reconhecidas por Soares Barbosa são divididas em dois grupos: as vozes nasais claras e as vozes nasais surdas. Em suas palavras.

Destas oito vozes *nasaes*, cinco são *claras*, porque a nasalidade cae toda sobre ellas, e por isso se costumam escrever, ja com *til* por cima, ja com *n*, ou *m* adiante, sendo finaes, ou seguindo-se consoante, o que então val o mesmo que

*o til*. Taes são, por exemplo, o *a til*, nasal claro, em *sã* ou *sam*, *irmã* ou *irmam*; o *e til*, nasal claro, em *têpo* ou *tempo*, *dête* ou *dente*; o *i til* nasal, como em *sĩ* ou *sim*, *lido* ou *lindo*; o *o til*, nasal claro, como em *sõ* ou *som*, *põto* ou *ponto*; e o *u til* nasal, como em *ũ* ou *um*, *ũto* ou *unto*.

Outras tres são *nasaes surdas*, ou menos sensiveis. Porque, achando-se com o accentto agudo e predominante, e sendo seguidas immediatamente de alguma das tres consoantes *nasaes m, n, nh*, pertencentes á sillaba seguinte; participam destas alguma parte da sua nasalidade, qual um ouvido fino percebe no *a* da primeira sillaba de *ama*, *Anna*, *sanha*; no *e* da primeira sillaba de *penna*, *temo*, *tenho*; e no *o* da primeira

29. *Idem*, p. 4.

sillaba de *somma*, *sonho*<sup>30</sup>.

O notável neste trecho, é a evidência da percepção de um processo de assimilação de nasalidade em vogais que antecedem consoantes nasais. Como Soares Barbosa não possuía instrumental teórico para explicar esse processo – instrumental que só vai aparecer mais de um século depois de seu tempo, com a distinção entre fonética e fonologia<sup>31</sup> – ele fica só na constatação do fenômeno, exatamente como no caso das vozes orais ambíguas, que vimos acima.

Passemos, então, às consonâncias:

ASSIM como as *vozes* articulam e modificam o som confuso ou estrondo, formado pela glottis; assim também as *consonancias* articulam e modificam as vozes mesmas, que sendo continuadas fariam igualmente um som indistincto e confuso. As *consonâncias* portanto são as articulações, e modificações da voz, que reprecada na bocca, e largada de repente, recebe na passagem as impressões do movimento oscilatório das partes moveis da mesma bocca.

Os Grammaticos modernos chamam *articulações* a estas *consonancias*. E com effeito o são. Mas, como as vozes também são articulações, não é este nome proprio para distinguir umas das outras. O de *consonancias* caracteriza melhor a natureza particular destas modificações, que nunca soam per si, mas so junctas ás vozes, que modificam; e é outrossim mais analogo á nomenclatura ja recebida das vozes; as quaes, chamando-se assim porque as letras, que as figuram, se chamam *vogaes*; também aquellas se devem chamar *consonancias*; porque as letras, que as representam, se chamam *consoantes*<sup>32</sup>.

30. *Idem*, p. 5.

31. Ver, por exemplo, Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, Rio de Janeiro, Simões, 1953.

32. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*, Lisboa, Typhographia da Academia das Sciencias, 1822, p. 7.



Barbosa distingue dois grupos de consonâncias, conforme o órgão ativo que as produz: as consonâncias labiais e as consonâncias linguais.

As primeiras [as labiais] ou são *labiaes puras*, produzidas por ambos os beiços, que se unem para interceptar a voz, e se abrem para a soltar; ou são *labiaes dentaes*, produzidas pela interceptação do beiço inferior com os dentes superiores. As primeiras são tres, a saber: uma *labial branda*, porque o seu toque é menos forte como *b* em *bála*; outra *labial forte*, assim chamada, porque não tem diferença da primeira senão no gráo maior de força, com que se exprime, como *p* em *pála*; e a terceira enfim *labial nasal*; porque o seu mecanismo faz refluir pelo nariz parte do som, que sae pelo canal da bocca, tal como *m* em *mála*.

As *labiaes dentaes*, são so duas, uma *branda* como *v* em *viga*, e outra *forte* como *f* em *figa*. Estas *consonancias* chamam-se *infantis*; porque, sendo de um mecanismo o mais facil, por ellas principiam as crianças a fazer os primeiros ensaios da linguagem articulada<sup>33</sup>.

É importante notar que Barbosa distingue os pares [p]:[b] e [f]:[v] por meio da tensão e não por ausência/presença de sonoridade (as sonoras são ditas brandas e as surdas são ditas fortes). Cabe notar, também, o uso de pares mínimos na caracterização das oposições.

As consonâncias linguais, por sua vez, são classificadas em dentais, palatais e guturais, conforme o ponto de articulação (conforme a língua toque nos dentes superiores ou em partes diferentes do palato (parte anterior ou posterior do palato). As linguas palataes são ainda classificadas como sibilantes, chiantes, palatais nasais, palatais puras, e palatais tremulantes, todas com uma voz branda (às vezes chamada líquida) e outra forte. Com isso, Barbosa chega a um inventário de vinte e uma consonâncias para o português<sup>34</sup>.

33. *Idem*, p. 8.

34. *Idem*, p. 11.

Para encerrar a apresentação das consonâncias, Barbosa acrescenta algumas observações sobre sua relação com a escrita e sobre o nome que cada consonância recebe. Creio interessante ver o que ele diz sobre a relação com a escrita:

Finalmente cumpre advertir que todas estas consonancias Portuguezas são sons simples, quer se escrevam com uma letra so, quer com duas, quer com as letras dobradas dos Gregos, e Romanos. Taes são as tres *ch*, *lh*, *nh* (que os nossos antigos Grammaticos chamavam *prolações*); as duas *gutturaes* *gu*, *qu*, que assim se escrevem quando vêm antes de *e* e *i*; a *tremolante forte* *rr*, quando no meio das palavras se acha entre vogaes; e as duas *palataes fortes* *z*, e *x*, que entre os Gregos, e Romanos eram dobradas.

Nem as primeiras, por levarem *h*, são por isso aspiradas, ou fazem um som composto; nem as segundas tem outro som, escriptas com duas letras, do que tem, escriptas com uma so, como *g*, e *c* antes de *a*, *o*, *u*. Da mesma sorte a tremolante forte, quando no meio das palavras se escreve com dois *rr*, e no principio das mesmas com um so *r*; e bem assim, quando o *s* sibilante se escreve com *c*, ou cedilhado ou sem cedilha antes das vogaes *e* e *i*; e o *j* chiante se escreve com *g* antes das mesmas vogaes: **não se segue que sejam diferentes consonancias; mas sim que são diferentes escripturas do mesmo som, que o uso introduzio, e que podéra não ter introduzido, se quizesse; nem talvez devêra, se fosse mais coherente consigo mesmo.** Quanto ás dobradas *x* e *z*, ellas não o são na nossa Lingua, excepto quando pronunciamos o *x* á Latina em lugar de *cs* como em *reflexão* etc.<sup>35</sup>

Enfim, creio que isto que apresentamos basta para que o leitor possa perceber que a *Ortoepia* de Soares Barbosa não é mais uma receita para a leitura em voz alta, como a dos gregos e latinos, nem uma fonologia ligada ao uso de um alfabeto parcialmente inadequado, como a dos renascentistas. É um terceiro tipo de fonologia, que trata o sistema

35. *Idem*, pp. 12-13 (negrito nosso).

fônico da língua de forma independente do sistema da escrita, embora não perca de vista as relações que se podem fazer entre os dois sistemas. Nesse tipo de fonologia, a escrita – seja a da própria língua, seja a de outra língua de que se apropriou o sistema gráfico – não determina as questões a serem investigadas no sistema fônico.

A ortografia de Soares Barbosa, comparada a sua fonologia, pode exemplificar o que eu estou propondo.

Soares Barbosa define ortografia da seguinte maneira:

*A orthographia* é a arte de escrever certo, isto é, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres litteraes do alfabeto nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronunciam no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos.

Assim o vocabulo *ortografia*, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunção viva na Lingua Portugueza. Porê m escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos.

A primeira *ortografia* chama-se da *pronunção*; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se *etimologica*, ou de *dirivação*; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras.

Entre estas duas *ortografias* caminha a *usual*, assim chamada, porque não tem outra auctoridade senão a do uso presente e dominante; ja para seguir as etimologias, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunção presente; ja para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex.: *he*, *huma* com *h*, que não ha na origem Latina; e *filosofia*, e *física* com *f* e *z*, que não ha nas palavras Gregas<sup>36</sup>.

36. *Idem*, pp. 56-67 (grifo nosso).

Segundo Rolf Kemmler,

[...] é precisamente esta introdução formal do sistema misto, que oscila entre os dois sistemas “clássicos” da teoria ortográfica, que deve ser considerada uma das maiores inovações da *Grammatica philosophica* em matéria ortográfica<sup>37</sup>.

Como diz Sónia Coelho,

Após a apresentação dos três sistemas ortográficos, o gramático reflete sobre o acesso da população a cada um deles. Considera que ao alcance do *Povo illitterato* só está a ortografia da pronúncia, uma vez que para escrever segundo este sistema não é necessário conhecer o funcionamento das línguas grega e latina, bastando apenas distinguir bem os sons de cada palavra:

Ja se vê que as Orthographias, *Etymologica e Usual* estão totalmente fóra do alcance do Povo illitterato. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua.

Porém a Orthographia da *Pronúncia* não he assim. Rectificada que seja esta; não tem elle mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figural-os com os caracteres proprios, que os Alphetos Nacionaes para isso lhe dão

Se, por um lado, esta modalidade é a mais acessível àqueles que não têm conhecimentos acerca das línguas clássicas, por outro, ou por fácil, ou por estranha ao uso presente da Nação, não he do gosto dos homens Litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as Etymologias, jul-

37. Rolf Kemmler, “A Evolução das Ideias Ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da Escola Popular (1796) à Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)”, em [Maria] Armanda Costa, Cristina Flores & Nélia Alexandre (orgs.), *xxvii Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*, Lisboa, APL, p. 314, 2012..

garião ter perdido seus estudos, se por isto se não distinguissem do vulgo imperito<sup>38</sup> (Barbosa, 1822, p. 57).<sup>39</sup>

O problema com a ortografia usual está na possibilidade de que conduza a uma situação anárquica. Nas palavras de Kemmler:

Temos de reconhecer que não é fácil expor as ideias ortográficas de um ortógrafo que adere à corrente usual. Face às palavras do gramático torna-se claro porquê: o sistema é uma mistura de dois sistemas antagónicos. Como tal, o resultado da mistura podia e devia ser diferente de um ortógrafo para o outro e, naturalmente, de um indivíduo para o outro<sup>40</sup>.

Numa tentativa de superar as divergências entre os proponentes das ortografias distintas (fonética, etimológica ou usual), Barbosa vai organizar o livro de sua gramática que trata da ortografia a partir do seguinte princípio: “Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as regras communs a todas as ortografias, e depois as proprias a cada uma dellas. Quem quiser poderá escolher”<sup>41</sup>.

Sem tentar aprofundar mais a questão, Soares Barbosa exemplifica bem tanto o tipo de discussão sobre a ortografia que se fazia em Por-

38. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*, Lisboa, Typhographia da Academia das Sciencias, 1822, p. 57

39. Sónia Catarina Gomes Coelho, *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa - Edição Crítica, Estudo e Notas*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras (UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), 2013, p. 69.

40. Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: O Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 250, 2001.

41. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias, 1822, pp. 57-58.

tugal nesse início do século XIX quanto a situação da ortografia que se praticava. Creio que posso dizer que a ortografia da língua portuguesa, nesse início do século XIX, nem é completamente fonológica, nem completamente etimológica, mas *usual*, conforme a classificação de Soares Barbosa. E a questão da indeterminação ortográfica resultante da possibilidade de proliferação de sistemas distintos, como nos alerta Kemmler, não ficava resolvida.

Em Portugal, as bases para a resolução do problema ortográfico só vão surgir no final do século XIX, quando Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) descreve, em bases científicas, a fonética do português falado em Lisboa e em 1885, com a colaboração de Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842-1907), propõe um sistema ortográfico, num texto denominado *Bases da Ortografia Portuguesa*.

O sistema ortográfico de Viana e Abreu não é nem de pronúncia, nem etimológico, e nem mesmo uma confirmação dos usos, mas, partindo de considerações de todas as posições, pretende ser simples, uniforme e sistemático. Segundo Kemmler:

Influenciados pela linguística histórico-comparativa, os autores reconhecem que, visto que a língua é um facto social, nenhuma pessoa pode unilateralmente introduzir nem mudanças linguísticas nem ortográficas, pois esta última seria “[...] o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou dum nação num certo estado de evolução glotológica» (Viana/Abreu 1885: 5). Partindo igualmente do pressuposto de que a ortografia deve ser igual para todos os falantes da língua, esta, segundo os nossos ortógrafos, só poderia basear-se na “filiação histórica” (Viana/Abreu 1885: 5). Esta atitude assenta nos seguintes princípios:

a) não é admissível que uma das variantes do diassistema se imponha sobre outras variantes;

b) a fonografia não é capaz de unificar as variadas pronúncias, especialmente

estando disponível somente o inventário grafemático convencional.

É precisamente no último aspecto, nomeadamente quando os autores reconhecem que é indispensável uma acentuação gráfica “subordinada às leis de acentuação na língua falada” (Viana/Abreu 1885: 5) quando se trata de dar informações sobre onde fica a sílaba tónica da palavra, que se torna evidente que estão a tentar nortear-se pela pronúncia. No mesmo instante, é natural que a adesão à representação gráfica do elemento histórico em detrimento do elemento fónico possa ser explicada pela intenção dos reformadores de se distanciarem dum projecto dificilmente realizável, como a implantação de um sistema no qual a fonografia estivesse a servir de critério prevalecente [...]. Assim, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu não chamam o seu sistema ortográfico nem sónico (etc.) nem etimológico, mas simplesmente “Ortografia Portuguesa”, devendo esta ser “uniforme e cientificamente sistemática” (Viana/Abreu 1885: 4). Visto que este sistema se encontra situado a meio caminho entre a mera etimologia e a mera fonografia, verifica-se que estamos perante as primeiras manifestações da ‘Ortografia Simplificada’, sistema que chegaria a dominar até aos nossos dias<sup>42</sup>.

Em Portugal, a questão ortográfica só estará resolvida em 1911, com a publicação do *Relatório das Bases da Reforma Ortográfica* que, com força de lei, estabelece uma ortografia oficial para Portugal.

No Brasil do século XIX a questão ortográfica não foi diferente<sup>43</sup>.

42. Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: O Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, p. 268, 2001.

43. Não podemos esquecer que até 1822 o Brasil era parte de Portugal e que até 1808, toda atividade de imprensa (publicação de livros, jornais etc.) era proibida. Até o começo do século XIX, os brasileiros faziam estudos superiores em Portugal (Coimbra). Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, criaram-se os primeiros cursos superiores: são de 1808 as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e a Academia Real Militar do Rio de Janeiro (engenharia); na década de 1820 surgem escolas de Direito (Olinda em 1827 e São Paulo em 1828). Na área de Letras, o primeiro bacharelado é do Colégio Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro, mas as faculdades de Letras só aparecem depois de 1934 (na Universidade de São Paulo). A Universidade mais antiga do Brasil (embora haja polémica sobre o assunto) é a Universidade do Paraná, fundada em 1912, cuja faculdade de Letras só passa a existir em 1938.

Ao mesmo tempo em que prevaleceu uma ortografia etimológica, à imitação da portuguesa, apareceram propostas de ortografias “fonéticas”, como a de José Joaquim Leão (1829- 1883), conhecido como Qorpo Santo, por exemplo. Já na Reforma de 1907, que normatizou a ortografia no Brasil, restou uma “ortografia simplificada”, nos moldes da portuguesa, embora não igual a ela.

Em Kemmler<sup>44</sup> ainda se lê:

Ainda antes da reforma portuguesa, em 25 de Abril de 1907, a Academia Brasileira de Letras votara no Rio de Janeiro uma reforma ortográfica proposta por José Medeiros e Albuquerque. Já na época da reforma era previsível que iria ser necessário tentar estabelecer as bases para uma ortografia unificada luso-brasileira. Esta ainda hoje não foi definitivamente alcançada, mas houve várias tentativas de acordos ortográficos, a última em 1990; tentativas através das quais os académicos tentaram eliminar as divergências linguístico- ideológicas existentes em ambos os lados<sup>45</sup>.

## CONCLUSÃO

Enfim, tanto em Portugal quanto no Brasil, desde o começo do século xx, a ortografia torna-se matéria de lei e separa-se definitivamente da fonologia. De certa forma, a ortografia deixa de ser assunto da gramática ou da linguística e passa a ser uma questão de legislação.

De modo geral, as “reformas” ortográficas que ocorrem desde então – no Brasil, em 1943 e 1971; em Portugal, em 1920, 1945 e 1971 – tinham por objetivo aproximar as normas ortográficas vigentes nos dois

44. Rolf Kemmler, “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48, 2001.

45. *Idem*, pp. 289-290.



sistemas legais. Todas falharam. Está em vigência, agora, o Acordo de 1990, que busca uniformizar as ortografias de todos os países que têm o português como língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). Na medida em que os termos do Acordo devem ser aprovados pelos órgãos legislativos de todos os países, não há garantias de que este Acordo seja exitoso.

No que nos interessa aqui, podemos dizer que a ortografia do português está definitiva e integralmente desvinculada da fonologia, embora sobre resquícios da isonomia pretendida originalmente entre os dois assuntos. Resquícios que podem ser vistos, basicamente, em dois lugares: (i) no sistema educacional, que insiste em alfabetizar as crianças com base na correspondência entre letras e fonemas ou no uso de gramáticas escolares que misturam os dois assuntos<sup>46</sup>, e (ii) no imaginário popular, que vê a relação entre ortografia e fonologia – provavelmente refletindo a postura da escola – de uma forma mais estreita do que a que realmente deve existir.

## REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Bernadete. “Fernão de Oliveira: as Reflexões Fonológicas de um Autor do Século XVI”. In: ABAURRE, Maria Bernadete.; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito (org). *Fernão de Oliveira: Um Gramático na História*. Campinas, Pontes, 2009, pp. 59-69.
- ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Basseto e Henrique Murachco. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

46. Ver José Borges Neto, “A Fonologia nas Gramáticas Escolares: Um Estudo de História Crítica”, em Olga Coelho (org.), *A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018): Memória, Estudos*, Campinas, Pontes, 2018, pp. 199-218.

- BORGES NETO, José. “A Fonologia nas Gramáticas Escolares: Um Estudo de História Crítica”. In: COELHO, Olga (org.) *A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018): Memória, Estudos*. Campinas, Pontes, 2018, pp. 199-218.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
- COELHO, Sónia Catarina Gomes. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa*, Edição Crítica, Estudo e Notas. Vila Real, Centro de Estudos em Letras (UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), 2013.
- COSERIU, Eugenio. *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro/Niterói, Presença/EDUFF, 1991.
- JONES, David. “The History and Meaning of the Term ‘Phoneme’”. *Le Maître Phonétique*, Supplement, pp. 17-34, 1957.
- KEMMLER, Rolf. “Para uma História da Ortografia Portuguesa: O Texto Metaortográfico e a sua Periodização do Século XVI até à Reforma Ortográfica de 1911”. *Lusorama*, 47-48, pp. 128-319, 2001 (originalmente, Tese de Mestrado defendida em 1996 na “Neuphilologische Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen” sob a orientação de Profa. Dra. Brigitte Schlieben-Lange).
- \_\_\_\_\_. “A Evolução das Ideias Ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da Escola Popular (1796) à Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)”. In: COSTA, [Maria] Armada, FLORES, Cristina & ALEXANDRE, Nélia (org.), XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados. APL, pp. 297-318, Lisboa, 2012.
- NEBRIJA, Antonio de. *Gramatica de la Lengua Castellana*. Barcelona, Linkgua Ediciones, 2006.
- OLIVEIRA, Fernão de. (1536/2007). *Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção*. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.
- PREZOTTO, Joseane. *Sexto Empírico: Contra os Gramáticos*. Introdução e Notas. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43360>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- THOMAS, Rosalind. *Letramento e Oralidade na Grécia Antiga*. Trad. Raul Fiker. Campinas, Odysseus, 2005.





# Um Tratado Gramatical Português do Final da Idade Média: Os *Notabilia Alcobacenses*

ALESSANDRO BECCARI<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Os *Notabilia Alcobacenses* (Anotações Alcobacenses<sup>2</sup>) são um tratado gramatical português escrito no final da Idade Média (c. 1427). O manuscrito encontrou-se por séculos na biblioteca de um dos principais centros intelectuais do medievo português, cujos primórdios estão intimamente ligados à consolidação de Portugal como estado-nação: o Mosteiro de Alcobaça. Sua escola, biblioteca e *scriptorium* estão na origem da universidade portuguesa<sup>3</sup>. O tratado gramatical, escrito no

1. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/FCL-Assis, a.beccari@unesp.br.

2. A tradução do título atribuído ao tratado é do autor do presente capítulo. No original, o título baseia-se na expressão latina *debes notare* (deves notar /observar), com que o tratadista introduz cada novo tópico. O texto é composto por anotações gramaticais de caráter didático-prescritivo.

3. A lendária fundação da Abadia de Santa Maria de Alcobaça remonta à doação de terras, em 1148, que fez Dom Afonso Henriques, o primeiro rei do Portugal, à Ordem de Cister, então sob o comando do futuro São Bernardo de Claraval (José Varandas, “Cistercienses”, em José Eduardo Franco (org.),

mosteiro, fruto de sua escola, oferece teorizações a respeito da sintaxe latina que representam o estado da arte das reflexões acerca das línguas e da linguagem em sua época. Essas teorizações são elaboradas por meio de análises contrastivas entre o latim e paráfrases do português arcaico. Assim, os *Notabilia Alcobacenses* não somente apresentam as primeiras reflexões acerca da sintaxe do português, em contraste com o latim, como também oferecem uma fonte inestimável de dados para os estudos diacrônicos da língua portuguesa falada no início do séc. xv. Em seu aspecto didático, o tratado reflete a estruturação das sumas medievais, sendo dedicado a exceções e dificuldades gramaticais e a questões semânticas. Seu discurso é pautado pelas *quaestiones disputatae*, típicas do método escolástico, tendo por tema pontos gramaticais de maior dificuldade para discentes que tinham um conhecimento entre intermediário e avançado da língua de Cícero e Agostinho de Hipona.

O autor dos *Notabilia Alcobacenses* foi o monge cisterciense Juan Rodríguez de Caracena (fl. c. 1400-1427). Sabe-se pouco a respeito de sua biografia: aragonês, trabalhou como mestre de gramática no Mosteiro de Alcobaça, e provavelmente viveu nos primeiros decênios do século xv. Em seu tratado, Caracena cita amiúde autoridades reconhecidas no clima de opinião do Baixo Medievo: Petrus Helias (c. 1100 - *post* 1166), Robert Kilwardby (1215-1279), Alexandre de Villa Dei (c. 1175-1240/1250).

Neste capítulo, a discussão dos *Notabilia Alcobacenses* quer se constituir em uma contribuição mínima para a compreensão de um tema que ainda é pouco estudado em terras brasileiras: a gramático-

grafia latino-portuguesa medieval<sup>4</sup>. Entendemos que o assunto tem sua inserção em um *Zeitgeist*<sup>5</sup>: o Escolasticismo da Baixa Idade Média, em sua expressão local, portuguesa. Assume-se que o tratado de Caracena é um produto da escola do claustro alcobacense, ou seja, uma obra provavelmente elaborada no *scriptorium* dessa instituição e utilizada em sua escola<sup>6</sup>, e que representa um material privilegiado para a compreensão da história dos estudos das línguas e da linguagem em Portugal no final da Idade Média.

O acervo da biblioteca monástica de Santa Maria de Alcobaça oferece-nos uma riqueza de fontes. Tendo uma história de quase sete

4. Gonçalo Fernandes, “Textos Gramaticais Latino-Portugueses na Idade Média”, em Elena Battaner Moro, Vicente Calvo Fernández & Palma Peña Jiménez (orgs.), *Historiografía Lingüística: Líneas actuales de Investigación*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2012, pp. 326-339; Gonçalo Fernandes, “Gramática Especulativa Medieval em Portugal: os Notabilia Alcobacenses”, em María Luisa Calero Vaquero, Alfonso Zamorano, F. Javier Perea, M<sup>a</sup> del Carmen García Manga & María Martínez-Atienza (orgs.), *Métodos y Resultados Actuales en Historiografía de la Lingüística*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2014, pp. 183-192. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6217>. Acesso em: 24 ago. 2023.

Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”, em Eulalia Hernández Sánchez & María Isabel López Martínez (orgs.), *Sodalicia Dona: Homenaje a Ricardo Escavy Zamora*, Murcia, Departamento de Lengua Española y Lingüística General / Universidad de Murcia, 2015, pp. 181-198; Gonçalo Fernandes, *Syntax in the Earliest Latin-Portuguese Grammatical Treatises. Historiographia Linguistica*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, vol. 44, n. 2, 2017a, pp. 228-254; Gonçalo Fernandes, “Sources of the *Notabilia* (1427), a Medieval Handwritten Grammatical Treatise from the Portuguese Monastery of Alcobaça”, *Folia Linguistica*, vol. 51, n. 838-81, pp. 75-89, 2017b.

5. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Lingüística: Estudos Seleccionados*, e m Rolf Kemmler, Cristina Altman (orgs.), Prefácio de Carlos Assunção, Vila Real, Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEL/UTAD), 2014.

6. Carlos Assunção, Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”, em Nair de Castro Soares (coord.); Santiago López Moreda (coord.), *Génesis e Consolidação da Ideia de Europa: Idade Média e Renascimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vol. 4, pp. 105-119.

séculos – desde sua fundação, no século XII, até o seu fim, no quarto decênio do século XIX – a abadia, segundo atestam Assunção e Santos<sup>7</sup>, legou-nos um acervo que apresenta um elenco de importantes obras do ponto de vista da gramaticografia latino-portuguesa, quer medieval quer humanista. Essas obras explicam, segundo Amadeu Torres<sup>8</sup>, como “o processo de consciencialização da diferenciação existente entre o Latim e o Português fez-se ‘paulatinamente’ e ‘com a ajuda’<sup>9</sup> de um conjunto importante de fontes”. Vale ressaltar que esses manuscritos medievais registram os primeiros desenvolvimentos de uma metalinguagem gramatical em português.

Com base na leitura, tradução e análise de excertos dos *Notabilia Alcobacenses* e em pesquisas anteriores levadas a efeito pelo autor deste capítulo, é possível afirmar que a gramática especulativa medieval foi o primeiro quadro teórico de análise utilizado para a sistematização da língua portuguesa. De fato, em nossas atividades de pesquisa em um estágio pós-doutoral (2019-2023) junto ao Centro de Documentação em Historiografia Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (CEDOCH- DL-USP), pudemos observar no manuscrito o emprego de comparações sistemáticas de construções latinas com portuguesas, baseadas no quadro teórico modista<sup>10</sup>.

7. *Idem*, pp. 115-116.

8. Amadeu Rodrigues Torres, “Dos Códices Gramaticais Medievos à Gramática de Fernão de Oliveira”, em Amadeu Rodrigues Torres, Evanildo Bechara, *Gramática e Linguística: Ensaio e Outros Estudos*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 47 *apud* Carlos Assunção e Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”.

9. Amadeu Rodrigues Torres, “Dos Códices Gramaticais Medievos à Gramática de Fernão de Oliveira”, em Amadeu Rodrigues Torres e Evanildo Bechara, *Gramática e Linguística: Ensaio e Outros Estudos*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 47.

10. Este capítulo resulta de pesquisas realizadas entre os anos de 2019 e 2023 junto ao Centro de Do-

Como objetivo específico deste capítulo, queremos discutir alguns dos tópicos gramaticais presentes nos *Notabilia Alcobacenses*, que dão testemunho do pertencimento do tratado à vertente meridional da gramática latina do período medieval, também conhecida como *grammatica positiva* do sul da Europa<sup>11</sup>. Em nossas discussões, utilizar-se-ão excertos de um manuscrito medieval português cuja transcrição foi realizada por Augusto, Kemmler e Fernandes<sup>12</sup> no Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal.

## FONTES, NATUREZA, CLASSIFICAÇÃO DO TRATADO

Segundo Fernandes<sup>13</sup>, uma equipe do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Vila Real, Portugal – a qual o próprio Gonçalo Fernandes, Rolf Kemmler e Mónica Augusto integraram –, concluiu em 2012 uma transcrição diplomática e uma análise paleográfica do texto. O trabalho foi realizado

cumentação em Historiografia Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (CEDOCH-DL-USP), no âmbito de um estágio pós-doutoral supervisionado pela Professora Doutora Olga Ferreira Coelho Sansone, atual coordenadora do CEDOCH. Nosso estágio contou com um período de estudos na Biblioteca de Reservados do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Portugal, sob a cossupervisão do Professor Doutor Gonçalo Fernandes. Quero expressar meus agradecimentos à Professora Doutora Olga Ferreira Coelho Sansone por seu valioso apoio, sua contínua interlocução e generosa atenção ao longo dos últimos anos, e ao Professor Doutor Gonçalo Fernandes, pela acolhida na UTAD, assim como o solícito e contínuo diálogo.

11. Vivien Law, *The History of Linguistics in Europe: from Plato to 1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

12. Mónica Augusto, Rolf Kemmler & Gonçalo Fernandes, *Transcrição dos Notabilia Alcobacenses*, 1ª versão, Vila Real, UTAD/CEL, 2012.

13. Gonçalo Fernandes, “Textos Gramaticais Latino-Portugueses na Idade Média”, vol. 1, 2012, p. 330.



entre 2011 e 2012. A transcrição utilizada neste capítulo é a da equipe da UTAD (2012)<sup>14</sup>.

Uma leitura do tratado gramatical *Notabilia Alcobacenses* (c.1427) possibilita a constatação de que os gramáticos especulativos Pedro Helias (Petrus Helias (c.1100 - c. 1166)) e Robert Kilwardby (c.1215-1279) eram conhecidos em Portugal no início do séc. xv, e possivelmente nos séculos anteriores, pois são mencionados com frequência. Além disso, Prisciano Cesariense (século vi d.c.) é presença assídua nas discussões, incluindo-se a parte das *Institutiones grammaticae* conhecida como *Priscianus Minor*, equivalente aos seus livros xvii e xviii, conhecidos como *De constructione* (Sobre a construção).

Fernandes<sup>15</sup> classifica as fontes dos *Notabilia Alcobacenses* como explícitas ou identificadas e implícitas ou não identificadas (hipotéticas). Segundo o autor, as fontes explícitas são Donato (século iv), Prisciano Cesariense (século vi), Pedro Helias (séc. xii), Robert Kilwardby (século xiii), Alexandre de Villa Dei (c. 1170 - c. 1250), Giovanni Balbi de Genova<sup>16</sup>. As fontes implícitas são as *grammaticae prouerbiandi* – obras gramaticais em que se ensinam tópicos de gramática latina por meio de paráfrases nas línguas românicas da Península Ibérica. Desse modo, os *Notabilia Alcobacenses* seriam tributários de um tipo das

14. Cabe destacar que o primeiro a transcrever os *Notabilia Alcobacenses* em Portugal foi Manuel Saraiva Barreto, “Os *Notabilia Gramaticais Alcobacenses*”, *Euphrosyne*, vol. 13, 1985, pp. 79-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1484/J.EUPHR.5.126729>. Acesso em: 24 ago. 2023.

15. Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos xiv e xv”, em Eulalia Hernández Sánchez & María Isabel López Martínez (orgs.), *Sodalicia Dona: Homenaje a Ricardo Escavy Zamora*, Murcia, Departamento de Lengua Española y Lingüística General / Universidad de Murcia, 2015, p. 77.

16. Giovanni Balbi de Gênova. *Catholicon*. S. L.: S. ED., 1286, fl. 1286-1298.

*grammaticae proverbianti* pertencente a uma tradição catalã-aragonesa. Segundo Fernandes<sup>17</sup>, o tratado português também apresenta influências dos *Notabilia in Arte Grammaticae* de Giovanni da Soncino.

Como foi dito anteriormente, a autoria dos *Notabilia Alcobacenses* (*Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*) é atribuída ao monge cisterciense Juan Rodríguez de Caracena, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça. O manuscrito [Códice Alcobacense 79, BNP] tem 89 fólhos (178 páginas), sendo provavelmente uma cópia resultante do trabalho de dois copistas<sup>18</sup>.

Com relação aos assuntos, os *Notabilia Alcobacenses* “[e]stão divididos em 31 capítulos, que refletem sobre questões de morfologia, a formação dos verbos, os pretéritos, gerúndios e participios [...]”, sobre questões “de sintaxe, como o ablativo absoluto e o nominativo, figuras sintáticas [...] e temas de natureza especulativa, que hoje poderíamos classificar como semânticos”. Não têm as partes comuns ou assuntos canônicos de uma gramática elementar, por isso podem ser classificados como um tratado gramatical e não propriamente como uma gramática<sup>19</sup>. O manuscrito foi redigido em caracteres cursivos góticos.

17. Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”, p. 77.

18. Gonçalo Fernandes, “Gramática Especulativa Medieval em Portugal: os *Notabilia Alcobacenses*”, em María Luisa Calero Vaquero, Alfonso Zamorano, F. Javier Perea, M<sup>a</sup> del Carmen García Manga & María Martínez-Atienza (orgs.), *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2014, pp. 185-186. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6217>. Acesso em: 24 ago. 2023.

19. Rolf Kemmler, *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, Obra e Atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main, Domus Editoria Europaea, 2007, p. 378 *apud* Gonçalo Fernandes, “Gramática Especulativa Medieval em Portugal: os *Notabilia Alcobacenses*”, em María Luisa Calero Vaquero, Alfonso Zamorano, F. Javier Perea, M<sup>a</sup> del Carmen García Manga & María Martínez-Atienza (orgs.), *Métodos y resultados actuales en Histo-*

Trata-se de um tratado gramatical voltado para os níveis avançados de ensino do latim, em que aparecem menções a Prisciano<sup>20</sup> e a gramáticos especulativos medievais, com destaque, como se disse acima, para os pré-modistas Pedro Helias (Petrus Helias) e o modista Robert Kilwardby. Ressalte-se que Pedro Helias é o principal comentador medieval das *Institutiones Grammaticae* de Prisciano. Pertence a um gênero de obras didáticas cujo nome se deriva da expressão latina *Debes notare* (“Deves notar/observar”); a expressão aparece no texto como uma espécie de marcador discursivo a cada início de um novo assunto ou ponto gramatical. Sugerimos que o título talvez seja traduzido por “Anotações” ou “Observações gramaticais”. A principal característica do gênero *notabilia* são as discussões de exceções e dificuldades com as quais discentes de níveis intermediário e avançado do latim poderiam se deparar.

As citações indiretas a Prisciano, nas fontes secundárias, encontram-se muitas vezes referindo-se à *Summa Super Priscianum*, de Pedro Helias. Embora as ocorrências secundárias não foram contabilizadas pelo autor deste capítulo, pode-se dizer que Prisciano e seus intérpretes medievais, em especial os gramáticos especulativos ou modistas, são fundamentais para a compreensão do tratado gramatical português.

Com relação à influência de Prisciano Cesariense, há uma notável particularidade. Trata-se das discussões translinguísticas que atestam a permanência da teoria *utraque lingua* (literalmente, “uma e outra língua”), cuja origem imediata são as *grammaticae prouerbiandi* ibéricas,

*riografía de la Lingüística*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2014, p. 186. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6217>. Acesso em: 24 ago. 2023.

20. Prisciano Cesariense. "Institutiones grammaticae", Heinrich Keil (ed.), *Grammatici Latini: Prisciani Institutionum Grammaticarum libri i-xviii*. Leipzig, Teubner, 1855, fl. 520-540.

mas que podem remontar às *Institutiones Grammaticae* de Prisciano Cesariense. Nesse tipo de análise, em que se comparam fenômenos de duas línguas, um fenômeno codificado para uma delas é analisado como sendo válido para as duas<sup>21</sup>. Resulta desse procedimento, nos *Notabilia Alcobacenses*, um método de comparações e contrastes em que ocorrências que apresentam fenômenos do latim são comparadas e contrastadas com equivalentes em português arcaico. Com notável aprofundamento teórico, o objetivo é explicar dificuldades e propor soluções para questões controversas sobre língua latina, com o uso de paráfrases em língua portuguesa. Os *Notabilia Alcobacenses*, segundo Fernandes<sup>22</sup>, são “a mais importante obra metalinguística medieval portuguesa” devido essencialmente “às problemáticas gramaticográficas que encerram, especialmente no que diz respeito às suas fontes bibliográficas”, além disso, de acordo com o autor, são “com grande probabilidade” o “único texto gramatical medieval de origem portuguesa que registra a presença da gramática especulativa ou modista em Portugal”. Fernandes ainda assevera que “parece haver uma grande coincidência de interesses entre os *Notabilia Alcobacenses*, as *grammaticae prouerbiandi* espanholas e os *Notabilia* do italiano Giovanni da Soncino”.

Com relação à importância dos *Notabilia Alcobacenses* para os es-

21. Fábio da Silva Fortes, *Sintaxe Greco-Romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na História do Pensamento Gramatical Antigo*, 406 f., Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de Doutorado em Linguística. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.863042>. Acesso em: 30 jul. 2023.

22. Gonçalo Fernandes, “Gramática Especulativa Medieval em Portugal: os *Notabilia Alcobacenses*”, em María Luisa Calero Vaquero, Alfonso Zamorano, F. Javier Perea, M<sup>a</sup> del Carmen García Manga & María Martínez-Atienza (org.), *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2014, p. 191. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6217>. Acesso em: 24 ago. 2023.

tudos diacrônicos, o tratado apresenta grande número de exemplos em português arcaico, o que representa parte significativa dos dados das primeiras teorizações a respeito da estrutura e funcionamento do português falado. Desse modo, além do valor inquestionável para a Historiografia Linguística, do ponto de vista da Linguística Histórica, seus dados receberam análises de tipo modista e intencionalista que podem ser as primeiras teorizações que trataram da sintaxe e da semântica do português falado. Vale dizer que também registra os primeiros desenvolvimentos de uma metalinguagem gramatical em português. De fato, com base na leitura, tradução e análise de excertos da obra, podemos dizer que a gramática especulativa medieval foi o primeiro quadro de análise utilizado para a sistematização da sintaxe da língua portuguesa em comparação com a latina. Em outras palavras, do ponto de vista dos exemplos utilizados e de sua discussão, os *Notabilia Alcobacenses* podem ser entendidos como uma aplicação original da gramática especulativa para a compreensão da sintaxe do português arcaico.

Para entender a problemática da classificação dos *Notabilia Alcobacenses* como tratado gramatical, é possível compará-lo com um outro texto de suma importância para a compreensão da gramaticografia latino-portuguesa medieval: as *Reglas pera Enformamos os Menços en Latin*<sup>23</sup> (c. 1375), doravante *Reglas*. As *Reglas* são um tratado gramati-

23. Sobre as fontes e a datação do manuscrito, Gonçalo Fernandes, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), afirma que as *Reglas pera enformamos os menços en latin* fazem parte do *Manuscrito Digby 26* “um interessantíssimo manuscrito de origem portuguesa em Inglaterra na Universidade de Oxford, com a quota Digby 26, que terá sido escrito provavelmente no último quartel do século XIV, levado para Inglaterra na primeira metade do séc. XV e oferecido em 1634 por Sir Kenelm Digby (1603–1665) à Biblioteca Bodleiana (Fernandes 2010, 2012, 2013 e 2015)” (Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”, em Eulalia Hernández Sánchez & María Isabel López Martínez (orgs.), *Sodalicia*

cal português que antecede os *Notabilia Alcobacenses* em aproximadamente 150 anos. Trata-se do manual mais antigo de que se tem notícia escrito integralmente em português como língua de trabalho, tendo o latim como língua de análise. Apresenta influência de textos gramaticais escolares do século XIII, os chamados doutriniais, como o *Doctrinale Puerorum* de Alexandre de Villa Dei (c. 1175-1240/1250)<sup>24</sup>. Dada sua importância histórica, parece-nos pertinente uma comparação, em trabalhos futuros, das *Reglas* com os *Notabilia Alcobacenses*.

As *Reglas* eram direcionadas ao ensino dos elementos básicos do latim. Por exemplo, voltavam-se ao sistema dos casos nominais, tópico fundamental para a compreensão da morfossintaxe latina, apresentado de forma sucinta e esquemática.

Quem faz e quẽ diz é nominatiuo. Cui a cousa é genitiuo. A quem dam e a quem dizẽ é datiuo. Aquela cousa que homẽ faz e que homẽ diz é acusatiuo. Per quem homẽ chama é vocatiuo. Vnde se homẽ tolhe e onde se departe é ablatiuo, cum proposiçõ ou sem proposiçõ.<sup>25</sup>

Não há nas *Reglas* discussões de questões metodológicas, sintáticas, semânticas ou filosóficas como as que aparecem nos tratados sobre os modos de significar ou gramáticas especulativas do início do século

*Dona: Homenaje a Ricardo Escavy Zamora*, Murcia, Departamento de Lengua Española y Lingüística General / Universidad de Murcia, 2015, p. 186).

24. Gonçalo Fernandes, “Textos Gramaticais Latino-Portugueses na Idade Média”, em Elena Battaner Moro, Vicente Calvo Fernández & Palma Peña Jiménez (orgs.), *Historiografía Lingüística: Líneas acTuales de Investigación*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2012, pp. 327-330.

25. *Reglas pera Enformarmos os Menços en Latin*, Autor anônimo, MS Oxford, Bodleian Library, Digby 26, fol. 76r. *apud* Gonçalo Fernandes, *Syntax in the Earliest Latin-Portuguese Grammatical Treatises. Historiographia Linguistica*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, vol. 44, n. 2, 2017a, p. 231.

XIV – na *Grammatica Speculativa* de Tomás de Erfurt (c. 1310), por exemplo. Estão igualmente ausentes observações como as que figuram em um tratado avançado como os *Notabilia Alcobacenses*. Nesse sentido, pode-se afirmar, conforme Law<sup>26</sup>, que as *Reglas* são uma manifestação da *grammatica positiva* (gramática prática) meridional: um gênero didático subsidiário da gramática vernacular medieval do sul da Europa. Nessa perspectiva<sup>27</sup>, as *Reglas* podem ser classificadas como um texto gramatical vernacular medieval.

Como as *Reglas*, os *Notabilia Alcobacenses* também apresentam exemplos em português e discutem tópicos estritamente gramaticais. Porém, além das discussões sobre morfologia e fonologia, observa-se no tratado de Caracena a abordagem de assuntos avançados: particularidades sobre a sintaxe e a semântica do latim, incluindo em seus fólios um volume considerável de questões atinentes a figuras de linguagem e discussões de cunho nocional ou até mesmo de caráter filosófico. Esses interesses, que vão além das questões elementares, demonstram seu parentesco com a tradição dos gramáticos que Law classifica como intencionalistas, notadamente Robert Kilwardby, muito citado nos *Notabilia Alcobacenses*. Tais características distinguem nitidamente o tratado alcobacense de materiais didáticos como as *Reglas* ou os doutriniais. Assim, ainda que, segundo Fernandes<sup>28</sup>, entenda-se que os *Notabilia Alcobacenses* poderiam ser integrados no gênero da *grammatica positiva* do sul da Europa – em que a gramática é mais *ars* do que *scientia*

26. Vivien Law, *The History of Linguistics in Europe: from Plato to 1600*, Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 179.

27. *Idem*, 190.

28. Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”, p. 185.

–, pela abrangência dos assuntos que compreende, não se pode imediatamente classificá-lo como representante dessa vertente. Nesse sentido, nas palavras de Fernandes<sup>29</sup> podemos dizer que é “[...] significativo que os *Notabilia* cite os especulativos medievais do norte da Europa, especialmente os escolares de Paris, Pedro Helias (c. 1100 - *post* 1166) e Robert Kilwardby (1215-1279)”. Depois das considerações acima, poderíamos nos perguntar: os *Notabilia Alcobacenses* constituem um texto híbrido ou são apenas um típico tratado gramatical avançado, fiel a seu contexto intelectual? Em resposta, podemos sugerir que a influência da gramática especulativa e intencionalista nos *Notabilia* de Alcobça seja explicada segundo a diretriz chamada por Koerner<sup>30</sup> de princípio da contextualização, com que se estabelece o clima de opinião em que se desenvolvem as teorias linguísticas. Esse clima de opinião, no caso do tratado de Caracena, está situado no que hoje conhecemos como Europa ocidental, a partir do século XII, cuja essência ou espírito do tempo, *Zeitgeist*, é o fenômeno da Cristandade católico-romana influenciada pelo aristotelismo do método escolástico em seus centros de formação intelectual, a saber, nos mosteiros, nas escolas das catedrais e, a partir do século XIII, nas universidades. Trata-se de uma condição abrangente e omnipresente da Idade Média ocidental, *sine qua non* para compreendermos a circulação de ideias e, em particular, o desenvolvimento e disseminação de teorias linguísticas. Nesse sentido, vale lembrar que o

29. Gonçalo Fernandes, “Textos Gramaticais Latino-Portugueses na Idade Média”, em Elena Battaner Moro, Vicente Calvo Fernández & Palma Peña Jiménez (orgs.), *Historiografía Lingüística: Líneas acTuales de Investigación*, Münster, Nodus Publikationen, vol. I, 2012, p. 333.

30. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografía Lingüística: Estudos Seleccionados*, e m Rolf Kemmler e Cristina Altman (orgs.), Prefácio de Carlos Assunção, Vila Real, Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEL/UTAD), 2014, p. 58.



*status* do latim fizera dele não apenas a segunda língua da Europa, mas também a língua de trabalho das reflexões sobre a linguagem. Assim, a gramática, como arte ou disciplina científica, e a língua latina, como língua do trabalho intelectual, tornaram-se praticamente sinônimos. Portugal não foi uma exceção para essa regra:

Efetivamente, o ensino da gramática em Portugal no período medieval integrava-se claramente na área meridional europeia, ainda que tenha havido grande mobilidade, especialmente, dos monges de Santa Cruz, entre as várias universidades europeias, nomeadamente com a Universidade de Paris, inclusivamente com bolsas atribuídas pela corte portuguesa para esse efeito. Exemplo disso é a concessão por parte de D. Sancho I (1154–1211) de 400 morabitinos ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, em 1190, para os Cónegos Regrantos de Santo Agostinho irem estudar em França (Carvalho 1986: 27-28), terra natal de seu avô, o conde D. Henrique (1066–1112). Contudo, se a primeira dinastia portuguesa (Dinastia de Borgonha) tinha estreitas ligações com a França, a segunda dinastia (de Avis), a partir de 1383, mantinha fortes relações com a Casa Real Inglesa, em virtude do casamento do rei D. João I (1358–1433) com Philippa of Lancaster ou, em português, Filipa de Lencastre (1359–1415), irmã do rei de Inglaterra Henry IV (1366–1413), razão pela qual talvez se explique a presença do Manuscrito Digby 26 em Inglaterra<sup>31</sup>.

Fruto desse clima de opinião, os *Notabilia Alcobacenses* integram um misto de gramática prática (*grammatica positiva*) – um gênero didático subsidiário da gramática vernacular medieval da Europa –, uma forte influência das ideias da *grammatica speculativa* dos *modistae* e um visível impacto das reflexões dos gramáticos intencionalistas medievais<sup>32</sup>.

31. Gonçalo Fernandes, “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”, p. 185.

32. Em um diálogo crítico com a gramática dos modistas, escolásticos como Roger Bacon e Robert Kilwardby atacaram questões pragmáticas respectivas aos atos de fala e estilo em suas discussões das figuras de linguagem; assim, a gramática intencionalista ia além dos tratados sobre os modos de signifi-

Passemos agora à consideração de alguns exemplos de discussões semânticas intencionalistas, ou seja, de extensões da *grammatica speculativa*, encontrados nos *Notabilia Alcobacenses*. Além de situarem o texto no âmbito da influência da tradição modista e especulativa, esses exemplos atestam o legado de uma tradição que remonta ao gramático bizantino Prisciano Cesariense (século VI), quer de modo direto quer por meio de seus intérpretes medievais, em especial Pedro Helias. Como se trata de assuntos mais intimamente relacionados com questões avançadas, podem ser chamados de especulativos e até mesmo intencionalistas, pois apresentam uma nítida preocupação relacionada a questões semânticas e a discussões teóricas e metodológicas.

#### **NOTABILIA ALCOBACENSES: ENTRE MODISTAS E HUMANISTAS**

O tratado de Juan Rodríguez de Caracena é escrito em Alcobça por volta de 1427. Assim, é possivelmente menos de duas décadas anterior às primeiras menções em Portugal à gramática humanista<sup>33</sup> e talvez pouco mais de dez anos posterior às *Regulae Grammaticales*, de Guari-

car. Caracena persegue essas questões em sua obra, por isso, a classificação de seu tratado não é trivial. De acordo com Vivien Law, *The History of Linguistics in Europe: from Plato to 1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 177, o intencionalismo gramatical questionava a abordagem puramente sintático-semântica dos tratados modistas, que foram a corrente principal das reflexões linguísticas dos séculos XIII e XIV.

33. Segundo Carlos Assunção, Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”, vol. 4, p. 113, as primeiras menções à gramática humanista em Portugal, chamada de “grammatica nova”, são de 1442, 1449 e 1450: “se a designação ‘mestre de grammatica nova’ surge em 1442, em documento notarial referido por António Martins, Beja, a expressão ‘grammatica nova’ volta a aparecer a propósito da aquisição, por D. Afonso V, de ‘dous livros de grammatica darte nova’, 1449, e de ‘hum livro de grammatica nova’, 1450”.

no Veronese (1374-1460). Segundo Percival<sup>34</sup>, o trabalho de Veronese foi escrito em algum momento anterior a 1418.

Do ponto de vista didático de sua retórica, as *Regulae* de Veronese são uma ruptura inaugural com os modelos estabelecidos pela gramática especulativa e modista do período imediatamente anterior (século XIII e XIV). Seu objetivo não é fornecer explicações nocionais dos fenômenos linguísticos, partindo de certos princípios lógico- metafísicos para chegar a determinadas conclusões linguísticas. A meta é o ensino pragmático da escrita e leitura de textos latinos.

Contudo, apesar dos desenvolvimentos, não se pode dizer que haja uma revolução no que diz respeito à sintaxe no tratado de Veronese. O humanista propõe essencialmente a mesma sintaxe dos gramáticos do século XIV, porém, acrescenta uma variedade de assuntos práticos: flexões nominais irregulares, comparativos, pronomes relativos, figuras de sintaxe etc<sup>35</sup>. Todavia, segundo os autores, embora utilize um arcabouço inspirado na sintaxe da gramática especulativa ou modista, Veronese pretende “expurgar da teoria gramatical conceitos denunciadores da ligação que, antes [ou seja, nos tratados modistas], se havia estabelecido entre lógica e gramática”. Porém, trata-se visivelmente de uma ruptura parcial. Não só pela adaptação da sintaxe modista, como se disse acima, mas também porque o princípio geral da separação entre

34. W. Keith Percival, “The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars”, em T. A. Sebeok (org.), *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*, The Hague/Paris, Mouton, 1975, p. 238 *apud* Carlos Assunção e Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”, vol. 4, p. 110.

35. W. Keith Percival, “Renaissance Linguistics: General Survey”, em Ronald E. Asher (org.), *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. 7, 1. ed., Oxford/Seoul/Tokyo, Pergamon Press Ltd., 1994, pp. 3540-3544, *apud* Carlos Assunção e Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”, vol. 4, p. 110.

lógica e gramática é uma herança, consciente ou não, que o humanista recebe dos modistas e de outros linguistas medievais. De fato, o princípio de autonomia da gramática que rege as *Regulae Grammaticales* de Guarino Veronese é o mesmo dos *Notabilia Alcobacenses* de Caracena e dos tratados modistas dos séculos XIII e XIV.

Os *Notabilia Alcobacenses* estão mais próximos das *Regulae* de Veronese do que estas últimas das gramáticas modistas dos séculos imediatamente anteriores. O distanciamento talvez seja maior não só porque Caracena e Veronese são praticamente contemporâneos. Talvez seja possível concluir que os *Notabilia Alcobacenses* fossem uma obra de transição: têm elementos claramente modistas e especulativos, especialmente ao citar gramáticos e soluções modistas, mas suas preocupações didáticas no que tange à maneira como se debruçam sobre questões específicas é uma característica que será privilegiada a partir de meados do século XV e, de fato, representará a proposta fundamental das novas gramáticas humanistas.

Tal como sugere Percival, “[foram] relevantes para a teoria gramatical renascentista certas correntes da tradição gramatical na Europa meridional (neste caso, a Provença e o norte da Itália) que coexistiram em parte com o desenvolvimento da gramática modista na Alemanha e no norte da França”, tendo sido essa “versão meridional da tradição gramatical ocidental que, ao florescer nos séculos XIII e XIV, forneceu fundamentação teórica à gramáticas humanistas do séc. XV” (Percival apud M. S. Barreto 1988: 166 – a tradução portuguesa é da responsabilidade de Barreto). Daí que a gramática pareça, com efeito, perder alguns de seus elementos herdados dos Modistas. Por um lado, os termos do aparelho metalinguístico sofrem uma redução, vendo-se a diassintáctica objecto de excisões sucessivas até quase se reencontrar com a sintaxe prisciânica e, conseqüentemente, com o modelo que Prisciano confessadamente quis imitar, a saber, o *Peri sintaxeos* de Apolônio Díscolo, e anulam-se os

excursos em que cabiam as controvérsias sobre questões de método e de coesão na arte de interpretar e representar a realidade<sup>36</sup>.

Do que se disse anteriormente, queremos ressaltar que o princípio da autonomia da gramática com relação à lógica foi um elemento essencial da fundamentação teórica que a gramática modista dos séculos XIII e XIV legou ao humanismo do séc. XV. De fato, a gramática já alcançara um novo estatuto e deixara de ser entendida como disciplina propedêutica muito antes do século XV. Já no século XII conquistara sua autonomia a partir do pioneiro trabalho de Pedro Helias (c. 1100-1166), com Robert Kilwardby (c. 1215-1279)<sup>37</sup> no século XIII, e, de modo cabal, com os gramáticos modistas (1250-1350), que delimitaram em definitivo o âmbito da gramática, diferenciando-a radicalmente das outras disciplinas, especialmente da lógica. A gramática, como ciência especulativa, fora há muito desvinculada da retórica e dos estudos literários. De fato, a partir do século XII e, de maneira completa, no final do século XIII, a gramática é pensada e formulada conscientemente como uma disciplina científica, do ponto de vista aristotélico.

Robert Kilwardby é um dos gramáticos mais citados nos *Notabilia*

36. Carlos Assunção e Maria Helena Santos, “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”, vol. 4, p. 112.

37. Arcebispo da Cantuária (1273-1278), frade dominicano, fora professor de lógica e gramática na Universidade de Paris. Escreveu um comentário à sintaxe de Prisciano, ou seja, aos livros XVII e XVIII das *Institutiones Grammaticae*, também conhecidos como *De Constructione* (Sobre a Construção). Sua obra mais conhecida, *De Ortu Scientiarum* (Sobre o Jardim das Ciências), oferece uma classificação das ciências e estudos sobre as diferentes disciplinas, incluindo seus objetos, finalidades e definições; a gramática é definida por ele como “a ciência do discurso que ensina a dar significação gramatical para todo conceito da mente” (*scientia de sermone docens omnem animi conceptionem congrue significare*) (Robert Kilwardby, *De ortu scientiarum*, Oxford, The British Academy/The Pontifical Institute of Medieval Studies, 1976, Cap. LI, 484, 14-15).

*Alcobacenses*. Em seu esforço para demonstrar a autonomia da gramática, diferenciando-a da lógica, discutiu a noção de palavra. Para ele, a palavra é uma parte do discurso gramatical (*pars orationis*), e assim não constitui, em sentido próprio, uma unidade significativa, como é o caso dos termos da proposição na lógica.

O gramático, tendo por objeto o estudo da oração, deve definir seus constituintes como partes da oração, definição que se aproxima da de Prisciano. Porém, Roberto Kilwardby se opõe frontalmente à definição da parte da oração como unidade significativa, pois a gramática, uma vez que não estuda a significação, e sim a construção dos enunciados, deve definir as palavras não como unidades significativas, mas como “construtíveis” (*constructibilis*), dada sua potencialidade de ser uma “parte da oração”<sup>38</sup>.

Além disso, segundo Kilwardby, a gramática é uma ciência possuidora de princípios, método, objetivos e objetos próprios. Para ele, os modos de significar (*modi significandi*) das palavras são o princípio de que se deriva o método de análise da gramática especulativa, seu objeto são as partes do discurso e suas construções; o objetivo é oferecer explicações racionais a respeito da gramaticalidade das construções. Assim, segundo o autor do *De Ortu Scientiarum*, o empreendimento modista difere radicalmente da pesquisa em lógica.

O objetivo da lógica é separar o verdadeiro do falso; se a verdade tem origem na significação das proposições e das palavras, a significação vem a ser o princípio da lógica e suas unidades são as palavras (*dictiones*) enquanto “vozes significativas”. A gramática tem por fim definir o correto e o incorreto, e é sabido que a correção não tem origem na significação: para o gramático, *homo est animal* (“o homem é

38. Lucas Consolin Dezotti, “As ‘Partes da Oração’ de Donato aos Modistas”, *REVEL*, vol. 8, n. 14, 2010, p. 4.

animal”) e *homo est lapis* (“o homem é pedra”) são igualmente aceitáveis; o problema da segunda frase não é gramatical, mas lógico. Distinguindo assim “congruente e incongruente” e “próprio e impróprio”, os modistas encontraram nos modos de significar o princípio que permite definir suas unidades apenas como unidades de construção (*constructibiles*) e, além disso, que permita estabelecer regras de construção de enunciados corretos<sup>39</sup>.

Como vimos, não se pode dizer que os modistas não separavam a gramática da lógica e de outros saberes ou que entendiam os estudos gramaticais apenas como propedêuticos das outras artes do *trivium* e *quadrivium*. Muito pelo contrário, no âmbito do Escolasticismo, houve um esforço intelectual consciente, provavelmente ainda pouco avaliado, de classificação e organização das ciências, que definitivamente considerava a gramática como ciência autônoma. Os humanistas herdaram os resultados desse esforço, mas consideraram a gramática como *ars* e um estudo propedêutico das outras disciplinas.

Os *Notabilia Alcobacenses* possuem discussões que corroboram o princípio de autonomia da gramática com relação à lógica e à metafísica. Assim, no fólio 43r, Caracena defende um ponto de vista controverso como solução para a questão da precedência do verbo sobre o nome em caso nominativo. Ou seja, dá uma resposta à questão sobre se o verbo rege o nominativo ou o contrário. O monge alcobacense opta pela posição segundo a qual o verbo rege o nominativo, o que parece afetar a correspondência “linguagem-intelecto-mundo” da perspectiva modista. Assim, aparentemente haveria uma cisão entre a lógica aristotélica e a teoria dos modos de significar – mas apenas se essa correspondência fosse interpretada como indicativa de uma dependência da gramática na lógica

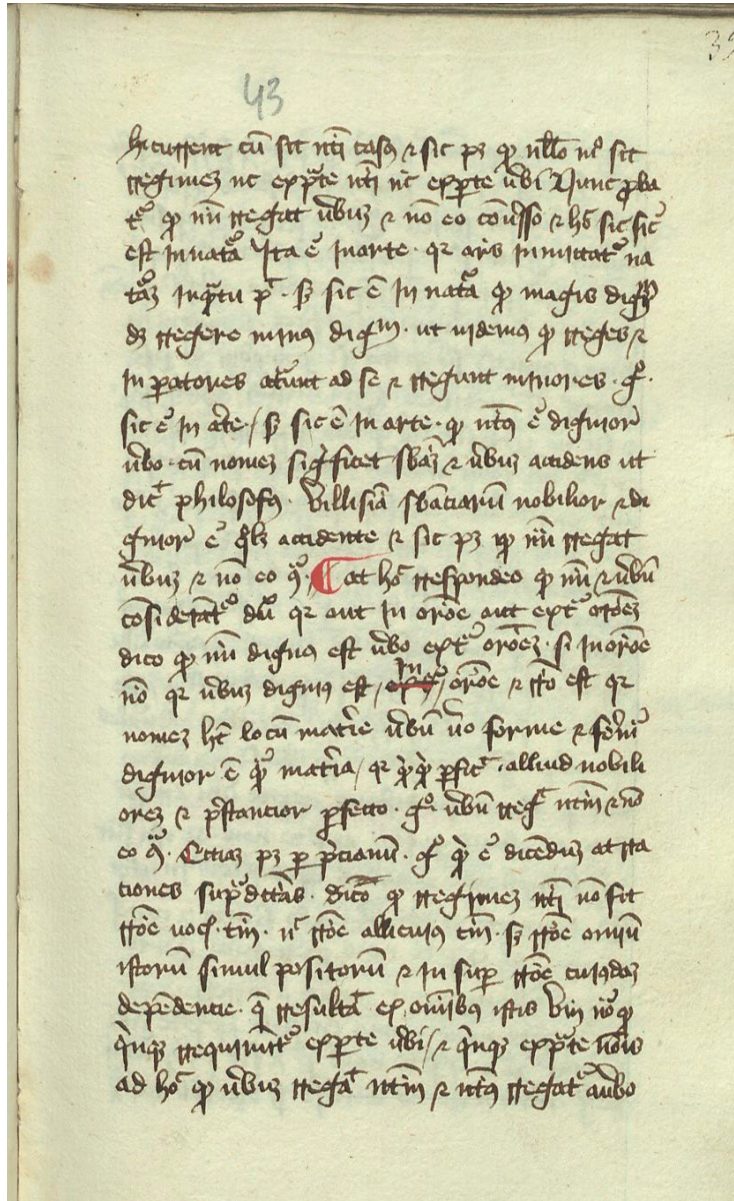
39. *Idem*, p. 7.

e ontologia. Contudo, não há contradição: o fato de o verbo reger o nominativo ressalta a distinção entre a linguagem e a realidade extramental.

Na teoria modista, os modos de significar (*modi significandi*) das palavras correspondem aos modos de entender (*modi intelligendi*) dos conceitos do intelecto e às propriedades reais das coisas do mundo (modos de ser, *modi essendi*). Entretanto, Caracena nos lembra que a linguagem, o intelecto e o mundo, embora correspondam formalmente entre si, distinguem-se materialmente. Ou seja, a correspondência “mundo-intelecto-linguagem” é somente formal (epistemológica). Além disso, Caracena explica que, no mundo, a substância antecede ontologicamente os seus acidentes (*ut dicit philosophus*, i.e., Aristóteles), porém, no discurso, o verbo corresponde à forma e o nominativo à matéria. Logo, como é a forma que leva a efeito e causa o conhecimento de alguma coisa, o nominativo é regido pelo verbo e não o contrário. Essa solução aparece depois de uma longa discussão nos fólhos anteriores, na seção sobre regência (*de regimine*). Vale observar que, nesse caso específico, Caracena aplica a distinção aristotélica “matéria-forma” para resolver uma questão linguística, sendo consistente com o quadro teórico do aristotelismo. Contudo, embora parta de pressupostos modistas, vai além de um modismo *stricto sensu*.



Figura 1. O verbo rege o nominativo



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (fol. 43r, Códice Alcobacense 79).

[Transcrição:] [fol. 43r] (p. 77)

*hic?? current cum sit nominatiuj casus et sic patet quod nullo modo fit rregi-  
mem nec ex parte nominatiuj nec ex parte uerbi Tunc probatur quod nomen rregat  
uerbum et non eo conuersso et hoc sic sicut est jn natura jta est jnarte. que ars jn  
mjhttatur naturam jnquanto post sed sic est jn natura quod magis dignum  
debet rregere minus dignum. ut ujdemus quod rreges et*

in peratores aturunt as se et rregunt mjnores. ergo.  
 sic est in aterel sed sic est in arte. quod nominatiuus est dignior  
 uerbo. cum nomem significet substanciam et uerbum actidens ut dicit philoso-  
 fus. Villisiua substanciorum nobilior et di-  
 genior est qualem actidente et sic patet iquod nomino rregat  
 uerbum et non co contra. At hoc rrespondeo quod nomen et uerbum consi-  
 deratur duplex que aut in oracione aut extra ordinem dico quod nomino dignus est  
 uerbo extra oracionem. si in oracione nomino que uerbum dignus est in oracionem  
 et rromancio est que nomem habent locum materie uerbum uero forme et formam  
 dignior est quam materia/que quid quid perficit. aliud nobili orem et prestancior per-  
 fecto. ergo uerbum rregit nominatiuum et non eo contra. Ectiam patet per pricianum.  
 ergo quid est dicendum at rrationes supra dictrias. dico quod rregimem nominatiui  
 non fit rratione uocis. tamen. nec rratione allicujus tamen. sed rratione omjnum isto-  
 rum simul positorum et in super rratione cuiusdam  
 dependencie. que rresultat ex omjibus istis vnum nota que quinque rrequiruntur  
 exparte uerbi et quinque exparte nominis  
 ad hoc quod uerbum rregant nominatiuum et nominatiuus rregatur a uerbo<sup>40</sup>

[Tradução:]

aqui [??] correm [??] como seja de caso nominativo. E assim fica evidente que  
 nenhum modo produz o regime quer da parte do nominativo quer da parte do ver-  
 bo. ]<sup>41</sup>. Desse modo se demonstra que o nome rege o verbo e não o contrário, e,  
 assim, na natureza acontece como na arte, porque a arte imita a natureza na medida  
 do possível: na natureza ocorre que o mais digno deve reger o menos digno, como  
 observamos que os reis e os imperadores lideram e regem os menores. Portanto, é  
 também assim na arte [grammatical], em que o nominativo é mais digno do que o  
 verbo, já que o nome significa a substância e o verbo, o acidente, como diz o Filósofo  
 [Aristóteles]: a mais vil das substâncias é mais digna que um acidente; e, desse modo,

40. Transcrição de Mónica Augusto, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, *Transcrição dos Notabilia Alcobacenses*, I. Versão, Vila Real, UTAD/CEL, 2012. fol. 43r, p. 77.

41. O trecho que termina aqui é a conclusão do raciocínio do fólio anterior: a discussão é retomada logo a seguir.

fica evidente que o nome rege o verbo e não o contrário.

Entretanto, respondo que o nome e o verbo são considerados de duas maneiras diferentes: na oração e na ordem externa [dimensão ontológica ou extra-linguística], porque o nome, fora da oração [isoladamente], é mais digno do que o verbo, contudo, o verbo é mais digno do que o nome na oração, e isso também em romance, porque o nome toma o lugar da matéria e o verbo o da forma, e a forma é mais digna do que a matéria, porque aquilo que leva a efeito uma outra coisa, direi que é mais excelente e plenamente realizado. Portanto, o verbo rege o nominativo e não o contrário. E isso fica evidente em Prisciano, por isso se deve reafirmar as explicações anteriores.

Afirmo que o regime do nominativo não se realiza devido à [forma da] voz e por nenhum outro motivo outro que não seja aqueles todos que foram expostos a respeito e em razão de uma certa dependência.

Observa que, de tudo que se discutiu até aqui, resulta que são requeridos cinco [modos de significar] da parte do verbo e cinco da parte do nome e que o verbo rege o nominativo e o nominativo é regido pelo verbo.

O objetivo dos *Notabilia Alcobacenses* é ensinar exceções e pontos avançados de sintaxe latina para falantes do português. Entretanto, suas discussões vão além do estudo de tópicos gramaticais específicos, como, por exemplo, o estudo prático dos participípios e da voz passiva. Assim, o tratado de Caracena diferencia-se de obras didáticas anteriores, como as *Reglas* e os doutriniais, que eram direcionados a níveis iniciais e intermediários de ensino da língua latina. O tratado de Caracena ataca questões pragmáticas relacionadas à intencionalidade das construções, indo além dos aspectos mais estritamente sintáticos discutidos nos textos modistas, embora possa partir dessas discussões. Desse modo, sua discussão de figuras de sintaxe atesta a assimilação nos *Notabilia Alcobacenses*, como texto didático do final do Medievo, daquilo que Vivien

Law<sup>42</sup> considera como assunto abordado teoricamente por gramáticos intencionalistas como Roger Bacon e Robert Kilwardby, sendo este último, como se disse anteriormente, citado várias vezes no tratado gramatical de Caracena.

A partir de meados do século XIII, os gramáticos intencionalistas começaram a pensar em dois níveis de significado na linguagem. O primeiro, superficial, em que operariam os modos de significar sistematizados em tratados modistas como o de Tomás de Erfurt (c. 1310). Em um segundo nível, operariam significados que tinham relação direta com a intenção do falante. Esse segundo nível, aparentemente agramatical, explicaria justamente o porquê de expressões aparentemente agramaticais serem mais bem sucedidas pragmaticamente que suas contrapartes gramaticais. Por exemplo, a expressão “Água!” – uma não oração, sem verbo – gritada por alguém, transmitiria mais eficazmente a necessidade premente de apagar um incêndio do que uma construção completa, por exemplo: “Por favor, eu preciso que me deem água pois há um incêndio a ser apagado!”

Outro exemplo de questões relacionadas a aspectos pragmáticos são as discussões da natureza performativa da linguagem – por exemplo, expressões litúrgicas utilizadas na administração de sacramentos, como o batismo. Essas discussões, já a partir do século XII, acabaram por se constituir em uma corrente teórica paralela à teoria modista, e abriram espaço para a discussão de figuras de sintaxe em textos especulativos didáticos, como o tratado de Caracena, em que há, por exemplo, uma seção inteira dedicada à sinédoque.

42. Vivien Law, *The History of Linguistics in Europe: From Plato to 1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 177-178

Para melhor entender como essas discussões que vão além da teoria modista aparecem no tratado português, passaremos, nos parágrafos a seguir, à consideração de um excerto selecionado do fólio 69v, questões também discutidas nos fólhos 69r a 77r, em que o monge de Alcobaça discute tópicos relacionados a construções relativas no contexto de discussões concernentes à figura da sinédoque<sup>43</sup>. Para isso, como fizemos acima, utilizaremos facssimile dos fólhos do manuscrito original, que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal [Códice Alcobacense 79, BNP], bem como as transcrições e análises de Augusto, Fernandes e Kemmler<sup>44</sup> e nossas traduções.

No manuscrito, o passo que vai do fólio 69r ao 77r corresponde a uma seção intitulada *De Sinedochica Figura* (Sobre a Figura da Sinédoque), em que são discutidas construções que se baseiam nessa figura, o que leva, ao final da seção, ao assunto mais amplo da referenciação. Vale ressaltar que o tratado de Caracena, ao abordar problemas de intencionalidade, caracteriza-se por discussões que vão além das discussões modistas usuais, porque estas se restringiam ao âmbito frasal e aos modos de significar das palavras. Esse fator caracteriza o tratado de Caracena não só como texto didático para os níveis mais avançados de ensino da sintaxe latina, mas também como obra de transição entre os estudos da linguagem desenvolvidos na Idade Média e no Renascimento. De fato, como os gramáticos modistas

43. A sinédoque é um tipo de metonímia que se baseia em uma relação quantitativa entre o significado original da palavra utilizada e o conteúdo semântico do referente que pode ser de tipo parte pelo todo, gênero pela espécie e singular pelo plural: “braços para o trabalho” por “trabalhadoras/es”, “galinha” por “galináceo”, “estudante” por “estudantes”.

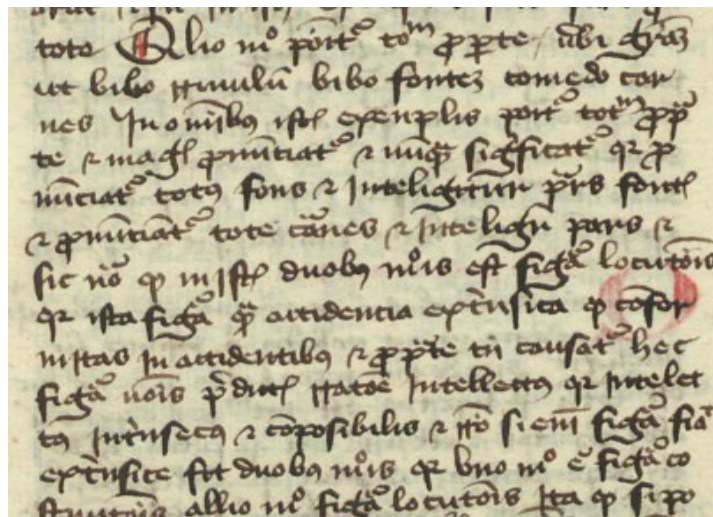
44. Mónica Augusto, Rolf Kemmler e Gonçalo Fernandes, *Transcrição dos Notabilia Alcobacenses*, 1ª. versão, Vila Real, UTAD/CEL, 2012.



adotavam um modelo de dependências sintáticas de tipo item-a-item, suas discussões normalmente concentravam-se em relações hierárquicas entre duas partes da frase.

Na sequência da discussão<sup>45</sup>, Caracena distingue, do ponto de vista semântico, dois tipos de sinédoque, em que a parte é entendida pelo todo, respectivamente, a sinédoque *stricto modo* (“de modo estrito”) e *largo modo* (“de modo amplo”). Além disso, faz outra distinção: a sinédoque que significa o todo pela parte pode ser de entendimento extrínseco ou intrínseco. No primeiro caso, pode haver coincidência entre o aspecto formal da expressão e seu significado e, assim, estamos diante de uma figura de locução; quando não há essa conformidade e a expressão aparece no acusativo, é chamada de figura de construção. O critério é a divergência ou coincidência entre forma e significado.

Figura 2. Sinédoque extrínseca



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (fol. 69v, Códice Alcobacense 79, p. 130).

45. Juan Rodríguez de Caracena, *Hic Incipiunt Notabilia que Fecit Cunctis* (= *Notabilia*), MS Lisbon, National Library of Portugal, Alc. 79, ff. 5r–93v. 1427, fólio 69v. Disponível em: <http://purl.pt/24440>. Acesso em: 30 jul. 2023

Segue a transcrição de parte do fólho 69v, em que Caracena discute o que chama de sinédoque de entendimento extrínseco.

[...] *Alio modo ponitur totum pro parte uerbi gratiam ut bibo rrilum  
 bibo fontem comedo car  
 nes Jn omnibus istis exemplis poitur totum propar  
 te et magis pronuntiat et nunqua significatur pars fontis et pronuntiantur  
 tote carnes et jnteligere pars et  
 sic nota quod mjstis duobus modis est figura locutionis que ista figura quae  
 actidencia extrinsica quod confor mjtas jn actidentibus et pro parte tamen  
 causatur hec figura nominis pre dentis rratione jntellectus que jntelet  
 tus jntrinsecus et compositibilis et rromancio si enjm figura fiat extrinsice fit duobus  
 modis que vno modo est figura con structionis allio modo figura locutionis  
 [...]*<sup>46</sup>

[Tradução:]

O todo é colocado no lugar da parte também de outra maneira, por exemplo, quando digo: “estou bebendo um riacho”, “estou bebendo uma fonte”, “como carnes”. Em todos esses exemplos: o todo é colocado pela parte, e se profere mais do que é significado, a saber, parte da fonte, e são proferidas todas as carnes para entender uma parte.

Assim, observa que existe uma figura de locução com dois modos e que a figura apresenta acidentes extrínsecos, pois há conformidade acidental por meio da parte, embora esta seja causada

na figura pelo nome precedente, para que haja inteligibilidade. Esse entendimento extrínseco também é possível em romance. Se a figura é produzida extrinsecamente, ocorre de dois modos: por um modo é uma figura de construção, por outro, uma figura de locução [...]

46. Transcrição: Mónica Augusto, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, *Transcrição dos Notabilia Alcobacenses*, 1ª. Versão, Vila Real, UTAD/CEL, 2012, fol. 69v., p. 130.

## CONCLUSÃO

Os *Notabilia Alcobacenses*, no que diz respeito a suas fontes bibliográficas, é sem dúvida um objeto privilegiado para a compreensão da fortuna das teorias linguísticas da Idade Média. De fato, trata-se de um texto de transição da gramaticografia latino-portuguesa: aparece no início do século xv e, desse modo, encontra-se historicamente depois dos tratados modistas e das obras didáticas (doutriniais) da Idade Média, sendo imediatamente anterior ou praticamente contemporâneo das primeiras gramáticas humanistas. Além disso, é uma obra importante para a compreensão do advento de gêneros gramaticais do final do Baixo Medievo, difundidos em Portugal naquela época, como as *grammaticae prouerbianti* e os *notabilia*. Ressaltem-se também as fontes indiretas da sintaxe de Prisciano presentes nos *Notabilia Alcobacenses*, mais notavelmente a *Summa Super Priscianum*, uma das obras mais citadas no manuscrito.

Ao concluir este capítulo, entre outras impressões, ressaltamos a admirável tenacidade da sintaxe modista, de sua longevidade no clima de opinião humanista, que em muitos aspectos procurou superar o pensamento aristotélico medieval sobre ensino da língua latina. A semântica lógico-metafísica em que se fundamentou a teoria de Tomás de Erfurt (século xiv), com suas noções de alteridade, substância e acidentes, remonta à lógica e à metafísica de Aristóteles, tendo seu antecedente gramatical mais antigo, no mundo de expressão latina, nas *Institutiones Grammaticae* de Prisciano Cesariense, um gramático bizantino do século vi que estava interessado, acima de tudo, em demonstrar a igualdade de *status* entre o grego e o latim clássico. Esse legado continuou vivo no contexto dos estudos da linguagem depois do século xv.



Chegamos à conclusão de que possivelmente muitas das premissas que fundamentam as teorias que surgiram ao longo dos séculos na tradição gramatical só podem ser compreendidas em profundidade quando são levadas em conta as ideias aristotélico-platônicas, estoicas e medievais que fundamentam essas premissas. Assim, não nos parece possível um entendimento mais pleno da razão profunda dos conceitos operacionais da Gramática Tradicional sem um conhecimento prévio de seus fundamentos epistemológicos e das teorias e contextos em que surgiram e estiveram inseridos, cuja compreensão frequentemente nos leva a autores da Idade Média e Antiguidade Clássica. Tal conhecimento oferece uma oportunidade para linguistas de hoje que queiram conhecer de um modo mais profundo e abrangente seu campo de atuação em suas dimensões histórica e filosófica.

## REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Carlos; SANTOS, Maria Helena. “Da Idade Média ao Renascimento: Percursos Gramaticais”. In: SOARES, Nair de Castro (coord.) & MOREDA, Santiago López (coord.). *Gênese e Consolidação da Ideia de Europa: Idade Média e Renascimento*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vol. 4, pp. 105-119.
- AUGUSTO, Mónica; KEMMLER, Rolf & FERNANDES, Gonçalo. *Transcrição dos Notabilia Alcobacenses*, 1ª. Versão. Vila Real, UTAD/CEL, 2012.
- BARRETO, Manuel Saraiva. “Os Notabilia Gramaticais Alcobacenses”. *Euphrosyne*, vol. 13, pp. 79-94, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1484/J.EUPHR.5.126729>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BECCARI, Alessandro Jocelito. *Uma Tradução da Grammatica Speculativa, de Tomás de Erfurt, para o Português: Acompanhada de um Estudo Introdutório, Notas e Glossário*, 500 f. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/30657>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- CARACENA, Juan Rodríguez de. *Hic Incipiunt Notabilia que Fecit Cunctis (= Notabilia)*. Ms Lisbon, National Library of Portugal, Alc. 79, ff. 5r-93v. 1427. Disponível em: <http://purl.pt/24440>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- CESARIENSE, Prisciano. “Institutiones grammaticae”. In: KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici latini: Prisciani institutionum grammaticarum libri i-xviii*. Leipzig, Teubner, 1855.
- DEZOTTI, Lucas Consolin. “As ‘Partes da Oração’ de Donato aos Modistas”. *REVEL*, vol. 8,

n. 14, 2010.

- FERNANDES, Gonçalo. “Textos Gramaticais Latino-Portugueses na Idade Média”. In: MORO, Elena Battaner; FERNÁNDEZ, Vicente Calvo & JIMÉNEZ, Palma Peña (orgs.). *Historiografía Lingüística: Líneas actuales de Investigación*. Münster, Nodus Publikationen, vol. 1, 2012, pp. 326-339.
- FERNANDES, Gonçalo. “Gramática Especulativa Medieval em Portugal: os Notabilia Alcobacenses”. In: VAQUERO, María Luisa Calero; ZAMORANO, Alfonso; PEREA, F. Javier; MANGA, M<sup>a</sup> del Carmen García; MARTÍNEZ-ATIENZA, María (orgs.). *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*. Münster, Nodus Publikationen, vol. 1, 2014, pp. 183-192. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6217>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Contributos para a História da Gramaticografia Medieval Latino-Portuguesa: Dois Manuscritos dos Séculos XIV e XV”. In: SÁNCHEZ, Eulalia Hernández & MARTÍNEZ, María Isabel López (orgs.). *Sodalicia Dona: Homenaje a Ricardo Escavy Zamora*. Murcia, Departamento de Lengua Española y Lingüística General / Universidad de Murcia, 2015, pp. 181-198.
- \_\_\_\_\_. “Sources of the *Notabilia* (1427), a Medieval Handwritten Grammatical Treatise from the Portuguese Monastery of Alcobaca”. *Folia Linguistica*, vol. 51, n. s38-s1, pp. 75-89, 2017b.
- \_\_\_\_\_. Syntax in the Earliest Latin-Portuguese Grammatical Treatises. *Historiographia Linguistica*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, vol. 44, n. 2, 2017a, pp. 228-254.
- FORTES, Fábio da Silva. *Sintaxe Greco-Romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na História do Pensamento Gramatical Antigo*, 406 f. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de Doutorado em Linguística. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.863042>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- GÊNOVA, Giovanni Balbi De. *Catholicon*. s. l.: s. ed., 1286.
- HELIAS, Petrus. *Summa Super Priscianum*. In: REILLY, Leo (org.). Ontario, Pontifical Institute of Medieval Studies, 1993.
- KILWARDBY, Robert. *De ortu scientiarum*. Oxford, The British Academy/The Pontifical Institute of Medieval Studies, 1976.
- KEMMLER, Rolf. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, Obra e Atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main, Domus Editoria Europaea, 2007.
- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Quatro Décadas de Historiografia Lingüística: Estudos Seleccionados*. In: KEMMLER, Rolf & ALTMAN, Cristina (orgs.). Prefácio de Carlos Assunção. Vila Real, Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEL/UTAD), 2014.
- LAW, Vivien. *The History of Linguistics in Europe: From Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PERCIVAL, W. Keith. “Renaissance Linguistics: General Survey”. In: ASHER, Ronald E. (org.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. 7, 1 ed., Oxford/Seoul/Tokyo, Pergamon Press Ltd., 1994, pp. 3540-3544.
- \_\_\_\_\_. The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars. In: SEBEOCK, T. A. (org.). *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*. The Hague/Paris, Mouton, 1975, pp. 231-275.
- REGLAS pera Enformarmos os Menyos en Latin.(Autor anônimo). MS Oxford, Bodleian Library, Digby 26, ff. 76r-82v.

- TORRES, Amadeu Rodrigues. “Dos Códices Gramaticais Medievos à Gramática de Fernão de Oliveira”. In: TORRES, Amadeu Rodrigues; BECHARA, Evanildo. *Gramática e Linguística: Ensaíos e Outros Estudos*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 43-59.
- VARANDAS, José. “Cistercienses”. In: FRANCO, José Eduardo (org.). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Religiosas e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal: Cronologia da História da Vida Consagrada*. Portugal, Gradiva, 2010, pp. 109-119.



# 3



## *Ianua Linguarum*: de Roboredo (1619) a Comenius (1631)<sup>1</sup>

MARLI QUADROS LEITE<sup>2</sup>

CÍNTIA CARDOSO DE SIQUEIRA<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Neste capítulo, teceremos considerações acerca do pensamento didático-pedagógico de duas personagens importantes do cenário de ensino de línguas do século XVII: Amaro de Roboredo (~1580-165?), gramático português, e Jan Amós Comenius (1592-1670), educador morávio, para mostrar como o *horizonte de retrospectão*, formado então, foi decisivo para que esses autores trabalhassem sobre pontos comuns, estando fisi-

1. Este capítulo corresponde à versão traduzida e adaptada do artigo “*Ianua linguarum*: From Roboredo to Comenius”, originalmente publicado em *Revista da Abralín*, v. 20, n. 3, p. 375-410, 2021. DOI: 10.25189/abralin.v20i3.1948. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1948>. Acesso em: 16 maio 2023.

2. Universidade de São Paulo (USP), mqlite@usp.br.

3. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Universidade de São Paulo (USP), cinthias@utad.pt, cinthia\_siqueira@usp.br.

camente distantes entre si. O objeto do estudo é o método de ensino de línguas defendido por ambos os autores, baseado na obra *Ianua Linguarum*<sup>4</sup> (1611), dos padres irlandeses, provavelmente de autoria de William Bathe (1564-1614). Para tanto, propomo-nos a tratar de certos aspectos do *horizonte de retrospecção amplo e específico* dos autores, de modo a situá-los em seu tempo e espaço, bem como a identificar as principais ideias sobre o ensino de línguas reveladas nas seguintes obras: *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (1619) e *Porta de Línguas ou Modo Muito Acommodado para as Entender* (1623), de Roboredo, e *Ianua Linguarum Reserata* (1631) e *Didactica Magna* (1657), de Comenius.

Usamos aqui os conceitos de *horizonte de retrospecção amplo e específico*<sup>5</sup>, retomando o conceito de Auroux<sup>6</sup>, para quem o horizonte de retrospecção é “o conjunto de conhecimentos antecedentes”. Seu conceito aparece, antes de tudo, desse modo, indeterminadamente<sup>7</sup>, sugerindo que tais conhecimentos sejam aqueles existentes e válidos em um

4. IESU, Industria Patrum Hibernorum Societatis, Janua Linguarum sive modus maxime accommodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas. Industria Patrum Hibernorum Societatis Iesu, qui in Collegio eiusdem nationis Salmanticae degunt, in lucem edita: & nunc ad linguam latinam perdiscendam accommodata. In qua totius linguae vocabula, quae fraequentiora, & fundamentalia sunt continentur: cum indice vocabulorum, & translatione Hispanica eiusdem tractatus. Apud Franciscum de Cea Tesa. Salmanticae [BUS: Signatura: 34.898], 1611.

5. Ver Marli Quadros Leite, “Método de Ensino de Gramática em Portugal nos Séculos XVII e XVIII: de Roboredo a Verney”, *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Especial 30 anos, pp. 372-435, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.496>. Acesso em: 02 jul. 2021.

6. Sylvain Auroux, *Histoire des Sciences et Entropie des Systèmes Scientifiques*, Les Horizons de Rétrospection, *Geschichte der Sprachtheorie* (P. Schmitter, ed), 7 bde., Tübingen, G. Narr. Bd. I. Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik. Analysen und Reflexionen, 1987, pp. 20-42; Sylvain Auroux, “Les Modes d’Historicisation”, In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006: *Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection*, pp. 105-116. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/hel.2006.2869>. Acesso em: 30 jul. 2021.

7. Indeterminadamente no sentido de não ter especificado “antecedente de quem”.

espaço-tempo, comum a todos. São os *conhecimentos comuns*. O ciclo de produção de novos conhecimentos roda quando os autores se apropriam desse *conhecimento comum* e dele se beneficiam, indexando-o, por meio de citações (mais ou menos claras) e referências bibliográficas, ou integrando-o em seus escritos sem referenciar sua autoria; além disso, ao manejar os *conhecimentos comuns*, os autores, em geral, podem ir além deles para construir conhecimento novo que, se validado pelos pares (conjunto de interpretantes), renova a ciência, passando esse conhecimento novo a ser integrado ao núcleo do *conhecimento comum*.

Tais esclarecimentos são importantes no contexto deste trabalho porque os dois autores viveram na mesma época, entre 1580 e 1670, com uma diferença de aproximadamente dez anos entre nascimento e morte de cada um. Pela coincidência de muitas de suas ideias acerca do método de ensino de línguas, a nossa hipótese é que ambos se beneficiaram do horizonte de retrospectão comum no campo das ciências, da filosofia e do ensino de línguas.

Assim sendo, falaremos brevemente sobre cada um dos autores e, em seguida, passaremos à análise de suas ideias relacionadas tanto à educação quanto ao método de ensino de línguas, tomando como base, essencialmente, as obras suprarreferidas.

## OS HORIZONTES DE RETROSPECÇÃO DE AMARO DE ROBOREDO E JAN AMÓS COMENIUS

Sobre Amaro de Roboredo, como diz Kossarik<sup>8</sup>, não se pode di-

8. M. Kossarick, “Estudo Introdutório”, em A Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Línguas*, Fac-simile ed., Pedro Craesbeeck, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa–da–Moeda, 2002, p. 9.

zer muito, pois os dados sobre sua biografia não são conhecidos. No frontispício do *Methodo*, consta que é natural da cidade portuguesa de Algozo. Pelas dedicatórias de outras obras suas, fica-se sabendo que Roboredo foi ligado à nobreza, o que foi possível pelo relacionamento que manteve com alguns de seus alunos, pois sabe-se que um deles era filho do Conde Castelo Branco, a quem Roboredo dedicou suas obras. Ele escreveu: “aos membros da família deste nobre dedica Roboredo as suas obras lingüísticas”. Kossarik<sup>9</sup> diz ainda que “por essas dedicatórias ficamos a saber que era capelão da família”.

O século XVII não foi fértil em trabalhos gramaticais sobre a língua portuguesa, mas, sim, em trabalhos sobre a ortografia desta língua. Além disso, a produção portuguesa desse século ainda não despertou o interesse devido de linguistas e filólogos. As obras linguísticas de Amaro de Roboredo, publicadas durante a sua vida são as seguintes:

1615 - *Regras da Orthographia Portugueza.*

1615 - *Verdadeira Grammatica Latina para se Bem Saber em Breve Tempo, Scritta na Lingua Portugueza.*

1619 - *Methodo Grammatical para Todas as Linguas.*

1621 - *Raizes da Lingua Latina Mostradas em hum Trattado e Dicionario, isto he, hum Compendio do Calepino com a Composição, e Derivação das Palavras, com a Ortografia, Quantidade e Frase Dellas.*

1623 - *Porta de Linguas, Ou Methodo Muito Accommodado para as Entender* (publicado primeiro com a tradução espanhola).

1625 - *Grammatica Latina de Amaro de Roboredo. Mais Breve, e Facil Que as Publicadas Até Agora na Qual Precedem os Exemplos aas Regras.*

9. *Idem, ibidem.*



Sobre a obra *Regras da Orthographia Portugueza* não se conhece o original do autor, mas diz-se que se trata apenas de uma edição elaborada no século XVIII pelo Padre Vitorino José da Costa<sup>10</sup>. A *Verdadeira Grammatica Latina* foi considerada extinta até muito recentemente, mas foi recuperada por três linguistas portugueses há alguns anos e publicada novamente em 2007<sup>11</sup>. A obra *Raízes da Língua Latina* é um dicionário latim-português-espanhol, no qual Roboredo dá particular atenção aos problemas de “formação das palavras e às mudanças fonéticas e semânticas que ocorrem nos processos de derivação”. O livro *Porta de Linguas* é uma coleção de textos em latim, português e espanhol, enriquecida com tratados e conteúdos linguísticos, baseados na obra latina *Ianua Linguarum*, sobre a qual falaremos um pouco mais adiante. E, em seu último trabalho, *Grammatica Latina de Amaro de Roboredo*, o autor retoma em suas explicações algumas ideias pedagógicas e linguísticas do *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*<sup>12</sup>.

Kossarik<sup>13</sup> indica a citação de Cardoso<sup>14</sup>, segundo o qual, é tam-

10. Ver Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes, “Preface and Introductory study”, em Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Facsimile ed., Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística 1, 2007, p. xvi.

11. Ver Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León, “Introductory study”, em *Verdadeira Grammatica Latina para se Bem Saber em Breve Tempo, Scritta na Lingua Portugueza*, Facsimile ed. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, pp. xi–xl (Coleção Linguística, 2).

12. Ver Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes, “Preface and Introductory study”, em Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Facsimile ed., Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística 1, 2007, pp. vii–cii.

13. M. Kossarick, “Estudo Introdutório”, pp. 10–11.

14. Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa-Autores Portugueses / comp. e org. de Simão Cardoso*, Porto, Faculdade de Letras, 1994. *Anexo VII da Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*.

bém de Roboredo o seguinte texto, mas a data citada na referência é do século XVIII, especificamente 1752:

Roboredo, Amaro de: Acordo engenhoso, que conduz a estabelecer paz entre Alvaristas, Sanchistas e todos os grammaticos de bom juizo ... sobre o modo de ensinar a grammatica latina e dado em resposta a quem fala contra o Methodo ultimamente experimentado por Aleixo Nicoláo S. e inventado no século passado por Amaro de Roboredo. Lisboa, 1752. A.C.: 11-arm.4.7.43 B.N.L.: 350 P<sup>15</sup>.

Uma informação sobre a importância pedagógico-linguística do *Methodo* de Roboredo até o século XIX aparece na obra de Dias<sup>16</sup>, pela citação do discurso de um certo Monsieur Scribot que recomenda aos gramáticos portugueses o *Methodo* de Amaro de Roboredo, nos seguintes termos: “Discours adressé aux plus insignes grammairiens de Portugal, dans lequel Mr. Scribot... leur propose la Méthode d’Amaro de Roboredo, enrichie de remarques, pour traduire élégamment le portugais en latin et le latin en portugais”<sup>17</sup>.

Embora Roboredo fosse um homem do século XVII, pode-se considerá-lo, ainda, como “um autor do Renascimento”, pois algumas características de sua obra são condizentes com as dessa época. Uma delas é a renovação do latim, visto que, como se percebe, apenas uma das obras de Roboredo, *Regras da Ortographia Portugueza*, de 1615<sup>18</sup>, foi

15. *Idem*, p. 175, *apud* M. Kossarick, “Estudo Introdutório”, pp. 10-11.

16. J. A. Dias, *Grammatica Franceza*. Lisboa, 1851, p. 250 *apud* Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa-Autores Portugueses / comp. e org. de Simão Cardoso*, Porto, Faculdade de Letras, 1994. Anexo VII da *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, p. 187.

17. *Apud* Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa-Autores Portugueses / comp. e org. de Simão Cardoso*, Porto, Faculdade de Letras, 1994. Anexo VII da *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, p. 187.

18. Advirta-se que essa obra, como afirmam Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes, “Preface and In-

completamente voltada ao português, as demais, mesmo o *Methodo*, são centradas na língua latina, sendo a portuguesa apenas o meio para que o aluno a alcance.

Não se julgue, por isso, que a língua portuguesa estivesse em desvantagem frente ao latim. Ao contrário, estava valorizada, porque, sendo uma “língua bárbara”, o fato de ser um veículo para que os alunos pudessem aprender as regras da língua clássica era um grande passo à valorização. Essa é, pois, a segunda característica renascentista, a valorização dos vernáculos, como se comentou antes. Lembre-se da ideia de que, pela aprendizagem da “linguagem”, nesse caso, o português, seria mais fácil aos aprendizes chegarem à compreensão da “língua”, entenda-se, do latim, que aparece na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536) e, depois, também na *Grammatica da Lingoa Portuguesa* de João de Barros (1540).

O *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, como o próprio título indica, é uma proposta de técnica para o ensino de línguas estrangeiras, em geral<sup>19</sup>, e não, simplesmente, uma gramática do latim ou do português. A realização da proposta dá-se pela metalinguagem portuguesa para que, por meio dela, o aprendiz pudesse, aos poucos, compreender as regras do latim, mas, como explica Roboredo, esse método poderia ser aplicado a quaisquer outras línguas. A obra consta

trudutory Study”, em Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Facsimile ed., Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística 1, 2007, pp. xvi., é conhecida por uma versão do século XVII, possivelmente de 1738, feita pelo padre Victorino José da Costa.

19. M. Kossarick, “Estudo Introdutório”, p. 56 diz: “A obra de Amaro de Roboredo tem mais uma característica inovadora: este autor deve ser apreciado como um dos pioneiros no ensino de línguas estrangeiras segundo princípios modernos.”. Podemos acrescentar que esses princípios tinham sido iniciados por Juan Luis Vives, como mostraremos adiante.

de um prólogo, em que são expostas as justificativas do *Methodo*, e de mais três partes que são:

1<sup>a</sup> *Grammatica*, em que se descrevem e comparam as regras da língua latina e portuguesa, pelas quais o discípulo deverá conhecer melhor a língua materna, que sabe “por uso” e, com base nesse conhecimento, aprender a latina. Essa parte está dividida em três livros, que se subdividem em capítulos.

2<sup>a</sup> *Cópia*<sup>20</sup>, em que se apresentam mil e duzentas frases latinas, pelas quais o discípulo deve estudar o léxico e a estrutura da língua, memorizá-los para depois, então, ler textos na língua a ser aprendida, no caso, o latim. Roboredo explica que mil cento e quarenta e um frases foram retiradas da *Ianua Linguarum*, publicada em 1611 pelos padres jesuítas irlandeses, refugiados em Salamanca<sup>21</sup>.

3<sup>a</sup> *Frases*, em que se apresentam cento e oitenta e sete frases latinas, traduzidas para o português, pelas quais Roboredo explica particularidades da sintaxe do latim em comparação ao português.

O prólogo do *Methodo* é uma carta do autor a D. Gaspar Alvarez Vega, professor de latim na Universidade de Salamanca. Em verdade, esse texto funciona como uma “carta de intenções”, em que se encontram informações precisas sobre a concepção teórica e metodológica sobre a qual a obra se estrutura. O próprio autor faz, no “mostrador da materia”, um resumo desse prólogo. Ele diz:

No prologo se toca hũa succinta apologia: em que lingua se devem screver as Grammaticas: que respeito ha de ter quem as faz, & quem as ensina: a importancia

20. O sentido da palavra “cópia” é “abundância”; nesse caso, de vocabulário.

21. Ver Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, p. 79. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.

de se eregir escola da Materna: o motivo, & traça desta arte: como ficará universal; as condições do discipulo: os effectos, que se vão mostrando<sup>22</sup>.

Roboredo viveu em um tempo e espaço em que as ideias sobre educação vinham sendo renovadas pelo que defendiam humanistas, como Erasmo de Roterdã (1469-1536), Thomas More (1478-1535), Juan Luis Vives (1492-1540) e Francisco Sánchez de las Brosas (1523-1600). Esses pensadores construíram um *horizonte de retrospectão* que, por séculos, serviu a gerações de pensadores na forma de conhecimentos comuns.

Erasmo de Roterdã foi um humanista que, com maestria e sutileza, “solapava as bases do pensamento da época [medieval] sem fazer qualquer estardalhaço”<sup>23</sup>. Teve vida atribulada e cheia de muitas batalhas, travadas por meio da divulgação de ideias em obras pelas quais defendia suas convicções e o livre arbítrio para o homem. Seu ideal de sociedade aparece na segunda edição de *Colloquia Selecta* (1512), em que “apresenta uma sociedade justa e racional, verdadeiramente cristã e amiga da paz”<sup>24</sup>. Chegou a ficar entre Lutero e o Papa, resistindo à força dos dois, quando da época da Reforma protestante, pois Lutero insistia para que ele lutasse pela reforma, e o Vaticano, para que resistisse a ela, chegando até a lhe oferecer um posto de cardeal. Erasmo, todavia, “fez questão de conservar absoluta independência pessoal”<sup>25</sup>.

22. *Idem*, f. 3.

23. P. M. Oliveira, “Vida e Obra de Erasmo de Rotherdam”, em Erasmo Rotherdam, *Elogio da Loucura*, trad. e notas de Paulo M. Oliveira, 2. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. xv.

24. *Idem*, p. xvii. Ver, por exemplo. “Doze Coloquios de Erasmo, Varon Doctissimo y Eloquentissimo / traduzidos de latin en romance, por que los que no entienden la lengua latina gozen assi mismo de doctrina de tan alto varon.” MDXXX, disponível no site gallica.bnf.fr.

25. *Idem*, *ibidem*.

Rummel<sup>26</sup> esclarece que Erasmo atuou como professor durante pouco tempo, mas que o tema da educação foi central em sua vida. O fundamento de sua filosofia educacional foi a confiança na possibilidade de o homem aperfeiçoar-se, pois teria potencial de autoconhecimento. Assim, acreditava que as crianças, por natureza, tinham potencial para crescer intelectual e moralmente e que cabia, primeiro, aos pais e, depois, aos professores, assegurar que elas cumprissem seu potencial. A ênfase da orientação educacional erasmiana no texto do currículo da época era dada mais à ética do que à lógica e mais à formação do caráter do que da educação factual<sup>27</sup>.

O pensamento de Erasmo sobre a educação não foi sistemático<sup>28</sup>, embora, sem dúvida, tivesse sido inovador e relevante, tanto por orientar as discussões e atos de seus contemporâneos, como Vives, quanto por estruturar um *horizonte de retrospectão* de que se beneficiaram pensadores de todas as épocas, como Roboredo e Comenius, dos quais nos ocupamos no momento.

Entre as obras educacionais de Erasmo, são importantes citar aqui: *De Ratione Studii* (Sobre o Método de Estudo), de 1511; *Institutio Principis Christiani* (Sobre a Educação de um Príncipe Cristão), de 1516; *Ratio Verae Theologiae* (Método de Teologia Verdadeira), de 1518; *De Pueris Instituendis* (Sobre a Educação das Crianças), de 1529; e *De Civilitate Morum Puerilium* (A Civilidade das Crianças), de 1530<sup>29</sup>. Nes-

26. Erika Rummel, “Desiderius Erasmus”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Winter 2017 Edition, Edward N. Zalta (org.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/erasmus/>. Acesso: 15 jun. 2021.

27. *Idem*.

28. *Idem*.

29. Ver a tradução francesa *La Civilité Puérile* (1877), com estudo introdutório de Alcide Bonneau,

nas obras, Erasmo tratou de educação e discutiu o currículo escolar em vigor na época, para, por exemplo, trazer à luz aspectos conceituais da educação, embora de forma mais retórica e geral, mas, também, de modo mais específico, cuidou de recomendar a importância do ensino de línguas clássicas, latim e grego, e, conseqüentemente, a relevância da leitura dos escritores clássicos, como Homero, Terêncio, Plauto, Virgílio, Horácio e Cícero.

Embora humanista de escol, Erasmo, adotava a doutrina clássica no que concerne à educação, segundo a qual três requisitos seriam imprescindíveis para levar a criança à aprendizagem: *talento natural*, *instrução* e *prática*. Entretanto, não acreditava que um fracasso no processo educacional se devesse a causas internas, como a falta de talento do educando, mas a causas externas, como erros no processo de educar, isto é, falhas na técnica educacional.

A autora que vimos seguindo, Rummel<sup>30</sup>, destaca, do pensamento educacional de Erasmo, quatro temas recorrentes sobre a educação:

1. o efeito humanizador da educação;
2. a eficácia do cooperativismo em vez de métodos coercitivos;
3. a capacidade de ambos os sexos de se beneficiarem da educação;
4. a importância de internalizar o material ensinado.

Esses pontos foram cruciais à instauração de nova mentalidade no que concerne aos princípios e práticas educacionais. Outros pensadores comungavam com tais princípios, a exemplo de Thomas More, amigo

disponível no site gallica.bnf.fr.

30. Erika Rummel, “Desiderius Erasmus”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Winter 2017 Edition, Edward N. Zalta (org.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/erasmus/>. Acesso: 15 jun. 2021.

muito próximo de Erasmo e com quem partilhava ideais e lutava por justiça social e liberdade. More também foi personagem de importância capital para a formação do espírito de época e das mentalidades posteriores e, assim como Erasmo, foi sutil na divulgação de sua ideologia. Ensinou por sua obra, especialmente por *Utopia*, em termos concretos, mas também sem estardalhaço, princípios de educação social, política, civilidade, respeito ao outro e ao bem comum. Sua vida foi, da mesma forma, um exemplo desses ideais, pois sua conduta representou o modelo de humanidade, honestidade e apreço pela liberdade de pensamento. Os dois amigos e eruditos, além de compartilharem dos mesmos princípios de humanidade e de civilidade, tinham forte sentimento religioso, cristão, que os unia ainda mais.

No tocante à produção acerca de temas educacionais e humanos, outro erudito a ser lembrado pela importância da repercussão de suas ideias é Juan Luís Vives, que, embora mais novo do que os outros dois aqui referidos, teve o reconhecimento de ambos por sua cultura e pelo que produziu intelectualmente ao longo da vida. Suas ideias sobre educação foram muito mais efetivas e pontuais do que as de Erasmo e More que, digamos, prepararam o terreno para o florescimento de estudos específicos sobre a educação.

Juan Luis Vives, embora tenha sido também um polímata, dedicou-se à educação e deixou uma obra bem concatenada sobre esse assunto. Nas palavras de Cura<sup>31</sup>, podemos vislumbrar o perfil desse autor

31. Rafael Omar Cura, *La Filosofía Educativa de Juan Luis Vives*, Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Filosofia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/tesis/filosofia-educativa-juan-luis-vives.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.



importante para a educação:

Vives es un modelo de humanista, quien promovió que el ser humano comprenda por las letras, el valor de la instrucción y la vida virtuosa, el sentido último de su existencia, la dignidad otorgada a la naturaleza humana y el insondable amor de Dios, revelado en el hombre perfecto de su Hijo Jesucristo, en quien encuentra su plenitud<sup>32</sup>.

A citação deixa entrever um humanista ainda muito teocentrado, embora com ideias inovadoras sobre outros domínios da vida. Como vemos, Vives é um humanista, como Erasmo e More, conectado com a mudança que o mundo reclamava na virada da Idade Média para o Renascimento, embora, ainda, muito religioso. O que interessa aqui acentuar, todavia, é a atenção e o valor que esse autor deu às letras e às artes e a construção de um edifício sólido de conhecimento sobre a educação. Vives foi um humanista “pedagogo”, mas ainda completamente voltado ao latim, escrevendo nesse idioma e defendendo-o como língua universal, como vê-se neste trecho do *Tratado de la Enseñanza*:

Es la lengua a modo de un sagrario de la instrucción, como una despensa de la cual se toma o en la que se guarda lo necesario. Siendo, pues, el tesoro de nuestra erudición y un instrumento de la sociedad humana, nuestro mayor interés estaría en que hubiese solamente una lengua común para todas las naciones [...].

Mas ya que la pluralidad de lenguas es castigo del primer pecado, convendría que fuese cada una de ellas suave y también docta y abundante. [...]

Tales condiciones reúne, a nuestro juicio, la lengua latina, entre las que emplean los hombres y el autor conoce<sup>33</sup>.

32. *Idem*, p. 139.

33. Jean Luis Vives, *Tratado de la Enseñanza*, 2. ed., Introducción a la Sabiduría. Escola del Alma. Diálogos. Pedagogía Pueril, México, Editorial Porrúa, 2004 [1533], posições 1664- 1674. *E-book*.

A dedicação do erudito valenciano à educação fica evidente em uma de suas mais importantes obras, a *De Tradendis Disciplinis* (1531)<sup>34</sup>, composta de cinco livros, em que ele apresenta seu programa de reforma educacional. O ponto de partida de Vives para a elaboração de seu programa educacional é aristotélico, o da metafísica do movimento (ato e potência), da mudança que é da natureza dos seres. Quanto aos seres humanos, sua tese é a de que o homem potencialmente pode transformar-se, pois a mudança lhe é inerente por natureza (*potência*), e a educação é o *ato* que pode propiciar a mudança, de modo a aperfeiçoar a essência do homem<sup>35</sup>. O papel da educação para Vives é, dessa forma, o de fazer despertar no homem sua inteligência, que lhe está em potência, para que possa chegar a compreender o mundo e o que lhe é ensinado. Assim, embora a inteligência seja natural ao homem, ela precisa do ato

34. Essa obra é uma das três partes do tratado enciclopédico de Vives, *De disciplinis*, de 1531. Lorenzo Casini, Juan Luis Vives [Joannes Ludovicus Vives], em Edward N. Zalta (org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2017 (Spring Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/vives/>. Acesso em: 15 abr. 2021 descreve assim esse tratado: *De Causis Corruptarum Artium* (Sobre as causas da corrupção das artes), sete livros dedicados a uma crítica profunda dos fundamentos da educação contemporânea; *De Tradendis Disciplinis* (Sobre educação), cinco livros nos quais Vives descreve seu programa de reforma educacional; e cinco tratados mais curtos *De Artibus* (Sobre as Artes), sobre, principalmente, lógica e metafísica. Esses cinco tratados incluem *De Prima Philosophia* (Sobre a primeira filosofia), um compêndio de física e metafísica aristotélica do ponto de vista cristão; *De Censura Veri* (Sobre a Avaliação da Verdade), uma discussão sobre a proposição e as formas de argumentação; *De Explaine Cuiusque Essentiae* (Sobre a explicação de cada essência); *De Instrumento Probabilitatis* (Sobre o Instrumento de Probabilidade), que contém uma teoria do conhecimento, bem como um relato detalhado da invenção dialética; e *De Disputatione* (Sobre disputa), em que discute as provas não formais.

35. Ver Rafael Omar Cura, *La Filosofía Educativa de Juan Luis Vives*, Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Filosofia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/tesis/filosofia-educativa-juan-luis-vives.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.

educacional para ser ativada.

Para Vives, a educação começa com o que os pais ensinam aos filhos, de modo a torná-los homens bons e virtuosos. Depois, na escola, os mestres continuam a educação, pelo ensino da arte, das línguas, da filosofia e das ciências e, a depender da vontade e do esforço do aluno, a educação terá pleno êxito. Por isso, o filósofo defende que a educação tem uma causa que leva a um fim: o refinamento da alma do ser humano. Cura<sup>36</sup>, reconhecendo o princípio da causalidade educacional de Vives, diz que esses conceitos se “aplican a la intervención causal de los educadores, como agentes eficientes, para alcanzar las metas formativas” da educação que são a transformação do homem em um ser educado. A educação para o valenciano tem, então, causas internas e externas ao educando. As internas são a condição do próprio educando, sua capacidade de aprender, sua vontade e seu esforço pessoal, tendo em vista que a “causa eficiente interna”<sup>37</sup> da aprendizagem para esse filósofo é o protagonismo do aluno diante de seu objetivo de aprender. As causas externas são constituídas por agentes como a família, os educadores, os governantes, a igreja e, mesmo, Deus.

Watson<sup>38</sup> diz que Vives é o “segundo Quintiliano”, porque, como no Renascimento a volta à antiguidade era a possibilidade de resgatar

36. *Idem*, p. 127.

37. Rafael Omar Cura, *La Filosofía Educativa de Juan Luis Vives*, Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, 2011, p. 131. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Filosofia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/tesis/filosofia-educativa-juan-luis-vives.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.

38. Foster Watson, “Introduction”, em J. L. Vives, Vives, on *Education [Tradendis Disciplinis of Juan Vives]*, trad. Foster Watson, Cambridge University Press, 1913. *E-book*. Capítulo III. A leitura por *e-book*, não permite a citação de páginas, pois elas são dinâmicas e aparecem diferentemente a depender do tamanho do dispositivo utilizado para a leitura.

o entusiasmo intelectual para a construção do progresso futuro, Vives se equipara ao maior dos pensadores romanos críticos em educação. O autor citado lembra, porém, que Vives não estava, como os filósofos escolásticos, apegado à ciência do passado, porque fazia pesquisa independente, pela interação direta com a natureza. Era, no seu tempo, um homem moderno, cujo pensamento ultrapassava a barreira da tradição.

Na juventude, Vives se opunha a Antonio de Nebrija, espanhol que, em 1492, ano do nascimento de Vives, escreveu a mais conhecida gramática vernacular da Europa<sup>39</sup>. O humanista, contudo, segundo Watson<sup>40</sup> mudou de ideia sobre o gramático castelhano e sua aversão se transformou em orgulho e admiração por Nebrija, tanto em razão da maturidade e erudição que mais tarde adquiriu quanto por seu orgulho de nacionalidade. A ideia de Vives era a de que a criança deveria aprender a língua vernácula com sua mãe, o que era essencial para a posterior aquisição do latim. Segundo Vives, a escola teria de ser bilíngue: o vernáculo era aperfeiçoado na escola e o latim era ensinado pelos mestres<sup>41</sup>.

No contexto de ensino de latim, havia naquela época grande incô-

39. Até começo do século xx, a *Gramática de la Lengua Castellhana* (1942), de Nebrija, era admitida como a primeira gramática vernacular da Europa (como afirma Foster Watson, “Introduction”, em J. L. Vives, Vives, on *Education [Tradendis Disciplinis of Juan Vives]*, trad. Foster Watson, Cambridge University Press, 1913 capítulo, III, nota 292. *E-book*, contudo, hoje já se sabe que outras obras existiam antes dessa, por exemplo, as gramáticas do Irlandês (Auricept, 650 e Tratados Bardicos, séculos XII–XIV); Islandês (Fyirsta, século XII); Provençal (Vidal, c. 1200, Faidit, c. 1240, e Leys d’Amors, 1356); Galês (Cerddwriaeth); Francês (Barton, 1409); Italiano (Alberti, 1437- 1441) (ver Sylvain Auroux, *Histoire des Idées Linguistiques*, Liège, Mardaga, 1992, tome 2, p. 14).

40. Foster Watson, “Introduction”, em J. L. Vives, Vives, on *Education [Tradendis Disciplinis of Juan Vives]*, p. 88.

41. *Idem*.

modo, por parte dos eruditos, como More, Erasmus e Vives, pois essa língua era praticada com muita imperfeição (corrupção), situação ilustrada por Henry Bebel na obra intitulada *Misuse of Latin Language*<sup>42</sup>. Contudo, segundo Watson<sup>43</sup>, foi o livro do humanista italiano Lorenzo Valla (1407-1457), *Elegantiae Linguae Latinae* (1471), publicado antes do *De Traendis Disciplines*, de Vives, que, pela profundidade com que tratou assuntos de sintaxe, avançou relativamente ao que antes dele havia no que concerne ao ensino de latim. Vives criticava o *Elegantiae* a respeito de alguns dos pontos gramaticais nele contidos, mas reconheceu a vantagem que esse tinha sobre obras de gramática latina. Segundo Burke<sup>44</sup>, o *Elegantiae Linguae Latinae* “foi o primeiro livro de gramática latina a ser escrito desde o final da Antiguidade; tornou-se muito popular nas escolas secundárias de toda a Europa”. Valla, então, é outro importante autor que figura no horizonte de retrospectão de Vives.

Com relação ao método de ensino, Vives ressalta a prática da escrita como meio para se desenvolver a “boa linguagem” e propõe uma técnica de tradução de frases – do latim para o vernáculo, explicando: “Así, después de aprendida la sintaxis, pondrá el alumno oraciones sencillas en latín, y éstas a su vez en el idioma próprio, al principio muy cortas y aumentando un poco todos los días.”<sup>45</sup>. O autor recomenda, ainda, que o mesmo procedimento seja feito com o idioma grego.

42. Foster Watson, “Introduction”, em J. L. Vives, *Vives, on Education [Tradendis Disciplinis of Juan Vives]*, cap. III, p. 78. .

43. *Idem, ibidem*.

44. U. P. Lorenzo Valla Burke, *Encyclopedia Britannica*, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Lorenzo-Valla>. Acesso em: 27 fev. 2021.

45. Jean Luis Vives, *Tratado de la Enseñanza*, 2. ed., Introducción a la Sabiduría. Escola del Alma. Diálogos. Pedagogía Pueril, México, Editorial Porrúa, 2004 [1533], posição 1927. *E-book*.

Não obstante a enorme importância intelectual do autor, ele não foi amplamente reconhecido em sua época, como grande educador e filósofo. O reconhecimento, que perdura até nossos dias, aconteceu depois de sua morte. O não reconhecimento imediato de seu valor na Europa de sua época deu-se por razões pessoais e geopolíticas. Sobre tal questão, Daly<sup>46</sup> afirma que Vives não foi o líder europeu em educação que poderia e merecia ter sido em seu tempo pelas seguintes razões:

- (a) na Alemanha, sua falta de simpatia pela Reforma;
- (b) na Inglaterra, sua atitude em relação ao divórcio de Henrique VIII e da rainha Catarina;
- (c) na França, o espírito de revolta que varreu a terra;
- (d) na Espanha, sua partida antecipada e suas relações com a corte real da Inglaterra<sup>47</sup>.

O reconhecimento a Vives, por seus pares, os intelectuais de então, contudo, não faltou. A opinião de Erasmo de Roterdã e Thomas More, por exemplo, foi captada por Daly (*idem*) em uma das cartas de More a Erasmo, em que afirma não haver ninguém mais elegante e erudito do que Vives: “Quibus necque magis elegans, neque magis eruditum quicquam iam diu vidi”, e mais “Estou envergonhado, Meu Erasmus, de mim mesmo e de vários aqueles, que vão ofuscar o nome de Erasmus”. E, assim como esses dois sábios, outros tantos se valeram das ideias de Vives sem, no entanto, dar-lhe o devido e merecido crédito. Reconheceram seu valor, embora não explicitamente, mas suas ideias ficaram his-

46. Walter Aloysius Daly, *The Educational Psychology of Juan Luis*, Washington, Catholic University of America, 1924.

47. *Idem*, pp. 1-2.

toricizadas. Daly<sup>48</sup> diz que Roger Ascham, por exemplo, notabilizou-se pelo uso da dupla tradução (latim-inglês e inglês-latim) em uma obra que publicou em 1570, sem fazer nenhuma referência a Vives.

Vives não aplicou sua teoria para o ensino de latim por meio da língua vernácula, mas outro espanhol materializou suas ideias: Francisco Sánchez de las Brosas, professor de retórica, grego e latim na Universidade de Salamanca e autor de tratados de retórica e gramáticas do latim e do grego, incluindo *Minerva*, publicada em Salamanca, em 1587. Essa obra foi uma das principais referências de Amaro de Roboredo para a elaboração do *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*, como fica comprovado na carta que o português escreveu a Dom Gaspar Alvarez – professor de latim da Universidade de Salamanca, a quem dedicou seu *Methodo* –, ao, metonimicamente, referir-se ao próprio trabalho como uma *Minerva*: “em comprimento do que v. m. me escreveo, vaí a sua Minerva, para que com sua lingua lhe dê a forma, & spirito, com que possa aparecer”. De acordo com Colombat<sup>49</sup>, Sánchez foi o criador da teoria da elipse, muito produtiva nas gramáticas racionalistas até o final do século XVIII. Como o pesquisador francês ressalta, essa teoria renovou o estudo da construção dos verbos e o estudo da concordância.

Brevemente, esclarecemos que a presença de Sánchez no horizonte de retrospectiva de Roboredo é evidente por muitas razões: primeiramente, porque Sánchez colocou em prática a teoria de Vives sobre a importância e, até mesmo, necessidade de se ensinar a língua materna

48. *Idem*, p. 4.

49. Bernard Colombat, *La Grammaire Latine en France à la Renaissance et à l'Âge Classique*, Grenoble, ELLUG, 1999, p. 49-50.

antes do latim, já que, a partir da língua conhecida, o estudante acesaria o latim de modo mais rápido, fácil e eficiente, por exemplo – tanto é que, em 1579, ele escreveu *Arte Para en Breve Saber Latim*, em espanhol. Esse trabalho foi o princípio orientador para a elaboração do *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* de Roboredo. Além disso, ainda segundo Colombat<sup>50</sup>, Sánchez pretendeu produzir uma gramática eficiente, clara e econômica, pois seu objetivo era, nas palavras do latinista francês, “dar uma visão clara às estruturas do latim, graças a alguns princípios e regras fundamentais que lhe permitiram reduzir a variedade de usos” (tradução nossa). Os gramáticos que aparecem no horizonte de retrospectão de Sánchez são, principalmente, Quintiliano, Prisciano, Nebrija, Escalígero, Pedro Ramos e Erasmo, embora o último tenha sido criticado por Sánchez por seu latim imperfeito. Lourenço Valla foi outro autor muito criticado por Sánchez, por seu obscurantismo, excesso de teorias e ausência de método.

Mais tarde, dizemos nós agora, lembramos que Roboredo parece trabalhar no *Methodo* com ideias de Vives, sem mencioná-lo a esse respeito. O autor português cita Vives como exemplo a ser seguido pelos estudantes, pois, diz: “Os livros, que no principio se irão acrescentando sejam primeiramente de conceitos, & frase clara: como os Dialogos de Vives, ou outros semelhantes, cujo exercicio de memoria não importa pouco: [...]”<sup>51</sup>. O discurso de Roboredo flui naturalmente com base em ideias que formaram um *horizonte de retrospectão comum* a todos os que incorporavam a ideologia renovadora nesse campo. Comenius,

50. *Idem*, p. 49.

51. Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, p. 83. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.



mais tarde um pouco, cita Vives em diferentes passagens de sua *Didactica Magna* (1657), como, por exemplo, ao ressaltar que a natureza primitiva do homem é boa e que a ela todos devem regressar, e transcreve a seguinte frase: “Que outra coisa é o cristão senão o homem regressado à sua natureza e restituído, por assim dizer, à sua origem de onde o demônio o havia afastado?”<sup>52</sup>.

Nesse contexto de desenvolvimento do pensamento humanista, em 1592, Jan Amos Comenius nasceu em Nivnice, Morávia, região pertencente ao Reino da antiga Boêmia (atual República Tcheca). Sua família pertencia à congregação religiosa dos Irmãos Morávios, uma comunidade de reformados hussitas<sup>53</sup>, o que, definitivamente, não pode ser ignorado para que se esclareça o pensamento de Comenius acerca da sociedade e do papel da educação.

Em 1611, Comenius ingressou na Universidade de Herborn, onde teve a oportunidade de conhecer “o avançado sistema de educação da Holanda, que naquele período era o centro cultural mais avançado da Europa”<sup>54</sup>. Como resultado de tais experiências, nessa época, conforme aponta Narodowski<sup>55</sup>, “sua mente já estava suficientemente aberta e predisposta a receber as influências da atmosfera que então se respirava e que sugeria a reforma do ensino de línguas”.

52. Jean Luis Vives, *De concordia et discordia in humano genere*, in Opera Omnia, Basileia, 1555, vol. II, p. 764 *apud* Jan Amós Comênio, *Didáctica Magna*, 6. ed., Introdução de Joaquim Ferreira Gomes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015 [1657], p. 101.

53. O termo “hussitas” designa seguidores de Jan Hus (1369-1415), reformador religioso, precursor do movimento protestante.

54. João Luis Gasparin, *Comênio: A Emergência da Modernidade na Educação*, Petrópolis, Vozes, 1997, p.20.

55. Mariano Narodowski, *Comenius & a Educação*, trad. Alfredo Veiga-Neto, 2. ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2004, pp. 17-18.

Em Herborn, Comenius ainda “travará contato com obra teórica de alguns dos autores que muito marcarão sua produção intelectual: Ratke, Campanella e Vives, especialmente”<sup>56</sup>. De fato, os ideais humanistas de educação e ensino presentes nas obras dos três autores mencionados aparecem na obra de Comenius, ora explícita, ora implicitamente, revelando sua presença no horizonte de retrospectiva específico do morávio. Também vale destacar que, assim como Comenius, esses autores dedicavam-se a pensar sobre a educação e o processo educacional como um todo, não somente sobre o ensino de línguas.

Vives, como apontamos anteriormente, é referido por Comenius em mais de uma passagem da *Didactica Magna* e, portanto, diferentes aspectos do pensamento do humanista espanhol podem ser identificados na obra do educador morávio. Ao apresentar os “Fundamentos para ensinar e aprender solidamente”, por exemplo, Comenius indica que “[t]odas as coisas explicadas, depois de bem apreendidas pela inteligência, fixem-se também na memória” e, para reforçar seu argumento, cita Vives:

E [diz] Luís de Vives: “Durante a primeira idade, exercite-se a memória, pois ela desenvolve-se, cultivando-a; confie-se-lhe muitas coisas, com cuidado e frequentemente. Com efeito, aquela idade não sente a fadiga, porque nem sequer pensa nela. Assim, sem fadiga e sem tédio, a memória alarga-se e torna-se capacíssima”<sup>57</sup>.

Em outro capítulo da obra, “Método para ensinar as artes”, Comenius menciona Vives para defender a atribuição de um caráter prá-

56. Carlota Boto, *A Liturgia Escolar na Idade Moderna: Cultura em Classes*, por Escrito, Campinas, Papyrus, 2017, p. 182.

57. Jan Amós Comênio, *Didáctica Magna*. Introdução Joaquim Ferreira Gomes, 6 ed, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015 [1657], pp. 261-262.

tico ao ensino:

1. “A teoria das coisas é fácil e breve, e não produz senão prazer; ao contrário, a sua aplicação é árdua e demorada, proporcionando maravilhosas vantagens”, diz Vives. Sendo as coisas assim, importa investigar com diligência o método de guiar facilmente a juventude a pôr em prática as coisas que dizem respeito às artes técnicas<sup>58</sup>.

A crítica aos métodos de ensino que privilegiam os estudos altamente teóricos também aparece na obra do frade dominicano e filósofo Tommaso Campanella<sup>59</sup> (1568- 1639) que, em *Cidade do Sol*, de 1602<sup>60</sup>, demonstra, por meio dos diálogos entre as personagens, que a dedicação demasiada à leitura de “gramáticas ou de lógicas de Aristóteles ou outros autores” habitua “[...] o homem à inércia, pois não encontra estímulo em penetrar no conhecimento das coisas e se contenta em possuir um acervo de palavras, aviltando a alma, e fatigando-a sobre letras mortas”<sup>61</sup>. Ainda em *Cidade do Sol*, Campanella expressa a necessidade de formar os habitantes da cidade ideal em diferentes artes e ciências e, não só, por meio dos livros, afirmando que “[...] é sabido que não conhece nenhuma ciência quem só foi instruído numa, tendo engenho tardo e desprezível todo aquele que, apto numa única ciência, a possui, ainda assim, tomada de empréstimo aos livros”<sup>62</sup>. A crítica à

58. *Idem*, p. 319.

59. Nascido em Stilo, Itália, Giovanni Domenico Campanella adotou o nome Tommaso ao ingressar na ordem dos dominicanos, em 1583.

60. Esta obra é uma narrativa utópica aos moldes de *Utopia*, de Thomas More (1516).

61. Tommaso Campanella, *Cidade do Sol*, s.l.p., Ciberfil Literatura Digital, 2002 [1602], pp. 18-19. Disponível em: [http://cairu.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Cidade\\_Sol\\_Campanella.pdf](http://cairu.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Cidade_Sol_Campanella.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021.

62. *Idem*, p. 19.

memorização excessiva (sem o devido entendimento anterior) e, especialmente, a ideia de “ensinar tudo a todos”, igualmente fazem-se presentes na obra de Comenius, como veremos adiante.

Por sua vez, o pedagogo alemão Wolfgang Ratke (1571-1635), segundo Luzuriaga<sup>63</sup>, “cuidou de introduzir na educação, teórica e praticamente, as ideias de Bacon”, sendo, portanto, o “primeiro dos inovadores realistas”. Em sua principal obra, *Memorial*, datada de 1612,

[...] o problema mais tratado é o do método fundamental e natural de aprendizagem: deve-se ensinar seguindo o curso da natureza e procedendo do simples para o complexo, do conhecido ao desconhecido *iuxta methodum naturae omnia*, usando inicialmente a língua materna também para a gramática das línguas estrangeiras e partindo das coisas para chegar às regras<sup>64</sup>.

Com efeito, o princípio de se considerar o desenvolvimento natural das coisas, partindo-se daquilo que é mais simples para se chegar ao complexo, daquilo que já se conhece em direção ao desconhecido, é também recorrente nos escritos de Comenius; no entanto, é notável, sobretudo, como a valorização do vernáculo como a língua de base para o ensino evidencia-se tanto nos escritos de Ratke, quanto nos do pedagogo morávio, como detalharemos adiante.

Retornando à Morávia em 1614, assume a função de professor na escola latina dos Irmãos Morávios, em Prerov, onde se inicia “seu trabalho prático de ensino do latim, logo sistematizado em livros didá-

63. Luzuriaga, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*, trad. e notas Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, 19. ed, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001 (*Atualidades Pedagógicas*, v. 59).

64. Franco Cambi, *História da Pedagogia*, trad. Álvaro Lorencini, São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999, p. 282.

ticos, dos quais a *Grammaticae Facilioris Praecepta* é o primeiro (1616), e que o tornariam famoso em toda a Europa”<sup>65</sup>. Já em sua primeira experiência como professor, Comenius deixa transparecer seu espírito inovador e, de acordo com Covello,

[...] não se acomoda aos esquemas vigentes, mas procede à verdadeira reforma pedagógica em sua escola, introduzindo matérias úteis no currículo escolar e adotando métodos mais eficientes para o ensino das ciências e das artes. Inspira-se, para tanto, nos princípios didáticos de Ratke e obtém bons resultados, notabilizando-se como professor competente<sup>66</sup>.

Ainda conforme Covello<sup>67</sup>, o jovem educador checo, à época, já se empenhava em atribuir dinamismo e ludicidade ao ensino, cuidando de distribuir adequadamente o tempo escolar e procurando afastar-se do verbalismo e de exercícios puramente de memorização. Tais observações indicam que Comenius procurou experimentar, desde o início de sua carreira como educador, aquilo que, depois, registraria em seus escritos pedagógicos.

Em 1616, é ordenado sacerdote da Unidade dos Irmãos e, em 1618, assume o cargo de reitor das escolas dos Irmãos Morávios, em Fulnek, conciliando as duas funções e passando, dessa forma, a experimentar não somente a prática da sala de aula, como professor de línguas, mas também a exercer atividades relacionadas à organização do ensino. Essa acumulação de funções foi muito significativa para sua

65. Wojciech A. Kulesza, *Comenius: A Persistência da Utopia em Educação*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 29.

66. Sergio Carlos Covello, *Comenius: A Construção da Pedagogia*, 3. ed., São Paulo, Editora Comenius, 1999, p. 29.

67. *Idem, ibidem*.

trajetória como teórico da educação, o que fica evidente pela análise de sua produção didática.

Em 1625, Comenius publicou a *Didática Checa*, versão preliminar do texto que, posteriormente, integraria a *Didática Magna* (lançada em 1657). Em 1628, Comenius e os Irmãos instalaram-se em Lezno, unindo-se a outro grupo de exilados. O exílio na Polônia possibilitou a Comenius não só o contato com as outras comunidades reformadas, mas também com atmosferas culturais mais liberais e expoentes da cultura europeia do período. Tais aspectos “o induzem a modificar os projetos originais de reforma religiosa e didática em direção da construção de uma ciência universal capaz de produzir aquela pacificação geral entre os homens que constitui a aspiração última da sua vida”<sup>68</sup>. Tal ciência universal seria sua *pansofia*, que trazia à baila o ideal de educação para todos, com o objetivo de possibilitar a “todos saberem tudo”.

Apegando-se aos seus ideais de educação e à crença de que a educação seria essencial para levantar a nação checa no pós-guerra, Comenius escreveu, em vernáculo, uma obra dedicada à educação das crianças em seus primeiros anos de vida, o *Guia Da Escola Materna*, em que destaca a função das mães e das amas no processo pedagógico inicial, aquele que ocorreria ainda no seio do lar.

A despeito de sua produção intelectual anterior, somente a partir de 1631, quando publicou a *Ianua Linguarum Reserata* (ou *Porta Aberta de Línguas*), Comenius alcançou reconhecimento internacional como pedagogo inovador. Essa obra, distanciando-se do ensino teórico vigente, apresentava-se como um manual prático para o ensino de lín-

68. Franco Cambi, *História da Pedagogia*, trad. Álvaro Lorencini, São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999, p. 286.

guas, não restrito ao ensino do latim e de outras línguas clássicas, como grego, pois era passível de ser aplicado, ademais, ao ensino de línguas vernáculas. Como destaca Leite<sup>69</sup>, apesar de não ser a primeira proposta de ensino de línguas pelo método, a *Ianua Linguarum Reserata* obteve, juntamente com a *Didática Magna*, tanto êxito que levou seu autor a ser reconhecido mundialmente como o fundador da pedagogia. Ao comentar o alcance da *Ianua Linguarum Reserata*, Lang afirma que a elaboração dessa obra já teria sido o suficiente para imortalizar Comenius: “This work was, shortly after its appearance, translated into twelve European and four Oriental languages. Pierre Bayle writes of it in his *Dictionnaire Historique and Critique*: ‘If Comenius had written nothing but this work, he would have been immortalized.’”<sup>70</sup>.

Entre 1632 e 1638, o Comenius empreendeu a tradução da *Didática Checa* para o latim, ampliando-a e aperfeiçoando-a. Tendo sido revista, ampliada e traduzida, a *Didática Checa* recebeu um novo título, *Didática Magna*, e, nas palavras do próprio autor, esse compêndio “foi redigido primeiramente no vernáculo de meu povo e depois traduzido para o latim, a conselho de homens ilustres, para que, se possível, seja de utilidade pública”<sup>71</sup>. No entanto, a obra foi publicada somente em 1657. Antes de levá-la a lume, Comenius solicitou a alguns amigos que

69. Marli Quadros Leite, “Método de Ensino de Gramática em Portugal nos Séculos XVII e XVIII: de Roboredo a Verney”, *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 413, jun., 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.496>. Acesso em: 02 jul. 2021.

70. Ossian Herbert Lang, *Comenius: His Life and Principles of Education*, New York/Chicago, E.L. Kellogg & CO, 1891, pp. 10-11. Disponível em: <https://archive.org/details/comeniushislifepoolangiala/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 13 jun. 2021.

71. Jan Amós Comenius, *Didática Magna*, Aparelho Crítico Marta Fattori, trad. Ivone C. Benedetti, 4. ed., São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1657], p. 18.

a analisassem e, então, recebeu um parecer completamente negativo de Joachim Hübner, admirador da pansofia, o que, certamente, fez com que adiasse a publicação da *Didática Magna* por quase vinte anos.

Em passagem pela Inglaterra, entre os anos de 1641 e 1642, Comenius produziu *Via Lucis*, escrito no qual realiza um registro sintético de “suas ideias pansóficas: escolas universais, métodos universais, livros universais, idioma universal e sobretudo o Colégio de sábios voltado para o bem-estar da humanidade”<sup>72</sup>.

Comenius seguiu sua peregrinação em busca da difusão e implantação de seus ideais pansóficos, passando ainda por diversos países, como a Suécia e a Prússia Oriental, sem deixar de preparar muitas obras didáticas, como o *Methodos Linguarum Novissima* e outros livros escolares. Em novembro de 1670, em Amsterdam, Comenius faleceu aos setenta e oito anos de idade.

Tendo vivido em um período de grandes transformações sociais, em que se entrecruzavam resquícios do pensamento medieval e as novas formas de entender o mundo da Idade Moderna, Comenius expressou, em seu discurso, tanto um forte vínculo com a religiosidade e o modo de pensar medievais, quanto a assimilação de ideias e teorias advindas do pensamento moderno.

De acordo com Araujo,

[...] o pensamento de Comênio ostenta claramente os seguintes elementos: Bíblia (Novo e Velho Testamentos); filosofia antiga (Sócrates, Aristóteles, Platão, Sêneca, Quintiliano) e ‘nova’ filosofia renascentista e humanista do século XVII (Bacon,

72. Sergio Carlos Covello, *Comenius: A Construção da Pedagogia*, 3. ed., São Paulo, Editora Comenius, 1999, p. 71.



Campanella, Cusanus, Vives, Bodin, Andreae, Alsted, Ratichius, Lutero, Erasmo)<sup>73</sup>.

Assim, notam-se, no horizonte de retrospectão amplo de Comenius, tanto um pensamento religioso entremeado pela filosofia grega, bem como ideias advindas do pensamento renascentista e humanista do século XVII, que marcam claramente sua construção pedagógica.

Segundo Cambi, “[a] concepção pedagógica de Comenius baseia-se num profundo ideal religioso que concebe o homem e a natureza como manifestações de um preciso desígnio divino. Para Comenius, Deus está no centro do mundo e da própria vida do homem”<sup>74</sup>. Sendo o homem uma manifestação divina, Comenius acredita que está aqui, neste mundo, para aprender e se preparar para a vida eterna:

1. Por tender para outra, esta vida não é vida (propriamente dita), mas um preâmbulo para a vida verdadeira e eterna; isso fica claro pelos testemunhos que provêm de nós mesmos, do mundo e da Santa Escritura.

2. Se nos observarmos a nós mesmos, veremos que tudo procede gradualmente, e o que vem antes abre caminho para o que se segue. Por exemplo: inicialmente nossa vida tem lugar no útero materno. Com que fim? Por si mesma? Não, absolutamente: trata-se apenas de formar um corpo apto a servir de morada e instrumento para a alma, para a vida que levaremos debaixo do sol. [...] Do mesmo modo, esta vida sobre a terra não passa de preparação para a eterna e, por esse motivo, não é de admirar que a alma, utilizando o corpo, procure obter o que quer que lhe seja útil na vida futura<sup>75</sup>.

73. Bohumila Sampaio de Araújo, *A Atualidade de Pensamento Pedagógico de Johannes Amos Comenius*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993, pp. 41-42. (Dissertação de Mestrado) *apud* João Luis Gasparin, *Comênio: a Emergência da Modernidade na Educação*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 64.

74. Franco Cambi, *História da Pedagogia*, trad. Álvaro Lorencini, São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999, p. 286.

75. Jan Amós Comenius, *Didática Magna*. Aparato Crítico Marta Fattori, trad. Ivone C. Benedetti, 4. ed., São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1657], p. 49.

Alicerçado na ideia de que a passagem do homem pelo mundo deve corresponder a um período de aprendizagem, o pedagogo morávio entende o ser humano como um microcosmo que conteria em si implicitamente tudo aquilo que faz parte do macrocosmo e, portanto, traria em seu interior todas as sementes que precisa desenvolver, de forma a se tornar humano, resgatando, implicitamente em seu discurso, a ideia de Vives acerca da potência (inteligência) natural aos homens. Nas palavras de Comenius,

[...] Os filósofos definiram o homem como μικρόκοσμος [microcosmo], síntese do universo, que em si encerra implicitamente todas as coisas que se veem esparsas por todo o macrocosmo: que assim é, será demonstrado em outro lugar. A mente do homem quando chega ao mundo é oportunamente comparada a uma semente ou a um núcleo em que, embora não exista em ato a forma da erva ou da planta, sem dúvida contém em si a erva ou a planta: de fato, uma vez enterrada, a semente expande para baixo as raízes e para cima os brotos, que, em seguida, pela força da natureza, se transformam em ramos e fronde, cobrem-se de folhas, adornam-se com flores e frutos. Portanto, *o homem nada recebe do exterior, mas só precisa expandir e desenvolver as coisas que já traz implícitas em si, mostrando a natureza de cada uma* [...] <sup>76</sup>.

Desse modo, carregando em si as sementes daquilo que precisa desenvolver, o homem precisa ser formado e disciplinado para desenvolver aquilo que traz em potencial e, então, tornar-se homem:

I. Vimos que a natureza dá as sementes da ciência, da honestidade, da religião, mas não dá a ciência, a virtude, a religião; estas são adquiridas apenas com a prece, com o estudo, com o esforço pessoal. Por isso, e não sem razão, alguém definiu o homem como um animal disciplinável, porque ninguém pode tornar-se homem sem

76. *Idem*, p. 59 (grifo nosso).

disciplina.

[...]

10. Fique estabelecido, pois, que a todos que nasceram homens a educação é necessária, para que sejam homens e não animais ferozes, não animais brutos, não paus inúteis<sup>77</sup>.

Com o intuito de atribuir “humanidade” ao homem, formando-o, em última instância, para a vivência da paz, Comenius estruturou uma proposta pedagógica universal que foi apresentada em sua *Didáctica Magna: Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos* e, por essa obra, é considerado o fundador da pedagogia como área de conhecimento humano. A partir desse momento, “[a] educação tornava-se território de indagação e de produção de saber, que contava com a âncora da didática; ou, por suas próprias palavras, da ‘arte de ensinar’”<sup>78</sup>.

Assim, movido por ideais religiosos, Comenius procurou atribuir cientificidade à sua proposta pedagógica, ao propor um método universal que pudesse ser aplicado à educação das crianças em todo o mundo e que, também, segundo o autor, fosse racional e organizado, de forma que os alunos fossem capazes de aprender o maior número de coisas de modo efetivo no menor tempo possível. Os ideais de Comenius, não obstante seu cunho religioso, pretendiam propiciar aos indivíduos o estilo de vida civilizado, racionalizado, que estaria de acordo com o modelo de homem civil, bem educado, ideal de sujeito moderno.

Examinaremos a seguir, aspectos do *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*, de Amaro de Roboredo, para, depois, alcançarmos

77. *Idem*, pp. 71-76.

78. Carlota Boto, *A Liturgia Escolar na Idade Moderna: Cultura em Classes*, por Escrito, Campinas, Papyrus, 2017, p. 184.

a teorização de Comenius e, assim, mostrar como as ideias dos autores precedentemente citados, além de Roboredo, são historicizadas no trabalho do pedagogo morávio, o que deve explicar as causas das mudanças nas tomadas de posição a respeito da educação que o tornaram um educador respeitado no mundo ocidental.

## NOTAS SOBRE O *METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS*

Uma análise atenta do *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas* revela que Roboredo constrói, a partir da ideia da universalização das regras das línguas, uma teoria e um método para o ensino de línguas, cujo princípio é a tradução, em dupla direção: primeiro, da língua materna para a latina e, segundo, da latina para a materna. Para que isso seja viável à aprendizagem, o manual traz uma seleção de temas gramaticais que o Autor entende essenciais ao ensino e à aprendizagem de línguas. A redução de temas diz respeito tanto à eleição de alguns assuntos da gramática da língua materna quanto da estrangeira e à rejeição de outros tantos considerados supérfluos:

Acrescento que ditos sequazes [os mestres que insistem em trabalhar sobre uma quantidade excessiva de regras e exemplos] procederom aas avessas, & ainda os que screvendo na Materna deixarom as Conjugações, procedendo da Latina para a Materna mas que também ignorárom a necessidade, que há de se reduzir primeiro a arte a língua Materna; & logo Latina, Grega, & Hebraea & as mais que quizerem aprender mui correspondentes no mesmo Methodo<sup>79</sup>.

79. Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, p. 24. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.

O *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas* é, efetivamente, um manual para o ensino da língua latina, por meio da língua materna, que, nesse caso, é a portuguesa. Como o aluno precisa dominar a metalinguagem e a gramática portuguesa para aprender latim, o autor termina embutindo na gramática latina uma teorização sobre o português, o que aparece no “Mostrador” (sumário) com o título “Ao curioso português”. Além disso, a comparação das duas línguas revela algumas diferenças da portuguesa frente à latina, o que Roboredo descreve, creditando tudo ao *uso*. Disso decorrem os princípios teórico-metodológicos do *Methodo*, que se resumem nos seguintes pontos:

- Não se aprende uma língua desconhecida se a explicação de seu funcionamento se dá por meio dela mesma.
- A língua materna, pela facilidade de uso, é o meio mais eficaz para que as explicações das regras de funcionamento de uma língua desconhecida sejam compreendidas e assimiladas.
- A aprendizagem de uma língua por outra é viável porque há regras universais a todas as línguas.
- Uma língua tem, além de regras universais, particularidades advindas do uso, que devem ser reconhecidas pelo aprendiz.
- As regras da língua materna devem ser conscientemente conhecidas para que, por comparação, as regras da língua desconhecida sejam explicadas, compreendidas e assimiladas.
- O ensino e a aprendizagem da língua estrangeira se dão por comparação das duas gramáticas.
- As regras das duas línguas devem ser repetidas e memorizadas pelo aluno.
- As frases que servem de base para a aprendizagem da língua es-

trangeira devem ser estudadas em todos os níveis (ortográfico, léxico-semântico e sintático) e memorizadas.

- A técnica de aprendizagem da língua estrangeira é a tradução.

Vemos, então, que a tradução é a espinha dorsal do método, o princípio fundamental sobre o qual se erige, pois é ela que suporta a tese, do autor, de que é pela língua materna que o aluno chega até a latina, para, depois, em estágio mais avançado de estudos, fazer o caminho de volta, do latim para o português. Naquela altura do século XVII, a língua portuguesa ainda não tinha espaço nas universidades e nas cortes, mas somente nas escolas primárias, onde o aluno aprendia a ler e a escrever, e não havia, como enuncia Roboredo, estudo da gramática do português. Por isso, uma das vantagens do método era permitir que o aluno conhecesse as regras de sua língua para compará-las com as do latim e pudesse, assim, reconhecer similaridades e dissimilaridades entre as duas, o que lhe permitiria aprender com rapidez a estrangeira.

O estudo mais avançado da língua materna teria também a vantagem de permitir que os usuários, ao ampliarem o seu conhecimento da língua, mudassem alguns hábitos linguísticos e pudessem utilizar um conjunto maior de palavras e, desse modo, passar a ter outras possibilidades de expressão, porque

a pobreza das Maternas na tradução de livros Gregos, & Latinos, & na declaração de spiculações filosóficas se manifesta. Saberão [os principiantes] fugir de palavras externas ainda não recebidas quando teem próprias, por não mostrarem que a língua he mais pobre: como o Jurista que usa Dolo quando tem, Engano, & Dirimir; quando tem Apartar, Desfazer. Isto Gregos e Latinos o fizerom [...] <sup>80</sup>.

80. *Idem, ibidem.*

O conhecimento da língua materna possibilitará ao aluno fazer as conexões necessárias com a língua latina, no sentido de reconhecer entre ambas as semelhanças e as diferenças, o que lhe permitirá ir do português ao latim e deste ao português:

Desta obrigação do Artífice [coleccionar exemplos fáceis e acessíveis ao aluno] nasce outra ao executor do Artífício: que he declarar primeiro as Declinações, Conjunções, & Orações na língua Materna do ouvinte, tocando a seu tempo a correspondência da língua que há de aprender, tocando sua conveniência, & diferença pois vão emparelhadas: & isso com muita repetição de exemplos, & das mesmas regras, pelas palavras, & modo, porque, *Obscurum est quod multipliciter dicitur*: segundo a terceira raiz: *Ex multis actibus fit habitus*. E o que explicar no livro Latino traduzirá o ouvinte na sua Materna, cuja frase irá assi aprendendo, exercitando a pena, & *Orthographia*, notando a diferença, & correspondência de ambas as línguas<sup>81</sup>.

O *Methodo*, conforme explica o autor, considerando o universo da língua, é estruturado por graus, do menor ao maior: a gramática, o léxico, a frase. Isso indica que Roboredo considerou a gramática como um sistema reduzido, ou finito, de regras que se realizava num crescendo, da palavra ao texto. Isso se conclui, também, pelos dois conceitos de gramática existentes na obra. O primeiro aparece logo no Livro I, da primeira parte do *Methodo*, voltada à explicação da Grammatica, que o autor considera o primeiro grau do método, cujo título é “Exemplo Portugues e Latino da Grammatica – Primeira parte do Methodo grammatical para todas as linguas”:

Grammatica significa arte de letras, derivada de *gramma*, que em Grego significa letra. As letras na Portuguesa, & Latina são A, be, Ce, De, E, Fe, Ge, Há, I, e El,

81. *Idem*, p. b3.

eM, em, O, Pe, Quo, R, ES, Te, V, Ix, Y, Zeta.

[...]

Das letras se compõem as palavras que ou são nomes, ou Preposições, ou Verbos, ou Adverbios, ou Conjunções; que se dizem as cinco partes, de que a oração consta<sup>82</sup>.

Nesse caso, isto é, ao assumir esse conceito de gramática, Roboredo se afasta da opinião de De las Brosas, que, explicitamente, contesta os gramáticos que assumem tal posição, conforme se pode conferir a seguir:

D'autres [grammairiens] divisent la grammaire en "lettre", "syllabe" "mot", et discours, ou, ce qui revient au même en "orthographe", "prosodie", "étymologie" et "syntaxe". Mais les discours ou la syntaxe est la fin de la grammaire et non pas une partie d'elle, car, comme le dit Cicéron: "C'est une chose qu'un art, et c'est autre chose que sa fin, car aucun art ne se prend lui-même pour objet". (Fin. v). De la même façon, autre chose est la grammaire, autre chose la fin de la grammaire et son but ou ce que l'on appelle en grec *δοχείμενον*. Ensuite la lettre est une partie de la syllabe, la syllabe est une partie du mot, et les mot des parties du discours, et donc ce ne sont pas des parties de la grammaire. Une partie d'une chose, quelle qu'elle soit, ne peut être une partie d'autre<sup>83</sup>.

Roboredo, contudo, retoma o assunto e apresenta um segundo conceito, que aparece também na primeira parte do *Methodo*, no livro terceiro, cujo título é "Da universal explicação resolutiva, & compositiva das partes da Oração exemplificada na língua Latina", no capítulo I. Dessa vez, o autor discorre sobre o conceito de gramática, na direção indicada por De las Brosas, tratando de seu objeto, finalidade e divisão,

82. *Idem*, p. 1.

83. Sanctius, *Minerve ous les Causes de la Langue Latine*, trad. e ed. G. Clerico, Lile, Presses Universitaires de Lile, 1982 [1587], p. 107.



nos seguintes termos:

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he um coerente disposição de palavras, de que consta como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dicções, ou Palavras.

[...]

A Grammatica se divide também em cinco partes: em Variação que pertence ao Nome, & Verbo: em simples Composição, & Derivação, que todos aquelles cinco gêneros admitem: em Concordia, que pertence ao Nome, & Verbo: & finalmente em Regencia, que toca ao Nome, Preposição, Verbo, & ainda ao Adverbio; ou per figura ou tomado em lugar de Nome<sup>84</sup>.

Nessa segunda concepção, Roboredo está sintonizado com o que diz De las Brosas, na sequência do excerto apresentado anteriormente:

Pour nous, renoçant à toute division de la grammaire, car aucune ne se présentait à nous comme suffisamment adéquate, nous sommes parti du point suivant; la grammaire est l'art de parler correctement. Quand je dis "art", j'entends "discipline". En effet une discipline est une science acquie chez celui qui apprend. J'ajoute ensuite: dont le but est un discours cohérent. Ce discours se compose des signes vocaux ou mots, les mots à leur tour des syllabes (9 V<sup>o</sup>), les syllabes de lettres, et puisqu'on ne peut aller plus loin dans la division, nous appelons "lettres" la saisie d'un son indivisible<sup>85</sup>.

É importante ressaltar que, de acordo com a concepção de gramática de Roboredo, a ideia da universalidade diz respeito somente ao primeiro grau, o da gramática. Os outros dois, o da cópia (ou das palavras) e o da frase (ou do texto) são próprios de cada língua e, por

84. Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, pp. 64-65. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.

85. Sanctius, *Minerve ous les Causes de la Langue Latine*, p. 107.

isso, oferecem maior nível de dificuldade para a tradução, na passagem de uma língua para outra. Sobre isso, diz o autor:

Na tradução que fizer emparelharei como me for possível a Latina, & Portuguesa, em que se irá vendo a conveniencia, differença, & propriedade e cada hũa. A das palavras se pode ir sabendo neste grao [o segundo, da cópia], que não he pequena diffculdade entre as linguas. Porque a menos abundante, alem de usar de rodeios, serve-se de hũa palavra para diversos significados, como a Portuguesa se serve de, Como, a que responde a latina em hũa parte com, Vt, em outra com, Quasi, em outra com, Quem, em outra com, Quomodo, &c.<sup>86</sup>.

Para completar a teorização sobre a tradução, Roboredo faz considerações sobre o terceiro grau do *Methodo*, que é o da frase, ponto em que há maior dificuldade para a tradução. Assim, diz ele:

A Frase, pois, que he hũa das propriedades de cada lingua muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra: mas duas, tres, quatro & ou mais: com outra ou outras duas, tres, quatro, & mais da outra lingua que guardem sua particular posição. Como se pode ver interpretando palavra por palavra estas frases Latinas: *Mulium isi hac opus est arte : Eris mihi solatio : Hoc tibi laudi vertam : & boni consulam, &c* que não ficam frases Portuguesas nem Castelhanas<sup>87</sup>.

[...]

Frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, & ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. A primeira raiz, de que depende he a varia significação metaforica, na qual se usão a palavras, alem da propria: & o vario sitio & ornamento dellas. A segunda hé a multiplicação de palavras para hum conceito, & a de conceitos elas mesmas, ou varias palavras. A terceira he o conhecimêto, & uso da figura Ellipse. A quarta he o conhecimêto de Dativo, & de

86. Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, p. c. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.

87. *Idem, ibidem*.

Sustãtivos, q ou per cõtinauãção no mesmo caso, ou postos em diversos, fazẽ diverso modo de fallar: & o conhecimento, & uso de algũs Adjetivos, Adverbios, & Conjunções. A quinta he o uso das Preposições, que com seus casos, & varios significados produzem varios modos de fallar<sup>88</sup>.

Dentre os problemas da tradução, os mais salientes são, principalmente, relativos à falta de correspondência exata entre as palavras de diferentes línguas, daí a impossibilidade da tradução palavra por palavra, e a diferença do posicionamento das palavras na frase, isto é, a ordem de palavras da frase. Em decorrência da natureza dessas questões, Roboredo avisa que não tratará de tais assuntos, já que o primeiro, a correspondência de palavras, se aprende pelo uso, e o segundo exige um tratado especial.

Quanto às dificuldades que envolvem a tradução, Roboredo fala da interferência da língua materna sobre a estrangeira. O mais importante, porém, é que essa observação não constitui condenação a tal interferência, mas uma constatação. Além disso, Roboredo diz que o pior não é a interferência, mas não saber língua nenhuma, que não a materna, por uso. Esta é a sua expressão sobre o fato:

Porque isto [declinar, conjugar, concordar, reger] exercitamos fallando a lingua, ainda que com dãnno da estranha, quando naõ he vulgar, como a Latinao naõ he: na qualo impeto natural da frase Materna arrastando naõ sò a propria pronunciação Latina, de que pela maior parte carecemos, mas arrastando a mesma frase Latina, nos leva a fallar frase Materna com palavras latinas. Porem se naõ fallarmos se segue maior inconveniente, que he saber mal Grammatica, pouca Copia, & nenhũa Frase. Porque nossa natural rudeza naõ se facilita sem preceder muita repetiçaõ, q he exe-

88. *Idem*, p. 182.

cução da terceira raiz acima<sup>89</sup>.

O autor, contudo, reconhece, como antes exposto, outras questões relacionadas à tradução de que ele trata, em maior ou menor grau de aprofundamento, como o uso da linguagem figurada em cada língua, a figura da metáfora (primeira raiz) e da elipse (terceira raiz), a existência da sinonímia e da polissemia (segunda raiz), e da falta de correspondência sintática entre as línguas (quarta e quinta raízes).

Uma teorização da tradução mais explícita, contudo, aparece na obra *Porta de Linguas* (1623), em que Roboredo efetiva o desejo, explícito no prólogo do *Methodo*, de traduzir as 1141 sentenças da *Ianua Linguarum*. Entretanto, como explicam Assunção e Fernandes<sup>90</sup>

[...] o compêndio apresenta, na totalidade, 1.262 sentenças latinas com as respectivas traduções portuguesa e castelhana, isto é, 1.200 das doze centúrias (Roboredo preencheu as 59 sentenças deixadas em branco pelos jesuítas salmantinos a décima primeira centúria), acrescidas de 62 finais num “Appenso de palavras duvidosas” – da *Ianua Linguarum sive Modus maxime* [...].

A teorização sobre a tradução que aparece na obra *Porta de Linguas* é bem mais concatenada e explicativa que a do *Methodo*, embora, na essência, não traga novidades em relação ao que já havia apresentado antes. Os tipos e as etapas da tradução sobre os quais discorre são os seguintes: 1<sup>a</sup> – tradução ao pé da letra; 2<sup>a</sup> – tradução quase atada às palavras; 3<sup>a</sup> – tradução por cláusulas (frases); 4<sup>a</sup> – tradução pelo conceito ou parafrástica<sup>91</sup>.

A íntegra do texto em que Roboredo expõe essa teoria é o seguinte:

89. *Idem*, p. c.

90. Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, “Preface and Introductory Study”, p. XXI.

91. *Idem*, p. XXIX.

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee de la letra; que toda a frase da lingua que traduzimos, se observa. Como se traduzisse assi em Português esta clausula de Cicero; Tu velim, quod commodo valitudinis tuae fiat, quam longissime poteris obviam nobis prodeas. Tu, queira, o que com commodo de saude tua se faça, quam muito longe ao longo de nos saias. As palavras são Portuguesas, a frase latina, a tradução absurda;

A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta: vese na tradução de algũas sentenças. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa; e particular frase de cada hũa. Porque a Portuguesa, e castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e preposições não responde a Latina;

A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa sollicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas;

Da quarta tradução te não convem usar até que não saibas bem a terceira: porque respeita sômente o conceito do período, quer uses da mesma frase, que de diversa: hora exclusas algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrástica.

Se reduzires a hũa clausula muitas de muitas palavras cada hũa; ou se reduzires muitos conceitos a hum mais principal, ou na mesma lingua, ou em diversa, não lhe chamarás tradução; mas compendio. E se tresladares hua clausula em duas, ou mais, usando de mais frases diversas; ou se declarares o mesmo conceito com dous, ou mais; não lhe chamarás tradução, mas declaração parafrástica. As quaes pertencem mais aos mestres, que aos discípulos<sup>92</sup>.

92. Amaro de Roboredo, *Porta de Linguas ou Modo Muito Accommodado para as Entender Publicado Primeiro com a Tradução Espanhola. Agora Accrescentada a Portuguesa com Numeros Interliniaes, pelos quaes Possa Entender Sem Mestre Estas Linguas o que as Não Sabe, com as Raizes da Latina Mostradas em hum Compendio do Calepino, ou por Melhor do Tesouro, para os que a Querem Aprender, e Ensinar Brevemente; e Para os Estrangeiros que Desejão a Portuguesa, e Espanhola*. Lisboa,

Do texto conclui-se que, como também entendem Assunção e Fernandes<sup>93</sup>, segundo o autor, para os alunos é mais recomendável a prática da segunda e terceira etapas da tradução. A tradução, pois, para Roboredo constitui não somente “uma estratégia para se conhecer as estruturas morfossintáticas de ambas as línguas estudadas” (idem) mas também, acrescenta-se, para se conhecer o texto, pelo estudo da frase.

A “segunda etapa”, conforme explica Roboredo, é a da tradução das frases latinas, a partir do estudo da morfossintaxe das palavras, com tradução para o português, para que se comparem as regras das duas línguas. O estudante deve memorizar as palavras latinas das frases, que se apresentam do seguinte modo, no *Methodo*:

Figura 1. Exemplo da técnica da tradução, 2.<sup>a</sup> etapa.

1.	1. 2. mens, inis	4. us.	3. as, atis.
	<b>In Nomine Sanctissimæ Trinitatis.</b>		
2.	6. us.	5. us, i.	7. or, oris.
	1. us, oris	2. 3. a, æ.	
	<b>Soli Deo creatori decus, &amp; gloria.</b>		
3.	2. um, i.	1. as, atis.	3. us.
		4.	
	<b>Initii difficultas toleranda.</b>		
4.	1. um, i.	3. um, i.	4. tus.
	<b>Principium dimidium totius.</b>		

Fonte: Leite<sup>94</sup>.

A explicação para o método da tradução é a seguinte: os números interlineares, postos acima das palavras, indicam a ordem direta das palavras na frase traduzida; as letras indicam as declinações. O aluno

Pedro Craesbeek, 1623, pp. 23-24.

93. Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, “Preface and Introductory Study”, p. xxix.

94. Marli Quadros Leite, “Considerações Sobre Uso e Norma na Gramática Portuguesa – O *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas* (1619), de Amaro de Roboredo!”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 13 (2), p. 160, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/5989163000>. Acesso em: 01 nov. 2018.

deve observar, na tradução, a concordância e a regência que as palavras devem obedecer para formar a frase; há números que aparecem isolados, ou que faltam, esses indicam que há na frase termos elípticos, e o alunos devem traduzir a frase recuperando-os.

Pelo que se sabe, Roboredo foi um dos primeiros gramáticos a utilizar o método de numeração interlinear, que foi, no século XVIII, largamente utilizado para ensino de latim na França e em outros lugares. Por isso, Ponce de León<sup>95</sup> afirma que “a novedad – que según hemos referido, no es tal – afecta a la forma y, em especial, a las técnicas con las que se pretende que los discentes avancen en la aprendizaje de la lengua latina por medio de la traducción y numeración interlineales”.

A terceira etapa exige que o aluno observe as peculiaridades de cada língua, pelo estudo de frases que se apresentam nas duas línguas. Como o método é centrado na sintaxe de concordância e de regência, e como, em português, as preposições regem casos em que no latim não são por elas regidos (o genitivo e o ablativo), as primeiras cem frases são para a exploração de frases em que são usadas as preposições portuguesas “de” e “a”, em contextos em que no latim correspondem os diversos casos (genitivo, dativo, ablativo e acusativo); as oitenta e sete frases restantes são voltadas ao estudo do “vário uso e frases de verbos” portugueses em correspondência com a tradução latina. Essas frases são apresentadas lado a lado, sendo na página da esquerda as frases portuguesas e na da direita as latinas. O primeiro grupo, por exemplo,

95. Rogelio Ponce de León, “El Álvarez en Vernaculo: las Exegesis de los de ‘Institutione Grammatica Libri Tres’ en Portugal Durante el Siglo XVII”, *Revista da Faculdade de Letras ‘Línguas e Literaturas’*, XVIII, p. 327, 2001, Porto. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/rll/article/view/8137>. Acesso em: 11 jul. 2021.

é assim organizado:

Figura 2. Exemplo da técnica da tradução, 3.<sup>a</sup> etapa.

<b>Exemplo das Frases, que respondem a esta Preposição Portuguesa, De,</b>	<b>Exemplum phrasium huic Praepositioni Lusitanæ, De, respondentium.</b>
1. Nunca se aparte de ti o temor do Senhor, que do altissimo muito grao de dignidade precipitou os soberbos no inferno para a morte.	1. Nunquam a te divellatur timor Domini, que ex, e, de dignitatis gradu altissimo in Infernum as mortem superbos præcipitavit.
2. Se Dues for da parte de teu entendimento muito poderás para com todos.	2. Si Deus tua mente, & a mente stet, plurimum ipsâ apud emnes poteris, at que valebis.
3. Não te esqueças de Deus para que elle se lembre de ti.	3. Dei, & Deum ne obliviscaris, ut tibi, te, & de te recordetur, at que reminiscatur.

Fonte: Leite<sup>96</sup>.

Os outros grupos seguem o mesmo princípio. As frases traduzidas nas duas línguas têm o objetivo de levar o aluno a observar, especialmente, os problemas destacados, em que o Português e o Latim têm divergências: o uso das preposições “de” e “a” no genitivo e dativo, e o emprego dos verbos transitivos que exigem outros casos depois do acusativo.

## NOTAS SOBRE O MÉTODO COMENIANO PARA O ENSINO DE LÍNGUAS

De acordo com Narodowski<sup>97</sup>, a primeira aventura de Comenius no campo da inovação educacional se dá quando retorna de Heidelberg à Morávia, com a escrita de um pequeno livro de texto de gramática (a

96. Marli Quadros Leite, “Considerações Sobre Uso e Norma na Gramática Portuguesa – O *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas* (1619), n. 13 (2), p. 161, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59891/63000>. Acesso em: 01 nov. 2018.

97. Mariano Narodowski, *Comenius & a Educação*, 2. ed., trad. Alfredo Veiga-Neto, Belo Horizonte, Autêntica, 2004, p. 18.



*Grammaticae Facilioris Praecepta*, conforme apontamos anteriormente), seguindo o método de Ratke que já apresentava, em seu cerne, influências empiristas.

Como vimos, Ratke, na obra *Memorial* (1612), além de propor que o ensino seguisse as leis da natureza, aumentando gradativamente o grau de complexidade daquilo que era ensinado, também recomenda que a língua materna seja estudada desde o início da escolarização, servindo de base para o ensino. Então, nos *Artigos nos Quais de Baseia Especificamente a Arte de Ensinar de Wolfgang Ratke* (1616), redigidos em forma de aforismos, o autor reafirma a recomendação de que o ensino seja iniciado com a língua vernácula, declarando no 5º artigo:

5. Tudo, a princípio, na língua materna.

A vantagem da língua materna é que o aluno precisa concentrar-se somente nas coisas com outras que vêm mais à frente no ensino. Ao compreender tudo em sua língua materna, não lhe será difícil estudar o mesmo em outra língua porque utilizará livros idênticos, compostos com idêntica forma, em todas as classes de línguas. Há outra vantagem: quando todos os conhecimentos úteis e necessários à vida diária são ensinados em alemão, o aluno, em qualquer classe que esteja, poderá ter uma melhor compreensão e dispor melhor as coisas para poder julgá-las<sup>98</sup>.

Além disso, o educador alemão defende que o ensino da língua seja conduzido por meio da leitura de um autor, de modo que o aluno aprenda as regras gramaticais a partir do contato com o texto, diferenciando claramente os conceitos de “língua” e “gramática”:

[...] Se a língua for ensinada com a gramática, tornar-se-á uma aprendizagem

98. Wolfgang Ratke, *Escritos Sobre A Nova Arte de Ensinar de Wolfgang Ratke* (1571-1635): *Textos Escolhidos*, trad. Sandino Hoff, Campinas, Autores Associados, 2018 [1616], p. 54 (Col. Clássicos da Educação). *E-book*.

forçada e muitas coisas erradas serão aprendidas. Se o ensino da língua se der a partir da gramática, muitas coisas falsas serão captadas. Se, porém, o ensino se der a partir de um autor, então se formará a ideia exata sobre a qualidade própria da língua. [...] Por que aprender a grandes penas, o que não conduz à certeza, mas que leva facilmente ao erro? Já se percebeu o quanto regras sem conteúdo desconcertam o espírito. Não se quer dizer aqui que exemplos devem ser colocados junto a cada regra, mas isso não significa entupir, cortar e costurar em centenas de pedaços. Não se pode começar com pedaços, extratos e passagens de textos de obras que não se relacionam entre si. Os exemplos sempre são importantes, mas devem ser tirados do próprio autor escolhido [...]»<sup>99</sup>.

Comenius, por seu turno, conforme conta Gasparin<sup>100</sup>, já havia percebido falhas no ensino da língua latina à época em que estudara em Prerov e, com a publicação de sua *Ianua Linguarum Reserata*, em 1631, pretendia proporcionar aos estudantes uma aprendizagem mais fácil e eficaz não só do latim, mas também das línguas vernáculas, baseada na leitura de textos que ele julgava significativos aos aprendizes e na posterior tradução, por meio da leitura comparada do mesmo texto em idiomas diferentes. Essa obra, organizada em cem capítulos, apresenta-se como uma espécie de livro-texto composto por mil sentenças (sendo dez a cada capítulo) de complexidade crescente em que o autor evita a repetição de vocábulos, em duas línguas (ao menos): o latim e o vernáculo.

Em consonância com as ideias sobre a aprendizagem das línguas apresentadas pelo estudioso, no Prefácio da obra (e reafirmadas posteriormente na *Didática Magna*), as sentenças que compõem a *Ianua Lin-*

99. *Idem*, pp. 57-58.

100. João Luis Gasparin, *Comênio: A Emergência da Modernidade na Educação*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 27.

*guarum* versam sobre assuntos diversos e seriam um meio para apresentar aos estudantes as palavras associadas às coisas que elas significam por meio da comparação do latim com o vernáculo.

Nas palavras de Comenius,

*Car puis que les mots son signes des choses, si on ne conoit pas les choses, que signefieront ils? Qu'un enfant me sçache reciter un million de mots, s'il ne les sçait pas appliquer aux choses, à que luy servira tout ce grand appareil? Cestuy-la aussi qui espere qu'avec des mots separez on pourra former un discours, peut de mesmes esperer qu'on pourra lier le sablon en faisceaux, ou qu'on pourra dresser un mur de blocaille sans chaux. C'est doncques une chose fort difficile que d'apprendre la langue Latine par vocabulaires ou Dictionnaires<sup>101</sup>.*

Assim, com o intuito de relacionar as palavras às coisas, Comenius elabora um manual didático plurilíngue que se assemelha a uma “enciclopédia simplificada sobre uma ampla variedade de temas – ao todo, 98 –, começando pelas origens da Terra, e terminando com uma seção sobre os anjos”<sup>102</sup>, por meio do qual o estudante construiria o conhecimento acerca do vocabulário e da sintaxe de uma nova língua pelo estudo de frases (exemplos), a partir das quais deprenderia as regras,

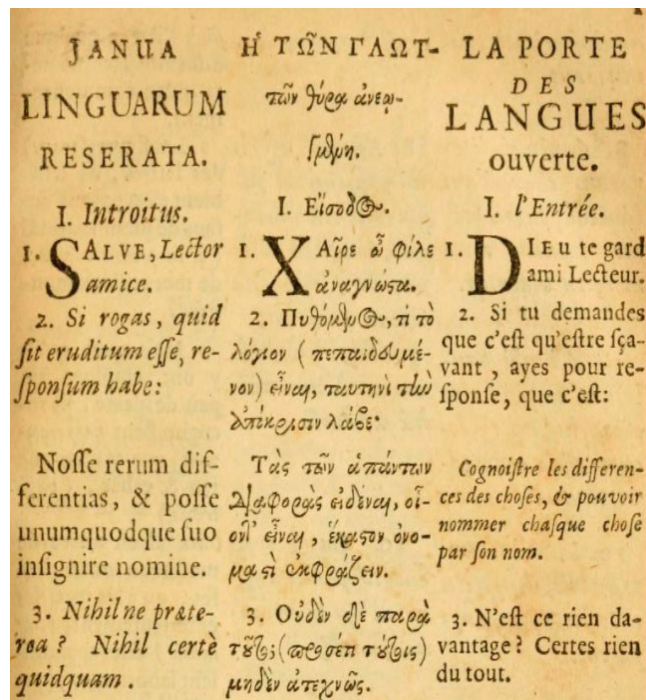
101. Jan Amós Comenius, *Ianua Linguarum Reserata*, Amstelodami apud Ludovicum Elzevirium, 1643, p. 3. Disponível em: <https://archive.org/details/jacomeniiianualioocome/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 10 jun. 2021. Se as palavras são sinais das coisas, se não conhecermos as coisas, o que elas valerão? De que valeria uma criança recitar um milhão de palavras, se ela não as conhecesse para aplicá-las às coisas, a quem serviria todo esse grande aparato? Se esperamos que com palavras separadas possamos formar um discurso, podemos até esperar que possamos amarrar a areia em feixes, ou possamos construir uma parede sem cal. Portanto, é algo muito difícil aprender a língua latina por vocabulários ou dicionários (tradução nossa).

102. Mariano Narodowski, *Comenius & a Educação*, trad. Alfredo Veiga-Neto, 2 ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2004, p. 21.

aprendendo de modo indutivo, partindo do particular (os exemplos) para alcançar o universal (as regras).

Como vemos no excerto a seguir, que corresponde às primeiras sentenças do capítulo introdutório de edição publicada em 1643, as frases nas diferentes línguas são numeradas e dispostas em colunas, ficando lado a lado, de modo a facilitar a comparação entre elas:

Figura 3. Excerto da *Ianua Linguarum Reserata*, de Comenius.



Fonte: Comenius<sup>103</sup>.

À *Ianua Linguarum* de Comenius é atribuída influência da obra de William Bathe (1564-1614), *Ianua Linguarum Sive Modus Maxime Accomodatus, Quo Patefit Aditus Ad Omnes Linguas Intelligentas*, pu-

103. Jan Amós Comenius, *Ianua Linguarum Reserata*. Amstelodami apud Ludovicum Elzevirium, 1643, p. A. Disponível em: <https://archive.org/details/jacomeniianualioocome/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 10 jun. 2021. A edição consultada faz parte do acervo da John Adams Library (Boston Public Library) e também está disponível na biblioteca digital Internet. Archive (archive.org).

blicada em 1611, como pode ser comprovado pelas palavras do próprio educador checo no Prefácio daquela obra:

*C'est ce qu'a déjà remarqué des quelques années en çà un certain Iesuite, qui a donné au public, sous le nom du College Irlandois, à Salamanque en Espagne, un abbrege de toute la langue Latine, recueille en un faisceau en Latin et en Espagnol, et l'a appelé, la Porte des Langues, lá où tous les mots les plus usitez de la langue Latine sont compris en douze Centuries de sentences [...]*<sup>104</sup>.

O jesuíta a que se refere Comenius é William Bathe. De acordo com Fernandes<sup>105</sup>, “para William Bathe e seus colaboradores, as regras gramaticais podem ser aprendidas através da análise das várias sentenças das doze centúrias e, deste modo, sem a necessidade de nenhuma gramática específica, especialmente nas línguas vulgares [...]”, o que demonstra a relação entre as duas obras. A *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses refugiados em Salamanca foi publicada, conforme aponta Kulesza<sup>106</sup>, com o intuito de ensinar o latim aos espanhóis a partir da língua vernácula e já apresentava as frases, nas línguas latina e espanhola, em colunas dispostas lado a lado, inaugurando a estrutura que seria

104. Jan Amós Comenius, *Ianua Linguarum Reserata*. Amstelodami apud Ludovicum Elzevirium, 1643, p. 5. Disponível em: <https://archive.org/details/jacomeniiianualioocome/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 10 jun. 2021. Isto é o que foi notado há alguns anos por um certo padre jesuíta que publicou pelo Colégio Irlandês, em Salamanca, na Espanha, um compêndio de toda a língua latina, colecionado em um fascículo, em latim e em espanhol, e chamou-lhe de “Porta de Línguas”, em que todas as palavras mais usadas da língua latina estão incluídas em doze centúrias de frases [...] (tradução nossa).

105. Gonçalo Fernandes, “A *Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas de Amaro de Roboredo* (Lisboa, 1623)”. *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 42, p. 170, 2004, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

106. Wojciech A. Kulesza, *Comenius: a Persistência da Utopia em Educação*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 75.

posteriormente consagrada pela obra de Comenius. No entanto, como vimos, em 1619, Amaro de Roboredo não somente se refere à obra dos religiosos irlandeses, como se vale do método proposto por eles, em seu *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*, ao propor o ensino do latim por meio da tradução de frases, primeiramente da língua materna para a latina e, depois, da latina para a materna e, em 1623, publica sua *Porta De Linguas ou Modo Muito Accommodado Para as Entender*.

Cabe observar ainda que, no ínterim entre a publicação da *Ianua* de Bathe e da escrita por Comenius, há notícias, segundo Fernandes<sup>107</sup>, de outras versões da *Ianua Linguarum*, além da publicada por Roboredo: em 1615, em Londres, William Welde teria eliminado o castelhano e apresentado a tradução inglesa; em 1617, novamente em Londres, Jean Barbier teria elaborado uma nova edição, que combinava as duas anteriores e acrescentava uma tradução francesa; e em 1629, Habrecht editaria a *Ianua Linguarum Bilinguis*, em Estrasburgo.

Além disso, faz-se necessário destacar que, se Roboredo propõe inovações especialmente quanto à técnica de tradução, com a numeração interlinear, em sua versão da *Ianua Linguarum*, Comenius, por sua vez, elabora um livro que abrange diferentes assuntos relacionados às ciências e às artes, com o intuito de atribuir significado às palavras, relacionando-as às coisas que nomeiam, de modo que o conhecimento da língua fosse adquirido juntamente ao conhecimento do mundo. No Prefácio da *Ianua Linguarum Reserata*, o educador morávio tece críticas à proposta dos irlandeses, particularmente quanto ao vocabulário

107. Gonçalo Fernandes, “A *Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas* de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623)”. *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 42, p. 179, 2004, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

selecionado para a construção das sentenças que, segundo ele, apresentam palavras pouco usuais para os aprendizes, palavras ambíguas e em sentido figurado; no entanto, reconhece a importância da obra dos jesuítas, anunciando que fará inovações:

Mais d'autant que ces Peres ont les premiers essayé de trouver un tel abbrege de toute la langue Latine, nous, recognooissans leur invention et leur en sçavons bon gré, leur pardonnans benignement ce en quoy ils ont failli. Et d'autant que c'esuy une chose bien aisée d'adjouster aux invention d'autruy, et a l'occasion d'une invention d'en inventer une autre, pourquoi n'essayerons nous de faire quelque chose de plus?<sup>108</sup>.

Parece-nos consenso, entre os comentadores de Comenius, que sua *Ianua Linguarum* obteve grande repercussão e sucesso na Europa e fora dela, e pensa-se, contudo, “que tenha sido a edição de João Amós Comênio (1592-1670) que possa ter contribuído para que a obra compilada pelos jesuítas irlandeses de Salamanca fosse, em certo sentido, marginalizada pelos historiadores da linguística.”<sup>109</sup>, porque foi essa que se tornou a mais conhecida, configurando-se como um modelo seguido por autores de outras línguas. Além disso, como afirma Caravolas<sup>110</sup>,

108. Comenius, J. A. *Ianua Linguarum Reserata*. Amstelodami apud Ludovicum Elzevirium, 1643, p. 7. Disponível em: <https://archive.org/details/jacomeniiiannualioocome/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 10 jun. 2021. Mas tanto mais que esses Padres foram os primeiros a tentar elaborar um compêndio para toda a língua latina, nós reconhecemos sua invenção e somos gratos a eles, benignamente os perdamos pelas falhas que cometeram. E ainda mais porque é muito fácil acrescentar à invenção dos outros e, por ocasião de uma invenção, inventar outra, por que não tentar fazer algo mais? (Tradução nossa)

109. Gonçalo Fernandes, “A *Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas de Amaro de Roboredo* (Lisboa, 1623)”. *Boletim de Estudos Clássicos*. n. 42. p. 179, 2004, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

110. Jean Caravolas, “*Janua Linguarum Reserata* 350 Ans Après”, *Revue des Sciences de l'Éducation*, vol. 6, n. 3, 1980, pp. 511-521. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/900301ar>. Acesso em: 27

a *Ianua* de Comenius, foi um marco para a instituição da didática das línguas como disciplina autônoma.

As ideias sobre o ensino de línguas que levaram Comenius a empreender a publicação da *Ianua Linguarum* são retomadas e sistematizadas em sua *Didática Magna* (1657)<sup>111</sup>. Nessa obra, ao tratar da necessidade de inovações no ensino, para que as escolas correspondessem de fato aos seus fins, Comenius critica o método de ensino de latim vigente, destacando sua ineficácia ao afirmar que:

[...] [m]esmo se considerarmos apenas o estudo do latim (para tomar um exemplo ao acaso), como é intrincado, cansativo, prolixo, bom Deus! Os vivandeiros, os almocreves, os sapateiros e todos os serviços da cozinha, da milícia e de outros trabalhos mais humildes aprendem uma língua, às vezes muito diferente da sua, ou mesmo duas ou três, com mais facilidade do que os alunos das escolas demonstram para aprenderem apenas a língua latina em meio à maior paz e concentração. E com que diferença de resultado! Aqueles, depois de alguns meses, podem expressar com desembaraço; estes, depois de quinze ou vinte anos, só podem dizer as mesmas coisas em latim com a ajuda das muletas que são as gramáticas e os léxicos; e não sem hesitações e incertezas. De onde pode provir esse danado desperdício de tempo e energias senão de um vício do método?<sup>112</sup>

Ainda nessa esteira, e reafirmando a ideia de que a uma criança se deve ensinar por meio de exemplos e não pela apresentação de regras, o autor critica o ensino de línguas pautado pelo ensino da gramática,

mar. 2021.

111. No entanto, o fato de esta obra corresponder à tradução revista e ampliada da *Didática Checa* (1625) indica que as ideias sobre o ensino de línguas que sustentam a *Ianua Linguarum* já haviam sido reveladas, pelo menos em parte, por seu autor.

112. Jan Amós Comenius, *Didática Magna*, Aparato Crítico de Marta Fattori, trad. Ivone C. Benedetti, 4 ed, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1657], pp. 106-107.



afirmando que “são os autores e, a seu modo, os léxicos que fornecem a matéria do discurso, ou seja, os vocábulos: a gramática acrescenta apenas a forma, vale dizer, as leis para formar, organizar e unir os vocábulos.”<sup>113</sup>.

No “Capítulo XXII – Método Para Ensino Das Línguas”, ao justificar a necessidade de se seguir o curso da natureza no ensino das línguas, Comenius deixa claro que deve haver uma gradação nesse processo de aprendizagem, partindo do que é familiar à criança, portanto mais simples e fácil, para se chegar a um estágio de maior complexidade, dizendo:

[...] *tanto o intelecto quanto o discurso das crianças deverão ser formados principalmente com base em temas que lhes digam respeito*, e as coisas viris devem ser reservadas para a idade madura. [...] Ora, se não entendem as coisas, como poderão entender a arte de expressar com vigor essas mesmas coisas? Muito mais útil é dedicar esse tempo a assuntos mais modestos, para aperfeiçoar gradualmente, tanto a linguagem quanto a mente. *A natureza não dá saltos; nem a arte, quando imita a natureza*. A criança precisa aprender a andar antes de exercitar-se na dança, a cavalgar varas de pau antes de montar cavalos ajazados, a pronunciar sílabas antes de falar, a falar antes de discursar [...] <sup>114</sup>.

No mesmo capítulo da *Didática Magna*, ao explicitar o princípio de que “as palavras não devem ser aprendidas sem ligação com as coisas, pois as coisas não existem nem são conhecidas separadamente das palavras, ao passo que, em sua conexão com as palavras, elas existem aqui ou ali, realizam esta ou aquela operação [...]”<sup>115</sup>, o autor destaca o

113. *Idem*, p. 150.

114. *Idem*, p. 255 (grifo nosso).

115. *Idem*, p. 254.

fato de já ter publicado uma obra sobre esse assunto, em 1631, a *Ianua Linguarum Reserata* (ou *Porta Aberta de Línguas*), “em que as palavras se encontram em frases que expressam ao mesmo tempo a estrutura das coisas”<sup>116</sup>, ou seja, ao serem apresentadas em um contexto, as palavras possibilitam ao aprendiz relacioná-las às coisas a que se referem.

Comenius também ressalta a conveniência de se aprender uma língua por vez, sendo que se deve aprender “[e]m primeiro lugar, a língua vernácula; depois, a que será usada em seu lugar, como a língua dos povos confinantes (as línguas vulgares devem preceder as doutas); a seguir, o latim e depois o grego e o hebraico, mas sempre uma depois da outra, nunca juntas, pois de outro modo se faz confusão”<sup>117</sup>.

O autor destaca, igualmente, o caráter prático que deve ser atribuído ao ensino das línguas ao postular que “[c]ada língua deve ser aprendida mais com a prática que pelas regras”<sup>118</sup>, o que significaria ter a oportunidade de ouvir um falante da língua, de ler, reler e copiar textos e de realizar exercícios de imitação, escritos e orais, ou seja, o estudante deveria ter oportunidades de participar ativamente do processo de aprendizagem.

Ainda com relação ao método para o ensino das línguas apresentado na *Didática Magna*, convém destacar que Comenius sustenta que todas as línguas possam ser aprendidas por um mesmo método, “com a prática e o acréscimo de regras facílimas que mostrem apenas a diferença em relação à língua já conhecida e com exercícios sobre assuntos

116. *Idem, ibidem.*

117. *Idem*, p. 256.

118. *Idem, ibidem.*

já conhecidos etc.”<sup>119</sup>. E, assim, propõe que o ensino da língua seja realizado em quatro graus, correspondentes às quatro idades da vida, em que os indivíduos deveriam: 1º. aprender a falar simplesmente; 2º. aprender a falar com propriedade; 3º. aprender a falar com elegância; 4º. aprender a falar com vigor.

Para consolidar seu método para o ensino das línguas, Comenius propõe a elaboração de livros didáticos que deveriam corresponder aos graus de idade, aos que denomina do seguinte modo: *Vestíbulo*, *Porta*, *Palácio* e *Tesouro*.

O *Vestíbulo* conteria a matéria para quem está aprendendo a falar: algumas centenas de palavras, organizadas em frases curtas, além das “tábuas” de declinações e conjugações anexas.

A *Porta* apresentaria as palavras mais usadas na língua (cerca de oito mil, segundo o autor), dispostas em frases, ainda curtas, “que exprimam ao vivo as coisas, na sua situação natural” e, também, as regras gramaticais, de maneira clara e simples, com o intuito de ensinar “a maneira autêntica e genuína de escrever e pronunciar as palavras, e de formar e construir as frases dessa língua”<sup>120</sup>.

O *Palácio*, por sua vez, deveria conter trechos de variados autores “acerca de todas as coisas, cheios de todo o gênero de frases e de flores de elegância”, acompanhados por notas que indicassem a autoria, além das regras para “variar e colorir” o estilo.

O *Tesouro*, por fim, corresponderia a uma coletânea de autores clássicos, precedida das “regras sobre a investigação e a escolha das

119. *Idem*, p. 258.

120. Jan Amós Comênio, *Didáctica Magna*, 6 ed., Introdução Joaquim Ferreira Gomes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015 [1657], p. 338.

partes mais vigorosas de um discurso, assim como sobre a tradução exata dos idiotismos (o que é uma das regras mais importantes a observar)”<sup>121</sup>.

Cabe ainda ressaltar que, segundo o pedagogo, os livros didáticos deveriam ser acompanhados por livros auxiliares: um vocabulário língua materna-latim e latim-língua materna para o *Vestíbulo*; um dicionário etimológico latim-língua materna para a *Porta*; um dicionário fraseológico língua materna-língua materna, latim-latim e, se necessário, grego-grego, para o *Palácio*; e, para o *Tesouro*, um “prontuário universal”, com explicações acerca da riqueza de cada língua, demonstrada por meio de correspondências e traduções, inclusive de palavras e expressões próprias a cada idioma, expressões com sentido figurado e de cunho humorístico, pois, segundo o autor:

Não é, com efeito, verossímil que exista uma língua materna tão pobre que não possua uma quantidade suficiente de palavras, de expressões e de provérbios que se não possam judiciosamente pôr em ordem e confrontar com os do latim; ou, com certeza, não há nenhuma língua materna que não possua essa quantidade de palavras, se se é suficientemente hábil na arte de imitar e de formar termos, derivando-os dos semelhantes das línguas semelhantes<sup>122</sup>.

Ao descrever os conteúdos que deveriam compor os livros didáticos e os livros auxiliares, o autor resalta o uso de frases que, paulatinamente, apresentam-se mais complexas, como base para o ensino das línguas, deixando evidente, também, como a língua materna estaria presente em todas as etapas de ensino, não figurando somente como um

121. *Idem, ibidem.*

122. *Idem, p. 339.*

“meio” para a aprendizagem do latim, mas sendo, também, estudada em suas peculiaridades.

Vemos, desse modo, que a proposta metodológica para o ensino de línguas de Comenius apresenta coerência com as ideias gerais da didática por ele preconizada e mostra-se inovadora ao se distanciar do método de ensino vigente, o método pedagógico dos jesuítas, que preconizava o ensino do latim previamente ao ensino da língua vernácula, o uso exclusivo do latim mesmo para a comunicação oral nas aulas, os exercícios de repetição, o estudo da gramática, conforme se pode verificar no *Ratio Studiorum*, um documento publicado em 1599, que se configura como um conjunto de prescrições para sistematizar as orientações dos colégios da Companhia de Jesus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho percorrido neste estudo, acreditamos ter demonstrado como, apesar de estarem espacialmente distantes, Amaro de Roboredo e Jan Amos Comenius fundamentam suas obras em conhecimentos comuns acerca da educação, essencialmente os ideais humanistas predominantes na Europa do século XVII, que, portanto, fazem parte do horizonte de retrospectão amplo de ambos. E, para além disso, esperamos ter evidenciado a coincidência entre os conhecimentos indexados que os autores revelam em suas obras, como aqueles relativos ao pensamento do espanhol Juan Luis Vives e à metodologia para o ensino de línguas proposta inicialmente pelos jesuítas irlandeses de Salamanca, que compõem o horizonte de retrospectão específico tanto do gramático português quanto do educador morávio. No entanto, é evidente que

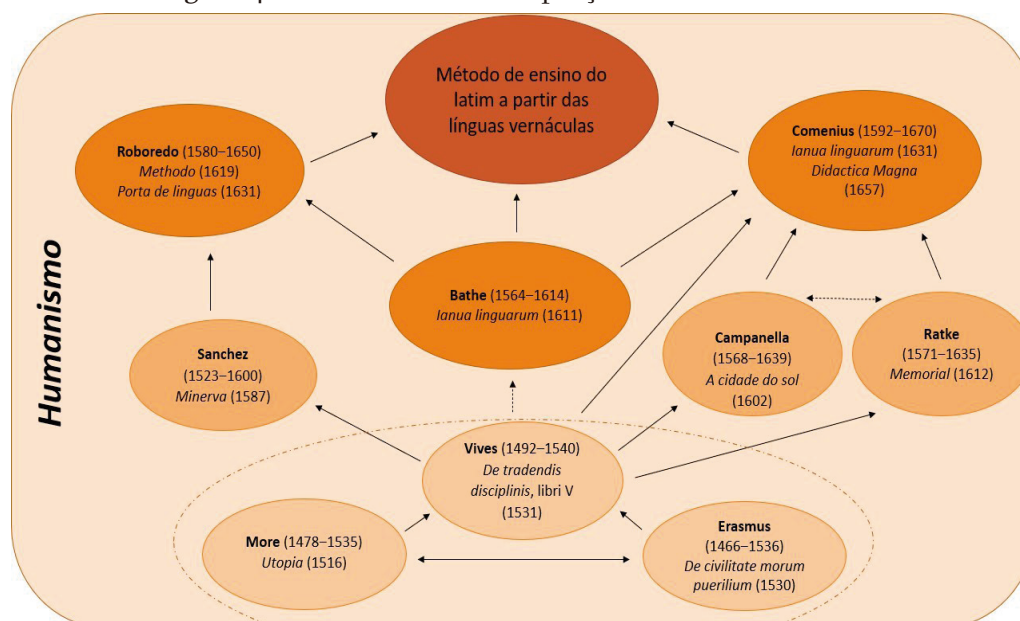
cada autor revela, também, em seus trabalhos, outros conhecimentos, particulares de seus horizontes de retrospectão específicos, que influenciam na concepção de suas obras.

Roboredo e Comenius, imbuídos de ideias renovadas sob a ótica humanista acerca da educação e inspirando-se especialmente na obra dos jesuítas irlandeses, propõem metodologias para o ensino do latim e de outras línguas clássicas, mas que acabam por valorizar os vernáculos, mesmo que, inicialmente, os vernáculos figurem como “meio” para ensinar o latim e não como “fim” em si mesmos.

Vale esclarecer finalmente que, a análise aqui realizada mostra dois fatos: primeiro, que o método proposto por Roboredo apresenta inovações significativas em relação à edição de William Bathe, por exemplo, por ter empregado a técnica de tradução do latim ao português pelo uso de números interlineares, que auxilia o estudante a refletir sobre a gramática das duas línguas; segundo, a *Ianua Linguarum Reserata* elaborada por Comenius é a obra que, por sua vez, divulgou amplamente o método de ensino-aprendizagem do latim por meio da língua vernácula. Enquanto a obra de Roboredo ficou esquecida em Portugal, a de Comenius foi logo traduzida para mais de dez línguas europeias e asiáticas, em cerca de uma década. Desde que, em 2002, Kossarik trouxe à luz o *Methodo* de Roboredo, contudo, ele passou a ser objeto de investigação por pesquisadores portugueses, brasileiros e lusitanistas de outras partes do mundo. Assunção e Fernandes, por exemplo, publicaram em 2007 outra edição que apresenta um trecho anteriormente perdido, intitulado *Recompilaçam da Grammatica Portugueza, e Latina*. Dessa maneira, o *Methodo* de Roboredo alcançou, finalmente, a projeção que merecia ter. Para ilustrar de modo esquemá-

tico os horizontes de retrospectção dos autores, Roboredo e Comenius, apresentamos, como conclusão, a seguinte figura:

Figura 4. Horizontes de retrospectção de Roboredo e Comenius.



Fonte: As autoras.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

- COMÉNIUS, Jan Amós. *Didáctica Magna*. 6. ed. Introdução Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015 [1657].
- \_\_\_\_\_. *Didáctica Magna*. 4. ed. Aparato Crítico Marta Fattori. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1657].
- Comenius, J. A. *Ianua Linguarum Reserata*. Amstelodami apud Ludovicum Elzevirium, 1643. Disponível em: <https://archive.org/details/jacomeniiianualioocome/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/chi.61050508>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- \_\_\_\_\_. *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*. Ed. facsimilada. Lisboa, Pedro Craesbeeck. Prefácio e Estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Colção Linguística, 1, 2007 [1619].

- \_\_\_\_\_. *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*. Ed. fac-similada. Lisboa, Pedro Craesbeeck. Estudo Introdutório de Marina Kossarik. Lisboa, Imprensa Nacional–Casa–da–Moeda, 2002 [1619].
- \_\_\_\_\_. *Porta de Linguas ou Modo Muito Accommodado para as Entender Publicado Primeiro com a Tradução Espanhola. Agora Accrescentada a Portuguesa com Numeros Interliniaes, pelos quaes Possa Entender Sem Mestre Estas Linguas o que as Não Sabe, com as Raizes da Latina Mostradas em hum Compendio do Calepino, ou por Melhor do Tesouro, para os que a Querem Aprender, e Ensinar Brevemente; e Para os Estrangeiros que Desejão a Portuguesa, e Espanhola*. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623.

## Gramáticas e outros instrumentos linguísticos

- BURKE, U. P. Lorenzo Valla. *Encyclopedia Britannica*, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Lorenzo-Valla>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- ROBOREDO, Amaro de. *Verdadeira Grammatica Latina para se Bem Saber em Breve Tempo, Scritta na Lingua Portugueza*. Facsimile ed. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística, 2, 2007.
- SÁNCHEZ, Pedro. *Arte de Grammatica pera em Breve Saber Latim. Ed. facsimilada*. Lisboa, Vicente Álvarez, 1610. Prefácio de Amadeu Torres. Estudo Introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística, 3, 2008.
- SANCTIUS. *Minerve ous les Causes de la Langue Latine*. Trad. e ed. de G. Clerico. Lile, Presses Universitaires de Lile, 1982 [1587].

## Textos teóricos e outros

- ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. “Preface and Introductory study”. In: ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Facsimile ed. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística 1, 2007, pp. VII–CII.
- ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; PONCE DE LÉON, Rogelio. “Introductory Study”. In: *Verdadeira Grammatica Latina Para se Bem Saber em Breve Tempo, Scritta na Lingua Portugueza*. Fac-simile ed. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística, 2, 2007, pp. XI–XL.
- AUROUX, Sylvain. *Histoire des Sciences et Entropie des Sytèmes Scientifiques*. Les horizons de rétrospection, *Geschichte der Sprachtheory* (P. Schmitter, ed). 7 bde. Tübingen, G. Narr. Bd. I. Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik. Analysen und Reflexionen, 1987, pp. 20–42.
- \_\_\_\_\_. “Introduction”. *Histoire des Idées Linguistiques*. Tome 1, La Naissance des Méta-langages en Orient et en Occident. Liège, Mardaga, 1989, pp. 13–37.
- \_\_\_\_\_. *Histoire des Idées Linguistiques*. Liège, Mardaga, 1992, Tome 2.
- \_\_\_\_\_. “Les Modes d’Historicisation”. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, pp. 105–116, 2006. *Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection*. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/hel.2006.2869>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- \_\_\_\_\_. *A Questão da Origem das Línguas, Seguido de a Historicidade das Ciências*. Transl.



- Mariângela P. G. Joaquinho. Campinas, Editora RG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- BOTO, Carlota. *A Liturgia Escolar na Idade Moderna: Cultura em Classes, por Escrito*. Campinas, Papirus, 2017.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CAMPANELLA, Tommaso. *Cidade do Sol*. S.l.p. Ciberfil Literatura Digital, 2002 [1602]. Disponível em: [http://cairu.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Cidade\\_Sol\\_Campanela.pdf](http://cairu.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Cidade_Sol_Campanela.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.
- CARAVOLAS, Jean. “Janua Linguarum Reserata 350 Ans Après”. *Revue des Sciences de l’Éducation*, vol. 6, n. 3, pp. 511-521, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/900301ar>. Acesso em: 27 mar. 2021.
- CARDOSO, Simão. “Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa-Autores Portugueses / comp. e org. de Simão Cardoso”. Porto, Faculdade de Letras, 1994. *Anexo VII da Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*.
- CASINI, Lorenzo. “Juan Luis Vives [Joannes Ludovicus Vives]”. In: ZALTA, Edward N. (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2017 (Spring Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/vives/>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- COLOMBAT, Bernard. *La Grammaire Latine en France à la Renaissance et à l’Âge Classique*. Grenoble, ELLUG, 1999.
- COVELLO, Sergio Carlos. *Comenius: a Construção da Pedagogia*. 3. ed. São Paulo, Editora Comenius, 1999.
- CURA, Rafael Omar. *La Filosofía Educativa de Juan Luis Vives*. Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso –Licenciatura em Filosofia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/tesis/filosofia-educativa-juan-luis-vives.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- DALY, Walter Aloysius. *The Educational Psychology of Juan Luis*. Washington, Catholic University of America, 1924.
- FERNANDES, Gonçalo. “A Ianua Linguarum dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Linguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623)”. *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 42, pp. 165-181, 2004, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.
- GASPARIN, João Luis. *Comênio: A Emergência da Modernidade na Educação*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- KOSSARICK, M. “Estudo Introdutório”. In: ROBOREDO, A. *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas*. Fac-simile ed. Lisboa, Pedro Craesbeeck, Imprensa Nacional–Casa–da–Moeda, 2002.
- KULESZA, Wojciech A. *Comenius: A Persistência da Utopia em Educação*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- LANG, Ossian Herbert. *Comenius: His Life and Principles of Education*. New York/Chicago, E. L. Kellogg & CO, 1891. Disponível em: <https://archive.org/details/comeniushislifep00langiala/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- LEITE, Marli Quadros. “Considerações Sobre Uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical Para Todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo!” *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 13 (2), pp. 337-368, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59891/63000>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. “Método de Ensino de Gramática em Portugal nos Séculos XVII e XVIII: De Roboredo a Verney”. *Confluência*. Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Especial 30 Anos,

- pp. 372-435, jun., 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.496>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. 19. ed. Trad. e notas Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001 (Atualidades Pedagógicas, v. 59).
- MONROE, Will Seymour. *Comenius and the Beginnings of Educational Reform*. New York, C. Scribner's Sons, 1900. (The Great Educators). Disponível em: <https://archive.org/details/comeniusandbegio3monrgoog/page/n150/mode/2up>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- NARODOWSKI, Mariano. *Comenius & a Educação*. 2. ed. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, P. M. “Vida e Obra de Erasmo de Rotherdam”. In: ROTHERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. 2. ed. Trad. e notas de Paulo M. Oliveira. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- PONCE DE LÉON, Rogelio. “El Àlvarez en Vernaculo: Las Exegesis de los de ‘Institutione Grammatica Libri Tres’ en Portugal Durante el Siglo xvii”. *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas”*. xviii, pP. 317-338, 2001, Porto. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/rll/article/view/8137>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- RATKE, Wolfgang. Escritos sobre A Nova Arte de Ensinar de Wolfgang Ratke (1571-1635): Textos Escolhidos. Trad. Sandino Hoff. Campinas, Autores Associados, 2018 [1616] (Col. Clássicos da Educação). *E-book*.
- RUMMEL, Erika. “Desiderius Erasmus”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [S. l]. Winter 2017 Edition, ZALTA, Edward N. (org.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/erasmus/>. Acesso: 15 jun. 2021.
- VIVES, Jean Luis. *Tratado de la Enseñanza*. Introducción a la Sabiduría. Escola del Alma. Diálogos. Pedagogía Pueril. 2. ed. México, Editorial Porrúa, 2004 [1533]. *E-book*.
- WATSON, Foster. “Introduction”. In: VIVES, J. L. Vives, on *Education* [Tradendis Disciplinis of Juan Vives]. Trad. Foster Watson. Cambridge University Press, 1913. *E-book*.



## 4



# Gramaticografia Latina no Brasil: Apontamentos Iniciais

LEONARDO FERREIRA KALTNER<sup>1</sup>

MELYSSA CARDOZO SILVA DOS SANTOS<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar os apontamentos iniciais para uma gramaticografia latina no Brasil, pelos pressupostos teórico-metodológicos da disciplina de Historiografia Linguística (HL), conforme a conceituação de Konrad Koerner<sup>3</sup> e de Pierre Swiggers<sup>4</sup>, além de ter

1. Universidade Federal Fluminense, leonardokaltner@id.uff.br.

2. Universidade Federal Fluminense, CAPES e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cardozomelyssa@id.uff.br.

3. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Selecionados*, Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Dourom, Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística, 11), 2014,

4. Pierre Swiggers, “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”, *Confluência*, n. 44-45, pp. 39-59, 2013; Pierre Swiggers, “Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas e Problemas”, em Cristina Altman et al., *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, pp.

como modelo a gramaticografia de língua portuguesa desenvolvida por Ricardo Cavaliere<sup>5</sup>. A gramaticografia, ou história da gramática, é uma das linhas de pesquisa da HL e a pesquisa, nessa área temática, tem por finalidade traçar uma narrativa historiográfica sobre a história do pensamento linguístico e das práticas gramaticais, em contextos diversos, quanto às suas continuidades e descontinuidades.

Apresentamos apontamentos iniciais para tecer uma história da gramática do latim no Brasil, de modo crítico, que englobe também uma história do ensino de latim, conforme o modelo teórico da disciplina de HL. Nossa proposta embasa-se nas discussões iniciadas pelo latinista e filólogo Ernesto Faria (1906-1962), catedrático de língua latina da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Ernesto Faria foi também membro da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL) e produziu uma prestigiada e diversificada obra sobre temas variados em relação à língua latina, tendo publicado importantes textos como a *Gramática Superior da Língua Latina*<sup>7</sup> e a *Introdução à Didática do Latim*<sup>8</sup>, que serão objeto de nossa investigação inicial.

O latinista, precursor de uma gramaticografia latina no Brasil, desenvolveu, em suas obras, teses de como a tradição gramatical latina havia se desenvolvido no Brasil desde o remoto período da América

45-80.

5. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*, Petrópolis, Vozes, 2022.

6. Eduardo Tuffani, “Para a História dos Cursos de Letras no Brasil com Atenção aos de Letras Clássicas no seu Estabelecimento”, *Em Tese*, vol. 27, n. 2, pp. 13-37, 2021.

7. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.

8. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.

portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, tendo se mantido de forma contínua e ininterrupta no Brasil Império, no século XIX, e no Brasil República, do século XIX até os dias de hoje. Nossas reflexões, acerca da descrição da história da gramática latina no Brasil, pela narrativa de Ernesto Faria, têm por finalidade demonstrar como o ensino de latim para linguistas, no contexto do Brasil do século XXI, pode ser aprimorado pela investigação historiográfica e como a reflexão historiográfica pode nos auxiliar a compreender as mudanças de pensamento e de paradigmas gramaticais para o ensino de latim.

A gramaticografia tem um lugar de relevo como uma das linhas de pesquisa da disciplina de HL, no sentido de tratar de um *corpus* textual específico composto por uma série de textos editados sob o rótulo de “gramática”. A investigação apoia-se em textos que são depositários do pensamento (meta)linguístico e (meta)filológico, como a gramática latina e o manual de história de ensino de latim publicados por Ernesto Faria<sup>9</sup>, no século XX. A obra *Introdução à Didática do Latim*<sup>10</sup>, por exemplo, diferencia-se do *corpus* mais comum da gramaticografia por não se tratar de uma gramática, mas de um texto com reflexões sobre a tradição gramatical latina em diversos contextos, inclusive o Brasil. A obra é precursora da gramaticografia latina no Brasil, ainda que não tenha sido desenvolvida sob os pressupostos da HL.

Nesse aspecto, o desenvolvimento de uma gramaticografia de língua latina no Brasil necessita de reflexões teóricas iniciais desenvolvidas

9. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*.

Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

10. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

pela “fase heurística”<sup>11</sup> da pesquisa historiográfica, assim como a organização de um “cânon”<sup>12</sup> gramatical ordenado por parâmetros críticos linguístico- historiográficos. Temos, nessas reflexões iniciais, um apoio na descrição historiográfica sobre o tema desenvolvida por Ernesto Faria, que em suas reflexões sobre o ensino de latim delineou uma base para o desenvolvimento de uma narrativa historiográfica para o emprego de gramáticas latinas no Brasil, em relação às mudanças de paradigma de pensamento linguístico e gramatical.

Recentemente, com a publicação da *História da Gramática no Brasil – Século XVI a XX*, de Ricardo Cavaliere<sup>13</sup>, tivemos a aplicação dos fundamentos da disciplina de HL para a construção de uma narrativa historiográfica sistematizada acerca da história da gramática no Brasil. A obra de Cavaliere, um marco na gramaticografia brasileira, nos dá uma direção para que se teça uma narrativa historiográfica sobre a história da gramática de línguas clássicas no Brasil, sobretudo a de língua latina. Podemos notar que as mudanças no pensamento linguístico e na prática gramatical no Brasil, quanto à língua portuguesa, afetaram também a percepção do ensino de latim e do paradigma das gramáticas latinas, compostas ou adotadas no Brasil. Outro fator que buscamos apresentar é a grande influência cultural de Portugal no ensino de latim no Brasil, o que torna a gramaticografia latina em nosso contexto intercultural um tema luso-brasileiro, tópico historiográfico que se relaciona

11. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, p. 43.

12. *Idem*, p. 41.

13. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

ao conceito de “hibridismo cultural”, de Peter Burke<sup>14</sup>.

Sobre a gramaticografia e sua influência teórica “koerniana”, assevera Cavaliere:

Os fundamentos dessa historiografia, que se pode denominar ‘koerniana’, dada a preciosa contribuição do linguista Konrad Koerner (1932-2022) para sua edificação e disseminação no meio acadêmico, pauta-se na avaliação crítica da produção intelectual sobre a língua no decurso do tempo à luz da sua contextualização socio-política, artística, filosófica e política<sup>15</sup>.

Quanto ao *corpus*, o campo teórico a que pertence essa tradição ocidental de gramáticas latinas está vinculado, em sua rotulagem no Brasil, a termos ora generalistas como “Estudos Clássicos”, que engloba as áreas de Letras Clássicas, a Filosofia e a História Antigas, ora específicos como “Línguas Clássicas”, e mais específicos ainda como “Língua Latina”. Estes dois últimos foram registrados como áreas científicas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que é o órgão administrativo atual, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cuja finalidade é o fomento ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pelo incentivo a formação de pesquisadores, no contexto acadêmico do Brasil. A área de Línguas Clássicas está registrada sob o código: “8.02.03.00-0 Línguas Clássicas”, como subdivisão do campo geral da grande área de “Letras”: “8.02.00.00-1 Letras”.

A investigação desenvolvida na linha de pesquisa de gramatico-

14. Peter Burke, *O que é História Cultural?*, Tradução de Sérgio Goes de Paula, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

15. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*, p. 12.



grafia é basicamente uma pesquisa da área de Linguística, que é registrada sob outro código: “8.01.00.00-7 Linguística”. Nesse sentido, a pesquisa em gramaticografia latina é interdisciplinar entre as áreas de Linguística e de Letras (Línguas Clássicas), pelo fato de que tratamos de uma gramaticografia de uma língua específica, o latim, em um contexto específico, o Brasil. Esse aporte teórico de estudos interdisciplinares é pertinente ao estatuto da disciplina de HL<sup>16</sup>, conforme Ronaldo Batista pontua quanto à pluralidade de pensamento na dimensão interpretativa historiográfica, que permite a interdisciplinaridade epistêmica:

Essa historiografia pode ser vista, portanto, como um espaço científico e intelectual em que fronteiras e limites são constantemente questionados. Nesse sentido, diluem-se demarcações rígidas entre áreas de busca pelo conhecimento a respeito do humano e suas especificidades, em nome da proposição de um campo científico que nasce interdisciplinar e efetiva em suas práticas de análise em meio a diálogos constantes entre diversas esferas e domínios de saber<sup>17</sup>.

Nosso recorte temático, caracterizado pelo *corpus* de pesquisa no capítulo, vincula-se a tradição luso-brasileira das gramáticas de língua latina, no contexto sociohistórico do Brasil. Essa tradição gramatical, já debatida de forma pioneira por Ernesto Faria, pode ser analisada pela disciplina de HL, pelo modelo “koerniano”, no sentido de se averiguar questões como periodização e mesmo um modelo sistemático de descrição historiográfica que permita desenvolver uma história da gramática latina no Brasil de forma mais específica, abarcando a produção

16. Cristina Altman, “História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira”, em Cristina Altman et al., *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, pp. 19-44.

17. Ronaldo de Oliveira Batista, “Historiografia da Linguística e um Quadro Sociorretórico de Análise”, em Cristina Altman et al., *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, p. 15.

nacional nesse desenvolvimento. A gramaticografia de língua latina no Brasil é uma tradição que se inscreve no que Cristina Altman rotulou como “linguística de recepção”<sup>18</sup>, isto é, o ensino de latim no Brasil é um desenvolvimento do pensamento linguístico pautado na recepção e na adaptação de modelos gramaticais derivados de outros contextos culturais ocidentais, sobretudo o europeu. Nesse sentido, a recepção do pensamento linguístico pressupõe processos de relações interculturais, como aquelas que foram estabelecidas entre o Brasil e outros contextos mais amplos do Ocidente, durante o processo histórico de constituição do pensamento linguístico.

Recentemente, houve uma retomada por José Amarante Santos Sobrinho<sup>19</sup>, do pensamento de Ernesto Faria, em uma proposta de “História Social” do Latim, em um modelo próximo à proposta de Faraco<sup>20</sup> para uma “história sociopolítica” da língua portuguesa, com um excelente levantamento de dados sobre o ensino de latim no Brasil. Essa iniciativa de Santos Sobrinho se configurou também como uma narrativa historiográfica variante da “história externa” das línguas românicas, desenvolvida por filólogos no Brasil, de caráter interpretativo quanto à dimensão contextual do ensino da disciplina de latim. Todavia, o método descritivo da “história social” não desenvolve uma crítica his-

18. Cristina Altman, “Zeitgeist em Homenagem a Evanildo Bechara por Ocasão dos Seus 90 Anos”, Revista *Confluência*, n. 55, pp. 164-182, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18364/rc.v11i55.276>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

19. José Amarante Santos Sobrinho, *Dois Tempos da Cultura Escrita em Latim no Brasil: o Tempo da Conservação e o Tempo da Produção – Discursos, Práticas, Representações, Proposta Metodológica*, 2013, Universidade Federal da Bahia, Salvador. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura)

20. Carlos Alberto Faraco, *História Sociolinguística da Língua Portuguesa*, São Paulo, Parábola, 2016.

toriográfica “interna” do pensamento linguístico, traço característico da HL de inspiração “koerniana”. Em artigo, recente, o latinista Eduardo Tuffani<sup>21</sup> comentou, em forma de “crônica”, a criação dos cursos de Letras modernos no contexto brasileiro, tendo demonstrado que a institucionalização recente foi embasada em marcos legais sucessivos na constituição do ensino público e privado em nosso contexto. A iniciativa desenvolveu-se como uma narrativa contextual, de grande valor documental, porém, sem as reflexões do aparato crítico das mudanças de paradigma e de pensamento, pelos critérios de continuidades e descontinuidades, que caracterizam o modelo teórico da HL.

Nesse sentido, a fim de preencher essa lacuna, a abordagem teórico-metodológica da HL não se desenvolve apenas de modo contextual, ou “externa”, quanto ao desenvolvimento do pensamento linguístico, tendo como pressuposto uma análise interna de modelos gramaticais e métodos de ensino, que tem apenas como um apoio instrumental a análise contextual e a crônica institucional, no nível interpretativo. Assim, o objeto de estudos são as próprias gramáticas empregadas em cada época, em perspectiva comparada, no princípio humanístico e filológico de ir “*ad fontes*”. Nesse aspecto, por exemplo, é de nosso interesse a comparação entre as gramáticas de latim empregadas na longa tradição de ensino da língua no Brasil, a fim de compreender o “ideário linguístico”<sup>22</sup>, subjacente às obras e às mudanças de paradigma de pensamento. Nesse sentido, a gramaticografia desenvolvida por Cavaliere<sup>23</sup> nos dá subsídios para uma interpretação sobre a história

21. Eduardo Tuffani, *Em Tese*, vol. 27, n. 2, pp. 13-37.

22. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, p. 43.

23. Ricardo Stavola Cavaliere, “Uma proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil”,

do pensamento linguístico e das práticas gramaticais relacionadas às gramáticas de língua latina no Brasil. No capítulo, analisamos como Ernesto Faria apresentou essa tradição do pensamento linguístico, do século XVI até o século XIX, apenas com reflexões iniciais sobre um “cânon” e seus “pontos de ancoragem”<sup>24</sup>, para a aplicação da fundamentação teórico-metodológica da HL no tema específico. Nosso intuito inicial é o estabelecimento de uma metodologia de interpretação crítica para desenvolver uma narrativa (meta)historiográfica sobre a gramaticografia latina.

A fim de citar um exemplo de como se dá a análise “interna” do pensamento linguístico, podemos refletir, na comparação de textos de diferentes tradições sobre a divisão da gramática, um tópico que bem ilustra a mudança de pensamento durante o processo histórico. As gramáticas latinas medievais e humanísticas, por sua base “clássica” romana, dividiam a sua descrição gramatical em quatro partes (ortografia, prosódia, etimologia e construção), enquanto as gramáticas modernas, desde o modelo de gramática racionalista nos séculos XVIII e XIX, passaram a dividir a gramática em três partes, o que perdurou na divisão estruturalista (fonética, morfologia e sintaxe), adotada por Ernesto Faria<sup>25</sup>. Outro exemplo é sobre a divisão das conjugações verbais do latim, um tópico que oscila, de acordo com o modelo e a tradição gramatical ao longo dos séculos, em que há uma divisão ora em três ora em quatro

*Alfa: Revista de Linguística*, vol. 45, pp. 49-69, 2001; Ricardo Stavola Cavaliere, “Gramaticografia da Língua Portuguesa no Brasil: Tradição e Inovação”, *Limite*, n. 6, pp. 217-236, 2012.

Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*, Petrópolis, Vozes, 2022.

24. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, p. 43; Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, pp. 45-80.

25. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*.

conjugações. Assim, a gramaticografia, ainda que tenha apoio na histórica contextual, é fundamentada, sobretudo, pela análise interna das obras, o que permite interpretar o pensamento linguístico de uma época em suas nuances e diferenças diversas.

## ERNESTO FARIA E A GRAMATICOGRAFIA LATINA NO BRASIL

A descrição de Ernesto Faria<sup>26</sup> acerca da história do pensamento linguístico no Brasil, quanto à língua latina, apresenta três obras gramaticais que marcaram os “pontos de ancoragem”<sup>27</sup> de sua narrativa historiográfica. Ernesto Faria não se valeu do modelo teórico de Koerner e de Swiggers, mas a sua interpretação crítica pioneira da gramaticografia latina pode ser aproximada do modelo teórico da HL pela compatibilidade de sua narrativa com alguns conceitos da disciplina. Pode-se notar que a própria obra gramatical de Ernesto Faria, a *Gramática Superior da Língua Latina*, publicada em 1958, torna-se um quarto ponto de ancoragem da descrição e do ensino de latim no Brasil para o historiógrafo contemporâneo, inserindo-se na narrativa historiográfica da gramaticografia que o latinista desenvolveu, de forma precursora.

A periodização desses pontos de ancoragem, proposta indiretamente por Ernesto Faria, é compatível também com a periodização proposta por Ricardo Cavaliere<sup>28</sup>, em sua *História da Gramática no Brasil*, para as gramáticas de língua portuguesa, que dividiu esse

26. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, pp. 81-98.

27. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, p. 47.

28. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

processo histórico em um “período embrionário” (1500-1806), um “período racionalista” (1806-1881) e um “período científico” (1881-CA.1920):

O “período embrionário”, que vai das origens até 1806, com a publicação do *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806), de Antônio de Morais Silva (1757?-1824); o “período racionalista”, que vai de 1806 a 1881, ano que vem a lume a *Gramática Portuguesa* (1881), de Júlio Ribeiro (1845-1890) e a fase fundadora do “período científico”, que se estende até a segunda década do século XX<sup>29</sup>.

Cada um dos períodos históricos desenvolvido por Cavaliere é marcado por um ponto de ancoragem, isto é, por uma obra representativa que demarca a mudança de “paradigma”<sup>30</sup> do pensamento linguístico e da prática gramatical. Esse modelo de descrição da narrativa historiográfica encontra paralelo com o processo empregado por Ernesto Faria, tendo os pontos de ancoragem e modelos gramaticais apresentados por ambos uma proximidade tanto na data quanto no modelo gramatical.

Para demonstrar a mudança no pensamento linguístico em relação à língua latina no contexto do Brasil, Ernesto Faria apresentou obras gramaticais que marcaram a substituição de “paradigmas” gramaticais, o que Swiggers rotulou como “morfótipos de textos”<sup>31</sup>, em uso na tradição contínua do ensino de latim no Brasil. Todas as obras apresentadas pelos latinista foram derivadas de uma tradição intercultural luso-brasileira, o que vincula a gramaticografia latina no Brasil à linguística

29. *Idem*, p. 11.

30. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, pp. 39-59; Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, pp. 45-80.

31. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, p. 41.

de recepção e ao contexto do “clima de opinião”<sup>32</sup> do ensino de latim em Portugal.

A primeira obra gramatical latina citada é a *De Institutione Grammatica. Libri Tres* (A Instituição da gramática em três livros), do jesuíta português Manuel Álvares (1526-1583), publicada em 1572<sup>33</sup>. A gramática, que era prescrita pela *Ratio Studiorum* jesuítica, de 1599, no modelo de ensino das escolas e colégios jesuíticos na América portuguesa, foi a mais influente por todo o período colonial até o século XVIII. O ensino latino-português nesse sistema era feito com um manual escrito em língua latina. O seu emprego na América portuguesa teria caracterizado o que Cavaliere rotula como “período embrionário”, época de circulação também das “gramáticas missionárias”<sup>34</sup>. Note-se que a gramática de Álvares é escrita em latim, com poucas traduções ou contrastes com a língua portuguesa.

Conforme Ernesto Faria<sup>35</sup> frisou, o ensino de latim era a base da educação jesuítica quinhentista, em um clima intelectual humanístico que ainda rotulava os estudos de gramática latina de “*latinitas*”, ou de “*studia humanitatis*”. A partir de 1572, esse ensino se dava pelo emprego da gramática de Manuel Álvares em Portugal e nas colônias ultramarinas, como a América portuguesa, o Brasil Colônia. Esse contexto estava vinculado culturalmente às reformas de ensino iniciadas no

32. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística, 11), 2014.

33. Gonçalo Fernandes, “De Institutione Grammatica Libri Tres (1572) de Manuel Álvares (1526-1583)”, *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, vol. 4, pp. 85-99, 2007.

34. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

35. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

reinado de D. João III, também pela instituição do Padroado português, tendo perdurado até o século XVIII. Ernesto Faria descreveu da seguinte forma o ensino de latim nesse “período embrionário”:

Tendo os jesuítas exercido o monopólio da instrução em Portugal e suas colônias desde 1539, para onde foram chamados pelo rei Dom João III, até 1759, data de sua expulsão por ordem do ministro Marquês do Pombal, a orientação de todo o ensino de grau secundário no Brasil, até esta data, se fazia segundo os ditames da “*ratio studiorum*”, onde os estudos latinos ocupavam sempre o primeiro lugar<sup>36</sup>.

Em seguida, Ernesto Faria citou dois autores também portugueses que sucederam a gramática de Álvares, proibida em 1759, por alvará régio. Trata-se das obras do padre António Pereira de Figueiredo (1725–1797), o *Novo Methodo Grammatica Latina* (1753), e da gramática de António Felix Mendes (1706–1790), editada também como *Grammatica da Lingua Latina*, em 1774. Obras que em primeira leitura parecem aproximar-se da gramática racionalista, tendo sido escritas diretamente em língua portuguesa. Ambas as obras foram recomendadas pelo mesmo alvará régio em 1759 que proíbe o emprego da gramática de Álvares em Portugal e nas colônias ultramarinas, como a América portuguesa. Esse ponto de ancoragem é compatível com o “período racionalista”, adotado por Cavaliere<sup>37</sup>, para a descrição das gramáticas de língua portuguesa, o que demonstra ter sido a história da gramática latina no Brasil vinculada à gramaticografia de língua portuguesa.

Ernesto Faria pontua ainda que os eventos de 1759 marcaram no

36. *Idem*, p. 83.

37. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.



Brasil a descontinuidade da educação jesuítica, mas não houve a introdução de um novo modelo de ensino de latim de forma eficiente no século XVIII. Um emprego institucional das gramáticas latinas prescritas no século XVIII no Brasil teria ocorrido em momento posterior, com uma nova reestruturação do sistema de ensino, já no Brasil Império. Sobre as principais gramáticas latinas da época:

Como primeira consequência do banimento dos jesuítas foi desde logo pros-  
crita das aulas de latim a *Arte* do Pe. Manoel Álvares, S. J., substituída pelo *Novo  
Método* do Pe. Antônio Pereira, publicado em 1752, e pela *Gramática Latina* de  
Antônio Félix Mendes<sup>38</sup>.

Por fim, uma outra obra do final do século XIX, já como um tercei-  
ro ponto de ancoragem, foi citada por Ernesto Faria, em sua *Gramática  
Superior da Língua Latina*<sup>39</sup>: a tradução portuguesa, de 1872, da gra-  
mática *Lateinische Sprachlehre für Schulen* do latinista dinamarquês  
Johan Nicolai Madvig (1804-1886). O original foi editado em 1844  
e 1847 e a tradução portuguesa foi elaborada pelo filólogo português  
Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), sob o título de *Gramática  
Latina*, publicada em Lisboa e citada por Ernesto Faria pela edição de  
1872. A obra de Madvig, de tradição filológica e relacionada ao “mé-  
todo histórico-comparativo”, é muito próxima à tradição do “período  
científico”, citada por Cavaliere<sup>40</sup>, que teve em Júlio Ribeiro seu funda-  
dor, em relação à língua portuguesa.

Ernesto Faria citou essa obra como uma das gramáticas latinas

38. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, p. 83.

39. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*, pp. 3-4.

40. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

mais influentes e prestigiadas no Brasil, para o ensino de latim em cursos superiores, desde a sua publicação, no final do século XIX, até a sua própria gramática ter sido publicada em 1958. A gramática de Madvig apoiava-se no “método histórico-comparativo” para a descrição do latim e Ernesto Faria a considerava uma “gramática superior”, pelo seu viés linguístico e cientificista: “Feita exceção da *Gramática Latina* de Madvig, traduzida primorosamente da terceira edição por Epifânio Dias, não há em português uma gramática realmente superior da língua latina”<sup>41</sup>.

Nesse sentido, Ernesto Faria apontou uma sucessão de obras gramaticais que marcaram três pontos de ancoragem, até a publicação de sua gramática, em 1958, que se configura como um quarto ponto de ancoragem também, como uma publicação sobre o tema da descrição e da história da língua latina, para o seu ensino no Brasil já pela corrente linguística do “estruturalismo” francês. Note-se que as obras citadas por Ernesto Faria derivaram de uma tradição acadêmica luso-brasileira, o que demonstra um exemplo da “linguística de recepção”<sup>42</sup>, apresentada por Cristina Altman. Portugal teria sido a principal influência cultural para o ensino de latim no Brasil, até o século XX, quando um sistema de ensino nacional se desenvolveu.

41. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*, p. 3.

42. Cristina Altman, *Revista Confluência*, n. 55, pp. 164-182.

Tabela 1. Gramaticografia latina no Brasil e pontos de ancoragem, segundo Ernesto Faria.

Período histórico	Gramáticas latinas	Contexto	Tradição
1572-1759	Gramática de Manuel Álvares.	América portuguesa.	Tradição humanística.
1759-1872	Gramáticas de Antônio Pereira e Antônio Félix Mendes	América portuguesa e Brasil Império.	Tradição racionalista.
1872-1958	Gramática de Madvig, traduzida por Epifânio Dias.	Brasil Império e Brasil República.	Tradição filológica.
1958	Gramática Superior, de Ernesto Faria.	Brasil República.	Tradição filológico-linguística.

Fonte: Faria<sup>43</sup>.

A gramaticografia latina desenvolvida por Ernesto Faria, de modo precursor, não foi exaustiva, pois não foi objetivo do autor fazer um levantamento da história da gramática da língua latina pelos pressupostos da disciplina de HL nem um catálogo de obras. O que notamos é que seu trabalho historiográfico foi panorâmico e crítico, pois apresentou os pontos de ancoragem, de mudança no pensamento linguístico no ensino de latim em uma perspectiva intercultural luso-brasileira, do século XVI ao XIX, determinante para a compreensão do desenvolvimento do pensamento gramatical no Brasil quanto ao ensino de latim. Note-se que ainda que houvesse materiais elementares de latim nesse *continuum* histórico, Ernesto Faria optou por demonstrar apenas as gramáticas

43. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*; Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

mais representativas do “ensino secundário” e do “superior” da língua latina, ou seja, as obras que serviram de modelo para outros materiais da época, tanto para os níveis elementares de estudo do latim quanto para os níveis mais avançados. Na visão do latinista, foram as gramáticas determinantes para as mudanças de paradigma do pensamento. Por isso, podemos considerar sua descrição como precursora da gramatografia latina no Brasil.

### DOS MISSIONÁRIOS (1500-1549) AO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II (1837)

Tratamos, nesta parte do capítulo, da contextualização dos pontos de ancoragem desenvolvida por Ernesto Faria sobre o ensino de latim no Brasil<sup>44</sup>. Dada a extensão desse estudo inicial, vamos nos ater apenas ao contexto que vai do “período embrionário”<sup>45</sup>, descrito por Ernesto Faria com uma fase jesuítica, iniciada em 1549, até a fundação do Imperial Colégio de Pedro II, em 1837, que marcou o uso institucional das gramáticas latinas do que é rotulado por Cavaliere como “período racionalista”<sup>46</sup>. Nosso intuito é demonstrar como Ernesto Faria lidou com a “contextualização”, um dos princípios da disciplina de HL<sup>47</sup>.

As gramáticas latinas empregadas no processo histórico da sistematização da educação e do ensino de latim no Brasil podem ser contextualizadas pelas decisões institucionais a que se vincularam, como

44. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

45. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

46. *Idem*.

47. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Selecionados*.

Ernesto Faria demonstrou em sua narrativa historiográfica. O emprego da gramática de Manuel Álvares, de 1572, estava vinculado, por exemplo, às escolas e colégios jesuíticos da primeira modernidade, no contexto das missões religiosas oficiais na América portuguesa. Duas decisões políticas documentadas favoreceram o ambiente institucional para o seu emprego: as *Constitutiones* jesuíticas, de 1556, e a *Ratio Studiorum*, de 1599, que consolidou o emprego da gramática de Manuel Álvares e o método de ensino humanístico do latim na América portuguesa.

Todavia, essas decisões institucionais vinculavam-se não só ao contexto da Igreja, mas também à coroa portuguesa, de então. Com a instituição do Padroado português, muitas decisões eclesiásticas eram oriundas da administração do reino e das colônias ultramarinas. Ernesto Faria anotou como a educação humanística de Portugal e das colônias ultramarinas, sob a administração jesuítica, era vinculada a decisões tomadas sob a tutela da política cultural do reinado de D. João III (1502-1557), que reinou desde 1521 até seu falecimento. Missionários como Anchieta dedicaram a sua obra a D. João III, que garantiu a presença jesuítica na América portuguesa.

Já o emprego das gramáticas de Antônio Pereira e Antônio Félix Mendes, estavam vinculadas às decisões tomadas no contexto de atuação do Marquês de Pombal (1699-1782), sob o reinado de D. José I (1714-1777), pela publicação de um alvará-régio em 1759, que proibia o emprego da gramática de Manuel Álvares. A difusão da gramática de Madvig, por outro lado, derivou de um contexto intelectual mais diversificado, no reinado de D. Pedro II (1825-1891), em 1872, em que já existiam instituições como o Imperial Colégio de Pedro II, desde 1837,

em que a “artinha” do padre Antônio Pereira ainda era empregada até o surgimento de gramáticas “científicas”, com o uso do “método histórico-comparativo”.

Na perspectiva de Ernesto Faria, a presença do latim no Brasil iniciou-se com a chegada dos primeiros missionários europeus em 1500, na primeira armada portuguesa oficialmente registrada no território de Porto Seguro, em que indígenas tupiniquins habitavam. Esse primeiro “ponto de ancoragem”<sup>48</sup> estende-se para Faria, em sua narrativa historiográfica, de 1500 a 1549, como uma fase histórica<sup>49</sup>. Trata-se, inicialmente, da presença de frades franciscanos, que atuavam como missionários e intérpretes, no contato linguístico estabelecido em um momento sucessivo àquele evento histórico inicial, tópico que temos analisado sob a perspectiva da “ecologia do contato de línguas”, em que o “*usus*” (uso), de caráter empírico, era a principal forma de se aprender as línguas indígenas e o latim empregado não era necessariamente sistematizado em um sistema de ensino humanístico<sup>50</sup>. Esse *momentum* estava institucionalmente vinculado à corte de D. Manuel I (1469-1521), o Venturoso, época em que o humanismo renascentista já era conhecido na corte portuguesa, desde a chegada de Cataldo Parísio Sículo (1455-1517), em 1485 a Portugal<sup>51</sup>.

48. Pierre Swiggers, *Confluência*, n. 44-45, pp. 39-59.

49. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

50. Leonardo Ferreira Kaltner, *O Pensamento Linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: Estudos Historiográficos*, Ponta Grossa, Atena Editora, 2020; Melyssa Cardozo Silva dos Santos, “Schola Aquitanica (1583): Latin Grammar and Renaissance Tradition”, *Revista da ABRALIN*, [S. l.], vol. 20, n. 3, pp. 452-463, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1946>. Acesso em: 24 fev. 2023.

51. Carlos Antônio Kalil Tannus, “Um Olhar sobre a Literatura Novilatina em Portugal”, *Calíope, Presença Clássica*, n. 16, 2007, pp. 13-31.

## Segundo a descrição de Faria:

Ao aportarem, em 1500, as primeiras caravelas portuguesas à América, quando Pedro Álvares Cabral tomou posse da terra em nome de D. Manuel, o Venturoso, Frei Henrique de Coimbra, que fazia parte da expedição cabralina, rezou a primeira missa no Brasil. Assim, podemos dizer que o latim, sob a forma do latim eclesiástico, chegou à América portuguesa ao mesmo tempo que seus descobridores<sup>52</sup>.

No “clima de opinião”<sup>53</sup> em que esses missionários tiveram a sua formação intelectual no reino lusitano, Coimbra estaria prestes a se tornar um centro de inovações do pensamento linguístico, em que as gramáticas humanísticas despontavam em detrimento à tradição medieval latina que entrava em declínio. As principais obras gramaticais latinas, na Idade Média, foram as obras de *Donatus*, *Varro* e de *Priscianus*, no contexto ocidental europeu, que circularam também em Portugal. À época de Frei Henrique de Coimbra (c. 1465-1532), as gramáticas latinas de mais prestígio, nesse contexto inicial de recepção do Humanismo renascentista em Portugal, eram as obras de Juan de Pastrana, que viveu no século xv, a *Grammatica Pastranae*, ou *Thesaurus Pauperum Sive Speculum Puerorum*, de 1497, e a *Materiarum Editio a Petro Rombo ex Baculo Caecorum Breviter Collecta*, também de 1497, editadas por Pedro Rombo, que viveu de meados do século xv até meados do século xvi, com comentários em português e tipografadas como incunábulo ainda no final do século xv.

O latim ensinado pela gramática especulativa dos gramáticos mo-

52. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, p. 81.

53. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*.

distas foi empregado na formação escolástica medieval, sistematizada nas disciplinas do *trivium* (gramática, retórica e dialética), que tinha seu ápice na especulação pela “dialética aristotélica”<sup>54</sup>, e este era o perfil de pensamento linguístico das ordens religiosas europeias antes das reformas humanísticas. O latim litúrgico era empregado em missas e no canto, e a essa presença do latim Ernesto Faria remete-se como o que também interpretamos como o “ponto de ancoragem” que iniciou o uso do latim na América portuguesa, em 1500, um processo histórico luso-brasileiro.

Rolf Kemmler<sup>55</sup> apresenta-nos o repertório editorial das gramáticas latinas humanísticas que circulavam nesse período histórico, entre 1500 e 1549, que teve no humanista Estevão Cavaleiro, que viveu de meados do século xv até meados do século xvi, um dos primeiros gramáticos a propugnar por uma gramática humanística, em detrimento ao sistema da gramática especulativa medieval. Obras gramaticais de Nicolau Clenardo (1493-1542) e de Despautério (c. 1480- 1520) também circularam em Portugal, até que em um momento posterior, a gramática de Manuel Álvares foi publicada em 1572 e se tornou o principal manual de latim da época em Portugal, inclusive nos domínios ultramarinos, como a América portuguesa, em que as missões jesuíticas foram institucionalizadas.

Ernesto Faria descreve também o momento posterior a 1549, em

54. Alessandro Jocelito Beccari, *Tratado sobre os Modos de Significar*, Editora da UFPR, 2019.

55. Rolf Kemmler, “Para uma Melhor Compreensão da História da Gramática em Portugal: Agramaticografia Portuguesa à Luz da Gramaticografia Latinoportuguesa nos Séculos xv a xix”, *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, vol. 19, 2013. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19_artigo9.pdf?ln=pt-pt). Acesso em: 17 jun. 2021.



que as missões jesuíticas foram organizadas na América portuguesa, já com as inovações humanísticas para o ensino dos “*rudimenta*” (rudimentos) de latim, nas primeiras escolas jesuíticas. Em sua descrição, surgem dois personagens: o Pe. Vicente Rijo (1528-1600), o primeiro professor-catequista e José de Anchieta (1534-1597), com formação humanística. Anchieta não escreveu uma gramática latina, propriamente, mas obras poéticas em latim humanístico, com finalidade didática e catequética, que ficaram registradas nos *Monumenta Anchieta*.

Ernesto Faria<sup>56</sup> descreveu o período compreendido entre 1500 e 1549 como uma fase do desenvolvimento da América portuguesa, que analisamos como um período empírico<sup>57</sup>, de atuação de missionários franciscanos, sem uma política missionária oficial. A partir de 1549, com a instalação do governo-geral de Tomé de Sousa, iniciou-se o ensino com o Pe. Vicente Rijo, que se dedicou por quase meio século ao ensino de meninos na América portuguesa:

Pela incúria da Metrópole, bem como pela preocupação única do primitivo colono de explorar a terra e assegurar a conquista, só em 1549, quando aportaram à Bahia com Tomé de Sousa os primeiros jesuítas é que se criava entre nós o primeiro estabelecimento de ensino. Foi o Pe. Vicente Rijo quem iniciou o ensino primário entre colonos e indígenas, mister a que se dedicou por mais de cinquenta anos<sup>58</sup>.

Esse ensino desenvolvido na Bahia já era resultante da reforma do Real Colégio das Artes de Coimbra, entre 1548 e 1555, logo era uma sucursal com o novo sistema de educação humanístico das “escolas de

56. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

57. Leonardo Ferreira Kaltner, *O Pensamento Linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: Estudos Historiográficos*, Ponta Grossa, Atena Editora, 2020.

58. Ernesto Faria, *Gramática Superior da Língua Latina*, p. 81.

ler e escrever”, que empregavam cartilhas de alfabetização latino-portuguesas como a de João de Barros (1496-1570). O ensino de latim dava-se no morfótipo de texto conhecido por “*rudimenta*” no século XVI, que teve como precursor o humanista italiano Niccolò Perotti (1429-1480), autor dos *Rudimenta Grammatices*, publicado em 1473. O modelo de ensino humanístico por “*rudimenta*” chegou a diversos contextos europeus e foi desterritorializado nas missões religiosas das colônias ultramarinas como a América portuguesa.

O catecismo quinhentista e as orações em latim estavam presentes nas cartilhas de alfabetização. O uso do canto era uma primeira aproximação para a alfabetização humanística. Depois da experiência inicial de Vicente Rijo, Ernesto Faria descreveu o contexto de fundação das primeiras “escolas de ler e escrever” da América portuguesa, na expansão desse período inicial:

Destarte era fundada na Bahia, em 1551, a primeira escola regular, à qual se seguiram a de Piratininga em 1554, a de São Vicente em 1556 e a do Espírito Santo ainda em 1556. Nessas escolas frequentadas por filhos de colonos e meninos índios, a par de leitura, escrita, contas, doutrina cristã e canto ensinavam-se também os primeiros rudimentos da língua latina, bem como orações e cânticos em latim<sup>59</sup>.

No contexto de expansão do projeto missionário, com base na educação humanística ocidental, outros missionários jesuítas chegaram à América portuguesa, como Manuel da Nóbrega (1571-1570) e Luís da Grã (1523-1609). Ernesto Faria registrou esse momento de produção intelectual no século XVI que antecedeu o emprego da *Ratio Studiorum* e da gramática de Manuel Álvares, tendo sido marcado pelas obras no-

59. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, p. 81.

vilatinas escritas por Anchieta. Os *Monumenta Anchieta* registraram de forma notável o padrão de ensino de latim pelos missionários que tinha a educação humanística de Coimbra como modelo nesse interregno até a padronização por uma “*ratio*”.

Nesse sentido, podemos destacar que uma das interpretações para as obras poéticas escritas em latim por Anchieta é a sua finalidade pedagógica. Nesse sentido, as obras *De Gestis Mendi de Saa*, *De Beata Virgine Dei Matre Maria* e os poemas coligidos sob o título de *De Eucharistia et Aliis*, derivados do “manuscrito de Algorta” estavam vinculados à prática de emulação de autores clássicos latinos, em um padrão de exercícios de latim comum para a educação humanística da Renascença. Ernesto Faria já deveria ser conhecedor das edições das obras novilatinas de Anchieta, desenvolvidas por Armando Cardoso e editadas pelo Arquivo Nacional, em meados do século xx.

Ernesto Faria assim descreveu a atuação de Anchieta:

Merece particular menção, entre os colégios supra apontados, o de Piratininga, que, sendo fundado em 25 de janeiro, dia consagrado a São Paulo, recebeu como denominação o nome deste santo. Um dos seus fundadores foi o Pe. José de Anchieta, que aí ensinava português, latim, espanhol, tupi e religião. Escrevia Anchieta, com extraordinária facilidade e fluência estas quatro línguas, dedicando-se à composição de hinos e cânticos religiosos, diálogos mistérios, autos, e também numerosas cartas e a história dos padres da Companhia no Brasil: *Brasilica Societatis Historia et Vita Clarorum Patrum qui in Brasilia Vixerunt*. Assim, sem a menor dúvida, pode afirmar-se que o Pe. José de Anchieta foi, além de grande catequista e abnegado servidor da causa do gentio, o primeiro humanista das Américas<sup>60</sup>.

Pela biografia de Anchieta, temos informações sobre a sua educa-

60. *Idem*, p. 82.

ção humanística no período do Renascimento. Desde jovem, Anchieta participou de um “clima de opinião” muito favorável ao aprendizado de latim. Educado inicialmente nas Ilhas Canárias, domínio espanhol, teve provável educação com dominicanos na infância, tendo sido criado em um ambiente propício aos estudos. A obra gramatical de Nebrija não lhe deveria ser estranha. Com seu irmão mais velho Pedro Nuñez foi à Coimbra, em 1548, em que teve contato com o humanista Diogo de Teive (c. 1514 - dep. 1569), um de seus mentores, vindo de Bordeaux. Ao chegar ao Brasil Anchieta já era conhecedor do latim e da educação humanística, o que lhe permitiu “gramatizar” a língua tupi-nambá e escrever poesias novilatinas em seus primeiros anos de atuação na América portuguesa.

Anchieta não escreveu propriamente uma gramática de latim, mas podemos apreender pelos seus escritos em latim e por seu contexto educacional que era conhecedor da gramática latina humanística. A gramática de Manuel Álvares, publicada em 1572, teria passado a ser o manual para o ensino da língua latina na América portuguesa até 1759. Foi uma das obras gramaticais mais influentes na história da educação luso-brasileira.

As “escolas de ler e escrever” iniciais foram complementadas por “colégios”, que teriam o ensino das *Humanitates* e da Filosofia, como preparatórios à carreira eclesiástica na América portuguesa, em seminários. Ernesto Faria descreveu esse estado de coisas posterior à publicação da gramática de Manuel Álvares e da *Ratio Studiorum*, com o ensino jesuítico que teria oferecido o curso de “mestre em artes” (*magister artis*) na colônia. O curso em “artes” era uma preparação para os cursos superiores que eram oferecidos em Portugal, sobretudo a formação em Cânones.

Ernesto Faria descreve o fato que as primeiras “escolas de ler e escrever”, fundadas desde 1549 na América portuguesa, teriam progredido para colégios que ofereciam o ensino humanístico no modelo dos cursos do Colégio das Artes, guardadas as devidas proporções de recursos humanos e materiais da colônia:

Não permaneceram, porém, os jesuítas neste primeiro grau de ensino, e, inteiramente dedicados à sua nobre missão, não tardaram em criar uma espécie de primeiro ensaio de curso secundário, que tomou a denominação de “Curso Intermediário” ou das “Artes”, para onde acorriam os filhos das melhores famílias da colônia, e ao fim do qual se conferia o grau de “mestre em artes”, equivalente colonial do nosso bacharel em letras<sup>61</sup>.

Esse modelo de ensino era voltado sobretudo ao estudo da língua latina pela gramática humanística e pela emulação de autores latinos, tendo tido a obra epistolar de Cícero, sobretudo as *Epistolae ad Familiares* (Epístolas aos familiares), grande prestígio na educação humanística do século XVI, além dos estudos e imitação da poesia latina. A educação humanística, também rotulada como *Humaniores Litterae* (Letras Humanas), à época, após a alfabetização, era considerada um nível de ensino intermediário para o ingresso nos estudos superiores de Filosofia e de Teologia. Na América portuguesa, o sistema de ensino era constituído pelas “escolas de ler e escrever”, para alfabetização e catequese, nos colégios humanísticos, para o aprendizado do latim, nos cursos de “artes” que ensinavam as “letras humanas”, e por fim nos seminários em que se estudava Filosofia e Teologia. Esse sistema começa a operar, em sua totalidade, na América portuguesa com o desenvolvi-

61. *Idem, ibidem.*

mento das atividades mercantis da colônia, tendo tido o seu apogeu no século XVII até meados do século XVIII.

Ernesto Faria nota em sua narrativa que o latim era empregado como ferramenta didática nesse contexto cultural da América portuguesa, vinculado às instituições da primeira modernidade (*early modernity*) europeia. O latim humanístico era uma disciplina ensinada em latim, com uma gramática latina escrita em latim e pelo estudo de textos de autores latinos, diretamente no original. A *Ratio Studiorum* nos dá a sequência de conteúdos gramaticais pela gramática de Manuel Álvares e a sequência de autores latinos a serem estudados, nessa educação humanística.

A matéria que era ensinada com mais carinho e que reclamava as maiores atenções era o latim, língua internacional da ciência e em grande parte da diplomacia e dos tratados, além de litúrgica e oficial da Igreja Católica. Ao cabo deste curso, os mais aptos seguiam a teologia, ingressando para o seminário, único estabelecimento de ensino superior por esta ocasião existente no Brasil, e cujas aulas, segundo a tradição jesuítica, eram ministradas em latim<sup>62</sup>.

A educação era centrada na memorização e na cópia, para imersão no conteúdo, e em aulas diárias, com carga horária distribuída na parte da manhã e da tarde. Os estudos de textos teológicos e filosóficos, em latim e em grego, era a etapa mais avançada desse sistema de ensino que era voltado à formação de missionários para a atuação na América portuguesa e teria seguido um padrão comum em todos os lugares de atuação dos jesuítas. Uma única adaptação histórica notável é o fato de o ensino de grego ter sido substituído na América portuguesa pelo estudo do “tupi[nambá]”, ou “língua brasílica”, inicialmente pela gra-

62. *Idem, ibidem.*

mática de Anchieta e posteriormente pela gramática de Figueira<sup>63</sup>.

O fato de não haver registro de uma gramática de latim escrita na América portuguesa caracteriza bem esse contexto histórico luso-brasileiro, em que a intelectualidade era organizada por instituições religiosas, como as ordens dos “regulares”, em que havia uma grande centralização do conhecimento e hierarquia. Dessa forma, o emprego de material didático e da prática pedagógica era unificado em diversas regiões. O único diferencial no caso da América portuguesa eram as gramáticas missionárias com as línguas de apoio à catequese.

Ernesto Faria descreveu também o declínio desse período jesuítico, que se iniciou no século XVIII, tendo alterado o ensino de latim na América portuguesa. Nesse momento posterior, há um maior interesse no ensino em língua portuguesa e as gramáticas de latim que sucederam a obra de Manuel Álvares no Brasil já eram escritas em português. As gramáticas que foram indicadas em 1759 como substitutivas da obra jesuítica só teriam tido impacto real na educação do Brasil já a época do Imperial Colégio de Pedro II, fundado em 1837, tendo iniciado o ensino laico, ou “leigo”.

Ernesto Faria narra, em sua perspectiva de 1959, que o ensino de latim ainda era contínuo no Colégio Pedro II de sua época, o que não condiz, infelizmente, com a realidade atual, em que o ensino da língua latina não está mais presente na educação básica. Vejamos a descrição do latinista:

Por decreto de 2 de dezembro de 1837, era o Seminário de São Joaquim reformado, dando origem à criação do Imperial Colégio de Pedro II, estabelecimento

63. Leonardo Ferreira Kaltner, *O Pensamento Linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: Estudos Historiográficos*; Melyssa Cardozo Silva dos Santos, *Revista da ABRALIN*, vol. 20, n. 3, pp. 452-463, 2021.

oficial de ensino secundário, passando, aí, o ensino de segundo grau a ser ministrado em sete anos, cinco dos quais era dada a cadeira de latim. Desde então estava fundado o nosso estabelecimento padrão de ensino secundário, de caráter leigo, mas onde, ininterruptamente, desde a sua fundação até nossos dias [1959], a língua do Lácio vem sendo ensinada a várias gerações de jovens que por lá vêm passando<sup>64</sup>.

Para a institucionalização do ensino de latim no Brasil, a importância histórica do Colégio Pedro II é patente, pois o ensino da língua latina inicia-se como uma disciplina laica, com a adoção das gramáticas de Pe. Antônio Pereira e de Antônio Félix Mendes. Seus textos gramaticais não estão mais vinculados à catequese e a serem um primeiro degrau para a Teologia, tendo sido considerados textos herdeiros da tradição da “gramática racionalista”. Nesse sentido, o ensino de latim é considerado um instrumento para o ensino da Filosofia racionalista, isto é, sua finalidade é preparar e desenvolver o pensamento racional, a “razão”, para a compreensão da ciência. A gramática latina não era mais restrita ao clero e a formação humanística tornava-se uma das bases do Direito moderno.

As aulas de latim, nessa perspectiva moderna, eram ministradas em português, como até os dias de hoje, tendo se tornado a disciplina de gramática latina um instrumento do pensamento abstrato. Junto à prática do estudo da gramática, o ensino de latim voltou-se à tradução dos autores clássicos para o vernáculo, como exercício principal de demonstração das competências linguísticas e do pensamento sobre a língua latina. Dessa forma, vinculada à gramática racionalista, o latim tornou-se uma disciplina moderna no Brasil, ainda em uma perspectiva intercultural luso-brasileira e com o apoio em uma intelectualidade de

64. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*, p. 84.



religiosos, tendo em vista que Antônio Pereira e Antônio Félix Mendes eram membros do clero.

## De Madvig (1874) à Gramática Superior da Língua Latina (1958)

Na própria *Gramática Superior da Língua Latina*, Faria (1958) cita como a principal obra que o antecedeu a tradução da gramática de Madvig (1874), como supracitado. Pode-se notar que a gramática de Madvig, vinculada ao método histórico-comparativo alemão, era dividida em três partes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe; uma divisão mantida por Faria em sua obra gramatical, apenas tendo alterado o metatermo Fonologia por Fonética. Madvig apresentou a pronúncia reconstituída em sua obra, que se embasava no método histórico-comparativo, tradição filológica também seguida por Faria. A obra de Madvig foi reeditada diversas vezes, tendo sido empregada no contexto educacional da reforma Capanema, em 1942, para o ensino de latim.

A gramática de Madvig apresenta um capítulo sucinto sobre métrica, o que não se encontra na gramática de Faria. Os conteúdos gramaticais de ambas as gramáticas são próximos, todavia, há na obra de Faria um repertório muito maior de exemplos retirados de autores clássicos, com nítida influência dos métodos descritivos dos estruturalistas franceses, como Antoine Meillet (1866-1936) e Alfred Ernout (1879-1973). A descrição de padrões oracionais na sintaxe latina de Faria aproxima-se em parcialmente do sistema da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de 1959, texto próximo à publicação de sua gramática de 1958. Esse tema ainda a ser explorado deve ser tratado em estudos posteriores, pois a

proximidade de Faria com o círculo intelectual de filólogos e linguistas do Rio de Janeiro de meados do século XX certamente influenciou em sua descrição da língua latina, para além das fontes europeias.

Nesse sentido, pode-se notar também a influência do círculo intelectual da Academia Brasileira de Filologia (Abrafil), na figura central do filólogo Serafim da Silva Neto (1917-1960) em sua época, um tema que carece de maior aprofundamento, mas já abordado em estudos anteriores<sup>65</sup>. Faria foi uma figura central para uma geração de latinistas do Estado do Rio de Janeiro que estudou a língua latina em uma perspectiva acadêmica, pautada pelo estruturalismo europeu, sobretudo o francês, da geração de Meillet. Em sua obra não se registra uma influência direta de Roman Jakobson (1896-1982), do círculo de Praga, ou de Leonard Bloomfield (1887-1949), que foram as principais influências da institucionalização da disciplina de Linguística, mesmo no Rio de Janeiro<sup>66</sup>. Faria propôs a criação de uma área de estudos de Filologia Clássica, tendo tido os autores de língua francesa como modelo para os classicistas brasileiros, tema que será abordado em estudos posteriores.

## CONCLUSÃO

A descrição do ensino de latim na obra *Introdução à Didática do Latim* de Ernesto Faria<sup>67</sup> não se encerra no início do século XIX, todavia, neste capítulo, não foi nosso intuito esgotar o tema, neste estudo introdutório. No final do século XIX até meados do século XX, época

65. Eduardo Tuffani, *Em Tese*, vol. 27, n. 2, pp. 13-37.

66. Ricardo Stavola Cavaliere, *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*.

67. Ernesto Faria, *Introdução à Didática do Latim*.

das obras de Faria, o ensino de latim e a tradição gramatical da língua latina no Brasil tornaram-se mais complexos e diversificados, o que necessita de um debate mais amplo, que a disciplina de HL pode embasar teoricamente, com seu aparato conceitual e metodologia. Buscamos, dessa forma, demonstrar com maior ênfase os dois momentos iniciais dessa trajetória, que foram períodos históricos mais simples e restritos, permitindo-nos uma descrição historiográfica no limite de um capítulo de livro.

Ernesto Faria ao ter selecionado essas três gramáticas, derivadas de tradição portuguesa e empregadas no contexto brasileiro, para compor o seu “cânon” gramatical latino não parece ter tido o intuito de registrar todas as obras gramaticais em uso no Brasil, mas de apontar quais obras trouxeram efetivamente uma mudança de paradigma na descrição e no ensino da língua latina. Assim, nas obras do latinista não há, por exemplo, descrição de gramáticas elementares da língua, ou aquelas que não traziam grandes inovações em seu paradigma descritivo do lati,.

À época do latinista, houve, por exemplo, a publicação da *Ars Latina*, de Augusto Magne, e a publicação da gramática latina de Ravizza, além das obras de Vandick Londres da Nóbrega, que não são citadas em seu trabalho sobre a gramaticografia<sup>68</sup>. Ernesto Faria buscou, ao mesmo tempo, traçar uma história da gramática latina com a finalidade de promoção de seu aporte teórico na descrição e na história da língua latina, cuja influência notável se faz pelo emprego de uma teoria de cunho estruturalista francesa, em sua *Gramática Superior*.

A obra de Ernesto Faria, no contexto acadêmico brasileiro buscou

68 Eduardo Tuffani, *Em Tese*, vol. 27, n. 2, pp. 13-37.

renovar o ensino de língua latina no mesmo clima de opinião em que o linguista Joaquim Mattoso- Câmara Júnior renovou os estudos de língua portuguesa, na tradição acadêmica. O latinista buscou trazer à universidade brasileira os avanços da Linguística moderna para o ensino de língua latina, sob a influência do estruturalismo europeu. Entre as suas obras, destaca-se a *Introdução à Didática do Latim*, como uma das obras precursoras da gramaticografia latina no Brasil, que buscamos analisar em um estudo inicial sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. “História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira”. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 19-44.
- \_\_\_\_\_. “Zeitgeist em Homenagem a Evanildo Bechara por Ocasão dos Seus 90 Anos”. *Revista Confluência*, n. 55, pp. 164-182, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18364/rc.v11i55.276>. Acesso em: 10 de maio de 2022.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. “Historiografia da Linguística e um Quadro Sociorretórico de Análise”. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 81-114.
- BECCARI, Alessandro Jocelito. *Tratado sobre os Modos de Significar*. Editora da UFPR, 2019.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2005.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. “Gramaticografia da Língua Portuguesa no Brasil: Tradição e Inovação”. *Limite*, n. 6, pp. 217-236, 2012.
- \_\_\_\_\_. *História da Gramática no Brasil: Século XVI ao XX*. Petrópolis, Vozes, 2022.
- \_\_\_\_\_. “Uma proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil”. *Alfa: Revista de Linguística*, vol. 45, pp. 49-69, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *História Sociolinguística da Língua Portuguesa*. São Paulo, Parábola, 2016.
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Didática do Latim*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.
- FERNANDES, Gonçalo. “De Institutione Grammatica Libri Tres (1572) de Manuel Álvares (1526-1583)”. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, vol. 4, pp. 85-99, 2007.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. *O Pensamento Linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: Estudos Historiográficos*. Ponta Grossa, Atena Editora, 2020.
- KEMMLER, Rolf. “Para uma Melhor Compreensão da História da Gramática em Portugal: Agramaticografia Portuguesa à Luz da Gramaticografia Latinoportuguesa nos Séculos XV a XIX”. *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, vol. 19, 2013. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19_artigo9.pdf?ln=pt-pt). Acesso em: 17 jun. 2021.

- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*. Seleção e Edição de Textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 11), 2014.
- SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos. “Schola Aquitanica (1583): Latin Grammar and Renaissance Tradition”. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], vol. 20, n. 3, pp. 452-463, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1946>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- SANTOS SOBRINHO, José Amarante. *Dois Tempos da Cultura Escrita em Latim no Brasil: o Tempo da Conservação e o Tempo da Produção – Discursos, Práticas, Representações, Proposta Metodológica*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013 (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura).
- SWIGGERS, Pierre. “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”. *Confluência*, n. 44-45, pp. 39-59, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas e Problemas”. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 45-80.
- TANNUS, Carlos Antônio Kalil. “Um Olhar sobre a Literatura Novilatina em Portugal”. *Calíope, Presença Clássica*, n. 16, pp. 13-31, 2007.
- TUFFANI, Eduardo. “Para a História dos Cursos de Letras no Brasil com Atenção aos de Letras Clássicas no seu Estabelecimento”. *Em Tese*, vol. 27, n. 2, pp. 13-37, 2021.



# 5



## Percursos das Regras de Concordância Verbal em Gramáticas da Língua Portuguesa: Estilo, Variação e Abordagem Formal

Lorenzo Vitral<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Quando se comparam gramáticas da língua portuguesa, a começar das de Fernão de Oliveira<sup>2</sup> e de João de Barros<sup>3</sup> até as publicadas contemporaneamente no Brasil<sup>4</sup>, no que refere aos preceitos elencados para o emprego da concordância entre o verbo e o sujeito, observa-se, que, ao

1. Universidade Federal de Minas Gerais, lorenzovitral@gmail.com.

2. Fernão de Oliveira, *A Gramatica da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975[1536].

3. João de Barros, *Grammatica da Língua Portuguesa / [João de Barros]* - Olyssipone: *apud* Lodouicum Rotorigiu [m], Typographum, 1540. Disponível em: <https://goo.gl/bVjEKx>. Acesso em: 15 mar. 2023.

4. A questão da continuidade/descontinuidade em relação ao português de Portugal e o português do Brasil é complexa, atingindo muitos dos temas da nossa área, e foge de nosso escopo neste texto. Para simplificação metodológica e com o intuito de trazer a discussão para nossa seara, consideramos, a despeito de poderem ser apontadas diferenças, certa continuidade da gramaticologia nas duas variantes do português.

longo dos séculos, houve certa oscilação no que se refere ao tratamento das possibilidades de realização das desinências verbais que podem, em determinadas ocorrências, estar em desacordo com a principal norma prescrita, ou seja, da estrita observância da correlação por identidade das propriedades formais que geram a dependência entre o verbo e o sujeito. Em outras palavras, faz parte do tesouro da língua portuguesa certo leque de opções de configurações de concordância verbal mais amplo do que é consagrado em nossos dias.

O que acabamos de enunciar não é absolutamente uma novidade. Embora o fenômeno mencionado não seja destacado ou mesmo tratado em gramáticas contemporâneas, basta recuar nosso olhar para obras do século XX, sobretudo da sua primeira metade, como as de Said Ali<sup>5</sup> e Góis<sup>6</sup>, para nos certificarmos de que os que nos precederam atribuíram importância e legitimidade à alternância da concordância verbal, atrelada a fatores de natureza diversa, isto é, fônica, formal, semântica, ou pragmática, considerando que esses fatores se prestam à manifestação da intenção ou da expressão de “estados d’alma” de nossos autores.

Sabendo, como veremos adiante, o fenômeno bem mais amplo, fazemos, por ora, referência, sobretudo, às configurações que exibem a chamada concordância *katà sýnesin* ou *ad sensum*<sup>7</sup> e a concordância

5. Manuel Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1921.

6. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, Edição do autor, 1940.

7. A nomeação dessa figura encontra certa variação. As expressões gregas (*katà sýnesin* (σύνεσις) e *syllipsis* (σύλληψις), isto é, sínese e silepse dividem, em certos aspectos, o mesmo campo semântico, reforçado pelo prefixo *συν* (cum), ambos com um extensivo uso abstrato. O sufixo *-sis* é normalmente um formador da noção de processo a partir de uma raiz verbal. O primeiro, *synesis* (deverbal de *syniêmi* [συνίημι]), significa literalmente 'reencontro, junção (de dois rios, por exemplo); num sentido 'figurado' ou abstrato, significa 'juntar duas coisas mentalmente' e, daí, 'compreensão'. Logo, a expressão *kata synesin*, poderia ser traduzida por 'segundo ou conforme a compreensão'. O segundo *syllipsis* (<



por atração ou com o mais próximo. O primeiro fenômeno citado é nomeado, na nossa nomenclatura, de concordância ideológica, figurada ou afetiva.

Como a terminologia grego-latina deixa entender, o fenômeno já se manifestava nas línguas clássicas e ocorre também nos vulgares vindos do latim. Observe-se um trecho seguinte de Ernout e Thomas<sup>8</sup> sobre o latim:

Uma tendência sempre subsistirá de realizar a concordância por atração ou de acordo com o sentido e isso não somente na língua falada ou vulgar[...] mas no próprio latim literário, que apresenta assim numerosas “particularidades” de concordância<sup>9</sup>.

Na sequência, podemos apreciar exemplos portugueses de cada tipo:

syllambano [συλλαμβάνω]) significa 'ação de pegar junto, de abarcar', daí também 'compreensão', ou seja, 'abarcar ou pegar pela compreensão'. De uma perspectiva mais técnica, no domínio da prosódia, significa 'reunião na pronúncia de duas vogais ou consoantes'. Como efeito de linguagem, os dois termos são equivalentes, referindo-se ambos a um dispositivo que sobreponha a compreensão (por associação e 'ajuntamento) à forma gramatical do enunciado. O primeiro termo é usado, por exemplo, por Manuel Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1921; silepse, por sua vez, é usado pela maior parte dos gramáticos. Em latim, há as expressões *ad sensum*, usada, por exemplo, por Ataliba Teixeira de Castilho, *Gramática do Português Brasileiro*, São Paulo, Contexto, 2010 (em oposição, supostamente, a *ad litteram*) e *ad intellectum* (em oposição a *ad sensum*), empregado por Irene Rosier, “Roger Bacon et le Problème du Sujet Sous-entendu”. *Histoire Epistémologie Language*, tome 51, fascicule 1, 1983, pp. 31-39.; utilizaremos como equivalentes (apesar da aparente polissemia de *ad sensum*) sem mais discussão (Devo as informações sobre o grego a Olimar Flores (p.c.), a quem agradeço).

8. Alfred Ernout & François Thomas, *Syntaxe Latine*, Paris, Klincksieck, 1951, p. 126.

9. Tradução nossa; aspas do autor.

Une tendance subsista toujours à faire l'accord par attraction ou selon le sens, et cela non seulement dans la langue parlée ou vulgare[...]mais dans Le latin littéraire lui-même, qui presente ainsi de nombreuses “particularités” d'accord.

(1) Isto é assaz para as tristes das molheres, que nam *temos* remédios para o mal, que os homens têm<sup>10</sup>.

(2) Um rancho de meninas *desciam* ao jardim<sup>11</sup>.

Como se vê, a personagem do exemplo (1), ela própria uma mulher, inclui-se no sujeito levando o verbo para a primeira pessoa do plural, o que configura uma determinação semântica e pragmática dos traços desinenciais do verbo; no exemplo (2), a concordância, fazendo-se com o termo mais próximo no plural, inflige a estrutura subjacente do enunciado cujo núcleo do sujeito se encontra no singular. Os dois exemplos são emblemáticos da nossa reflexão já que parece se manifestar a influência do componente semântico (e pragmático) e do componente fonético, impondo-se a propriedade da linearidade deste, na determinação das propriedades formais do verbo.

Se o que acabamos de propor, isto é, que propriedades formais do verbo podem ser determinadas: (i) por intervenção de propriedades semânticas, o que pode incluir, além da *real semantic* ou semântica da referência, manifestações da intencionalidade do autor, e (ii) por propriedades que definem a natureza da elocução, isto é, a linearidade do signo, para usar uma expressão saussuriana, concebendo que os itens do léxico são pronunciados um após o outro na dimensão temporal, é esperado que a tendência clássica, que se mantém na sintaxe formal contemporânea, de descrição de uma língua com anseios de objetivida-

10. Bernadim Ribeiro, *Hystoria de Menina e Moça*, Lisboa, Imprensa Nacional. 2015 [1554], p. 17 (grifo nosso).

11. Camilo Castelo Branco, *Coração, Cabeça, Estômago*, Lisboa, Publicações Europa-América, LD, 1862, p. 40, *apud* Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, Edição do autor, 1940, p. 65 (grifo nosso).

de, para ser língua da ciência<sup>12</sup>, isenta assim de ocorrências que possam perfurar a sua formatização como língua padrão, seja objeto de problematização, já que fenômenos como (1) e (2), caso testada sua pertinência, parecem infirmar que propriedades formais ou sintáticas não possam ser determinadas por categorias não formais.

O percurso que queremos acompanhar diz respeito, assim, ao próprio reconhecimento de ocorrências como (1) e (2) ao longo da gramatologia de língua portuguesa. Além de reconhecê-las, isto é, mencioná-las ou não e em que medida ou extensão, veremos se algum tratamento é oferecido ou simplesmente são relegadas a um papel de um “outro”, ou de um conjunto de exceções, que teima em não poder participar da gramatização vitoriosa<sup>13</sup>.

Realizaremos, assim, na seção seguinte, a descrição do percurso da exposição das regras de concordância verbal a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira<sup>14</sup> e de João de Barros<sup>15</sup>, para o período renascentista, que constituem as primeiras tentativas consistentes de dotar o português de um arcabouço gramatical com base no modelo grego-latino; continuamos nossa tarefa, expondo na sequência como o nosso tema é concebido

12. Confira-se a busca de Aristóteles para conferir objetividade à linguagem da filosofia em Lorenzo Vitral, “O Fundamento Lógico do Normativismo da Gramática Grega e sua Relação com a Ausência da Inovação e Mudança Linguísticas como Objeto de Estudo Teórico”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 23, n. 2, São Paulo, pp. 283-29, 2021.

13. Ver Sylvain Auroux, *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

14. Fernão de Oliveira, *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975[1536].

15. João de Barros, *Grammatica da Língua Portuguesa* / [João de Barros] - Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu [m], *Typographum*, 1540. Disponível em: <https://goo.gl/bVjEKx>. Acesso em: 15 mar. 2023.

nos textos de Argote<sup>16</sup>, Lobato<sup>17</sup> e Soares Barbosa<sup>18</sup> para o que é considerado o período moderno ou iluminista; adentramos, na sequência, a abordagem de gramáticas do século XX, escritas por brasileiros. Muitos dos nossos gramáticos reconheceram os fenômenos ilustrados em (1) e (2): Said Ali<sup>19</sup>, Góis<sup>20</sup> e Cunha<sup>21</sup>; Cintra<sup>22</sup> são alguns deles. Do período contemporâneo, ou século XXI, selecionamos as gramáticas de Moura Neves<sup>23</sup> e Castilho<sup>24</sup>, que se distinguem das demais por terem sido elaboradas com base, não apenas na tradição herdada, mas também em muitas das conquistas teóricas da linguística das últimas décadas.

Veremos que o próprio percurso da exposição dessas regras especiais ao longo dos séculos, que ora são explicitadas ora não, não deixam, como acabamos de ver, de fomentar questões de reflexão teórica que dizem respeito ao estatuto teórico dessas regras, a depender é claro, de qual quadro teórico é tomado emprestado para formular a reflexão necessária.

16. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina: ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina Pelas Regras da Portuguesa*, Lisboa, Oficina da Musica, 1725.

17. António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Reggia Officina Typografica, 1770.

18. Jeronymo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1822.

19. No entanto, é português Lindley Cintra, coautor, com Celso Cunha, de *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

20. Manuel Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1921.

21. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, Edição do autor, 1940.

22. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

23. Maria Helena Moura Neves, *Gramática de Usos do Português*, 2. Ed, São Paulo, UNESP, 2011.

24. Ataliba Teixeira de Castilho, *Gramática do Português Brasileiro*, São Paulo, Contexto, 2010.

Os nossos problemas podem ser formulados tomando como ponto de partida as seguintes questões:

- A. De que maneira podemos explicitar a natureza de fenômenos como (1) e (2)?
- B. Como as noções de estilo e de variação linguística poderiam participar da descrição e explicação dos fenômenos?
- C. Como entender a oscilação, ao longo dos séculos, no reconhecimento gramaticalidade fenômenos como (1) e (2)?
- D. Como conciliar uma abordagem estritamente formalista da concordância verbal com fenômenos do tipo de (1) e (2)?

Com o intuito de desenvolver as questões propostas, faremos, como já anunciado, a recuperação da descrição da concordância verbal dos autores elencados. Sob pena de redundância, não reproduziremos na íntegra todas as contribuições sobre o tema de todas as gramáticas; limitar-nos-emos a transcrever pontos da contribuição de cada um para o desenvolvimento da matéria. Deter-nos-emos, porém, na descrição de Góis<sup>25</sup>: o gramático “mineiro” publicou um livro em que trata exclusivamente do tema da concordância, amalhando outras configurações sintáticas, ademais das de (1) e (2), em que a regra básica de concordância verbal – reproduzida na formulação de Cunha e Cintra<sup>26</sup> na seção seguinte – não se manifesta como previsto.

Quando se pensa que o tipo de ocorrência em foco pode ser creditada a escolhas estilísticas, já que se desviam do previsível, e também que tais escolhas permitem veicular intenções significativas dos autores, não há como não avivar a possibilidade para a eventual manifestação

25. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

26. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, p. 485.

de escolhas de cunho da escola romântica ou, pelo menos, já que se trata de volteios construídos desde as línguas clássicas, de configurações gramaticais frágeis ou instáveis, sempre disponíveis, que permitem a expressão de conteúdos subjetivos dos autores. A outra opção de análise, como aventado na questão B acima, é tomarmos as alternâncias das manifestações da concordância verbal como ocorrências de variação linguística no sentido laboviano.

A questão da validade de uma abordagem da concordância verbal como estritamente formal fica, de fato, ameaçada pelas ocorrências que abordaremos. Limitar-nos-emos, nesse caso, a tão somente apontar o desafio desses fenômenos para a abordagem formalista do quadro teórico contemporâneo da Gramática Gerativa.

## HISTORIOGRAFANDO AS REGRAS DE CONCORDÂNCIA VERBAL

### A regra de concordância verbal

Cunha e Cintra<sup>27</sup> definem como regra de concordância verbal principal aquela formulada nos seguintes termos:

(3) A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.

Além desta regra, surgem os “casos particulares”, que nomearemos de regras de concordância verbal secundárias<sup>28</sup>. Nessas regras secundárias, a manifestação da concordância não ocorre como previsto

27. *Idem, ibidem.*

28. *Idem*, pp. 487-504.

em (3). Como dissemos, reproduziremos as regras secundárias, de forma mais detalhada, com base no livro de Góis<sup>29</sup>.

### As primeiras gramáticas: Oliveira (1536) e Barros (1540)

Como sabido, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira<sup>30</sup> é a nossa primeira gramática, embora, segundo Buescu<sup>31</sup>, esse compêndio pioneiro não exiba os temas e o formato de uma gramática como mais tarde se estabeleceu. A intenção preponderante foi a codificação e fixação da pronúncia e de sua representação ortográfica, com vistas à transmissão da língua como instrumento cultural. Era o momento de afirmação dos estados nacionais e de suas conquistas ultramarinas, como foi o caso de Portugal.

A menção às desinências verbais é encontrada em dois trechos do livro, dos quais reproduzimos o seguinte: “[...] fe declina ou varia em fi mefmo como o nome em números e o uerbo em modos/tēpos/números/e peffoas [...]”<sup>32</sup>.

Como se vê, a formulação citada não chega a se constituir numa tentativa de formulação de regra de concordância, fazendo tão somente menção ao fato de haver alternância desinencial dos verbos a depender do modo, do tempo, do número e das pessoas.

Já no caso da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540, intenta-se fomentar prescrição de usos da lín-

29. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

30. Fernão de Oliveira, *A Gramatica da Lingoagem Portuguesa*.

31. Maria Leonor Carvalho Buescu, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Portugal, Livraria Bertrand, 1978.

32. Fernão de Oliveira, *A Gramatica da Lingoagem Portuguesa*, capítulo 51: Da analogia.

gua e também contemplar a sintaxe em seu manual. Uma das diferenças fundamentais entre os dois textos é a defesa de Barros do modelo grego-latino como instrumento teórico para gramatizar a língua portuguesa; ao passo que Oliveira a descreveu mais indutivamente, buscando uma afirmação desta perante o latim<sup>33</sup>.

Barros encontrava-se sob a influência do renascimento e da afirmação do estado português, perante o reino de Castela e sua língua, sobretudo com o advento das grandes descobertas portuguesas de terras de além mar. É Dante Alighieri que dá partida à valorização das línguas vulgares, no caso, do toscano, base da normalização da língua italiana, com a *Divina Comédia* e com a elevação da língua vulgar, ainda que em latim, com a obra *De vulgari Eloquenti*<sup>34</sup>. As línguas vulgares, faladas desde o alto império romano, passam assim a receber suas versões escritas e a serem gramatizadas.

O advento da implementação das línguas vulgares é conhecido pelo que foi nomeado de *humanismo vulgar*. Faz parte assim da conceitualização cultural da época<sup>35</sup>, noção que traduz de forma mais objetiva o que usualmente é descrito com “espírito de época” (*Zeitgeist*)<sup>36</sup>, a

33. Maria Leonor Carvalho Buescu, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*; Marli Quadros Leite, “A Construção da Norma Linguística na Gramática do Século XVIII”, São Paulo, *Alfa*, vol. 55, n. 2, pp. 665-684, 2011; Érica Faustina da Silva Marins, *O Estudo da Concordância Verbal no Texto da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, 1540, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

34. Luís Aracil, *Do Latim às Línguas Nacionais: Introdução à História Social das Línguas Europeias*, Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2004.

35. Farzad Sharifian, *Cultural Conceptualisations and Language*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing, 2011.

36. Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Filosofia da História*, Trad. Maria Rodrigues; Hans Harden, 2. ed., Brasília, Editora UNB, 2008 [1837].



valorização das línguas “naturais” que todos usam para serem entendidos, inclusive “mulheres e crianças”<sup>37</sup>.

É nessa ambientação cultural que Barros elabora sua gramática, tomando a nomenclatura gramatical do latim, que, por sua vez, veio de “empréstimo do grego”<sup>38</sup>, para enquadrar o vulgar português num arcabouço gramatical<sup>39</sup>.

Relevante destacar, desde já, o acolhimento da língua do povo, do vulgar, pelos homens de cultura que a empregam para compor as obras mais significativas do período, como *Os Lusíadas*. É interessante observar que esse tipo de recepção da língua popular parece ter sido revivida somente com o advento da teoria da Variação e Mudança no século passado.

As principais menções à concordância verbal feita por Barros se resumem aos trechos seguintes:

Tem mais o nome hũa concordança, quando está em o caso nominatiuo: que á de cõuir com o uérbo em numero e pessoa, como quando digo, eu amo<sup>40</sup>.

O derradeiro açidente do uérbo nesta nõssa órdẽ, é a cõiugaçã: a quáil se póde chamar, discurso, ou iornada que o uérbo fáz per todo las pessoas, numeros, tẽpos, e módos: assy como uimos que o nome discurria per todo los casos e numeros. Però

37. Érica Faustina da Silva Marins, *O Estudo da Concordância Verbal no Texto da Grammatica da Lingua Portueza, de João de Barros, 1540*, p. 23.

38. Quintiliano, *Instituição Oratória: Tomo 1*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.

39. A afirmação da língua portuguesa parecia urgente dado que muitos prefeririam ver *Os Lusíadas* escritos “num idioma mais civilizado”, isto é, latim ou castelhano, do que “na obscura e bárbara língua portuguesa” (Sheila Moura Hue, Edição, introdução e notas. *Diálogos em Defesa e Louvor da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007, p. 10; Érica Faustina da Silva Marins, *O Estudo da Concordância Verbal no Texto da Grammatica da Lingua Portueza, de João de Barros, 1540*, p. 23).

40. João de Barros *apud* Lodouicum Rotorigiu [m], *Typographum*, p. 60.

uáy o uérbo mudando as terminações e as letras fináes, assy per as pessoas como pelos módos quando ò coniugamos, [...]⁴¹.

O primeiro comentário, embora ocorra na seção em que fala da concordância do nome com adjetivo, é o que podemos considerar como a regra de concordância verbal proposta, que se encontra mais detalhada no segundo trecho, com qual o autor introduz as tábuas de conjugação verbal, com os devidos pronomes pessoais.

Não há alusão assim, por parte de Barros, a ocorrências que infrinjam a principal regra de concordância verbal em (3), proposta por Cunha e Cintra⁴², ou dos preceitos propostos nos trechos supracitados de punho do autor.

### **O período iluminista: Argote (1725); Lobato (1770) e Soares Barbosa (1822)**

Os autores mencionados estão dentre aqueles que elaboraram gramáticas da língua portuguesa no período de influência das ideias iluministas. Comentaremos, assim, as obras *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*⁴³, de 1725, em segunda impressão, de Pe. Jerônimo Contador de Argote; *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*⁴⁴, de 1770, escrita por António José dos Reis Lobato; e

41. *Idem*, p. 40.

42. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

43. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina: ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina Pelas Regras da Portugueza*.

44. António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Lisboa, Reggia Officina Typografica, 1770.

*Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*<sup>45</sup>, de Jeronymo Soares Barbosa, cuja primeira edição é de 1822.

A difusão das ideias da modernidade iluminista teve, evidentemente, suas particularidades em Portugal, tendo em vista sua condição periférica em relação aos países dominantes desse período, a preservação da influência da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas no país, responsáveis pelas instituições educacionais, e a consistência do sistema político absolutista. Apesar desses fatores, houve grande interesse pelas ideias iluministas no país, que, como sabido, criaram um ambiente favorável à influência da nascente fundamentação racional e científica do conhecimento, consequência do sucesso da física clássica, em confronto com a visão de mundo advinda do cristianismo.

O interesse pelo ideário das luzes manifestou-se já na primeira metade da centúria dos setecentos<sup>46</sup>, mas era apanágio de grupos de eruditos portugueses; a imensa maioria da população, ainda imersa no sistema feudal, passava ao largo dos eventos culturais do século das luzes no resto da Europa. Segundo Moura, a elite cultural portuguesa promovia encontros literários e culturais:

[...] como os empreendidos, desde 1696 pelos condes da Ericeira, sobretudo por D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira (1673-1743), e que ficaram conhecidas pelas designações de Conferências Discretas e Eruditas (entre 1696 e 1705), Academia dos Generosos (entre 1714 e 1716) e Academia Portuguesa (entre 1717-1722)<sup>47</sup>.

45. Jeronymo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza*.

46. Grande parte dos textos iluministas portugueses foi produzida durante o reinado de D. João V (Moura, 2002).

47. Teresa Maria Teixeira de Moura, *A Tradição Gramatical Portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no Contexto Cultural Iluminista*, Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto

E essas conferências tiveram um papel relevante na divulgação da nova mentalidade que vicejava nos países europeus centrais, permitindo o contato entre intelectuais portugueses e seus iguais esclarecidos de outras nacionalidades.

As três obras que selecionamos manifestam essa inserção na mentalidade iluminista. Seus autores defendem, por exemplo, que o ensino de língua portuguesa deve preceder o aprendizado do latim, o que atesta a valorização dos vulgares e, como corolário, dos estados nacionais, e a convicção de que, do ponto de vista cognitivo, a precedência da língua vulgar é um facilitador da aquisição posterior da língua latina.

Veja-se o trecho seguinte de *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*: “[...] he ensinar aos rapazes primeyro a Grammatica da fua língua vulgar, e depois ensinarlhes a Grammatica Latina: porque affim viraõ a aprendella facil e brevemente, segundo mostra a experiencia, e a razaõ”<sup>48</sup>.

A filiação iluminista da obra *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de 1770, de António José dos Reis Lobato, é cristalina tendo em vista que se trata do compêndio gramatical adotado nas reformas pombalinas do ensino que visou a torná-lo um recurso para a formação de administradores a serviço da Coroa. Apesar de pairar alguma dúvida se o nome do autor não seria, na verdade, um pseudônimo fomentado pelo próprio Marquês de Pombal, fato é que essa gramática foi divulgada por um século, isto é, de 1770 a 1869, tornando-se o compêndio mais editado em Portugal, com pelo menos 40 edições e reimpressões conhecidas,

Douro, Vila Real, 2002, p. 116.

48. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina: ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina Pelas Regras da Portuguesa*, p. 2.

funcionando, assim, como um “instrumento centralizado do estado”<sup>49</sup>.

Enfim, trataremos da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jeronymo Soares Barbosa, cuja primeira edição já é produto do primeiro quartel do século XIX. O qualificativo *Philosophica* também denuncia o engajamento iluminista da obra. O trecho seguinte esclarece a concepção teórica em que se insere o manual:

Toda a Grammatica é um sistem methodico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das línguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão sómente os usos e factos de uma língua particular, a grammatica será particular. Se ellas porém abrangem os usos e factos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos, a sua Grammatica será geral [...] se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis phisicas do som e do movimento dos corpos orgânicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as língua seguem na analyse e enunciação do pensamento, então o systema que d’aqui resulta, não é já uma Grammatica puramente pratica, mas scientifica e philosophica<sup>50</sup>.

Trata-se, portanto da adoção do programa racionalista da *Grammaire de Port-Royal*, desenvolvido, contemporaneamente, pela Gramática Gerativa. É válido, enfim, observar o repúdio do autor, compatível com sua perspectiva, às gramaticas precedentes as quais estão “cheias de mil erros e de tantas excepções quantas são as regras”, ou seja, o foco é valorizar os mecanismos gramaticais que são de ampla aplicação numa busca de “leis” válidas para o maior conjunto possível de línguas<sup>51</sup>.

49. Carlos da Costa Assunção e Reis Lobato, *Gramático Pombalino*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997, p. 155.

50. Jeronymo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Lisboa, p. xi.

51. *Idem*, p. xii.

## As regras de concordância nas gramáticas iluministas

Nas *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*, Argote<sup>52</sup> menciona as desinências verbais, propondo que “verbo he huma palavra significativa, que tem peŝoas, números, tempos [...] Tres no Singular, e tres no Plurar [...]” e que a sintaxe é de dois tipos: “Syntaxe ŝimples, e Syntaxe figurada”<sup>53</sup>. Na sintaxe ŝimples, encontra-se a sintaxe de “concordar” na qual se estabelece a sua terceira regra: que “O Verbo concorda em numero e em peŝoa com o nome, que lhe ŝerve de nominativo [...]”<sup>54</sup>. Essa terceira regra é acompanhada de cinco outras que tratam da concordância entre o adjetivo e o nome e entre verbo e nome, quando ocorrem pronomes relativos e quando o sujeito é formado de peŝoas distintas.

Um dos temas da sintaxe figurada exposto pelo autor é a “Syllepŝe”, que, de acordo com a definição seguinte, escapa das regras da sintaxe ŝimples propostas anteriormente. Temos assim silepse quando há uma “[...] palavra, que não concorda com outra palavra, com a qual devia concordar, mas concorda com a ŝignificação, e ŝentido della”<sup>55</sup>. O seguinte trecho ilustra o fenômeno:

O exercito pereceo, parte acabarão de doença, parte morrerão nos recontros. Neŝta Oração os Verbos Acabaraõ, e Morreraõ, não cõcordaõ em numero com o ŝeu nominativo Parte, porque Parte he ŝingular, Acabaraõ he plurar, e Morreraõ

52. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina: ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina Pelas Regras da Portuguesa*, p. 50.

53. *Idem*, p. 185.

54. *Idem*, p. 191.

55. *Idem*, p. 251.

também; mas concorda com a significação, ou sentido, porque Parte significa muitos Soldados<sup>56</sup>.

Trata-se, segundo o autor, de silepse de número, que também pode manifestar-se em casos como o seguinte: “Pedro com sua irmã partirão para Roma. Nesta Oração o Verbo Partirão não concorda em número com o seu nominativo Pedro, mas concorda com o sentido que he este. Pedro e sua irmã partirão para Roma”<sup>57</sup>.

Ele admite outras ocorrências de silepse de número com pronomes relativos sem antecedente; a silepse de gênero é abordada quando se manifesta na dependência entre adjetivos e nomes. A legitimação deste tipo de construção passa pelo fato de também existir na língua latina. Esse tipo de chancela por meio da língua clássica, usual, como se sabe, para conferir legitimação normativa, é apenas um dos critérios adotados pelo autor, mas não o único já que ele reconhece como digno de descrição, num capítulo, o que ele nomeia de “idiotismos”, isto é, “o modo de falar particular de uma língua”<sup>58</sup>, e também, como já apontado por outros<sup>59</sup>, fenômenos dialetais portugueses de cuja descrição ele é um dos pioneiros.

Também na *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Lobato, há a admissão da repartição entre a sintaxe simples e a sintaxe figurada, sendo esta tratada “em lugar separado”<sup>60</sup>. Na página 197, o autor propõe sua “regra unica” de concordância verbal: o “[...] ver-

56. *Idem, ibidem.*

57. *Idem*, p. 255 (grifos do autor).

58. *Idem*, p. 258.

59. Marli Quadros Leite, *Alfa*, vol. 55, n. 2, pp. 665-684.

60. António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, p. 191.

bo da oração concorda com o feo nominativo em numero, e peffoa”, chancelando-a, da mesma maneira que seus predecessores, por também existir na gramática latina.

O autor propõe, por outro lado, uma análise diferente para casos de silepse comentados por Argote; ele propõe que a silepse pode ser reduzida à elipse, que toma na sua gramática um papel fundamental. Vejamos nas suas próprias palavras:

*Eu, e Pedro militamos na India. Nesta oração o verbo Militámos na primeira peffoa parece que concorda em peffoa com o nominativo Eu primeira peffoa, por ser mais nobre que o nominativo Pedro terceira peffoa. Mas parece affim, por faltarem palavras, pois quer dizer: Eu, e Pedro nós ambos homens militamos na India. Onde se vê, que o verbo Militámos no plural concorda em numero, e peffoa com o nominativo Nós do plural, que se entende occulto<sup>61</sup>.*

A estratégia de Lobato é, em suma, conceber completude *ad sensum*, por meio da presença de elipses, nos casos em que a concordância se faz com o conteúdo não manifestado *ad litteram*. É uma maneira engenhosa de evitar a violação de sua regra “única” de concordância verbal, sob o preço, no entanto, de projetar a existência de conteúdos orbitando sob a oração que, para muitos, seria excessiva ou distanciada da oração manifesta. Provavelmente, nessa proposta, o autor é devedor da doutrina de Sanchez de las Brozas, citado por Lobato na página XVIII da introdução de sua obra, quando menciona a necessidade de nos debruçarmos sobre a “língua natural”. O gramático de Salamanca é notório por, na descrição de um enunciado, introduzir itens concebidos como ocultos a fim de recuperar sua in-

61. *Idem*, p. 237 (grifos do autor).



interpretação latente. Esse procedimento é tido como abusivo, segundo, por exemplo, nosso Said Ali<sup>62</sup>, que avalia como artificial o emprego excessivo de elipses as quais funcionariam, enfim, “para explicar os casos recalcitrantes”.

Said Ali não deixa de ter razão já que o recurso da elipse nos poupa de rever a validade da “regra única” de concordância; no entanto, a aplicação desse recurso é, por outro lado, derivado da perspectiva racionalista de Lobato, tendo em vista que, a elipse repõe a regularidade “profunda” da língua, permitindo evadir de exceções embaraçosas. Esse procedimento é amplamente usado, contemporaneamente, pela teoria gerativa, continuadora das gramáticas racionais, com a noção de categorias vazias ou não realizadas foneticamente. A gramática de Lobato é, assim, a que realiza mais plenamente a perspectiva teórica racionalista inaugurada pela *Grammaire de Port-Royal*.

Na sequência, resta-nos comentar a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jeronymo Soares Barbosa, a única publicada no século XIX. Como dissemos, a inclusão do termo *Philosophica* no seu título denuncia sua filiação racionalista.

Barbosa aborda a sintaxe da concordância num capítulo destacado. No seu Artigo I, da concordância regular, encontra-se a regra referente à concordância verbal, a qual estabelece que “[t]odo o verbo da proposição concorda em numero e em pessoa com o sujeito da mesma, claro ou occulto...”<sup>63</sup>. No Artigo II, é a vez da “syntaxe de concor-

62. Manuel Said Ali, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1950, p. 130.

63. Jeronymo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza*, p. 261.

dância irregular reduzida a regular pela syllepse”<sup>64</sup> cuja fundamentação está exposta no trecho que se segue:

Há discordâncias apparentes em que...o verbo parece discordar do seu sujeito ou em numero ou em pessoa...Procede isso de que a concordancia não se faz então de palavra com palavra, mas da palavra com uma idéa. O entendimento obrigado da necessidade, e auctorizado pelo uso, sem se ligar á terminação da palavra, liga-lhe outra idea de differente genero com a qual a concorda; vindo assim a fazer uma discordância material e apparente para fazer uma concordancia real, porém só mental<sup>65</sup>.

A concordância com a ideia não é vista assim como uma irregularidade ou exceção ao caráter “organizado” e racional da gramática da língua em seu sentido profundo, o que é também dentro do espírito das gramáticas racionais. Aliás, na sua introdução, o autor, ao incluir arte gramatical como uma parte da lógica, condena a profusão de autores que, diferentemente dos antigos, levaram as gramáticas dos vulgares a se tornar um conjunto de “exceções quanto são as regras”<sup>66</sup>.

A discordância entre verbo e sujeito, cuja “solução” é, assim, do âmbito da silepse, manifesta-se tipicamente quando é o numero a categoria pertinente – e a de gênero quando há adjetivos e participios envolvidos. Tipos diferentes de ocorrências são destacados, o que constitui o tratamento mais completo do fenômeno nas gramáticas portuguesas dentre as que examinamos até aqui.

No parágrafo II do artigo II, na página 268, o autor elenca as ocorrências de silepse de número. Destacam-se cinco tipos de ocorrências. Trata-se, na primeira delas, dos casos em que um substantivo coletivo

64. *Idem*, p. 265.

65. *Idem*, *ibidem*.

66. *Idem*, p. xii.

“partitivo” é seguido da preposição de e de um nome no plural, o que pode levar a concordância para o plural, como por exemplo:

(4) “[...] [a] multidão dos artifícios de fogo, que continuamente sucediam uns a outros, alumiam a fumaça da pólvora”<sup>67</sup>.

Quando, porém, o “substantivo colectivo é geral e não partitivo”, o adjetivo e o verbo podem, no segundo tipo de ocorrência, manifestarem o singular:

(5) “O exercito dos inféis foi inteiramente derrotado”<sup>68</sup>.

A opcionalidade das ocorrências com coletivo é ainda destacada numa formulação própria, como um terceiro caso. O verbo pode concordar ou “regularmente com o mesmo colectivo no singular, ou pela syllepse concordar em plural com os muitos indivíduos que o mesmo comprehende”, como:

(6) “Povoaram os degraus muita sorte de gente, que pareciam pobres ... ou povoara os degraus muita sorte de gente, que parecia pobre”<sup>69</sup>.

No quarto tipo, os nomes são retomados por “adjectivos collectivos universaes tudo e nada” e mesmo os nomes estando no plural, o verbo vai para o singular:

(7) “[O] oiro, os diamantes, as perolas, tudo é terra...”<sup>70</sup>.

Embora destaque, no parágrafo III do artigo II, os casos de silepse de pessoas, Barbosa oferece, como um quinto tipo de ocorrência de si-

67. *Idem*, p. 268.

68. *Idem*, *ibidem*.

69. *Idem*, *ibidem*.

70. *Idem*, *ibidem*.

lepse de número, as ocorrências em que o uso de nós e vós, em lugar de eu e tu, leva o verbo para o plural, mas o adjetivo associado permanece no singular:

(8) “Se na vida seguirdes a opinião, nunca sereis rico”<sup>71</sup>.

Por fim, o gramático menciona a opcionalidade da concordância, isto é, plural ou singular, com as expressões um e outro e nem um nem outro, como em:

(9) “Um e outro é bom, ou são bons”<sup>72</sup>.

O caso de silepse de pessoa ocorre quando, na manifestação de diferentes pessoas do singular com apenas um verbo, este se põe no plural concordando com todos em número e, em pessoa, com a considerada “mais nobre”, ou seja, a primeira pessoa, a que fala. Assim:

(10) “Eu e tu andamos de saúde; nós e vós iremos juntos”<sup>73</sup>.

Para o autor, qualquer uso variável da concordância, além dos supramencionados, deve ser considerado solecismo ou erro de concordância ou regência, porque escapa da razão e não é autorizado pelo uso, embora, dentre os empregos condenados, estejam versos de Camões e volteios de Padre Vieira.

### As gramáticas do século XX

Mencionamos, anteriormente, o tratamento da concordância ver-

71. *Idem, ibidem.*

72. *Idem, ibidem.*

73. *Idem, p. 268.*

bal proposto por Cunha e Cintra<sup>74</sup>, que admite um conjunto de “exceções” ao padrão exclusivamente formal da regra. Gramáticas da primeira metade do século xx, como as de Said Ali<sup>75</sup> e Góis<sup>76</sup> também dão destaque às ocorrências em que a concordância não se deixa determinar por propriedades exclusivamente formais. Comentaremos tão somente a doutrina de Góis<sup>77</sup>, que trata, de forma mais extensa que Said Ali<sup>78</sup>, a nossa matéria. É interessante observar, no entanto, nas colocações de Said Ali, o comentário, já que se trata de uma gramática histórica, de que a alternância da aplicação da regra de concordância pode ser distribuída conforme o período da língua e o autor. Cabe mencionar que essa temporalização das diferentes estruturas não logrou desenvolvimento nas gramáticas racionais comentadas; talvez devido à recusa de abordagens históricas no período iluminista, o que foi característico, como se sabe, do século xix.

Por sua vez, Góis<sup>79</sup> é o único que trata da concordância num livro destacado, de boa extensão. O autor classifica a concordância quanto à flexão, quanto à forma e quanto à relação. Os casos seguintes são relativos aos tipos de relação de concordância<sup>80</sup>:

- (10) i. Concordância do verbo com o sujeito;  
ii. Concordância do adjetivo com o substantivo;

74. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. .

75. Manuel Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

76. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

77. *Idem*.

78. Manuel Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

79. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

80. Ver *idem*.

iii. Concordância do predicativo com o sujeito ou com o objeto;

iv. Concordância do pronome com o nome.

v quanto à forma, temos os seguintes tipos:

- (11) i. Concordância regular é a que se opera com um termo expresso.
- ii. Concordância irregular ou figurada é a que se manifesta, do ponto de vista semântico, com um termo que exista latente na oração.
- iii. Concordância facultativa é que pode se exprimir de mais de uma forma.
- iv. Concordância reflexa é a que ocorre, indiretamente, com o termo mais próximo, e, diretamente, com o termo mais distante.
- v. Concordância atrativa é a que funciona por efeito da atração de uma palavra sobre outra.
- vi. Concordância rítmica é a que se opera em virtude do ritmo ou cadência da oração.

Comentaremos, assim, como se dá a relação (10.i) de acordo as formas em (11).

De início, prevenimos que há considerável sobreposição nos tipos em (11) no sentido de que construções previstas num tipo se constituem também ocorrências de outro(s) tipo(s).

Como antevisto, o tipo (11.i) corresponde aos casos ordinários de adequação formal entre verbo e sujeito, com a prevalência, quando o sujeito é composto de pessoas diferente, da primeira pessoa.

Nos demais casos de (11), prevê-se, pela sua própria formulação, que concorrem para a alternância da aplicação da regra de concordância verbal tanto propriedades semânticas quanto propriedades formais, isto é, fonéticas e sintáticas. Vejamos, a seguir, alguns exemplos da influência desses fatores.

Quando o sujeito vier posposto ao verbo, a primazia pode ser dada à concordância com a pessoa mais próxima:

(12) “Acuso-te disso eu e todo o povo de Santarem”<sup>81</sup>.

Note-se que, nessa ocorrência, colaboram, pelo menos, três fatores: a posposição do sujeito, a concordância atrativa ou com o termo mais próximo e a ocorrência de sujeito composto. É-nos possível inferir também conteúdos com a seguinte caracterização: como se trata de uma acusação, a pessoa que faz a acusação coloca-se em primeiro lugar e incita a manifestação da concordância (não se escudando, portanto, no povo de Santarém para fazê-la); nessa interpretação, concorreria também a concordância figurada.

Ainda nos casos de posposição do sujeito, quando o sujeito é composto, o verbo pode concordar com o termo mais próximo:

(13) “Falta-me o tempo e o alento para escrever”<sup>82</sup>.

O sujeito composto, embora leve o verbo para o plural, pode deixar de fazê-lo nos seguintes casos:

a. Quando as partes do sujeito composto são atribuídas a um mesmo indivíduo:

81. Garret, *O Alfageme de Santarém apud* Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 110.

82. Vieira, *Cartas apud idem*, p. 109.

(14) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, onde é que se escondêra?”<sup>83</sup>.

b. Quando as partes do sujeito composto forem sinônimas:

(15) “Triste ventura e negro fado os chama”<sup>84</sup>.

c. Quando as partes do sujeito formarem um todo indiviso:

(16) “Seu ar, seu gesto a mostrava entre as outras a primeira”<sup>85</sup>.

d. Nos casos em que a conjunção ou equivaler à conjunção e, o verbo vai para o plural:

(17) “Sem haver dia vago em que a morte ou infortúnio não andem visitando”<sup>86</sup>.

Nesse caso, é empregado também o critério semântico, já que dependemos da interpretação do enunciado para concluirmos que *ou* corresponde a *e*.

e. Quando os termos do sujeito composto vierem ligados por *como* (equivalentes a *assim como*, *qual*), o verbo pode ficar no singular:

(18) A estima das instituições, como as das pessoas, se enraiza pela liberdade<sup>87</sup>.

f. Quando o segundo termo do sujeito composto for parte contida no primeiro, vale também o singular:

83. Herculano, *Eurico, o Presbítero apud idem*, p. 35.

84. Camões, *Lusíadas apud idem, ibidem*.

85. Garret, *D. Branca apud idem*, p. 36.

86. Bernardes, *N. Flor I apud idem*, p. 37.

87. Barbosa, *Obras Completas apud idem, ibidem*.



(19) A boca, e a língua, foi o principal instrumento de sua traição<sup>88</sup>.

g. Quando os termos do sujeito vierem determinados pelo distributivo *cada*, o singular pode ocorrer:

(20) i. Cada um foi por seu caminho; entrando cada um por sua porta, foram dar a um jardim.

ii. Cada país, cada nação tem sua língua própria<sup>89</sup>.

De acordo com o autor, em (20.ii), o emprego do singular se deve à sinonímia expressa por *cada país* e *cada nação*.

Ainda nos casos do distributivo *cada*, Góis afirma que o verbo poderá ir para o singular ou para o plural. Irá para o singular se efetivamente “a cada um se atribui a ação”; irá para o plural se “a ação é de todos”:

(21) Cada vez, cada geração, cada povo exprime o sentimento<sup>90</sup>.

h. Quando os termos do sujeito vierem determinados pelo indefinido *nenhum*, manifesta-se também o singular:

(22) Nenhuma opinião, nenhuma política, nenhuma invenção humana é privilegiada<sup>91</sup>.

i. Ainda com o sujeito composto posposto ao verbo, por razões eu-fônicas ou eurítmicas, a concordância pode se fazer com o termo mais próximo, ficando o verbo no singular:

88. Vieira, *Sermões apud idem*, p. 39.

89. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 79.

90. Barbosa, *Obras Completas apud idem*, p. 39.

91. Barbosa, *Obras Completas apud idem*, p. 40.

(23) Hoje mesmo estará em minha casa o tabelião, as testemunhas, e os nossos parentes<sup>92</sup>.

Provavelmente, Góis considerou a repetição sonora eventual entre *tabelião* e o verbo *estar* na terceira pessoa do plural como um fator esteticamente não valorizado sendo determinante na manutenção do verbo no singular por Garret; a inversão de ordem dos constituintes do sujeito, distanciando *tabelião* do verbo, não faria jus à importância da autoridade do *tabelião* no evento. Como se vê, é muitas vezes difícil isolar a influência de apenas um critério ou mesmo abrir mão da interpretação do enunciado.

j. Se o sujeito for *um e outro*, há opcionalidade entre o singular e plural. Segundo Góis, os clássicos preferiam o singular:

(24) Uma e outra cousa era boa<sup>93</sup>.

k. Se se tratar de *nem um nem outro* ou *mais de um*, é também facultativa a concordância:

(25) i. Nem um nem outro compareceu ou compareceram.

ii. Mais de um soldado foi morto ou foram mortos<sup>94</sup>.

l. Com os pronomes relativos, a previsão é de que o verbo fique no singular, já que, segundo Góis, o relativo *quem* é, na realidade, equivalente a *a(s) pessoa(s) que*, mas pode ficar também no plural, como nos seguintes exemplos:

(26) i. Somos nós quem paga.

92. Garret, *Sobrinha do Marquês apud idem*, p. 46.

93. Vieira, *Cartas apud idem*, p. 59.

94. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 61.

ii. Somos nós quem pagamos<sup>95</sup>.

m. Caso a oração se inicie por *quem*, é esperado o singular:

(27) Quem paga somos nós<sup>96</sup>.

n. No entanto, por ênfase, o que faz intervir critério semântico, o verbo para o plural:

(28) i. Não foram elas só quem mataram<sup>97</sup>.

ii. Quem deveriam ser considerados os representantes daquela parte da nação<sup>98</sup>.

o. Há ainda a ocorrência do relativo *que* em função subjetiva, o que pode levar, facultativamente, o verbo a concordar de mais de uma maneira:

(29) i. Eu sou o que falei.

ii. Eu sou o que falou<sup>99</sup>.

p. Quando aparecem nos sintagmas, os constituintes *um dos* ou *uma das*, o verbo irá para o plural ou para o singular, a depender, segundo Góis, do significado que se quer imprimir:

(30) i. Sou um dos veteranos da Guerra do Paraguai *que* ainda sobrevivem (isto é, dos veteranos da Guerra do Paraguai que ainda sobrevivem, sou um deles.

95. *Idem*, p. 67.

96. *Idem*, p. 68.

97. D. Bernardes, *Obras apud idem*, p. 70.

98. Garret, *Viagens apud idem, ibidem*.

99. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 72.

ii. Sou um dos veteranos da Guerra do Paraguai, *que* ainda sobrevive (isto é, Eu sou um veterano da Guerra do Paraguai que ainda sobrevive dentre os veteranos)<sup>100</sup>.

q. A concordância manifesta em construções com o verbo *ser* é um domínio bastante instável, a começar com a possibilidade de concordância com o predicativo <sup>101</sup>, já padronizada no caso da indicação de horas nas chamadas orações sem sujeito (o que se manifesta também com outros verbos como, por exemplo, o verbo *dar*), mas não é o único caso. Quando o verbo for seguido de predicativo no plural, e o sujeito, nome de coisa, o verbo *ser* pode ir para o plural:

(31) A cama são umas palhas<sup>102</sup>.

Para o autor, trata-se de concordância por atração, o que deixa de destacar a inferência possível de que a intenção de Castelo Branco era acentuar a precariedade da cama tendo em vista o material de que é composta. Poderíamos pensar que, em ocorrências como (31), manifesta-se simplesmente uma inversão de ordem, ou ordem transposta<sup>103</sup>, que, revertida, estabeleceria o predicativo acima, na verdade, como sujeito, o que regularizaria a concordância. Porém, essa análise não é possível em volteios como o seguinte da lavra de Almeida Garret:

100. *Idem*, p. 78.

101. Consulte-se Lorenzo Vitral, “A Oração sem sujeito e a estrutura da proposição”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 19, n. 2, São Paulo, pp. 271-283, 2017 sobre o problema das orações sem sujeito.

102. Castelo Branco, *Coisas Espantosas apud* Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 88.

103. Carlos Góis, *Sintaxe da Construção*, Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1940a.

(32) As lágrimas era um rio<sup>104</sup>.

Nesse caso, a reversão da ordem produz uma proposição distinta da de (32).

r. Há claramente também os casos de *discordância* do sujeito com o verbo, isto é, o verbo *ser* flexionar-se no singular com sujeito no plural quando o sujeito encerrar a ideia de totalidade:

(33) Vinte cruzados é dinheiro<sup>105</sup>.

s. A discordância de pessoa tem lugar ainda quando o locutor se dirige à segunda pessoa, mas o verbo é flexionado na terceira devido ao sujeito ser formalmente de terceira pessoa:

(34) Que diz a isso o nobre amigo?<sup>106</sup>

Casos como (34) adentram propriedades pragmáticas do enunciado já que levam em conta a pessoa a quem se dirige.

t. Nas ocorrências da concordância figurada, apontadas como casos de silepse, Góis enumera a silepse de gênero, visível, por exemplo, em predicativos como nos seguintes casos:

(35) O Ribeira é tortuoso<sup>107</sup>.

Em (35), a concordância se faz com termo *rio* que não se manifesta foneticamente.

u. Há ainda a silepse de número que se manifesta quando a concordância do verbo não se faz com a pessoa explícita, mas com a ideia

104. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, Edição do autor, 1940, p. 119.

105. Castelo Branco, *Anátoma apud idem*, p. 90.

106. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*, p. 58.

107. *Idem*, p. 119.

implícita que indica inclusão:

(36) Dizem que os cariocas somos pouco dados a jardins públicos<sup>108</sup>.

v. A concordância com o mais próximo ou por atração, o que denuncia a natureza mais superficial ou fonética do fenômeno, pode se dar também nos conhecidos casos de coletivos partitivos, como no exemplo de Castelo Branco já mencionado:

(37) Um rancho de meninas desciam ao jardim<sup>109</sup>.

A descrição elaborada por Góis<sup>110</sup>, ainda que careça de sistematização, é bastante rica de detalhes, e apontar o que Cunha e Cintra<sup>111</sup> chamam de “casos particulares” passou a fazer parte de muitos outros manuais publicados no Brasil na segunda metade do século xx, como, dentre outros, a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara<sup>112</sup>, *A Sintaxe Clássica Portuguesa*<sup>113</sup> de Cláudio Brandão, os quais, a bem da justiça, trataram do tema antes de Cunha e Cintra.

Não vale a pena expormos o tratamento proposto por Cunha e Cintra<sup>114</sup> ou pelos demais autores citados sob pena de repetição e redundância; basta-nos a constatação de que muitas das gramáticas da segunda metade do século xx não hesitam em expor o que chamamos de regras secundárias concernentes à concordância verbal.

108. Machado de Assis, *Relíquias apud idem*, p. 42.

109. Castelo Branco, *Coração, Cabeça e Estômago apud idem*, p. 65.

110. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

111. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

112. Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 39. ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

113. Cláudio Brandão, *Sintaxe Clássica Portuguesa*, Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

114. Celso Cunha & Luís F. Lindsey Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

## As gramáticas contemporâneas

Para comentar as regras de concordância nas gramáticas contemporâneas, consideramos as obras de Ataliba Castilho, *Nova Gramática do Português Brasileiro*<sup>115</sup>, e de Maria Helena de Moura Neves, *Gramática de Usos do Português*<sup>116</sup>. As duas obras foram escolhidas porque, embora mesmo que se publiquem gramáticas de toda sorte nos dias de hoje, faltam a estas um tratamento teórico consistente com base na linguística contemporânea, o que não é o caso das obras escolhidas que refletem as conquistas teóricas colocadas em discussão nas últimas décadas.

Assim, o livro de Castilho é uma gramática de cunho inovador por se tratar de uma gramática que leva em conta, ou tem como substrato na exposição dos temas, muitos dos conceitos da linguística contemporânea, como a distinção entre fala e escrita; a concepção variacionista da língua; a hipótese de gramática como uma instância interna, cognitiva e outras noções; e, ao mesmo tempo, pelo fato de que o autor expõe os temas tomando por base muitas das descrições e análises da nossa língua elaboradas pelos principais linguistas brasileiros das últimas décadas.

Tendo em vista a atenção à língua falada – a maior parte da exemplificação são de enunciados propostos pelo autor de acordo com a sedimentada metodologia criada pela Gramática Gerativa –, Castilho, ao falar da concordância, dá destaque ao fato de estarmos passando por uma mudança estável no português do Brasil no que se refere à ma-

115. Ataliba Teixeira de Castilho, *Gramática do Português Brasileiro*.

116. Maria Helena Moura Neves, *Gramática de Usos do Português*.

nifestação da concordância. Muito se tem discutido sobre a tendência forte de redução das desinências verbais, a partir da segunda metade do século XIX, havendo, assim, muitos ambientes, como por exemplo, a realização da ordem *vs*, em que a concordância, a despeito de o sujeito estar no plural, realizar-se, muitas vezes, na terceira pessoa do singular em vários, senão na totalidade, dos dialetos falados do português do Brasil, como foi, seminalmente, descrito para o dialeto carioca por Lemle e Naro<sup>117</sup>, o qual se tornou um clássico dos trabalhos variacionistas no Brasil (ver também Duarte<sup>118</sup>, Nicolau<sup>119</sup>, Scherre<sup>120</sup>, dentre outros).

Castilho<sup>121</sup> menciona ainda, sem destaque e análise, de casos em que a regra (3) não se manifesta, independentemente do fenômeno de redução do paradigma verbal supracomentado. Trata-se de casos para os quais adota, a nomenclatura concordância *ad sensum*, como no exemplo (39a) a seguir; e os casos de concordância com o “adjunto adnominal genitivo”, em (39b), o qual poderia ser encaixado nas ocorrências de concordância com o mais próximo:

117. Myriam Lemle e Anthon Julius Naro, *Competências Básicas do Português*, Rio de Janeiro (Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF e Fundação Ford, 1977).

118. Maria Eugenia Lamoglia Duarte, “Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil”, em Ian, Roberts & Mary Kato (eds.), *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*, Campinas, Pontes, 1993, pp.107-128.

119. Eunice Maria Nicolau, *A Ausência de Concordância Verbal em Português: Uma Abordagem Sociolinguística*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

120. Maria Marta Scherre, “Aspectos da concordância de número no português do Brasil”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, vol. 12, pp. 37-49, 1994.

121. Ataliba Teixeira de Castilho, *Gramática do Português Brasileiro*.



- (38) i. A multidão, depois do cerco da polícia, foram saindo de fininho<sup>122</sup>.  
 ii. O aumento desses crimes estão provocando situações irreversíveis<sup>123</sup>.

Note-se que, nos dois casos, onde se esperava o singular, impõe-se o plural, traindo as propriedades formais que definem a natureza dos sujeitos envolvidos.

A *Gramática de Usos do Português*, de Moura Neves<sup>124</sup>, é também uma gramática contemporânea inovadora já que, numa perspectiva funcionalista, com destaque para a teoria da predicação e da valência dos constituintes, busca retratar como está sendo empregada a língua portuguesa no Brasil de nossos dias. Por isso, os exemplos utilizados são colhidos de usos reais, contrariamente ao procedimento adotado por Castilho.

A concordância é mencionada, de forma breve, em partes da obra, com mais destaque para a concordância nominal. Um dos fenômenos mencionados que se correlaciona com o nosso tema é o fato de se registrar o uso do pronome de segunda pessoa do plural vós com referência no singular, como em:

- (39) [...]O mais estranho, porém, é que sendo vós o autor de um livro inencontrável [...]<sup>125</sup>.

De resto, não há na gramática de Neves um tratamento pormeno-

122. *Idem*, p. 272.

123. *Idem*, p. 412.

124. Maria Helena Moura Neves, *Gramática de Usos do Português*.

125. *Idem*, p. 461.

rizado da concordância verbal, limitando-se a indicar que a concordância dos verbos pode ser deduzida dos demais usos exemplificados.

Como se viu, Castilho assim como Neves, fazem menção acanhada à concordância figurada, considerando-se ainda que, na obra de Neves, o exemplo é o pronome vós que, mesmo que presente em alguns gêneros textuais, como na Bíblia Sagrada, encontra-se num processo de tornar-se arcaico no horizonte do português do Brasil.

Tendo em vista que as obras de Castilho e Neves são, por excelência, contemporâneas, uma vez que adotam quadros teóricos recentes para propor a descrição da língua, conclui-se que há, atualmente, certa desconsideração da alternância da concordância verbal, vista nos exemplos de Carlos Góis, como um objeto teórico a ser explorado.

O fato de Neves não ter encontrado ou destacado as ocorrências que nos ocupam pode ser tomado, já que a autora pretendeu fazer um retrato das manifestações do português do Brasil atual, como evidência de desuso dessas ocorrências, o que pode também ser uma razão das gramáticas atuais não se empenharem em estabelecer uma *rationale* ou um tratamento teórico explícito desses casos.

Enfim, como já dito, as gramáticas do século XXI optam por dar destaque à ausência das marcas de número no verbo, por exemplo, nas primeira e terceira pessoas do plural como uma manifestação variável de muitos dos dialetos do português do Brasil e como sintoma, talvez, de uma mudança em progresso por meio da qual o paradigma de conjugação verbal caminha para uma redução ainda maior, iniciada que foi com a entrada dos pronomes a gente e você conjugados na terceira pessoal do singular a partir da segunda metade do século XIX<sup>126</sup>; a maior produtivi-

126. Maria Eugenia Lamoglia Duarte, *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*, pp.107-128.

dade oral dessas estruturas tem assim reunido os nossos esforços teóricos pelo menos desde a década de 70 do século passado, a partir do texto, já mencionado, de Lemle e Naro<sup>127</sup>.

## ESTILO, VARIAÇÃO E ABORDAGEM FORMAL

Comentamos quatro momentos da gramaticologia portuguesa, sendo dois deles compostos de estudiosos portugueses e os demais, de gramáticos brasileiros. Trata-se, assim, dos períodos: 1) renascentista, durante o qual se elaboraram os primeiros compêndios de descrição da língua; 2) iluminista; 3) século xx; e 4) contemporâneo.

As regras secundárias da concordância verbal, que não se submetem à regra (3), não tomaram parte das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, o que, arriscamos, pode se dever à necessidade de afirmação da língua nacional portuguesa no contexto de época já comentado. Ora, apesar da tecnologia gramatical grego-latina empregada, pode não ter sido prioritário destacar ou mesmo, como foi o caso, mencionar excepcionalidades das línguas clássicas que poderiam perturbar a sistematização da descrição da língua que se buscava no momento; a despeito de, do mesmo século, ainda que um pouco mais tarde, encontrarem-se, em *Os Lusíadas*, muitas das liberdades de concordância verbal que destoam da regra (3), ou seja, o desbravamento dos recursos da língua, promovida por Camões encontra-se, de certa forma, presente nesse período e no século seguinte com *Os Sermões* e as *Cartas* de Padre Vieira.

É provável que o emprego, que poderá ainda ser quantificado,

127. Myriam Lemle, Anthont Julius Naro, *Competências Básicas do Português*.

das ocorrências das regras secundárias pelos dois dos nossos maiores autores supracitados tenha colaborado para que, apesar da busca de descrição sistemática, as gramáticas iluministas tenham, por fim, reconhecido e descrito esses fenômenos, ainda que lhes reservando um papel de excepcionalidade. No entanto, é estimulante notar, a despeito de reconhecidos os fenômenos, que as gramáticas de Lobato e Soares Barbosa busquem restaurar a regularidade da regra (3) apelando para a manifestação de constituintes não pronunciados ou elípticos, o que faria prevalecer, de novo, a lógica interna da gramática da língua no que concerne às ocorrências rebeldes.

Poderíamos conjecturar, ainda, que a maior amplitude da descrição dos nossos fenômenos por Soares Barbosa pudesse ser derivada de influência, a despeito de se tratar de uma gramática “filosofica” de sua época, no sentido de que começa a se manifestar o espírito literário romântico. Ora, nessa versão, o emprego da concordância por meio de formas alternativas, que valorizam a intenção significativa do autor, parece se casar muito bem com a busca de subjetivação visada pelo movimento romântico.

No entanto, o romantismo em Portugal, como de resto, é de manifestação mais tardia, considerando-se que o poema *Camões* de Almeida Garret, publicado em 1826, e *A Voz do Profeta*, de Alexandre Herculano, de 1836, são os marcos do romantismo português. Não houve em Portugal, como na Alemanha, uma fase *Sturm und Drang*, de ampla influência ainda em finais do século XVIII, que preparasse o advento do romantismo. É difícil assim garantir que Soares Barbosa pudesse ter sido influenciado pelo “espírito de época” romântico, levando-o a destacar a alternância da regra de concordância como possibilidade de

expressão estilística em que os escritores pudessem manifestar seu sentimento de mundo interior, apelando, dessa forma, para a subversão dos cânones formais da língua. Contra essa visão do fenômeno, podemos apontar ainda o fato de que, com a provável influência latina, as regras secundárias já se manifestavam no português antigo, como nos volteios seguintes colhidos por Huber:

(40) E logo...se ajuntarom deante Santo Antonio tamanha multidom de pexes grandes e pequenos<sup>128</sup>.

(41) E hi morreo grandes gentes<sup>129</sup>.

Note-se que, nesses exemplos, vigoram a concordância com a ideia de pluralidade e, dada a posposição do sujeito, a manifestação do singular.

O comentário do parágrafo anterior supõe, na verdade, o desenvolvimento das questões formuladas na introdução do nosso texto sobre a natureza das regras secundárias e como classificá-las, ou seja, tratar-se-ia de manifestações inteiramente “livres” de maneira que são expressões da intencionalidade e, portanto, do estilo do autor? Ou, encontram essas regras fatores estruturais que apontam os limites de sua ocorrência, sendo assim casos de fenômenos variáveis que poderiam ainda ser previstos por propriedades internas da gramática no seu sentido como dispositivo cognitivo?

Fato é que, a partir da gramática de Soares Barbosa, o reconhecimento das regras secundárias de concordância verbal passa a se ma-

128. Joseph Huber, *Gramática do Português Antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006 [1933], p. 281.

129. *Idem, ibidem*.

nifestar nas gramáticas posteriores, sendo particularmente destacadas nos manuais brasileiros publicados no século xx. A título de desenvolvimento das questões que formulamos, faremos um inventário dos fatores internos que podem ser extraídos da descrição de Góis<sup>130</sup>.

Do amplo trabalho descritivo proposto por Góis<sup>131</sup>, é possível buscar sistematização, a qual, como já mencionado, envolve a atuação dos componentes da gramática como um dispositivo cognitivo à maneira do gerativismo. Constatamos assim a influência dos seguintes fatores:

(I) *Fonéticos*: a chamada concordância por atração ou com o mais próximo nos casos de coletivos como núcleos do sujeito é um tipo de determinação fonossintática, já que torna opaca a estrutura do sintagma, não fazendo valer a exigência formal das propriedades dos determinantes ou dos núcleos do sujeito.

(II) *Sintáticos*: (A) a posposição do sujeito, que é um fator estrutural capaz de singularizar o verbo mesmo com o sujeito no plural, sendo relevante, também contemporaneamente, em talvez todos os dialetos atuais do português do Brasil e também em outras línguas, como o francês; (B) o sujeito composto, o que permite a opção de a concordância se fazer com um dos termos desse tipo de sujeito ou com ambos; sendo que, conjugados (A) e (B), aumentam a chance de discordância entre verbos e sujeitos; (C) o verbo *ser*, que já dispõe da possibilidade de concordância com o predicativo em orações tidas como sem sujeito, o que recoloca a adequação do estatuto de predicativo já que nada há para ser predicado<sup>132</sup>, compõe uma estrutura sensível no que concerne

130. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

131. *Idem*.

132. Lorenzo Vitral, “A Oração sem sujeito e a estrutura da proposição”. *Filologia e Linguística Por-*

à manifestação da concordância; é de se supor como possível fator influente nessa instabilidade das cópulas, o fato de o sujeito nominativo não poder ser interpretado por meio do papel temático *agente*; (D) os pronomes relativos *que* e *quem*, que permitem desdobramentos com base em conteúdos elípticos ou ser tomados enquanto tais, oferecem assim duas possibilidades de manifestação de concordância.

(III) *Semânticos*: (A) a sinonímia ou o mesmo referente de dois termos em sujeitos compostos é tomada como uma unidade, pode levar o verbo para o singular; (B) também a relação entre todo e parte como termos do sujeito composto pode singularizar o verbo; (C) os quantificadores como *cada* ou *nenhum(a)*, ao compor um sujeito composto, podem ser tomados em sua singularidade ou expressar totalidade, o que faz a alternância das desinências verbais; (D) os pronomes relativos *que* e *quem*, já comentados em (II), quando alternam a concordância, são julgados adicionar ou não ênfase, o que poderia determinar uma interpretação contrastiva.

(IV) *Pragmáticos*: (A) a discordância de número e pessoa entre o verbo em um sujeito simples pode levar em conta o gênero do interlocutor ou a inclusão do próprio emissor, o que se caracteriza como determinação do uso da língua; (B) a intencionalidade do autor, ao explorar a manifestação de conteúdos onde, como acabamos de ver, os componentes da gramática permitem a alternância da manifestação da concordância.

Os fatores apontados funcionam, assim, como balizas que estabelecem propriedades formais e semântico-pragmáticas no limite das quais são possíveis alternâncias na aplicação da regra de concordância

verbal. Não parecem funcionar como condições internas do sistema da gramática que provocam variação linguística como compreendida no quadro da Teoria da Variação e Mudança: as alternâncias da concordância verbal exibem valor semântico, com exceção talvez do caso de motivação fonossintática como explicitado em (1). Nas demais ocorrências, é mais difícil admitir que se trate de enunciados com o mesmo valor de verdade, o que lhes atribuiria a condição de gerar variantes no que concerne à concordância.

Resta-nos retomar as alternâncias da concordância, já que envolvem a intencionalidade do autor ao provocá-las, como um fenômeno estilístico, conforme a visão tradicional de Spitzer<sup>133</sup>, para quem os desvios de linguagem em relação ao uso previsto buscam expressar sua excepcionalidade significativa. São oportunas, nessa direção, as considerações de Sousa da Silveira: “[...] a estilística mostra como o instrumento língua funciona: quase sempre em consonância com os preceitos expostos pela gramática, mas não raro afastando-se deles para alcançar melhor o seu fim supremo – a expressão”<sup>134</sup>.

É relevante, porém, colocarmos o questionamento acerca do limite dessa “transgressão” de princípios gramaticais, não de teor normativo, portanto, no que concerne à manifestação de expressão estilística. Em trabalho anterior, propusemos que as experiências com a linguagem de um Guimarães Rosa não são capazes de gerar enunciados que violam a “moldura” gramatical definida pelos princípios internos

133. Leo Spitzer, *Études de Style*. Paris, Gallimard, 1970.

134. Sousa da Silveira, *Revista de Cultura* apud Jesus Belo Galvão, *Língua e Expressão Artística (Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 139.



da gramática no sentido chomskiano<sup>135</sup>. No entanto, o fato de fatores fonéticos e semântico-pragmáticos serem computados na manifestação da concordância tem o poder de permitir revisitarmos certos pressupostos fundamentais da abordagem formalista contemporânea da Gramática Gerativa em relação ao tratamento da concordância verbal.

Não nos parece difícil prever que ocorrências como as consideradas com base na descrição de Góis<sup>136</sup>, isto é, que destoam da regra (3), não sejam, normalmente, objeto de análise no quadro gerativista, com exceção talvez para o trabalho de Colaço<sup>137</sup> com base no português de Portugal.

Em linhas gerais, considera-se, em Chomsky<sup>138</sup>, que os itens do léxico dispõem ou definem-se por meio de dois tipos de traços ou propriedades: os traços interpretáveis (visíveis nos componentes LF/SEM e PF/PHON)<sup>139</sup> que são legíveis pelos sistemas de interface Conceptual/Intencional e Articulatório/Perceptual; e os traços não interpretáveis, exclusivamente formais, que incitam a formação de um arranjo sintático, mas que, para tanto, devem ser apagados em níveis subjacentes da derivação de uma sentença por meio de um mecanismo nomeado AGREE<sup>140</sup>,

135. Lorenzo Vitral, “A Universalidade em Grande Sertão: veredas e a Noção de Gramática Universal”. *Revista do GEL*, vol. 6, n. 1, pp. 231–240, 2009.

136. Carlos Góis, *Sintaxe de Concordância*.

137. Maria Colaço, “Retomando a Questão da Concordância Parcial no Interior de Constituintes Nominiais Coordenados”, em Costa; Falé; Barbosa (eds.). *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística 2011*. Lisboa, Edições Colibri/APL, pp. 153–170, 2012.

138. Noam Chomsky, “Derivation by Phase”, em M. Kenstowicz, (ed.). *Ken Hale: a Life In Language*, Cambridge, MIT Press, 2001, pp.1–52; Noam Chomsky, “Beyond Explanatory Adequacy”, em Adriana Belletti, (ed.). *Structures and Beyond*. Oxford, Oxford University Press, 2004, pp.104–131.

139. Logical Form (LF); Semantics (SEM); Phonetic Form (PF); Phonetics (PHON).

140. A operação AGREE é definida da seguinte maneira: um traço ininterpretável F em um objeto sintático Y é checado quando Y está em uma relação de c-comando com outro objeto sintático Z que possui um traço F semelhante. Nas palavras de Adger: “An uninterpretable feature F on a syntactic

não “sobrevivendo”, assim, nos níveis fonético e semântico da Língua-I (Interna)<sup>141</sup>.

Ora, na medida em que a concordância verbal pode se realizar, com base em propriedade fonética da linearidade do signo, relevando a estrutura hierárquica subjacente, como vimos com base em (1), cabe-nos perguntar se as propriedades manifestas pelas desinências verbais, tidas como constituídas por traços não interpretáveis, passaram a ser legíveis no componente fonético; da mesma maneira, se o estatuto não interpretável dessas desinências é adequado, tendo em vista sua prerrogativa de induzir conteúdos que são processados no componente semântico da Língua-I.

Ajustes no tratamento padrão da concordância verbal nos moldes gerativistas, que acabamos de resumir, parecem necessários. Talvez valha a pena desenvolver a hipótese de que há traços formais não interpretáveis e interpretáveis, manifestos em níveis derivacionais distintos, o que exigirá reformulação substancial de hipóteses que estão na base do tratamento gerativista do fenômeno da concordância verbal. São tarefas, no entanto, que deixamos para trabalhos futuros.

## CONCLUSÃO

Nosso trabalho de retomada do percurso das regras de concordância verbal em quatro períodos da gramaticologia de língua portuguesa

object Y is checked when Y is in a c-command relation with another syntactic object Z which bears a matching feature F” (David Adger, *Core Syntax: A Minimalist Approach*, Oxford, Oxford University Press, 2003, p. 134).

141. Noam Chomsky, *Knowledge of Language*, New York, Praeger, 1986.

visou a buscar também a relevância do fenômeno na formulação de seu tratamento de acordo com perspectivas teóricas contemporâneas. Assim, nosso tratamento do fenômeno é da ordem da *História* (*Geschichte*) e não apenas da *história* (*Historie*), distinção desenvolvida por Koselleck<sup>142</sup>, ou seja, saímos da mera reprodução narrativa dos eventos para tentar formular o significado a ser descoberto dessa narrativa e suas consequências para o desenvolvimento de tratamentos teóricos/empíricos contemporâneos.

Outro de nossos resultados nessa direção é a percepção de certo abandono do tratamento das regras de concordância, nomeadas secundárias, pelos tratamentos teóricos atuais. Fizemos a suposição de que essa ausência, na gramaticologia brasileira, pode se dever ao destaque dado, nas últimas décadas, ao fenômeno de redução das desinências verbais que caracteriza dialetos do português do Brasil. Assim, a mera admissão de que pode haver ocorrências de discordância entre verbo e sujeito, sobretudo quando este está no plural e aquele se manifesta no singular, pode ter sido tomada como um fator incômodo na descrição dos contrastes entre dialetos orais e a idealização da língua na modalidade escrita, o que pode mostrar ainda a continuidade da relevância do formalismo estruturalista-gerativista como ideal teórico, a despeito de perspectivas teóricas atuais o problematizarem.

Merece ainda alguma investigação, o fato, percebido por nós de forma casual, e não quantificado, do eventual incremento do emprego das regras de concordância secundárias a partir do período romântico pelas razões já levantadas, ou seja, a exploração de pontos instáveis da

142. Reinhart Koselleck, *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

gramática na busca de expressividade.

Por fim, nossa expectativa é de que este texto possa relançar os estudos das regras secundárias de concordância verbal, tendo em vista as teorias linguísticas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- ADGER, David. *Core Syntax: A Minimalist Approach*. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- ARACIL, Luís. *Do Latim às Línguas Nacionais: Introdução à História Social das Línguas Europeias*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2004.
- ARGOTE, Jerônimo Contador de. *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina: ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina Pelas Regras da Portuguesa*. Lisboa, Officina da Musica, 1725.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *Reis Lobato, Gramático Pombalino*. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1822.
- BARROS, João de. *Grammatica da Lingua Portuguesa / [João de Barros]*. - Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu [m], Typographum, 1540. Disponível em: <https://goo.gl/bVjEKx>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho. *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Portugal, Livraria Bertrand, 1978.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Coração, Cabeça, Estômago*. Lisboa, Publicações Europa-América, LD, 1862.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2010.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language*. New York, Praeger, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Derivation by Phase”. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: a Life In Language*. Cambridge, MIT Press, 2001, pp.1-52.
- \_\_\_\_\_. “Beyond Explanatory Adequacy”. In: BELLETTI, Adriana (ed.). *Structures and Beyond*. Oxford, Oxford University Press, 2004, pp.104-131.
- COLAÇO, Maria. “Retomando a Questão da Concordância Parcial no Interior de Constituintes Nominais Coordenados”. In: COSTA; FALÉ; BARBOSA (eds.) *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística 2011*. Lisboa, Edições Colibri/APL, pp. 153-170, 2012.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindsey. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio

- de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. “Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil”. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (eds.). *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*. Campinas, Pontes, 1993, pp.107-128.
- ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. Paris, Klincksieck, 1951.
- GALVÃO, Jesus Belo. *Língua e Expressão Artística (Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- GÓIS, Carlos. *Sintaxe de Concordância*. Edição do autor, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Sintaxe da Construção*. Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1940a.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues; Hans Harden. 2. ed. Brasília, Editora UNB, 2008 [1837].
- HUBER, Joseph. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006 [1933].
- HUE, Sheila Moura (Edição, introdução e notas). *Diálogos em Defesa e Louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. *Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
- LEITE, Marli Quadros. “A Construção da Norma Linguística na Gramática do Século XVIII”. *Alfa*, vol. 55, n. 2, São Paulo, pp. 665-684, 2011.
- LEMLE, Myriam; NARO, Anthont Julius. *Competências Básicas do Português*. Rio de Janeiro (Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL e Fundação Ford, 1977.
- LOBATO, António José dos Reis. *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa, Reggia Officina Typografica, 1770.
- MARINS, Érica Faustina da Silva. *O Estudo da Concordância Verbal no Texto da Grammatica da Lingua Portuguesa, de João de Barros, 1540*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.
- MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de Usos do Português*. 2. ed. São Paulo, UNESP, 2011.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de. *A Tradição Gramatical Portuguesa: Jerónimo contador de Argote no Contexto Cultural Iluminista*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2002.
- NICOLAU, Eunice Maria. *A Ausência de Concordância Verbal em Português: Uma Abordagem Sociolinguística*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A Gramatica da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975[1536].
- QUINTILIANO. *Instituição Oratória: Tomo 1*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.
- RIBEIRO, Bernadim. *Hystoria de Menina e Moça*. Lisboa, Imprensa Nacional. 2015 [1554].
- ROSIER, Irene. “Roger Bacon et le Problème du Sujet Sous-entendu”. *Histoire Epistémologie Language*, tome 5, fascicule 1, pp. 31-39, 1983.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1921.
- \_\_\_\_\_. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1950.
- SCHERRE, Maria Marta. “Aspectos da concordância de número no português do Brasil”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, vol. 12, pp. 37-49, 1994.

- SHARIFIAN, Farzad. *Cultural Conceptualisations and Language*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing, 2011.
- SPITZER, Leo. *Études de Style*. Paris, Gallimard, 1970.
- VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa, Sá da Costa, 1949 [1746].
- VITRAL, Lorenzo. “A Universalidade em Grande Sertão: veredas e a Noção de Gramática Universal”. *Revista do GEL*, vol. 6, n. 1, pp. 231-240, 2009.
- \_\_\_\_\_. “A Oração sem sujeito e a estrutura da proposição”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 19, n. 2, São Paulo, pp. 271-283, 2017.
- \_\_\_\_\_. “O Fundamento Lógico do Normativismo da Gramática Grega e sua Relação com a Ausência da Inovação e Mudança Linguísticas como Objeto de Estudo Teórico”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 23, n. 2, São Paulo, pp. 283-29, 2021.



## 6



# A Colocação Pronominal em Autores Diversos do Final do Século XIX: Revisitando a Questão em sua Dimensão Histórica

MARCELO ALESSANDRO LIMEIRA DOS ANJOS<sup>1</sup>

RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tivemos o objetivo de revisitar o problema da *Colocação Pronominal* (CP) em autores diversos (inclusive, autores de gramáticas) do final do século XIX. Para tanto, procuramos, a partir do princípio da *contextualização*, de Koerner<sup>3</sup>, e do conceito de *historicismo moderado*, se-

1. Professor lotado na Coordenação de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí.

2. Mestra em Letras e Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí.

3. O artigo *Persistent Issues in Linguistic Historiography* é datado de 1995. A tradução usada nesta pesquisa foi elaborada por Cristina Altman em Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, (Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman), Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes



gundo Batista<sup>4</sup>, compreender o *clima de opinião* da época em questão, com o fito de captar se ele pode ter repercutido (e como) nos textos dos autores selecionados para o recorte temporal. Nossa intenção precípua foi, pois, a de sobrelevar a importância de se considerar o contexto intelectual de uma época para melhor compreender os (des)caminhos pelos quais um tema, como o da *CP*, foi se inserindo (ou não) em textos do final dos oitocentos. Nosso percurso textual prevê, inicialmente, uma discussão que visa recompor esse mencionado *clima de opinião*, para, com isso, na seção seguinte, explorarmos os textos selecionados. Antes de iniciarmos, mais à frente, a discussão histórica propriamente dita, esclareceremos, brevemente, o princípio da *contextualização* e o conceito de *historicismo moderado*.

## O PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO E O CONCEITO DE HISTORICISMO MODERADO

Em Historiografia Linguística (HL), já é bem conhecida a tríade de princípios (*contextualização, imanência e adequação*) proposta por Koerner no texto *Persistent Issues in Linguistic Historiography*<sup>5</sup>, o qual foi publicado pela primeira vez em português em 1996, com o título “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”, pela *Revista da Anpoll*. Não temos a pretensão de contemplar, nesta nossa

e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, 2014. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_I.L.pdf](https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_I.L.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

4. Ronaldo de Oliveira Batista, *Fundamentos da Pesquisa em Historiografia da Linguística*, São Paulo, Mackenzie, 2020.

5. Ernst Frideryk Konrad Koerner, “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”, *Revista da Anpoll*, n. 02, pp. 45-70, 1996. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/253>. Acesso em: 26 jul. 2023.

discussão, os três princípios ao mesmo tempo, mas tão somente dar ênfase ao da *contextualização*, porquanto é, com ele, que pretendemos jogar algumas luzes ao problema da CP no Brasil. Partindo das ideias de Koerner<sup>6</sup>, podemos dizer que o princípio da contextualização permite estabelecer o *clima de opinião* (expressão colhida pelo historiógrafo alemão em Carl Lotus Becker (1873-1945)) num dado recorte temporal, o que, por seu turno, deve levar em consideração o cotejo de aspectos históricos, culturais, políticos etc. que sejam pertinentes para a compreensão das ideias linguísticas que circularam em dado momento. Percebe-se, com isso, uma necessidade de o historiógrafo ter, no mínimo, em seu quadro conceptual e analítico, ferramentas próprias ao fazer do linguista e do historiador, sem o que o cumprimento do mencionado princípio pode restar prejudicado. Uma forma interessante de se buscar, para esse duplo perfil, um ponto de equilíbrio, em que os aspectos históricos selecionados possam de fato ser relevantes para a discussão que se pretende fazer, seria levar em conta o que Batista<sup>7</sup> chama de *historicismo moderado*, conceito com o qual o historiógrafo “deve considerar na medida adequada a sua pesquisa apenas os aspectos de uma história geral que sejam realmente relevantes para a análise de seu(s) objeto(s)”<sup>8</sup>. Partindo, pois, dessa breve discussão é que intentamos, na sequência, recompor o *clima de opinião da época*,

6. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Selecionados*, (Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman), Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, 2014. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

7. Ronaldo de Oliveira Batista, *Fundamentos da Pesquisa em Historiografia da Linguística*.

8. *Idem*, p. 53.

a partir da consideração de fatos históricos que consideramos “realmente relevantes”.

## O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: RASTREANDO O *CLIMA DE OPINIÃO* DA ÉPOCA

Com o intuito de recolocar a discussão sobre o problema da *CP*, em sua dimensão histórica, importa discutir, ainda que de forma sintética, alguns fatos históricos da segunda metade do século XIX, buscando entender de que modo o *clima de opinião* formado nesse período influenciou o pensamento intelectual brasileiro, sobretudo em relação ao posicionamento de alguns membros da elite frente ao problema relacionado à raça. Esse percurso historiográfico é importante para melhor entender os (des)caminhos normativistas adotados desde então em solo brasileiro.

O século XIX sediou grandes transformações em âmbito mundial. No Brasil, esse período encaminhou a organização da sociedade e da identidade brasileira no pós- independência. A vinda da Corte portuguesa para o país, em 1808, por exemplo, resultou em mudanças significativas para a Colônia, repercutindo na sua estrutura econômica, social e educacional. Nessa conjuntura, veio a público o primeiro jornal editado, bem como se passou a ter acesso “aos livros e a uma relativa circulação de idéias, que foram marcas distintivas do período. [...] abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão”<sup>9</sup>. Isso marcou o início de uma história das instituições

9. Boris Fausto, *História do Brasil*, 2. ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p.

educacionais no Brasil, já que possibilitou a instalação dos primeiros estabelecimentos difusores de cultura, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real, que transformavam a Colônia na sede provisória da monarquia portuguesa e em um centro produtor e reproduzidor de sua cultura e memória<sup>10</sup>. Os maiores beneficiados desses avanços, sobretudo no âmbito educacional e cultural, foram os membros da elite, ficando de fora o resto da população colonial que não fazia parte desse diminuto grupo social.

Nesse cenário de inovações educacionais, formava-se a “classe ilustrada nacional”<sup>11</sup>, apoiada nas mesmas instituições com que se pretendia reproduzir o domínio colonial. Todo esse processo iniciado por Dom João VI continuou a ganhar força no pós-independência, com a fundação de novas instituições de ensino, a fim de tornar o Brasil um país autônomo em relação à produção de saber. Dentre essas instituições, citamos as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, fundadas em 1808, e as Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, em 1828. Essas instituições tiveram fundamental importância na composição de uma conjuntura intelectual bem heterogênea<sup>12</sup>. Destaca-se, também, à época, o primeiro Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838, onde se concentrava todo o “campo intelectual, reconhecido por sua preocupação em recolher documentos dispersos sobre a história do Brasil, e por procurar imprimir um cunho

126.

10. Lilian Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005[1993].

11. *Idem*.

12. *Idem*.

científico ao estudo da História, da Geografia e da Etnografia”<sup>13</sup>.

As Faculdades de Direito eram incumbidas de substituir a hegemonia estrangeira, desse modo, elas se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento intelectual independente, a fim de darem ao país uma nova Constituição. Já nas Faculdades de Medicina, sobretudo na da Bahia, eram debatidas ideias consideradas importantes, como a questão da higiene pública, da medicina legal (campo de estudo novo no país, até então), do cruzamento racial, dentre outras. A figura do intelectual que começou a se delinear a partir de então foi a do pensador eclético.

A década de 1870 é marcada por uma onda de renovação e de transformação do pensamento que o país experimentava naquela época, devido à entrada, aqui, de várias teorias estrangeiras. Desse modo, uma enxurrada de ideias novas foi sendo consumida e propagada no país por meio da ascensão de um primeiro grupo de intelectuais brasileiros, que, além de possuírem formação e carreira constituídas numa atmosfera intelectual bastante heterogênea, procuravam legitimar, com base na ciência, as suas posições nas instituições de saber das quais eram partícipes<sup>14</sup>. Esses “homens de ciência”<sup>15</sup>, que almejavam modernizar e direcionar os caminhos pelos quais a nação recém independente deveria rumar, foram os responsáveis pela implantação do discurso nacional e pela escrita da história do Brasil, sob efeito de uma forte influência europeia, baseando-se nos modelos de lá para interpretar a nossa reali-

13. Mariza Veloso, Angélica Madeira, *Leituras Brasileiras. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*, 2. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 77.

14. Lilian Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial*.

15. *Idem, ibidem*.

dade. Eles consumiam os “modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação”<sup>16</sup>.

A “Escola de Recife” é tida como um dos berços dessa renovação, de forma que coube à chamada “Geração de 1870” a introdução do país na “modernidade cultural”, pautada nas doutrinas deterministas da época e em uma certa ética científica que se difundia naquele tempo. Os intelectuais de Recife que compunham essa geração introduziram novas posturas e modelos que favoreceram um olhar para o Brasil de forma científica, o que implicou a absorção das formas de interpretações estrangeiras e sua aplicação como princípios que regeriam o pensamento social em voga naquele momento<sup>17</sup>. Em Recife, “a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional”<sup>18</sup>.

Os intelectuais brasileiros se mostraram dispostos a adaptar essas novas ideias que “invadiram” o Brasil e a pensar em possíveis soluções “científicas” para a nação. Desde o fim do sistema escravista, em 1888, a questão da construção de uma identidade nacional foi colocada como uma preocupação crucial para a intelectualidade brasileira. Essa problemática se estabeleceu a partir do momento em que os ex-escravizados negros passaram a ser considerados como uma nova categoria de cidadãos e que, portanto, precisariam ser transformados em elementos

16. *Idem*, p. 22.

17. Thomas E. Skidmore, *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012[1976].

18. Lilian Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial*, p. 198.

constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira. Mas como isso poderia acontecer, tendo em vista a mentalidade herdada do passado, que reduzia essas pessoas à coisificação? Diante disso, “toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira”<sup>19</sup>.

Salvaguardadas as diferenças quanto aos pontos de vista, a busca por uma identidade étnica única para o Brasil passou a ser uma preocupação de vários intelectuais da época, dentre os quais, Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Nina Rodrigues (1862-1906) (esses três são considerados os precursores das Ciências Sociais no Brasil<sup>20</sup>), Alberto Torres (1865-1917), Manuel Bonfim (1868-1932), Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951) e Gilberto Freyre (1900-1987). Eles tinham como ponto de interesse a formulação de uma teoria que atuasse na definição do brasileiro como povo, e do Brasil como nação, isto é, buscavam soluções para transformar a pluralidade de raças, de culturas e de valores civilizatórios tão distintos numa única nação e em um só povo. Além disso, a maioria desses pensadores era influenciada pelas teorias europeias e norte-americanas, visto que acreditavam na supremacia da raça branca e na inferioridade das raças não brancas,

19. Kanbengele Munanga, *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*, Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 51.

20. “O estatuto de precursor revela a posição desses autores que na virada do século se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira, seja analisando suas manifestações literárias, seja considerando as tradições africanas ou os movimentos messiânicos [...] Neste sentido, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha podem ser tomados como produtores de um discurso paradigmático do período em que escrevem; têm ainda a vantagem de podermos considerá-lo como discurso científico, o que de uma certa forma esclarece as origens das Ciências Sociais brasileiras” (Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, 5 ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 14).

com destaque para a raça negra, assim como acreditavam na degenerescência do mestiço<sup>21</sup>.

Ainda nesse contexto, o advento da abolição marcou o fim de uma luta pela libertação dos escravos. Por outro lado, é importante considerar que, após o término do sistema escravocrata brasileiro, outras questões também difíceis de serem solucionadas vieram à tona, como o lugar que os escravos libertos ocupariam na sociedade, já que ficaram em condições precárias, social e economicamente. Nesse cenário, o negro deixou de ser “mão-de-obra escrava para se transformar em um trabalhador livre. Evidentemente, ele será considerado pela sociedade como um cidadão de segunda categoria”<sup>22</sup>, de modo que a cor da pele permaneceria sendo um critério para a definição do *status* social. Assim, após um longo processo de escravização, que perdurou por longos trezentos e trinta e oito anos, a miscigenação teve presença marcante na constituição e na formação da população brasileira. Esse fato pode explicar, por exemplo, a presença de elementos linguísticos de ordem africana na língua falada no Brasil, sobretudo no que tange ao componente lexical, mas não só. Isso porque a larga presença dos povos africanos transplantados para o Brasil na condição de escravos, vindos de diferentes pontos da África, se caracterizava por grande diversidade étnica e linguística, já que se conjectura que “aproximadamente 200 a 300 línguas africanas tenham aportado no Brasil”<sup>23</sup>.

Os africanos escravizados, nesse sentido, foram trazidos para o

21. Kanbengele Munanga, *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*.

22. Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, 5 ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 19.

23. Carlos Alberto Faraco, *História do Português*, São Paulo, Parábola, 2019, p. 144.



Brasil para atuarem como força de trabalho nos mais diversos setores econômicos da sociedade colonial e pós-colonial, servindo aos grandes e a alguns pequenos proprietários de terra. Nesses contextos, o aprendizado do português pelos negros africanos (e também pelos indígenas que estavam integrados nesses espaços) acontecia de uma forma não sistematizada, gerando consequências importantes para a formação da atual realidade linguística brasileira<sup>24</sup>.

É dessa forma que o negro entra na dinâmica da vida social e econômica brasileira, repercutindo na ordem da língua. Isso leva intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, por exemplo, a reavaliarem a posição desse elemento na sociedade. Diante disso, tendo em vista todo o esforço para se construir a nação, bem como para melhorar a imagem do Brasil lá fora, as classes ilustradas passaram a ter a questão racial como uma grande preocupação, que precisava ser analisada mais detidamente, a fim de garantir a “evolução” do país rumo ao progresso tão almejado. Ao assumir a sua posição diante dessa questão, a elite, uma vez influenciada pelas teorias es-

24. *Idem*.

“A aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares. Os fatores que inibiram a criouliização passam, assim, a atuar como poderosos fatores de difusão das mudanças induzidas pelo contato entre línguas nas mais diversas comunidades de fala do Brasil. A integração social dos escravos ou dos ex-escravos e, sobretudo, a miscigenação são fatores que atuam em dois sentidos: favorecem a assimilação dos padrões linguísticos dominantes por parte dos dominados, ao tempo em que abrem vias de introdução na fala das camadas médias e altas de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos extratos mais baixos” (Dante Lucchesi, “História do Contato entre Línguas no Brasil”, em Dante Lucchesi e Alan Baxter (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*, Salvador, EDUFBA, 2009, p. 71).

trangeiras, se empenhou na defesa do “embranquecimento” do Brasil, como tentativa de reconstruí-lo nos moldes de uma nação. Imersos em tal *clima de opinião* que caracterizava o país naquele momento, a elite se via obrigada a explicar o “atraso” do Brasil e a projetar um futuro no qual houvesse a possibilidade de o país se constituir como povo e nação. Isso requereria a compreensão da evidente incompatibilidade hegemônica entre a teoria e a realidade que ela deveria “explicar”<sup>25</sup>.

A interpretação do Brasil passa necessariamente por esse caminho, daí a ênfase no estudo do “caráter nacional”, o que em última instância se reportava à formação de um Estado nacional. O evolucionismo fornece à *intelligentsia* brasileira os conceitos para compreensão desta problemática; porém, na medida em que a realidade nacional se diferencia da européia, tem-se que ela adquire no Brasil novos contornos e peculiaridades. A especificidade nacional, isto é, o hiato entre teoria e sociedade, só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos que permitem considerar o porquê do “atraso” do país. Se o evolucionismo torna possível a compreensão mais geral das sociedades humanas, é necessário porém completá-lo com outros argumentos que possibilitem o entendimento da especificidade social. O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça<sup>26</sup>.

É basicamente nessas noções de “raça” e de “meio” que os intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX fundamentaram as suas interpretações para a história do Brasil escrita naquela época e consolidaram um pensamento que foi base para a estruturação da sociedade brasileira, o que ensejou o desejo de “branqueamento” da população. O pensamento brasileiro em torno da fatigada ideia de

25. Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*.

26. *Idem*, p. 15.

raça, de miscigenação e de “branqueamento” do país pode ser evidenciado a partir de figuras como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, que se mostravam defensores desse projeto, com o argumento de que todos os problemas sociais do Brasil tinham como mola propulsora a miscigenação. O objetivo dessa argumentação era, tão somente, a criação de uma nação nova, sem traços de miscigenados.

Podemos entender, a partir disso, que os critérios raça e meio se constituíram como fatores importantes, na ótica dos intelectuais, porque exprimiam o que havia de mais específico na sociedade brasileira. Esses critérios serviriam, portanto, para afirmar as particularidades nacionais, assegurando que o Brasil não poderia mais ser visto como uma cópia. Assim, nessa atmosfera intelectual, ser brasileiro significava “viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da européia”<sup>27</sup>.

Diante de tal disparidade racial, como os intelectuais do período tratariam a identidade nacional? Da análise desse problema decorria a necessidade de se frisar o elemento mestiço, que, naquele momento, já era uma realidade concreta. Tendo em vista que a civilização europeia não poderia ser transferida para o solo brasileiro — já que, aqui, as condições geográficas e climáticas eram diferentes — e que no Brasil outras duas raças, compostas por indígenas e negros, consideradas inferiores, contribuía diretamente para a evolução da sua história, passava a ser indispensável que os estudiosos encontrassem um ponto de equilíbrio, isto é, que procurassem compreender e mostrar o que, de fato, definiria as diferenças nacionais<sup>28</sup>.

27. *Idem*, p. 17.

28. *Idem*.

Sílvio Romero foi um dos que primeiro enfrentou essa problemática, considerando raça e meio como fatores internos que definiriam a realidade brasileira. Convencido da inferioridade racial dos brasileiros, propôs um projeto miscigenado para o Brasil, que permitiria a integração do seu povo no processo de desenvolvimento racial da humanidade. Assim, “em vista da constatação da inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil, esse intelectual elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação”<sup>29</sup>. É nesses moldes deterministas que a história brasileira era apreendida, de tal forma que termos como *raça* e *clima* explicariam “a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”<sup>30</sup>.

A teoria do “branqueamento”<sup>31</sup>, aceita pela maior parte da elite brasileira entre os anos de 1889 e 1914, era vista como fórmula “científica” ou solução para o problema do Brasil. A conclusão otimista dessa análise racial recaía sobre a afirmação de que a miscigenação não iria produzir “degenerados”, mas uma população mestiça “sadia”, capaz de sempre se tornar mais branca, tanto física quanto culturalmente,

29. Lilian Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial*, p. 202.

30. Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, p. 16.

31. “A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro — a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo — a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A miscigenação branca reforçaria a resultante predominância branca)” (Thomas E. Skidmore, *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012[1976], p. 81).

haja vista o fato de que “o cruzamento não é apenas físico, mas se dá também nas ideias e nos sentimentos”<sup>32</sup>.

Essa discussão, ainda que breve, mostra que a história do pensamento brasileiro, em um primeiro momento, foi atravessada por um discurso pautado nas teorias estrangeiras, que, como visto, tinham o objetivo de explicar as diferenças raciais por meio de critérios evolucionistas, com o fito de justificar as desigualdades existentes entre as raças, atribuindo à raça branca uma posição de superioridade no que tange à civilização, tachando negros e indígenas como raças inferiores. Com isso, os intelectuais, dentre os quais Sílvio Romero, se pautavam nessas doutrinas para legitimar a realidade brasileira. De acordo com Ortiz<sup>33</sup>, se, por um lado, essas teorias serviam para justificar as condições reais de uma República que estava sendo implantada como uma nova forma de organização política e econômica; por outro, elas possibilitariam o conhecimento a respeito das particularidades nacionais, projetando para o futuro a construção da nação.

### **A repercussão do pensamento brasileiro da metade do século XIX e início do século XX na ordem da língua**

A educação superior da elite brasileira, concentrada na formação jurídica, primeiramente em Coimbra e, depois, nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, no período pós-independência, garantia uma homogeneidade de conhecimentos, habilidades, valores e ideolo-

32. Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*, 8 ed., São Paulo, Ática, 2017, p. 247.

33. Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*.

gias, que era propagada, posteriormente, em seus meios de sociabilidade. Essa elite, que ocupava os mais altos cargos públicos da sociedade e que detinha grande parte das propriedades rurais, foi responsável por fazer circular a economia para fins de organização de toda a sociedade. Além disso, em termos de língua, foi responsável por consolidar e difundir o seu modo de falar a língua portuguesa<sup>34</sup>. É importante pontuar que a dominação da pequena elite tradicional, nesses moldes, foi impulsionada pela chegada, no Brasil, da família real (1808), tendo em vista a criação da Imprensa Régia, que possibilitou, pela primeira vez, em trezentos anos, a impressão de livros e jornais no Brasil; a vinda da Missão Artística Francesa (1817); a criação da Escola de Medicina da Bahia (1808) e da Academia Militar do Rio de Janeiro (1810); “e, depois da Independência, a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1837) como cabeça e referência, voltada à formação dos filhos dessa mesma elite”<sup>35</sup>.

Além do estabelecimento do *Diretório dos Índios*, em 1757, interdito sobre a língua geral amazônica e as línguas indígenas no espaço público, a elite, agora em domínios imperiais, iniciou um outro interdito, no plano simbólico, que se expressava no desprezo contundente pelo português popular, o que viria a desencadear inúmeras polêmicas linguísticas, no final do século XIX, como a defesa dos escritores românticos, por exemplo, José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864), a um abasileiramento da língua escrita. Essa ideia de

34. Carlos Alberto Faraco, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Parábola Editora, 2016.

Dante Lucchesi, *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*.

35. Carlos Alberto Faraco, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, p. 150.

abrasileiramento da língua escrita — que seria, nas palavras de Faraco<sup>36</sup>, uma definição de uma *norma-padrão* escrita ajustada aos moldes como a língua era efetivamente usada pela elite intelectual brasileira — foi fortemente condenada por uma onda reacionária conservadora da elite, a partir da década de 1870, em virtude da influência das teorias estrangeiras no pensamento social brasileiro, que reverberou, também, na esfera da língua. Uma das figuras que foi alvo dessas reações foi o próprio José de Alencar, que era constantemente acusado de cometer “erros” de português em seus textos<sup>37</sup>.

Por volta de 1870, o problema da elite letrada brasileira, em termos de língua, passava a ser não mais as línguas indígenas, mas, sim, o português falado pelos negros, o “*pretoguês*”<sup>38</sup>. Ainda com este autor, data de 1888 um documento representativo desse propósito, escrito por Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848- 1911), em polêmica com Carlos de Laet (1847-1927). No texto, Araripe Jr. faz a seguinte declaração:

Mas, ou eu me engano, ou o pensamento do Sr. João Ribeiro é muito diverso do que supõe o meu contraditor. As observações do filólogo português [Adolpho Coelho] estão abaixo da crítica, não porque não exista o dialeto brasileiro, mas porque naquelas foram confundidos o falar atravessado dos africanos e outros fenômenos desta ordem com o que se deve verdadeiramente considerar elemento novo na linguagem portuguesa<sup>39</sup>.

Nessa declaração, fica claro como o português popular em geral, principalmente o “falar atravessado dos africanos”, passa, definitiva-

36. *Idem*.

37. Carlos Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: Desatando Alguns Nós*, São Paulo, Parábola, 2008.

38. Carlos Alberto Faraco, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*.

39. Edith Pimentel Pinto, *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos*, 2 – 1920/1945 – fontes para teoria e a história, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 234.

mente, a incomodar a elite letrada brasileira no final do século XIX. Isto é, o que assombrava a questão da língua brasileira era o profundo im3) A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. Brasil<sup>40</sup>. Isso marca a luta dos puristas do final desse século para banir qualquer forma de abasileiramento da língua escrita, tomando como referência autores românticos portugueses.

A história dos debates em torno da língua no Brasil é uma história marcada por uma grande linha de continuidade com as teorias científicas do século XIX e início do século XX, que desemboca, aos olhos de hoje, em práticas de racismo na sociedade como um todo, e é esse movimento que fundamenta também o preconceito linguístico, impregnado no seio da sociedade brasileira. Bagno<sup>41</sup> oferece mais duas declarações, distintas no tempo, que exemplificam esse racismo linguístico vigente no interior da intelectualidade brasileira, que é sustentado ainda hoje nos discursos, inclusive, de filólogos brasileiros. Vejamos:

Os falares africanos eram de outro tipo linguístico e notavelmente inferiores ao português: como poderiam ter influído? É necessário estudar o fenômeno à luz da linguística e não da fantasia. Por isto dizemos que a contribuição foi apenas lexical e, assim mesmo, insignificante<sup>42</sup>.

40. Marcos Bagno, “ Critérios e Valores para uma Norma Brasileira de Referência”, em *VERBUM* (ISSN 2316-3267), vol. 9, n. 3, pp. 8-23, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/51954>. Acesso em: 22 maio 2022.

41. *Idem*.

42. Francisco da Silveira Bueno, *A formação histórica da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1955, p. 309-310 *apud idem*, p. 9.



Não sei se o prezado leitor acompanhou recente noticiário televisivo pelo qual se anunciava que autoridades de ensino de determinada região dos Estados Unidos, tendo chegado à conclusão de que a deficiência escolar patente nos alunos negros se devia à sua insuficiência de conhecimento do inglês *standard* — tanto na gramática quanto no léxico —, resolveram ensinar e admitir nas escolas a modalidade de inglês que acredito seja o que lá se conhece, entre especialistas, por Black English Vernacular. [...] Em matéria de língua portuguesa, não se recomenda ainda o Black Portuguese Vernacular, mas algo muito parecido pela ineficácia cultural: a língua viva do povo<sup>43</sup>.

Em meio às polêmicas linguísticas do final do século XIX, os conservadores radicais se tornaram os grandes vitoriosos, ao passo que tiveram apoio incondicional do Imperador Pedro II, haja vista seu interesse em modernizar o Brasil; do IHGB, que objetivava contar a “verdadeira” história do Brasil; e das instituições de ensino, como o Colégio Pedro II, criado em 1837<sup>44</sup>, que foi referência em educação secundária durante o Império e também durante a República, até 1950. Além dessas instituições, a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, também simbolizou a vitória dos conservadores nesse embate, já que, desde sempre, foi tida como conservadora em termos de língua e de sociedade<sup>45</sup>. O seguinte discurso de posse na Academia de Joaquim Nabuco (1849-1910), em 1897, marcado pela ausência de termos como “negro” e “africano”, endossa a vitória conservadora, segundo atestam

43. Bechara, *Jornal do Brasil*, 16 de fev. de 2005 *apud idem, ibidem*.

44. Para saber mais, acessar: [http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria\\_historica/index.html](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html).

45. Marcos Bagno, “Critérios e Valores para uma Norma Brasileira de Referência”, vol. 9, n. 3, pp. 8-23.

Lucchesi<sup>46</sup>, Faraco<sup>47</sup> e Bagno<sup>48</sup>. Vejamos:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época<sup>49</sup>.

Joaquim Nabuco, quando vincula “raça pura” e “pureza do nosso idioma”, evidencia o pensamento da sociedade brasileira daquela época, deixando claro o que pensaria acerca de uma temida “língua brasileira”, língua essa constituída pelo “falar atravessado dos africanos”, “apesar de (senão por isso mesmo) ele ter passado à história como um lutador da causa abolicionista”<sup>50</sup>. Esse discurso, portanto, refletia o projeto da elite de construção de uma sociedade branca e europeizada. A ideia era uniformizar o país nos aspectos raciais, culturais e, também, linguístico.

Do discurso de Joaquim Nabuco, Lucchesi<sup>51</sup> afirma que pode ser

46. Dante Lucchesi, *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*.

47. Carlos Alberto Faraco, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*.

48. Marcos Bagno, “Critérios e Valores para uma Norma Brasileira de Referência”, vol. 9, n. 3, pp. 8-23.

49. Edith Pimentel Pinto, *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos, 2 – 1920/1945 – fontes para teoria e a história*, pp. 197-198.

50. Marcos Bagno, “Critérios e Valores para uma Norma Brasileira de Referência”, vol. 9, n. 3, p. 10.

51. Dante Lucchesi, *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*.

depreendida a preocupação de se fixar, naquele momento, uma forma de uso da língua que fosse “imunizado das corrupções” advindas do uso corrente. Os modelos para esse uso seriam, obviamente, os autores portugueses, dado que, para Nabuco, a raça pura era a portuguesa, que contrasta com a forte presença de negros e mulatos, que, à época, já se encontravam espalhados em todos os segmentos da sociedade brasileira. Para Lucchesi<sup>52</sup>, as bases “racistas” da preocupação dos intelectuais brasileiros com a pureza do idioma, com a correção gramatical e com a clareza de expressão eram um espelho da cultura da época.

Por conseguinte, a inferioridade que a elite intelectual atribuía aos negros africanos servia para legitimar a sua condição de escravo, assim como os maus tratos que eles sofriam eram justificados pela sua suposta má índole, ou seja, todo esse estereótipo negativo do negro e do mestiço, construído historicamente, se conservou para validar a superexploração da sua mão de obra. No plano da língua, consoante Lucchesi<sup>53</sup>, ocorreu uma atualização desse “racismo”, justificado pelo preconceito contra as formas derivadas do contato linguístico com os negros e mestiços, como é o caso da falta de concordância nominal e verbal. Esse contexto mostra que a adoção de uma *norma-padrão* lusitanizada no Brasil esteve inserida no projeto nacional elitista e excludente de uma nação que foi gestada mediante o trabalho escravo. Pagotto<sup>54</sup> também mostra que a lusitanização da língua escrita no século XIX se localiza no projeto histórico e político da elite brasileira do pós-independência de

52. *Idem.*

53. *Idem.*

54. Emilio Gozze Pagotto, “Norma e Condescendência: Ciência e Pureza”, em *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Belo Horizonte, vol. 2, pp. 49-68, 1999.

construir uma nação branca e europeizada, ou seja, ao tempo em que é preciso romper com a Europa no campo político, “é também preciso constituir uma elite à imagem e semelhança da qual a nação se construa. Assim, a aproximação com a cultura europeia é uma forma de a elite se manter em oposição aos demais segmentos da população”<sup>55</sup>.

Isso significava, na ótica de Faraco<sup>56</sup>, que a elite, para se aproximar do ideal europeu (já que era na Europa que se encontrava o ideal de civilização a ser implantado no país), precisava se diferenciar e se distanciar da população mestiça e dos negros africanos, que não estavam no horizonte de interesse do seu projeto, o que se confirma, quando, mais tarde, a própria elite defenderia a “higienização da raça” ou o “branqueamento” da população. Faraco<sup>57</sup> e Lucchesi<sup>58</sup>, com base em Pagotto<sup>59</sup>, apontam uma contradição central no projeto de formação da nacionalidade, visto que, ao passo que a elite buscava construir uma identidade cultural independente, ela só conseguia se reconhecer na cultura europeia, revelando, segundo Lucchesi<sup>60</sup>, “o complexo de inferioridade inculcado por séculos de aculturação”, que, não por acaso, se manifestou fortemente no plano da língua.

A partir disso, foi que desenvolveram um modelo inflexível, com vistas a fixar, arbitrariamente, a norma válida para a escrita brasileira. Os conservadores, então, “projetavam a questão da língua num quadro

55. *Idem*, p. 55.

56. Carlos Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: Desatando Alguns Nós*, São Paulo, Parábola, 2008.

57. *Idem*.

58. Dante Lucchesi, *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*.

59. Emilio Gozze Pagotto, *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, vol. 2, pp. 49-68.

60. Dante Lucchesi, *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*, p. 182.

mais amplo: tratava-se de inviabilizar qualquer situação que aos olhos representasse ameaça de rompimento da ordem social por eles idealizada”<sup>61</sup>. Nenhum argumento, nessas alturas, impediria mais o sucesso da lusitanização artificial do padrão escrito na segunda metade do século XIX. Até mesmo a remissão aos clássicos para combater as regras normativas teve efeito contrário porque os puristas começaram a apontar erros nesses clássicos, na medida em que observavam que os seus usos eram desmentidos pelas regras artificiais. Esse argumento conservador, para Faraco<sup>62</sup>, cai por terra quando se considera o fato de que as regras foram estabelecidas de forma arbitrária e sem base empírica, e que uma norma linguística real é marcada por variabilidade e flexibilidade, características essas incompatíveis com as regras inventadas para justificarem a *norma-padrão*.

É, portanto, nesse clima ideológico do final do século XIX que se originou e que se estabeleceu, no Brasil, uma norma de correção gramatical, que representa, desde então, uma negação da realidade linguística nacional. Esse momento histórico, dessa forma, marca o início da situação paradoxal em que nos encontramos ainda em dias atuais, visto que a *norma-padrão* lusitanizada contradiz as práticas linguísticas correntes em nossa cultura letrada.

Apresentadas as nossas escolhas para a *contextualização*, passamos, neste momento, a apresentar a seleção de trechos que fizemos em diversos textos, inclusive em gramáticas, do final do século XIX, a fim de evidenciar como o *climão de opinião* do momento pode ter reverberado nesses mesmos textos. Não temos a intenção de sermos exaustivos na

61. Carlos Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: Desatando Alguns Nós*, p. 121.

62. *Idem*.

catalogação de trechos que fizemos, mas tão somente dar conhecimento da repercussão desse mundo das ideias da intelectualidade brasileira no contexto propriamente linguístico.

## REVISITANDO O PROBLEMA DA CP EM TEXTOS DIVERSOS DO SÉCULO XIX

Em Anjos<sup>63</sup>, encontramos uma referência ao médico português José da Gama e Castro (1795-1873), como possível autor do texto “Sobre Certos Vícios de Locução Ainda Muito Usados, e Que Importaria Corrigir”, que apareceu publicado no *Jornal do Commercio* de 22/8/1842 (ed. 222), p. 1 e 2<sup>64</sup>. A incerteza quanto à autoria se deve à ausência de assinatura. Artur Barreiros (1856-1885), intelectual brasileiro interessado também em matéria linguística, atribuiu, sem muitas explicações, a autoria do texto ao médico português. Para nós, a partir ainda de Anjos<sup>65</sup> a autoria pode ser aventada pelas seguintes razões:

ter sido o texto publicado no *Jornal do Commercio*, no qual Gama e Castro tinha trânsito livre, inclusive, como provável dirigente do *Jornal*; 2) a data de publicação, 22/8/1842, que coincide com o momento de atuação dele no *Jornal*; 3) o próprio perfil polemista de Gama e Castro; 4) ter sido mencionado nominalmente por Arthur Barreiros em texto deste sobre o mesmo tema em 1880 e 5) ter sido, ainda no artigo de Barreiros<sup>66</sup>, mencionado nas *Observações do Dr. Teixeira de Mello*, como

63. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, *A Colocação Pronominal no Brasil: as Origens Históricas do Problema*, Teresina, 2023. No prelo.

64. O texto foi compulsado a partir do site da Biblioteca Nacional.

65. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, *A Colocação Pronominal no Brasil: as Origens Históricas do Problema*.

66. Arthur Barreiros, “A Colocação Pronominal”, *Revista Brasileira*, tomo V, 1.7.1880, pp. 71-83.

“celebrizado Dr. Gama e Castro”, a respeito da escrita do texto supostamente seu<sup>67</sup>.

A nossa referência ao texto de Gama e Castro, já que se trata de autor português, tem apenas o objetivo de destacar a longevidade das polêmicas envolvidas no tema da *CP*. Antes, no entanto, de passarmos aos autores brasileiros da segunda metade do século XIX, vejamos, a título de ilustração, o que afirmava Gama e Castro sobre as diferenças de *CP* entre Portugal e Brasil:

Não ha cousa que mais ofenda o ouvido dos que estão costumados a ler e a ouvir falar portuguez puro, como a **viciosa collocação** de certos pronomes que **muita gente usa no Brazil**. Por via de regra pospoem-os, quando os devem antepôr; outras-vezes porém é ás avessas. Diz-se, por exemplo: - Quando fulano hontem *encontrou-me* na camara dos deputados, não sei que divisei-lhe na physionomia que altamente desagradou-me: me pareceu mui consternado e melancólico e ainda fortemente dominado pela idea do perigo em que tinha visto-se na ocasião do naufrágio<sup>68</sup>.

A partir de então, ao que tudo indica, foram abertas as sendas prescritivistas sobre a *CP*, as quais, até hoje, podem ser encontradas, em graus variados, na imprensa (de ontem e de hoje) e em diversos instrumentos linguísticos, mormente, em gramáticas.

Nesse cenário que buscamos recompor, temos ainda a figura do já citado Artur Barreiros. Em texto também já citado de 1880, vemos:

Este texto também foi compulsado a partir do site da Biblioteca Nacional.

67. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, *A Colocação Pronominal no Brasil: as Origens Históricas do Problema*, p. 33.

68. José da Gama e Castro, “Observações sobre Certos Vícios de Locução Ainda Muito Usados e que Muito Importaria Corrigir”, *Jornal do Commercio*, p. 1, 28.8.1842 (ed. 222), Rio de Janeiro (grifos do autor em itálico; grifos nossos em negrito).

E quem se dêr ao trabalho de cotejar os livros brasileiros com os portugueses notará – primeiramente que estes, por via de regra, são mais artísticos, secundamente que é *espantosa, phantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no período brasileiro*<sup>69</sup>.

Entre o texto de Gama e Castro e de Barreiros, temos um intervalo de trinta e oito anos, sem que a percepção sobre a *CP* no Brasil deixe de captá-la como um problema. Na década de produção do texto de Barreiros, podemos encontrar alguns textos gramaticais que ratificam, uns mais do que outros, uma grande linha de *continuidade* que nos faz perceber, até hoje, o tema *CP* como um lugar cativo de polêmica linguística, a qual, segundo nossa hipótese, ganhou um contorno, talvez em razão do *clima de época*, que parece ser retroalimentado por discursos, do passado e do presente, sobre uma suposta inferioridade linguística brasileira, manifestada na colocação de pronomes oblíquos, dada a evidência dessa diferença paramétrica entre as duas línguas, a europeia e a brasileira. Se há (e como há) repercussão do *clima de época* em alguns textos da época é o que buscaremos delinear a seguir.

A discussão que se fará, daqui para frente, abarcará obras do chamado *período científico*, conforme Cavaliere<sup>70</sup>. O *período científico* estava sob os auspícios das novidades teóricas da Linguística Histórico-Comparatista, que, por seu turno, era guiada, mormente a partir de sua segunda metade, por teses e ideais evolucionistas, as quais, por sua vez, datam da primeira metade do século XIX.

69. Arthur Barreiros, *Revista Brasileira*, tomo V, p. 71 (itálico nosso).

70. Ricardo Cavaliere, *A Gramática no Brasil: Ideias, Percursos e Parâmetros*, Rio de Janeiro, Lexikon, 2014.



Para Leite<sup>71</sup>, o contexto da linguística praticada no século XIX levou a atitudes contraditórias, como se pode ver com o excerto a seguir:

O século XIX, marcado pelas teorias naturalistas, levou à compreensão da língua como um organismo vivo que nascia, evoluía (desenvolvimento, corrupção e transformação) e morria. Essa concepção levou estudiosos da língua a atitudes contraditórias em relação às mudanças lingüísticas. Primeiro, ao reconhecimento das transformações por que passam as línguas, já que, segundo a teoria ora em vigor, seria natural, às línguas, a evolução. Depois, o temor da conseqüência natural da evolução: a morte. Por isso, adotaram-se atitudes radicais de “preservação da época de ouro” do desenvolvimento da língua portuguesa: o classicismo. O que se revelou na defesa exagerada da norma literária, a única reconhecida como “boa”, “pura” e “perfeita” e, que, portanto, não deveria ser contaminada pela língua vulgar falada pelo povo, ignorante das regras gramaticais e do léxico<sup>72</sup>.

Ao analisarmos as obras de importantes gramáticos do final do século XIX, poderemos ter claro como essa perspectiva dita *científica* lidava, de fato, com um delicado tema, como o da *CP*. Os gramáticos e as obras que iremos abordar foram retirados de Coelho, Danna e Polachini<sup>73</sup>. Especificamente, enfocamos três gramáticas do *período científico*: a de Júlio Ribeiro; a de João Ribeiro e a de Pacheco e Lameira.

71. Marli Quadros Leite, *Metalinguagem e Discurso: a Configuração do Purismo Brasileiro*, São Paulo, Humanitas/FFLHC/USP, 1999.

72. *Idem*, pp. 50-51.

73. Olga Ferreira Coelho, Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna, Bruna Soares Polachini, “O Português do Brasil em Gramáticas Brasileiras do Século XIX”, em *Revista Confluência*, n. 46, 1º sem., 2014. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/11116>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Tabela 1. Quantificação e distribuição de dados do PB presentes em textos gramaticais brasileiros do século XIX

OBRAS	Fonéticos	Morfológicos	Lexicais	Sintáticos	Gerais	Total
Morais Silva (1806)	0	0	0	1	0	1
Coruja (1835)	0	0	0	0	0	0
Sotero dos Reis (1866)	0	0	0	0	0	0
Carneiro Ribeiro (1877)	3	0	4	2	0	9
Ribeiro (1881)	4	1	0	13	0	18
Pacheco & Lameira (1887)	3	3	6	3	3	18
Ribeiro (1889[1887])	1	0	3	1	2	7
Carneiro Ribeiro (1890)	3	0	4	2	0	9
Maciel (1902[1894])	2	2	4	5	0	13
Said Ali (1919[1908; 1895])	1	0	0	1	1	3

Fonte: Coelho; Danna; Polachini<sup>74</sup>.

Partiremos da obra de Júlio Ribeiro<sup>75</sup>, que traz 13 fenômenos no âmbito da sintaxe. A insistência em trazer o texto de Ribeiro<sup>76</sup> é, principalmente, por ser o primeiro texto gramaticográfico a abordar fatos do PB.

Além de Júlio Ribeiro, traremos a obra de João Ribeiro em sua 3.<sup>a</sup> edição, de 1889[1887]<sup>77</sup>, e 22.<sup>a</sup> edição, de 1933. A relevância da gramática de João Ribeiro é atestada, por exemplo, pelo grande nú-

74. *Idem*, pp. 121-122.

75. Júlio César Ribeiro, *Grammatica Portugueza*, São Paulo, Typographia de Jorge Secler, 1881.

76. *Idem*.

77. Não há diferenças significativas entre a 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> edições.

mero de edições, o que nos orientou quanto à escolha dela. Como última gramática analisada, temos a de Pacheco e Lameira<sup>78</sup>, na qual o quantitativo de dados do PB é significativo, conforme as autoras acima.

### ***Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1ª edição, de 1881)**

A *Grammatica Portugueza* foi publicada em 1881 e é considerada por muitos especialistas<sup>79</sup> a primeira gramática que efetivamente passa a descrever fatos linguísticos do Português Brasileiro, a partir das diretrizes teóricas da Linguística Histórico-Comparatista, ainda que tal descrição se dê, de fato, de modo bastante acanhado. Levando em conta esse fato, temos a intenção de observar na *Grammatica* como o autor trata o tema da CP.

Na *Grammatica*, no LIVRO TERCEIRO, intitulado REGRAS DE SYNTAXE, na parte segunda da gramática, Ribeiro traz<sup>80</sup> uma primeira men-

78. Manuel Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade. *Grammatica da Lingua Portugueza para Uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*, Rio de Janeiro, J. G. De Azevedo, 1887.

79. Só para citar alguns: José Bento Cardoso Vidal Neto, *A Grammatica Portugueza, de Júlio Ribeiro: um Corte Epistemológico na Gramaticografia Brasileira e a Questão da Língua Portuguesa no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010. (Dissertação de Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa); Ricardo Cavaliere, *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*, Niterói, EDUFF, 2000 e Ricardo Cavaliere, “Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil”, em *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 23, 2002; Eduardo Guimarães, *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*, São Paulo, Pontes, 2004.; Marli Quadros Leite, “A Hiperlíngua Brasileira na Construção da Norma Linguística Gramatical: um Estudo de Gramáticas do Século XIX”, em *Estudios Portugueses: Revista de Filología Portuguesa*, vol. 5, pp. 103-112, 2005, Salamanca e Francisco Eduardo Vieira, *A Gramática Tradicional: História Crítica*, São Paulo, Parábola, 2018.

80. Júlio César Ribeiro, *Grammatica Portugueza*, p. 221.

ção quanto às diferenças entre o uso português e o brasileiro, relativa à posição do pronome sujeito:

Cumpre notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: << Tu queres vir almoçar comigo? >><sup>81</sup>.

Pelo que observamos no cotejo das regras como um todo, Ribeiro só faz menção à diferença de uso entre Brasil e Portugal, na parte relativa à *colocação pronominal*, quando discute as sentenças interrogativas. No restante das regras, não há referência, nem mesmo condenação, a usos brasileiros.

Ribeiro não assume um tom prescritivista, provavelmente por endossar as teses da Linguística Histórico-Comparatista da época, bastante contraditórias em sua gramática. Esse viés menos normativista talvez possa explicar o que afirma Gurgel<sup>82</sup> sobre o não lugar de autoridade de Ribeiro, quanto ao problema da *CP*:

Apesar de Júlio Ribeiro ser considerado o “líder intelectual” daquela geração por ter difundido os ideais evolucionistas da “nova corrente” aos estudos da linguagem, não encontramos menção alguma ao seu trabalho nos textos que trataram da *Questão*. Entendemos, assim, que o seu nome não foi percebido como o de uma

81. Além deste claro exemplo de aceitação, Francisco Eduardo Vieira, *A Gramática Tradicional: História Crítica*, São Paulo, Parábola, 2018, p. 153 menciona mais dois: 1) a substituição do verbo *haver* pelo ter e 2) o uso dos advérbios terminados em *-mente* de uso completo em todas as formas e não somente na última. Os casos de interdição são os seguintes: 1) Sujeito de verbo no infinitivo com pronome pessoal e não oblíquo; 2) uso da construção Para MIM *comer* e 3) Uso do *Ele* acusativo.

82. Silvana Gurgel, *O Período dos Estudos Linguísticos Brasileiros Dito Científico na Questão da Colocação Pronominal (1880-1920)*, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado em Semiótica e Linguística Geral – Programa de Pós-Graduação em Linguística).

autoridade no assunto para ser utilizado como referência para validar uma determinada descrição linguística ao problema da *colocação pronominal*<sup>83</sup>.

***Grammatica Portugueza: 3º Anno e Grammatica Portugueza: curso superior*, de João Ribeiro (3ª edição, de 1889; e 22ª edição, de 1933)**

João Ribeiro, nessa 3.<sup>a</sup> edição, assim como em Júlio Ribeiro, parece não assumir um tom condenatório generalizado sobre o tema, talvez porque, como ele mesmo assevera: “póde-se affirmar que a questão de collocação dos pronomes ainda não ficou resolvida ou porque o phenomeno não fosse observado perfeitamente ou porque não é susceptível de disciplina exacta e positiva”<sup>84</sup>.

Na 22.<sup>a</sup> edição (inteiramente refundida), de 1933, por sua vez, Ribeiro, na parte destinada à SYNTAXE, a partir da seção XII, que principia à página 343, intitulada “Da Collocação dos Pronomes”, começa por distinguir nominalmente a próclise da ênclise e ainda nos fala dos casos em que os pronomes ficam intercalados, ou seja, os casos de mesóclise. O autor não a nomeia e, na sequência, faz uma observação: “É um caso especial de posposição, porque, se não é de uso dizer *farei-te, dirá-te*, a anteposição é sempre de bom uso: *te direi, te fará*”<sup>85</sup>. Na página anterior, o gramático traz uma nota que direciona o leitor para a leitura (diga-se de passagem, um expediente bastante comum na obra) da obra *Lingua Portugueza* (1922), de Affonso Costa. Menciona, ainda, como

83. *Idem*, p. 73 (grifos da autora).

84. João Ribeiro, *Grammatica Portugueza: 3.º Anno*, 3 ed., Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887], p. 279.

85. João Ribeiro, *Grammatica Portugueza: Curso Superior*, 22 ed. inteiramente refundida, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1933, pp. 344 (contém Notas Finaes).

de interesse retrospectivo, os *Rascunhos Gramaticaes* (1881), de Baptista Caetano (1826-1882). Outra obra mencionada é a do gramático português Francisco Ferreira de Andrade Junior, por ser, segundo Ribeiro, “A primeira grammica portugueza (e uma das raríssimas) que se ocupou da questão”<sup>86</sup>. O título da obra, sem indicação do ano, é *Grammatica das Grammaticas*<sup>87</sup>. As outras menções são a Candido de Figueiredo (1846-1925) e Epiphanyo Dias (1841-1916).

Ainda na página 344, Ribeiro começa a tratar das regras propriamente ditas. Inicia o tópico com a seguinte afirmação:

A questão da collocação dos pronomes obliquos tem sido entre nós objecto de vivas questões, menos pelos erros no emprego d’esses pronomes do que em razão de **regras falsas, arbitrariamente imaginadas e impostas com tyrannico e absurdo despotismo por varios grammaticos de hoje**. A verdade é que os de *collocação determinada* se reduzem a *quatro*, como veremos; fora d’ahi tudo fica ao capricho e arbitrio do rhythmo, euphonia, ou emphase, não havendo para estes casos regra de absoluto rigor<sup>88</sup>.

Ribeiro, nas duas edições aqui comentadas, não envereda por um normativismo inflexivo, muito pelo contrário, na edição de 1933, tece duras aos gramáticos de sua época, justamente “em razão de regras falsas, arbitrariamente imaginadas e impostas com tyrannico e absurdo

86. *Idem*, p. 343.

87. O título completo da gramática era *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza ou principios e preceitos compilados dos mais acreditados autores que sobre este assumpto tem tratado até o presente, e explicados de modo a serem comprehendidos por pessoas de todas as intelligencia* (1850) (Maria Helena Pessoa Santos, “Algumas Nótulas sobre a Grammatica das Grammaticas da Lingua Portugueza (1850)”, em *Limite*, n. 6, p. 140, 2012. Disponível em: <https://publicaciones.unex.es/index.php/limite/article/view/1466/1439>. Acesso em: 29 jul. 2023).

88. João Ribeiro, *Grammatica Portugueza: Curso Superior*, p. 344 (contém Notas Finaes) (negrito nosso).

despotismo”<sup>89</sup>, o que, provavelmente, pode ser uma crítica ao filólogo Cândido de Figueiredo, conhecido por sua obra sobre *CP* do início do século xx. Além disso, Ribeiro se faz acompanhar de autores, como Baptista Caetano, que tiveram uma atitude muito menos ortodoxa quanto ao problema da *CP*. Mesmo com tudo isso posto, devemos admitir que Ribeiro, mormente na edição de 1933, contribui, em alguma medida, para a construção de um grande traço de *continuidade* na gramaticografia brasileira. Caso não, vejamos isso com uma rápida comparação entre as duas edições analisadas, a partir da qual buscamos evidenciar as diferenças mais flagrantes na edição de 1933.

Da comparação podemos destacar alguns pontos: 1) a prática de trazer, para discussão, na edição de 1933, autores diversos; 2) a explicitação de apenas 4 regras de *collocação determinada*, haja vista que “fora dahi tudo fica ao capricho e arbitrio do *rhythm*, *euphonia*, ou *emphase*, não havendo para estes casos regra de absoluto rigor”<sup>90</sup>; 3) uso de enunciados mais categóricos do tipo: *NUNCA SE + verbo* e 4) a utilização de uma regra categórica nova, qual seja: “Nunca se começa a phrase ou periodo com o pronome obliquo. ‘Me dê’, ‘Me faça’, etc., são *brasileirismos que devem ser evitados*”<sup>91</sup>.

Alguns comentários precisam ser feitos: primeiramente, a prática de alicerçar a discussão em autores diversos, somada ao intervalo de tempo entre as edições, o que pode ter favorecido o amadurecimento do autor sobre o tema, parece favorecer uma discussão menos prescritivista, que não impediu o uso de enunciados categóricos, como o

89. *Idem*, p. 344.

90. *Idem*, *ibidem*.

91. *Idem*, p. 345 (itálico nosso).

acima citado, que vem acompanhado da menção explícita a brasileirismos a serem evitados. Ainda que uma ocorrência pontual, a natureza do enunciado e a posição paradigmática do gramático no cenário da gramaticografia brasileira podem ter favorecido uma *continuidade* de dizeres como o acima encontrado na edição de 1933.

### *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Pacheco & Lameira (1887)

Pacheco & Lameira também fazem menções condenatórias aos usos proclíticos em início de período: “Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (me parece, te disse, lhe falei). *O povo (no Brazil) conserva-se, porem aferrado ás normas proclíticas [...]*”<sup>92</sup> (grifo nosso). Com esses usos, os autores, assim como João Ribeiro, contribuem, de algum modo, com a manutenção, em textos gramaticais posteriores, de enunciados específicos de interdição de uso de pronomes oblíquos, mormente os que iniciam o período, uso direcionado, mais uma vez, aos brasileiros, que, na comparação de desempenho linguístico com relação aos usos europeus da língua portuguesa, estão sempre numa posição de inferioridade cultural e linguística, o que parecer refletir o *clima de época*.

### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nosso intuito inicial foi o de sobrelevar a importância de uma re-

92. Manuel Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade. *Grammatica da Lingua Portuguesa para Uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*, Rio de Janeiro, J. G. De Azevedo, 1887, p. 493.



levante *contextualização* para a compreensão dos (des)caminhos de um tema como o da *CP*. Ao assim procedermos, entendemos que o *clima de opinião* do século XIX, em sua segunda metade, no Brasil, dava conta de assumir o mestiço (e tudo que a ele se relacionava) como o grande problema do país. A saída encontrada seria um compromisso com valores culturais e linguísticos europeus. Neste último caso, a nossa norma de referência foi estabelecida justamente nesse momento, a partir do cânone literário português.

Admitimos, então, por hipótese, que o contexto geral da época pode ter afetado os textos aqui analisados. A fim de verificar a plausibilidade dessa hipótese, demos ênfase a textos das últimas décadas dos oitocentos: um de 1880 (de Artur Barreiros)<sup>93</sup>; um de 1881 (de Júlio Ribeiro)<sup>94</sup>; um de 1887 (de João Ribeiro)<sup>95</sup>, analisado, em sua 3<sup>a</sup> edição, de 1889; outro, na 22<sup>a</sup> edição, de 1933; e um de 1887 (de Pacheco & Lameira)<sup>96</sup>. Antes, no entanto, trouxemos um texto de Gama e Castro, de 1842, divulgado na imprensa brasileira, sobre as diferenças entre as colocações pronominais portuguesas e brasileiras, com um claro viés desabonador quanto a estas últimas. A menção a este texto teve o intuito de evidenciar a longevidade das querelas que envolviam o tema.

Na sequência, e já no possível contexto de influência das teses discutidas no tópico 2 deste capítulo, trouxemos outro texto divulgado na imprensa brasileira, o de Artur Barreiros. O texto de Gama e Castro,

93. Arthur Barreiros, “A Collocação Pronominal”, *Revista Brasileira*, tomo V, 1.7.1880, pp. 71-83.

94. Júlio César Ribeiro, *Grammatica Portugueza*, São Paulo.

95. João Ribeiro, *Grammatica Portugueza: 3.º Anno*

96. Manuel Pacheco da Silva Júnior, e Lameira de Andrade. *Grammatica da Lingua Portugueza para Uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*.

ainda que não tivesse sido o foco de nossas análises, guarda, como o de Artur Barreiros, a semelhança de terem sido divulgados na imprensa, espaço até hoje privilegiado para as mais ortodoxas, acaloradas e equivocadas manifestações sobre língua. Quanto à possibilidade de influência do contexto maior das teses racistas, admitimo-la como possível, uma vez que o texto de Gama e Castro é de um europeu, que pode ter travado contato com elas em seu contexto de origem, visto que de lá essas teses grassaram. No caso de Barreiros, que assume uma retórica mais condenatória e para quem a *colocação pronominal é espantosa, phantasia, doida*, temos de destacar o fato de que se trata de um membro da elite brasileira avaliando usos linguísticos brasileiros de modo preconceituoso, o que, neste caso, pode comprovar a nossa tese geral.

No caso dos gramáticos analisados, cujas obras estão compreendidas exatamente na mesma década de publicação do texto de Barreiros, temos a inexistência de uma retórica condenatória de usos de *CP* na gramática de Júlio Ribeiro, o que talvez se explique pelo compromisso do gramático com as teses da Linguística Histórico-Comparatista, cuja fase provavelmente mais influenciadora desse texto gramatical seja a schleicheriana, a qual estava comprometida *pari passu* com os ideais evolucionistas. Quanto às edições da gramática de João Ribeiro, podemos dizer que também não há uma inflexão normativa tal como concebemos hodiernamente e que o contexto geral da época parece não ter afetado sobejamente o texto gramatical, possivelmente em razão do ecletismo teórico e do amadurecimento do autor ao longo das edições de 1889 e 1933. Mesmo assim, neste caso, é possível captar, na edição de 1933, uma orientação pontual condenatória quando da interdição do pronome oblíquo no início de período, considerado pelo gramático

um “brasileirismo a ser evitado”. Algo semelhante encontramos na gramática de Pacheco & Lameira, na qual o interdito ao mesmo uso brasileiro se presentifica. Essa nossa tentativa analítica precisa ser acompanhada de uma ampliação de autores e obras desse mesmo momento, a fim de se chegar a conclusões mais precisas.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. *A Colocação Pronominal no Brasil: as Origens Históricas do Problema*. Teresina, 2023. No prelo.
- BAGNO, Marcos. “Critérios e Valores para uma Norma Brasileira de Referência”. In: *VERBUM* (ISSN 2316-3267), vol. 9, n. 3, pp. 8-23, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/51954>. Acesso em: 22 mai. 2022.
- BARREIROS, Arthur. “A Colocação Pronominal”. *Revista Brasileira*, tomo v, pp. 71-83, 1.7.1880.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Fundamentos da Pesquisa em Historiografia da Linguística*. São Paulo, Mackenzie, 2020.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Niterói, EDUFF, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil”. In: *Revista Confluência*. Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 23, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Gramática no Brasil: Ideias, Percursos e Parâmetros*. Rio de Janeiro, Lexikom, 2014.
- COELHO, Ferreira Olga; DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel; POLACHINI, Bruna Soares. “O Português do Brasil em Gramáticas Brasileiras do Século XIX”. In: *Revista Confluência*, n. 46, 1º sem., 2014. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/11/16>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: Desatando Alguns Nós*. São Paulo, Parábola, 2008.
- \_\_\_\_\_. *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Parábola Editora, 2016.
- \_\_\_\_\_. *História do Português*. São Paulo, Parábola, 2019.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FÁVERO, Leonor; MOLINA, Márcia. *As Concepções Linguísticas no Século XIX: a Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.
- GAMA E CASTRO, José da. “Observações sobre Certos Vícios de Locução Ainda Muito Usados e que Muito Importaria Corrigir”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, 28.8.1842 (ed. 222).
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. São Paulo, Pontes, 2004.
- GURGEL, Silvana. *O Período dos Estudos Linguísticos Brasileiros Dito Científico na Questão da Colocação Pronominal (1880-1920)*. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo,

2008. (Dissertação de Mestrado em Semiótica e Linguística Geral – Programa de Pós-Graduação em Linguística).
- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*. [Coleção Linguística 11, Prefácio de Carlos Assunção, Seleção e Edição de Textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman]. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, 2014. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wpcontent/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”. *Revista da Anpoll*. n. 02, pp. 45-70, 1996. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/253>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. 8 ed. São Paulo, Ática, 2017.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e Discurso: a Configuração do Purismo Brasileiro*. São Paulo, Humanitas/FFLHC/USP, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A Hiperlíngua Brasileira na Construção da Norma Linguística Gramatical: um Estudo de Gramáticas do Século XIX”. In: *Estudios Portugueses: Revista de Filología Portuguesa*, vol. 5, pp. 103-112, 2005, Salamanca.
- LUCCHESI, Dante. “História do Contato entre Línguas no Brasil”. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador, EDUFBA, 2009, pp. 41-74.
- \_\_\_\_\_. *Língua e Sociedades Partidas: a Polarização Sociolinguística do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015.
- MUNANGA, Kanbengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PACHECO DA SILVA JÚNIOR, Manuel e LAMEIRA DE ANDRADE. *Grammatica da Lingua Portuguesa para Uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*. Rio de Janeiro, J. G. De Azevedo, 1887.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. “Norma e Condescendência: Ciência e Pureza”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Vol. 2, pp. 49-68, 1999, Belo Horizonte.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos, 2 – 1920/1945 – Fontes para Teoria e a História*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza: 3º Anno*. 3. ed. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887].
- \_\_\_\_\_. *Grammatica Portugueza: Curso Superior*. 22. ed. Inteiramente refundida. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1933, 499p. (contém Notas Finaes).
- RIBEIRO, Júlio César. *Grammatica Portugueza*. São Paulo, Typographia de Jorge Secler, 1881.
- SANTOS, Maria Helena Pessoa. “Algumas Nótulas sobre a Grammatica das Grammaticas da Lingua Portugueza (1850)”. In: *Limite*, n. 6, pp. 139-171, 2012. Disponível em: <https://publicaciones.unex.es/index.php/limite/article/view/1466/1439>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005[1993].
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012[1976].
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

- VIEIRA, Francisco Eduardo. *A Gramática Tradicional: História Crítica*. São Paulo, Parábola, 2018.
- VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A Grammatica Portugueza, de Júlio Ribeiro: um Corte Epistemológico na Gramaticografia Brasileira e a Questão da Língua Portuguesa no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010. (Dissertação de Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa)



## *II. Estudios Meta-Historiográficos*

# 1



## Historiografia Linguística Decolonial

OLGA COELHO<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Grande atenção tem sido dada aos métodos, pressupostos e limites da escrita da história ao longo do processo de estabelecimento da historiografia linguística como uma especialidade, desde os anos 1970. Textos como os de Koerner<sup>2</sup> mostram parte dos esforços feitos com vistas a evitar amadorismos variados encontrados no campo. Assim, na produção dirigida a refinar esse tipo de fazer, procurou-se: a) apresentar a atividade historiográfica como parcial e interpretativa, por isso demandando que as escolhas (inevitáveis) de quem a desenvolve se baseiem em parâmetros aceitáveis para a escrita da história considerada científica; b) pensar a historiografia como *especialidade* da própria linguística, na

1. Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística da USP, [olgafc@usp.br](mailto:olgafc@usp.br).

2. Ver Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, 2014.



medida em que acompanha, mas também instiga e participa da reflexão acerca dos modos de lidar com a linguagem, no passado e no presente; c) tomar o exame criterioso de fontes documentais primárias como núcleo das investigações; d) refrear o partidarismo, o preconceito, o anacronismo – armadilhas bastante comuns e atrativas; e) encontrar formas de tratar das correlações (nomeadas como “contextualização”, “influência” etc.) necessárias à compreensão do conhecimento linguístico como produto sócio-histórico.

A atenção a esses aspectos também se verifica quando a historiografia linguística passa a ser difundida e realizada no Brasil, por volta de 1990. A adesão a essas diretrizes amplas para o trabalho, formuladas principalmente por pesquisadores europeus, em uma de suas vias, conduz à reflexão contínua acerca do próprio campo, e, em outra via, ao desenvolvimento de pesquisas acentuadamente preocupadas com pressupostos e métodos consistentes, como, por exemplo, as desenvolvidas, a partir daquele momento, no Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) da USP, fundado em 1993. Vai se constituindo, como marca desses trabalhos, um interesse particular pelos modos de alcançar as correlações entre o saber linguístico e as conjunturas para o seu desenvolvimento; pela articulação, experimentação e publicização de critérios analíticos e interpretativos, e pela identificação, localização, catalogação, exploração e mesmo criação de variadas fontes para a historiografia no Brasil.

Ao lado das questões envolvidas nesse processo, ainda em andamento, de renovação epistemológica, teórica e metodológica, havia uma questão adicional a ser equacionada no Brasil: a de a historiografia linguística brasileira ter que lidar com um passado *eurocêntrico*, estabele-

lecido e insistentemente reforçado como geral, ao tratar de estudos linguísticos locais. Percebeu-se, precocemente, que os estudos linguísticos locais não necessariamente acompanhavam ou reproduziam dinâmicas que se verificaram na história da linguística europeia ou norte-americana. Estas palavras de Altman ilustram o incômodo diante dessa percepção:

um dos desafios do historiógrafo interessado nas tradições linguísticas latino-americanas é tentar reconstruir e, se possível, explicar, como e por que, no processo de seleção das ideias e práticas linguísticas que efetua, certas tradições de estudo [...] teriam sido subestimadas (para não dizer excluídas, em uma interpretação mais forte) da historiografia linguística canônica, pelo menos até a segunda metade do século XX<sup>3</sup>.

[...] Minha geração, por exemplo, que se introduziu na disciplina Linguística na década de setenta, leu seu passado através de manuais europeus, cuja língua de divulgação era, na sua maioria, o francês. A maioria devidamente traduzida para o português e publicada ao longo dos anos 1960, 1970. Praticamente todos apresentavam a história da Linguística como uma sucessão de ensaios e erros cometidos por estudos anteriores, até o momento de atingirem seu ponto máximo de progresso, que coincidia, não por acaso, com o presente do seu autor. Sem nos darmos conta disso, aceitamos, simplesmente, a interpretação dos autores desses manuais como a totalidade da disciplina: a ‘verdadeira’ ciência da linguagem era estruturalista e começou com Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916. Os demais estudos que se realizavam em nosso contexto imediato, fossem filológicos, gramaticais, normativos, ou históricos, estavam, de antemão, descartados, uma vez que não faziam parte da ‘moderna’ ciência da linguagem. Não que o pioneirismo de Saussure fosse uma interpretação falsa, evidentemente. O que faltou acrescentar a ela, principalmente em

3. Cristina Altman, “A Descrição das Línguas ‘Exóticas’ e a Tarefa de Escrever a História da Linguística”, *Revista da ABRALIN*, s.l.p, vol. 10, n. 3, 2011, p. 209. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1091>. Acessado em: 8 de ago. 2023.

um contexto didático, foi: em que lugar(es) esse fato foi estabelecido dessa maneira? por quem? e por quê? O valor do acontecimento selecionado pelo historiógrafo depende não apenas da seleção em si — quem foi o estudioso que formulou as questões a serem respondidas por uma ciência da linguagem: Saussure (1916)? Bopp (1816)? Chomsky (1957)? — mas também do momento, do lugar e da motivação do historiógrafo que operou essa seleção<sup>4</sup>.

Pela preponderância de uma visão cumulativa de desenvolvimento científico nas histórias da linguística a que a autora se refere e pelo afã de acompanhar fluxos globais de prestígio, diversas articulações do conhecimento linguístico do “contexto imediato” brasileiro — como as filológicas, dialetológicas, gramaticais e, mais ainda, as epilinguísticas — não podiam figurar, no horizonte dos linguistas brasileiros, como componentes do conjunto de forças históricas intervenientes em suas ideias e práticas. Aquelas articulações do conhecimento linguístico, no mais das vezes, eram relegadas aos domínios não-científicos, quando, e se, minimamente examinadas em revisões históricas. A consciência desses processos de desvalorização vai levar à adoção de estratégias específicas de atuação no campo da historiografia linguística no Brasil, tais como: a) seleção de temas de relevância local (língua e raça; nacionalismo e linguagem; colonização, migrações, recepção de modelos, modos de tratamento das línguas do “sul global”); b) exame das estruturas institucionais de ensino e pesquisa locais e de seu impacto sobre os estudos linguísticos no país; c) aproximações com outros contextos não hegemônicos (latino-americanos e asiáticos, principalmente); d)

4. Cristina Altman, “A Ciência, a História da Ciência e o seu Ensino”, *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Especial 30 anos, jun., 2021, p. 241. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/506/290>. Acessado em: 8 de ago. 2023.

visibilização da chamada linguística “missionária” ou “colonial”, da gramaticografia, da filologia, da dialetologia, da etnolinguística e de produções epilinguísticas como saberes linguísticos legítimos, legados por aquele passado mais imediato, atravessado, tal como o “presente”, por referências e influências híbridas e complexas; e) destaque para a ideia de que há múltiplas histórias envolvendo o desenvolvimento dos estudos linguísticos, além daquelas mais difundidas a partir do norte global.

É possível avaliar, então, que se buscou, por um lado, uma inserção na historiografia redimensionada, nos anos 1970, a partir da Europa, como uma especialidade atenta a princípios considerados científicos e, por outro lado, a inserção das histórias locais (e/ou a elas correlacionáveis) no “mapa” historiográfico dos conhecimentos linguísticos relevantes<sup>5</sup>. Essa estratégia de dupla legitimação foi adotada em uma série de trabalhos. A observação de alguns títulos de investigações desenvolvidas no Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) da USP, desde os anos 90 até o presente, talvez possa ilustrar esse fato:

5. Outra estratégia, que não poderá ser contemplada neste texto por falta de um exame de documentação que a fundamente, foi a de participar dos debates acerca daquele outro passado, o do norte, tentando firmar a relevância de análises e interpretações produzidas por essa historiografia dos objetos consagrados na história da linguística considerada geral, como a linguística histórico-comparativa ou saussuriana, por exemplo. Esse também é um ponto importante de audácia epistêmica, na medida em que atinge uma espécie de redoma temática, que protege e reserva certos objetos para historiógrafos “de prestígio” (i. e, os que circulam nos mesmos ambientes de produção da linguística “de prestígio”).

Quadro 1. Pesquisas desenvolvidas no CEDOCH que tangenciam temas de interesse para a Historiografia Linguística Decolonial

- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, 2004.
- ALTMAN, Cristina et al. *Documenta, Grammaticae et Historiae*. 2006-2009.
- BORGES, Patrícia de Souza. *Línguas Africanas e Português Brasileiro*, 2015.
- COELHO, Olga. *A Anguzada Lexicográfica Luso-Bundo-Americana: Língua e Identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Serafim da Silva Neto (1917-1970) e a Filologia Brasileira*, 1998.
- CHRISTINO, Beatriz Protti. *Português de Gente Branca*, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Rede de Capistrano Ed Abreu (1853-1927): Uma Análise Historiográfica do Rã-txa-hu-ni-ku~i em Face da Sul-Americanística dos Anos 1890-1929*, 2007.
- CRUZ, Aline da. *O Resgate da Língua Geral: Modos de Representação das Unidades Linguísticas da Língua Geral Brasileira e do Tupi Austral Na Obra de Martius (1794-1868)*, 2005.
- DANNA, Stela. *A Língua Espanhola no Brasil: História de sua Presença em Estudos Linguísticos Produzidos Entre 1919 e 1961*, 2019.
- FRANÇA, Angela. *Texto de Contexto nos Escritos Linguísticos de Mattoso Câmara (1938- 1954)*, 1998.
- GIMENES, Luciana. *As Formas de Saber Sobre as Línguas do Brasil no Século XVI*, 1999.
- MATSUBARA-MORALES, Leiko. *100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil: o Japonês como Língua Estrangeira*, 2009.
- NAKAEMA, Olivia Yumi. *O Tratamento da (Im)Polidez em Gramáticas da Língua Japonesa Escritas por Estrangeiros, do Século XVI ao XIX*, 2022.
- OLIVEIRA, Karina. *História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000)*, 2022.
- POLACHINI, Bruna. *Uma História Serial e Conceitual da Gramática Brasileiras Oitocentista de Língua Portuguesa*, 2018.
- RAGI, Roberta. *Dominicanos e Jesuítas na Emergência da Tradição Gramatical Quéchua, Século XVI*, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Quatro Séculos de Gramaticografia Quéchua: Emergência e Desenvolvimento da Categoria de Caso Nominal em Perspectiva Historiográfica*, 2014.
- SILVA, Wellington dos Santos. *A Linguística Histórica no Brasil (1950-1990)*,

2016.

STUTZ, Erani. *O Projeto Holandês no Brasil Seiscentista: Para Uma Historiografia da Linguística Brasileira*, 2003.

SUGIYAMA, Ênio. *O Ensino da Linguística no Brasil (1960-2010): Efeitos do Processo de Institucionalização da Disciplina na Configuração Curricular dos Cursos de Letras e Linguística*, 2020.

TANAKA, Rodrigo. *Conservação e Mudança na Descrição das Partes do Discurso da Língua Japonesa por Portugueses, Espanhóis e Franceses (1543-1858)*, 2022.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e as novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)*, 2020.

Fonte: Coelho, elaboração própria para este texto.

Trata-se de uma lista arbitrária de pesquisas de mais longa duração, concentrada no CEDOCH, neste contexto de autocrítica. A ela poderiam ser acrescentados vários outros títulos de trabalhos de grau, livros, artigos, explícitos em relação ao ponto aqui ressaltado, qual seja, o tratamento de temas caros à produção linguística desenvolvida em sociedades marcadas pela “colonialidade”<sup>6</sup>, como os seguintes:

- a. colonização, escravização, migração, nacionalismo, racismo, classismo, xenofobia e suas relações com as línguas e a linguagem; recepção de modelos, modos de tratamento das línguas e da lin-

6. Para alguma familiarização com a perspectiva decolonial, pode-se consultar, dentre inúmeras outras referências, José Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*, 2. ed., 3. reimpressão, Belo Horizonte, Autêntica, 2020, Walter D. Mignolo, *Desobediência Epistémica. Retórica de la Modernidade, Logica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*, Buenos Aires, Del Signo, 2010 e Walter D. Mignolo, “A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial”, *Revista Lusófona de Educação*, n. 48, pp. 187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 28 maio de 2022.

guagem (Altman *et al.*<sup>7</sup>; Tashiro-Perez<sup>8</sup>; Christino<sup>9</sup>; Coelho<sup>10</sup>; Matsubara-Morales<sup>11</sup>; Nakaema<sup>12</sup>; Tanaka<sup>13</sup>);

b. estruturas institucionais, política e suas relações com o desenvolvimento dos estudos da linguagem no Brasil e/ou em outras espacialidades marcadas pela “colonialidade” (Altman<sup>14</sup>; Christino<sup>15</sup>; Coe-

7. Cristina Altman *et al.*, *Documenta, Grammaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica*, São Paulo, CEDOCH-DL/USP, 2006-2009. (Edital MCT/CNPQ 02/2006-Universal – Processo 4775-49/2006-3). Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/documenta>. Acessado em: 8 de ago. 2023.

8. Eliza Tashiro-Perez, *Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Linguística*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

9. Beatriz Protti Christino, *Português de Gente Branca: Certas Relações entre Língua e Raça na Década de 20*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

10. Olga Coelho, *A Anguzada Lexicográfica Luso-Bundo-Americana: Língua e Identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

11. Leiko Matsubara-Morales, *100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil: o Japonês como Língua Estrangeira*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. (Tese de Doutorado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

12. Olivia Yumi Nakaema, *O Tratamento da (im)Polidez em Gramáticas da Língua Japonesa Escritas por Estrangeiros, do Século XVI ao XIX*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

13. Rodrigo Tanaka, *Conservação e Mudança na Descrição das Partes do Discurso da Língua Japonesa por portugueses, Espanhóis e Franceses (1543-1858)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

14. Cristina Altman, *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, 2. ed., São Paulo, Humanitas, 2004.

15. Beatriz Protti Christino, *A Rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma Análise Historiográfica do Rã-txa-bu-ni-ku-i em Face da Sul-Americanística dos Anos 1890-1929*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

lho<sup>16</sup>; Cruz<sup>17</sup>; Danna<sup>18</sup>; França<sup>19</sup>; Matsubara-Morales<sup>20</sup>; Nakaema<sup>21</sup>;  
Oliveira<sup>22</sup>; Silva<sup>23</sup>; Sugiyama<sup>24</sup>; Vidal Neto<sup>25</sup>);

16. Olga Coelho, *Serafim da Silva Neto (1917-1970) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); Olga Coelho, *A Anguzada Lexicográfica Luso-Bundo-Americana: Língua e Identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*.

17. Aline da Cruz, *O Resgate da Língua Geral: Modos de Representação das Unidades Linguísticas da Língua Geral Brasileira e do Tupi Austral na Obra de Martius (1794-1868)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. (Dissertação de Mestrado em Linguística - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

18. Stela Danna, *A Língua Espanhola no Brasil: História de sua Presença em Estudos Linguísticos Produzidos entre 1919 e 1961*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

19. Angela França, *Texto de Contexto nos Escritos Lingüísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

20. Leiko Matsubara-Morales, *100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil: o Japonês como Língua Estrangeira*.

21. Olivia Yumi Nakaema, *O Tratamento da (im)Polidez em Gramáticas da Língua Japonesa Escritas por Estrangeiros, do Século XVI ao XIX*, São Paulo.

22. Karina Oliveira, *História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000): Aspectos do Conhecimento em Circulação em Teses e Dissertações*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

23. Wellington dos Santos Silva, *A Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): Estudo Historiográfico das Continuidades e Descontinuidades no Tratamento da Variação e da Mudança Linguística no PB*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

24. Ênio Sugiyama, *O Ensino da Linguística no Brasil (1960-2010): Efeitos do Processo de Institucionalização da Disciplina na Configuração Curricular dos Cursos de Letras e Linguística*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

25. José Bento Cardoso Vidal Neto, *A Formação do Pensamento Linguístico Brasileiro: entre a Gramática e as Novas Possibilidades de Tratamento da Língua (1900-1940)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).



- c. linguística missionária ou colonial (Altman *et al.*<sup>26</sup>; Gimenes<sup>27</sup>; Nakaema<sup>28</sup>; Ragi<sup>29</sup>; Stutz<sup>30</sup>; Tashiro<sup>31</sup>; Tanaka<sup>32</sup>).
- d. estudos desenvolvidos anteriormente à emergência da chamada linguística moderna: gramaticografia (Polachini<sup>33</sup>; Danna<sup>34</sup>;

26. Cristina Altman *et al.*, *Documenta, Grammaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica*,

27. Luciana Gimenes, *As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI: Uma Contribuição para Historiografia Linguística do Brasil Colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.)

28. Olivia Yumi Nakaema, *O Tratamento da (im)Polidez em Gramáticas da Língua Japonesa Escritas por Estrangeiros*.

29. Roberta Ragi, *Dominicanos e Jesuítas na Emergência da Tradição Gramatical Quéchuá, Século XVI*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. (Dissertação de Mestrado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

Roberta Ragi, *Quatro Séculos de Gramaticografia Quéchuá: Emergência e Desenvolvimento da Categoria de Caso Nominal em Perspectiva Historiográfica*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

30. Erani Stutz, *O Projeto Holandês no Brasil Seiscentista: para uma Historiografia da Linguística Brasileira*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

31. Eliza Tashiro-Perez, *Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Linguística*.

32. Rodrigo Tanaka, *Conservação e Mudança na Descrição das Partes do Discurso da Língua Japonesa por portugueses, Espanhóis e Franceses (1543-1858)*.

33. Bruna Soares Polachini, *O Tratamento da Sintaxe em Gramáticas Brasileiras do Século XIX: Estudo Historiográfico*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: 2013\_BrunaSoaresPolachini\_VCorr.pdf (usp.br). Acesso em: 23 de mai. de 2024.

34. Stela Danna, *A Língua Espanhola no Brasil: História de sua Presença em Estudos Linguísticos Produzidos entre 1919 e 1961*.

Vidal Neto<sup>35</sup>), filologia (Altman<sup>36</sup>; Coelho<sup>37</sup>; França<sup>38</sup>; Borges<sup>39</sup>; Christino<sup>40</sup>; Vidal Neto<sup>41</sup>), dialetologia (Altman<sup>42</sup>; Borges<sup>43</sup>; Vidal Neto<sup>44</sup>; Coelho<sup>45</sup>; Silva<sup>46</sup>).

Apesar de sua força, parece que as estratégias adotadas concorrem com um senso geral de entrosamento entre as comunidades centrais e periféricas de estudiosos da linguagem de cada época, o qual induz a historiografia a pensar nos saberes locais como, necessariamente, derivados de fluxos científicos globais. Sublinham-se, assim, as aproxima-

35. José Bento Cardoso Vidal Neto, *A Formação do Pensamento Linguístico Brasileiro: entre a Gramática e as Novas Possibilidades de Tratamento da Língua* (1900-1940).

36. Cristina Altman, *A Pesquisa Linguística no Brasil* (1968-1988).

37. Olga Coelho, *Serafim da Silva Neto (1917-1970) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*.

38. Angela França, *Texto de Contexto nos Escritos Lingüísticos de Mattoso Câmara* (1938-1954).

39. Patrícia de Souza Borges, *Línguas Africanas e Português Brasileiro: Análise Historiográfica de Fontes e Métodos de Estudos no Brasil (Séc. XIX-XX)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

40. Beatriz Protti Christino, *Português de Gente Branca: Certas Relações entre Língua e Raça na Década de 20*; Beatriz Protti Christino, *A Rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma Análise Historiográfica do Rã-txa-hu-ni-ku~i em Face da Sul-Americanística dos Anos 1890-1929*.

41. José Bento Cardoso Vidal Neto, *A Formação do Pensamento Linguístico Brasileiro: entre a Gramática e as Novas Possibilidades de Tratamento da Língua* (1900-1940).

42. Cristina Altman, *A Pesquisa Linguística no Brasil* (1968-1988).

43. Patrícia de Souza Borges, *Línguas Africanas e Português Brasileiro: Análise Historiográfica de Fontes e Métodos de Estudos no Brasil (Séc. XIX-XX)*.

44. José Bento Cardoso Vidal Neto, *A Formação do Pensamento Linguístico Brasileiro: entre a Gramática e as Novas Possibilidades de Tratamento da Língua* (1900-1940), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

45. Olga Coelho, *Serafim da Silva Neto (1917-1970) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*.

46. Wellington dos Santos Silva, *A Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): Estudo Historiográfico das Continuidades e Descontinuidades no Tratamento da Variação e da Mudança Linguística no PB*.

ções, maiores ou menores, com contextos europeus e americanos. Esse senso geral de unidade, além disso, projeta certas expectativas quanto ao que sejam conhecimento linguístico e contexto “relevantes”. Como ilustração, observe-se que uma quantidade não desprezível de trabalhos enfatiza o espaço das faculdades de Letras, surgidas, como sabemos, apenas no século xx, como o espaço de realização de estudos linguísticos mais robustos em comparação aos que se produziram em aparelhos institucionais anteriores, como colégios, institutos histórico-geográficos, ordens religiosas, para citar alguns. Ademais, é preciso dizer que ambos, conhecimento e contexto, não poucas vezes são desenhados pela historiografia brasileira a partir de traços constitutivos nítidos, espécies de variáveis discretas, por hipótese, apreensíveis com o emprego de parâmetros igualmente límpidos, precisos, encaixados em chaves opositivas binárias. Assim é, por exemplo, com aspectos tomados como inerentes ao conhecimento linguístico (“internos”) e aos contextos (“externos”), com propostas que tipologizam e hierarquizam práticas de tratamento linguístico, gêneros de textos e tipos de fontes (segundo critérios de complexidade, função, relevância, perfis de formação dos autores); com definições de etapas ideais dos processos analíticos em historiografia; com a oposição categórica de elementos aparentemente escalonáveis, como “escolha de retórica”, por exemplo; com a caracterização atomística de elementos constitutivos de conjunturas, como certos dados acerca de “climas de opinião intelectual” ou “biografias”. Estas últimas, aliás, são um ponto entendido como essencial para esta autocrítica: vê-se que a historiografia linguística tem adotado formas protocolares de consideração dos sujeitos em anotações biográficas e conjunturais que tentam capturar seus perfis intelectuais. Essa atitude

dilui parte da dimensão corporal e geopolítica dos sujeitos, porque ela interdita – algumas vezes sob pretextos de objetividade ou controle dos métodos – a exploração aprofundada de categorias como gênero, etnia/raça, lugar social/geográfico, orientação política, religiosa, entre outras que talvez possam abrir possibilidades interpretativas da história da linguística ainda não experimentadas.

Se for mesmo assim, o ponto mais alto de qualificação da historiografia linguística brasileira como prática científica, o seu rigor teórico-metodológico, parece ser o primeiro nicho a se explorar criticamente em uma investida radicalmente voltada para o sul global e radicalmente ancorada em valores decoloniais. Essa historiografia não tomaria a linguística brasileira, de saída, em seus movimentos de continuidade, reordenação ou contraposição a uma linguística do norte (movimentos talvez inescapáveis a alguns aspectos de uma história certamente marcada por “recepções”). Ela a toma como *objeto* que demanda mediações e trânsitos analíticos, preferencialmente feitos a partir dele mesmo e que permitam ressaltar suas tensões como produtos da “modernidade/colonialidade”. Assim, simultaneamente, em movimento elíptico sem centro/entorno aprioristicamente fixados.

Para essa outra historiografia, aqui, provisoriamente denominada decolonial, seriam vislumbrados alvos como: a) uma ampliação e diversificação do conjunto de objetos de interesse; b) uma tentativa de capturar a movimentação histórica em fluxos geocronológicos a serem estabelecidos (*ad hoc*); c) uma busca de maiores conexões entre histórias dos estudos linguísticos e outras dimensões da história subequatorial (econômicas, sociais, políticas, culturais); d) a consideração das pessoas envolvidas com a elaboração e a comunicação do conhecimento lingüís-

tico e com a criação de aparelhos e políticas institucionais como *corporificadas, interessadas e situadas* em específicas posições geopolíticas<sup>47</sup>.

## UMA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DECOLONIAL

Nos mais variados objetos históricos examinados no Brasil, têm sido encontradas, pelos mais diferentes estudos, marcas de processos como a colonização, o tráfico e a escravização, o autoritarismo, o racismo, a xenofobia, o etarismo, o classismo, o machismo e outras violências estruturantes da nossa sociedade. As formas de representação e de codificação das línguas ao longo do tempo não podem ter escapado ilesas da força dessas injunções. Entretanto, esses saberes linguísticos têm sido apresentados, majoritariamente, apenas como parte de uma história intelectual marcada pela cosmovisão ocidental, eurocêntrica. Os estudos os encaixam em capítulos bem definidos e esperados dessa grande história: linguística colonial, racionalista, histórica, estruturalista, gerativista etc. no Brasil – “casos”, às vezes mais, às vezes menos, peculiares ou exóticos da mesma história geral. Além disso, esse conhecimento aparece relacionado a agentes idealizados como “os linguistas brasileiros” (homens pretensamente cis, sem cor, sem posição social ou política, majoritariamente em circulação no Rio de Janeiro ou em São Paulo e vinculados às instituições mais tradicionais desses lugares). Tudo isso ainda envernizado pela noção de “relevância” (prestígio, impacto/representatividade, visibilidade, sucesso). Parece haver, assim,

47. Ver José Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*.

uma reprodução local de dinâmicas do cientificismo global, que torna certos sujeitos e certos conhecimentos menos interessantes e visíveis<sup>48</sup>.

A reflexão sobre formas de possível enfrentamento desses traços mais explícitos da “colonialidade” em historiografia linguística tem levado a atitudes como a desproblematização da “recepção”, do “ecletismo”, do “atraso”; a visibilização de “casos” por critérios como excepcionalidade, insucesso; a crítica fundamentada a modelos e conceitos operatórios em historiografia (como os exemplificados acima). Neste momento, ela tem levado a questionamentos como os seguintes:

- *É possível implantar fluidez/escalonamento/rearticulação/eliminação de oposições categóricas que, bem empregadas, permitiram atenuar o amadorismo, o improviso, a arbitrariedade no trabalho historiográfico (ex.: interno/externo; programas de investigação; saberes epilinguísticos/metalinguísticos; teórico/descritivo/aplicado, camadas do conhecimento)?*
- *É possível distinguir (e acolher), no campo de estudos, fazeres historiográficos mais controlados pelas ferramentas já tradicionais na área – que têm garantido informações/descrições/interpretações necessárias à compreensão “do que houve e por que houve” – e fazeres historiográficos de feição decolonial, que permitam avaliar esses saberes em sua dimensão política, estando ambos os fazeres em constante intercâmbio, num organograma dinâmico e heterogêneo de atividades historiográ-*

48. Para uma discussão mais aprofundada de aparentes implicações dessas escolhas, ver Olga Coelho, Eduardo Ferreira dos Santos, “Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 64, n. 00, p. e022020, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668269>. Acessado em 8 de ago. 2023.

*ficas?*

- *É possível promover inter- e transdisciplinaridade reais, como formas de desestabilização (desejável) dos quadros de trabalho já estabelecidos em historiografia e de (re-)inserção da linguística no âmbito das atividades intelectuais percebidas como centrais nas ciências humanas?*

Em Coelho e Santos<sup>49</sup>, anuncia-se o desejo de desenvolver pesquisas em historiografia linguística que experimentem respostas positivas a essas questões. Os autores examinam esses pontos e propõem dois exercícios analíticos envolvendo a linguística brasileira e a angolana. Priorizando a terminologia de descrição linguística (a qual tem se mostrado apropriada à percepção de movimentos cognitivos e sócio-históricos registrados na produção linguística), entendem que o exame coordenado de formas de descrição linguística que se deram e se dão em contextos históricos periféricos semelhantes é central para o desenvolvimento da perspectiva historiográfica almejada. Ao mesmo tempo, os autores ensaiam articulações com outros pesquisadores e pesquisadoras do sul global. Assim, em 2023, Coelho, junto das professoras Perpétua Gonçalves e Inês Machungo, da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, e da professora Esmeralda Negrão, da Universidade de São Paulo, organizou a instalação no Brasil da exposição *O Português de Moçambique no Caleidoscópio*, que, ao longo de três meses, mostrou especificidades da língua, aspectos da sua relação de mútuas trocas com as línguas bantas do país e interpretações moçambicanas de processos de mudança e de variação linguística resultantes desse intenso e dura-

49. *Idem.*

douro contato entre línguas e pessoas. Santos, por sua vez, tem procurado fortalecer suas vivências de pesquisa em Angola, por um lado, como participante do *Projeto Libolo*, coordenado por Carlos Figueiredo (Universidade de Macau) e Márcia de Oliveira (USP) e, por outro lado, como historiógrafo interessado nos estudos linguísticos daquele país e, neste momento, na produção de Amélia Mingas<sup>50</sup>.

Os autores têm buscado participar de processos de formação, em historiografia linguística, de pesquisadores com lugar de fala nos temas decoloniais (parte fundamental da mudança de perspectiva que propõem) e procurado, em suas pesquisas e em seus escritos, privilegiar trabalhos com a linguagem elaborados, ao longo da história, por pessoas com corpos e posições geopolíticas desprestigiados pela historiografia canônica. Esse movimento os tem levado a investir em abordagens inter- e transdisciplinares, neste momento, como já apontado neste texto, concentradas no exame de aspectos conceituais, históricos, políticos, éticos, ideológicos presentes em um certo vocabulário descritivo que reúne e manipula termos carregados de tensões históricas, como “língua”, “variedade”, “dialeto”, “crioulo”, “gíria”, “língua geral”, “português do Brasil”, “português brasileiro”, “português popular”, “pretuguês”. Esses termos interessam como construtos metalinguísticos (veja-se, por exemplo, sua variabilidade referencial ao longo da história), e também como modos de expressão condensada de valores históricos, ideológicos e políticos. A relativa saliência desses valores nesse tipo de unidade linguística tem sido importante para fomentar a discus-

50. Ver Eduardo Ferreira dos Santos, “A Contribuição de Amélia Mingas para uma História Linguística Angolana: Contextualizações Iniciais”. *Revista da ABRALIN*, vol. 20, n. 3, pp. 574-585, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356839848>. Acesso em: 10 de ago. 2023.



são ampliada com educadores, historiadores, antropólogos, geógrafos, psicólogos e outros cidadãos.

## CONCLUSÃO

É notável que uma perspectiva decolonial para a historiografia linguística brasileira não é uma plena novidade. A atitude decolonial está presente, desde o começo da pesquisa feita no país com esse tipo de orientação, manifestando-se, principalmente, na opção por temáticas e fontes que pontuam as especificidades e o valor dos estudos linguísticos locais. No entanto, mesmo nesse nível dos temas e das fontes, parece haver elementos que podem sair da latência, como os que envolvem gênero, raça, classes socioeconômicas, orientações políticas, em interseccionalidade.

A consciência metodológica defendida para a historiografia, em vez de um nó, atado por concepções que hierarquizam, excluem, apagam conhecimentos, pessoas e espaços, pode metamorfosear-se em opções por modos de trabalho que privilegiem as dimensões político-ideológicas do saber, seja em processos de ressignificação e revitalização do que já se dispõe como ferramentas analíticas, seja em investimentos concentrados em arcabouços menos marcados pela ideia de uniformidade universal das formas “científicas” de conhecer.

As tentativas feitas até este momento, como a análise terminológica registrada em Coelho e Santos<sup>51</sup>, são incipientes, assinalando mais

51. Olga Coelho, Eduardo Ferreira dos Santos, “Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 64, n. 00, p. e022020, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668269>. Aces-

um desejo do que um projeto bem articulado. No entanto, no longo prazo, novas gerações, mais entranhadas na perspectiva, podem alcançar níveis mais elevados de ruptura com as múltiplas manifestações (materiais e simbólicas) da “colonialidade”. Ao mesmo tempo, as cooperações com pesquisadores e estudantes africanos ensejam a possibilidade de revisitar histórias (re)conhecidas da linguística brasileira e africana, um elo sempre insuficientemente explorado, observando suas possíveis convergências e divergências, sob a chave da reflexão decolonial aqui esboçada. O mesmo se pensa dos intercâmbios com pessoas que atuam em outras áreas, na academia e fora dela. Tais intercâmbios reforçam o lugar de conhecimento específico e, por isso mesmo, sempre incrementável das historiografias. Atividades de pesquisa, ensino, intercâmbios, orientações, extensão universitária, são, desse modo, eixos igualmente importantes para o processo em curso. Seguimos!

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. “A Ciência, a História da Ciência e o seu Ensino”. *Confluência*. Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Especial 30 anos, pp. 233-257, jun., 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/506/290>. Acessado em: 8 de ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. “A Descrição das Línguas ‘Exóticas’ e a Tarefa de Escrever a História da Linguística”. *Revista da ABRALIN*. s.l.p. vol. 10, n. 3, 2011. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1091>. Acessado em: 8 de ago. 2023. em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1091>.
- \_\_\_\_\_. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. 2. ed. São Paulo, Humanitas, 2004.
- ALTMAN, Cristina *et al.* *Documenta, Grammaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica*. São Paulo, CEDOCH-DL/USP, 2006-2009. (Edital MCT/CNPQ 02/2006-Universal – Processo 4775-49/2006-3). Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/documenta>. Acessado em: 8 de ago. 2023.
- BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed., 3. Reimpressão. Belo Horizonte, Autêntica,

sado em 8 de ago. 2023.

2020.

- BORGES, Patrícia de Souza. *Línguas Africanas e Português Brasileiro: Análise Historiográfica de Fontes e Métodos de Estudos no Brasil (séc. XIX-XX)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA DA USP. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/inicio>.
- COELHO, Olga. *Serafim da Silva Neto (1917-1970) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- \_\_\_\_\_. *A Anguzada Lexicográfica Luso-Bundo-Americana: Língua e Identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- COELHO, Olga; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. “Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 64, n. 00, p. e022020, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668269>. Acesso em: 08 de ago. 2023.
- CHRISTINO, Beatriz Protti. *Português de Gente Branca: Certas Relações entre Língua e Raça na Década de 20*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- \_\_\_\_\_. *A Rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma Análise Historiográfica do Rã-txa-hu-ni-ku~i em Face da Sul-Americanística dos Anos 1890-1929*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- CRUZ, Aline da. *O Resgate da Língua Geral: Modos de Representação das Unidades Linguísticas da Língua Geral Brasileira e do Tupi Austral na Obra de Martius (1794-1868)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. (Dissertação de Mestrado em Linguística - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- DANNA, Stela Maris. *Metalinguagem e ‘Escolha de Retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): Faces dos Estudos Gramaticais na América do Sul*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014. (Dissertação de Mestrado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- \_\_\_\_\_. *A Língua Espanhola no Brasil: História de sua Presença em Estudos Linguísticos Produzidos entre 1919 e 1961*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- FIGUEIREDO, Carlos; OLIVEIRA, Márcia de. *Projeto Libolo*. Disponível em: [kakulo.com](http://kakulo.com). Acesso em: 10 ago. de 2023.
- FRANÇA, Angela. *Texto de Contexto nos Escritos Linguísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- GIMENES, Luciana. *As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI: Uma Contribuição para Historiografia Linguística do Brasil Colonial*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- GONÇALVES, Perpétua; MACHUNGO, Inês; COELHO, Olga e; NEGRÃO, Esmeralda. *O Português de Moçambique no Caleidoscópio*. Exposição interativa. São Paulo, Centro Universitário Maria Antônia/PROCEU da USP, jun.-set., 2023. Site: <https://prceu.usp.br/noticia/>

- exposicao-portugues-de-mocambique/.
- KOERNER, Konrad. *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Coleção Linguística 11, Prefácio de Carlos Assunção, Seleção e Edição de Textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, 2014.
- MACENA, Fernando. *Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (sécs; XVI-XIX): Historiografia da Descrição dos Sistemas de Posse*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- MATSUBARA-MORALES, Leiko. 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil: o Japonês como Língua Estrangeira. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. (Tese de Doutorado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- MIGNOLO, Walter. “A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial”. *Revista Lusófona de Educação*, n. 48, pp. 187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ululsofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 28 maio de 2022.
- \_\_\_\_\_. *Desobediência Epistémica. Retórica de la Modernidade, Logica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo, 2010.
- NAKAEMA, Olivia Yumi. *O tratamEnto da (im)Polidez em Gramáticas da Língua Japonesa Escritas por Estrangeiros, do Século XVI ao XIX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- OLIVEIRA, Karina. *História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000): Aspectos do Conhecimento em Circulação em Teses e Dissertações*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- POLACHINI, Bruna Soares. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: 2013\_BrunaSoaresPolachini\_VCorr.pdf (usp.br). Acesso em: 23 de mai. de 2024.
- POLACHINI, Bruna. *Uma História Serial e Conceitual da Gramática Brasileiras Oitocentista de Língua Portuguesa*. 2018. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- RAGI, Roberta. *Dominicanos e Jesuítas na Emergência da Tradição Gramatical Quéchuá, Século XVI*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. (Dissertação de Mestrado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- \_\_\_\_\_. *Quatro Séculos de Gramaticografia Quéchuá: Emergência e Desenvolvimento da Categoria de Caso Nominal em Perspectiva Historiográfica*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- SANTOS, Eduardo Ferreira dos. “A Contribuição de Amélia Mingas para uma História Linguística Angolana: Contextualizações Iniciais”. *Revista da ABRALIN*, vol. 20, n. 3, pp. 574-585, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356839848>. Acesso em: 10 de ago. 2023.
- SILVA, Wellington dos Santos. *A Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): Estudo Historiográfico das Continuidades e Descontinuidades no Tratamento da Variação e da Mudança Linguística no PB*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. (Dissertação de Mestrado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- STUTZ, Erani. *O Projeto Holandês no Brasil Seiscentista: para uma Historiografia da Lin-*

- guística Brasileira*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- SUGIYAMA, Ênio. *O Ensino da Linguística no Brasil (1960-2010): Efeitos do Processo de Institucionalização da Disciplina na Configuração Curricular dos Cursos de Letras e Linguística*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- TANAKA, Rodrigo. *Conservação e Mudança na Descrição das Partes do Discurso da Língua Japonesa por portugueses, Espanhóis e Franceses (1543-1858)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- TASHIRO-PEREZ, Eliza. *Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Linguística*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em Linguística Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)
- VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A Formação do Pensamento Linguístico Brasileiro: entre a Gramática e as Novas Possibilidades de Tratamento da Língua (1900-1940)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020. (Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)



## 2



# Dimensões da Pesquisa em Historiografia Linguística

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este texto é de natureza meta-historiográfica e, portanto, coloca em escrutínio a prática historiográfica. Seu objetivo é apresentar elementos teóricos presentes na elaboração de interpretações da trajetória histórica do conhecimento sobre a linguagem (ou conhecimento linguístico)<sup>2</sup>.

1. Universidade Presbiteriana Mackenzie, CNPQ, e-mail: ronaldo.obatista@gmail.com.

2. Neste texto, as expressões conhecimento sobre a linguagem e conhecimento linguístico referem-se a todo tipo de conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas. O termo linguística em historiografia (da) linguística e história da linguística é considerado em sentido amplo; ele abrange estudos de diferentes naturezas que não podem ser classificados rigorosamente como parte de uma ‘ciência’ da linguagem como a estabelecida a partir do século XIX. Além das teorias e práticas científicas em linguística como contemporaneamente entendemos, integram-se ao campo dessa ‘linguística’ estudos gramaticais, lexicográficos, filosóficos, filológicos, sociológicos, entre outros possíveis sem discriminações temporais restritivas. Ver também Pierre Swiggers, “Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas, Problemas”, em Ronaldo de Oliveira Batista (org.), *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, p. 48: “A expressão ‘estudo sobre a linguagem’ não deve ser tomada em um sentido estritamente ‘disciplinar’, ou seja, com referência limitada a uma disciplina ‘científica’ estabelecida; refere-se, na ver-

Modos de construção de narrativas historiográficas estão circunscritos às distintas orientações metodológicas propostas no campo da Historiografia Linguística desde a década de 1970. Sigo autores como Konrad Koerner (1939-2022), em especial seu livro de 1978, Dell Hymes (1927-2009), em seu texto de 1974, Pierre Swiggers, em seu texto de 2009, Brigitte Schlieben-Lange em capítulos de seu livro publicado em 1993.

Refletir sobre sua prática de elaboração narrativa é tarefa a ser executada pelos historiógrafos. Formas de interpretar fatos históricos sempre estiveram sujeitas a demandas de uma época. Nesse sentido, é o presente que reconstrói um passado por meio do ponto de vista daqueles que analisam fontes e dados que permitem interpretar períodos e fatos da história da linguística.

De uma história positivista do século XIX, passamos para uma história de problemas nas primeiras décadas do século XX. Esse último modelo de reconstrução historiográfica ainda é o que influencia o trabalho de muitos historiadores e, por consequência, também o dos historiógrafos da linguística. Pensar e repensar seus modelos interpretativos contribui para que os historiógrafos estejam atentos a sua própria prática de pesquisa.

Assim, três questionamentos orientam o desenvolvimento deste texto:

- Como abordar a história da produção, circulação e recepção de formas de conhecimento sobre a linguagem? Coloca-se em foco a *dimensão cognitiva do conhecimento linguístico*;
- Qual a influência dos contextos educacional, intelectual, ins-

dade, a uma investigação sobre a linguagem, resultando na produção de ‘conhecimento linguístico’”.



titucional, político, cultural e suas demandas na produção, circulação e recepção de formas de conhecimento sobre a linguagem? Coloca-se em foco, desta vez, a *dimensão social do conhecimento linguístico*;

- De que modo as duas dimensões anteriores se inserem em temporalidades históricas? Coloca-se em foco, por fim, a *dimensão temporal do conhecimento linguístico*.

Tendo em vista essas indagações, a elaboração de uma narrativa historiográfica considera, de modo circular aos questionamentos, três pontos de vista que precisam ser articulados pelos historiógrafos:

- o *ponto de vista teórico*, levando em conta a dinâmica intelectual (cognitiva) de fatos da história da linguística (aqueles selecionados pela perspectiva de um determinado(a) historiógrafo(a)). Essa dimensão visa à reconstrução de uma história interna dos estudos sobre a linguagem, no sentido de procurar descrever e analisar percursos teóricos e práticas metodológicas presentes em posições teóricas ou outras formas de conhecimento;
- o *ponto de vista social*, presente na análise de contextos educacional, intelectual, institucional, político, cultural e suas demandas que possibilitam a formação e a atuação de pesquisadores<sup>3</sup>. Essa história externa dialoga com a visão de que o conhecimento intelectual faz parte de uma dinâmica de rela-

3. A palavra pesquisadores neste texto denota um conjunto muito amplo de agentes da produção e da recepção do conhecimento linguístico; não deve, portanto, ser equiparada exclusivamente a uma noção de pesquisador científico como entendemos contemporaneamente. Esses agentes são, em última instância, intelectuais dos mais diversos tipos.

ções sociais de natureza pública;

- o *ponto de vista histórico*, estabelecido pela periodização pertinente ao objeto de análise e pelas formas de compreensão da dinâmica histórica. Essa dimensão pode possibilitar aos historiógrafos postularem, por exemplo, uma linha de continuidade ou descontinuidade no tratamento de determinado problema definido como foco de observação.

A delimitação desses pontos de vista permite que os historiógrafos se preparem para observar processos históricos que dizem respeito às dimensões cognitiva, social e temporal. Essas dimensões isoladas, a rigor, ainda não constituem *idealmente* a forma de um registro historiográfico interpretativo.

A interpretação passa a estar presente quando os historiógrafos da linguística identificam articulações entre as dimensões social e cognitiva em diálogo com movimentos na corrente histórica<sup>4</sup>. Com isso, se quer entender que uma atividade interpretativa paira acima de dados provenientes dos documentos históricos e da temporalidade a eles associada. Isso porque a atitude interpretativa hierarquiza e ordena dados para, a partir deles, estabelecer correlações explicativas em torno de uma problematização estabelecida no eixo do ponto de vista adotado por um(a) historiógrafo(a).

Como opção para a pesquisa historiográfica, a palavra-chave pode ser transformação e sua análise. Uma pesquisa pode observar,

4. A história mesma somente acontece então quando uma transição pode ser observada entre dois acontecimentos ou situações. É o momento, pois, de abordar os processos que podem ocorrer entre situações da linguística” (Brigitte Schlieben-lange, *História do Falar e História da Linguística*, trad. Fernando Tarallo et al. de originais em diferentes línguas e datas, Campinas, Editora da Unicamp, 1993, p. 141).

por exemplo, transformações tanto nas tomadas de posição em relação aos argumentos construídos em torno de evidências linguísticas, quanto em relação a alterações nas comunidades científicas ou intelectuais relevantes.

## DIMENSÕES DO CONHECIMENTO

A função dos historiógrafos da linguística é interpretar em *dimensão temporal* o conhecimento linguístico tanto em sua configuração interna (o que os documentos históricos dizem, como dizem, por que dizem algo; ou seja, a *dimensão cognitiva*), quanto em sua configuração externa (o contexto social em que esses documentos são legitimados ou não como parte de um processo científico ou intelectual; ou seja, a *dimensão social*).

Em Historiografia Linguística, as dimensões cognitiva e social também recebem a denominação de *parâmetros internos* e *parâmetros externos* de análise.

Levando em consideração esses parâmetros ou dimensões, diferentes historiografias podem ser caracterizadas como *content-oriented* (orientadas para o conteúdo produzido sobre linguagem) ou *context-oriented* (orientadas para o contexto social de produção e recepção do conhecimento sobre a linguagem)<sup>5</sup>.

5. “O externalismo refere-se ao contexto, é ‘uma história social das ciências’, o ‘lado de fora’, que se relaciona às instituições de pesquisa, às agências de fomento e ao suporte material, em que o conteúdo se expressa [...]; às comunidades científicas e suas normas, às formas de sociabilidade e comunicação dos resultados e, além disso, liga-se também à estrutura econômica e social, aos regimes políticos, à cultura, à religião, às artes. O internalismo refere-se ao cognitivo, é uma ‘história intelectual das ciências’ que estuda os seus fatores internos, o ‘lado de dentro’ que é composto por pensamentos e ideias, teorias, me-

Em perspectiva bastante difundida em Historiografia Linguística, a dicotomia entre interno e externo se anula<sup>6</sup>. As dimensões estão relacionadas, e, mesmo que se possa privilegiar uma visão ou outra em determinado trabalho, considera-se que uma visão implica a outra<sup>7</sup>.

Ainda que o ideal seja o constante diálogo entre interno e externo na interpretação historiográfica, o andamento de uma pesquisa pode revelar aos historiógrafos que uma dimensão pode ter mais destaque que outra na análise em função de alcances interpretativos que se mostrem mais adequados.

Trata-se de uma questão de perspectiva: escolher o que será figura

todologias, conceitos, hipóteses, resultados, ligados aos pensamentos do homem sobre as realizações do próprio ser humano e suas representações acerca das sociedades constituídas” (Neusa Barbosa Bastos, “O Fazer Historiográfico: Dimensões/Parâmetros Externos e Internos”, em Ronaldo de Oliveira Batista e Neusa Barbosa Bastos (org.), *Questões em Historiografia da Linguística: Homenagem a Cristina Altman*, São Paulo, Pá de Palavra, 2020, p. 109).

6. “Entendo a historiografia linguística como uma disciplina de vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em determinado contexto social e cultural, através do tempo. Em outras palavras, o trabalho do historiógrafo das ciências da linguagem deve focalizar não só a dimensão cognitiva do desenvolvimento da disciplina, a chamada dimensão interna, mas também sua dimensão social, externa, se quiser” (Cristina Altman, *A Guerra Fria Estruturalista: Estudos em Historiografia Linguística Brasileira*, São Paulo, Parábola, 2021, p. 36).

7. “O ‘internalismo’ na história da ciência é a visão de que a ciência seria um empreendimento isolado das circunstâncias externas a ela. A dimensão social surgiria apenas por ocasião da disseminação do conhecimento científico. O ‘externalismo’, pelo contrário, admite que as circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais afetariam a busca do conhecimento científico. [...] Na historiografia da ciência [...] tem sido um lugar comum dizer que esse debate [adotar uma abordagem internalista ou uma externalista] já foi superado, com a recomendação de que devemos nos afastar duma dicotomia entre externalismo e internalismo. O que se propõe em seu lugar é uma espécie de ecletismo, defendendo um certo equilíbrio entre externalismo e internalismo, mas cai-se na prática num tipo de relativismo cultural, com uma polarização a favor do internalismo e sem tolerância para com as versões externalistas do tipo marxistas” (Gildo Magalhães, *Introdução à Metodologia da Pesquisa*, São Paulo, Ática, 2005, pp. 161-162).

e o que será fundo na marcha da interpretação. Ou a dimensão social será figura e estará em destaque (deixando como fundo o conteúdo das ideias linguísticas<sup>8</sup>). Ou a dimensão cognitiva das ideias linguísticas serão a figura para um fundo constituído de elementos sociais auxiliares na interpretação.

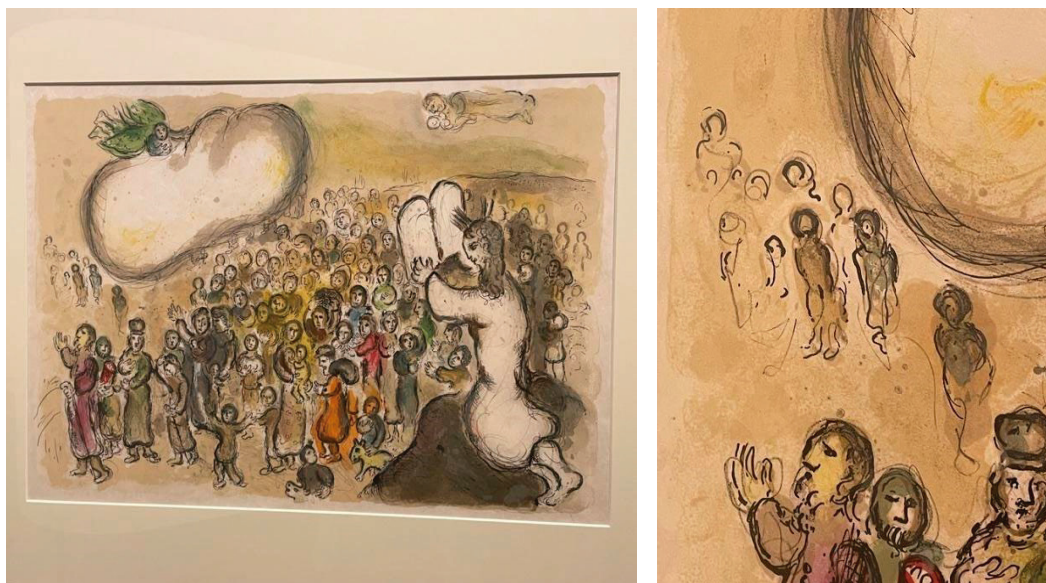
O pintor Marc Chagall (1887-1985) em muitos de seus trabalhos explorou a definição ou não de imagens para apontar na sua composição pictórica o que deveria estar em destaque (figura); ou o que seria parte de uma paisagem não determinada, mas importante na configuração imagética total (fundo)<sup>9</sup>.

Na litografia “Pois a nuvem do senhor estava sobre o tabernáculo durante o dia, e o fogo estava nele à noite, à vista de toda a casa de Israel, em todas as suas jornadas” de 1966, Chagall faz uma composição em que há imagens em primeiro plano (figura) e outras em segundo plano, à moda de esboços (fundo). Estas não são dispensáveis, pois ajudam a compor a imagem total, dando perspectiva mais geral àquilo que está em destaque com cores e precisão maior de traços.

8. A expressão ideias linguísticas refere-se neste texto a teorias, descrições, análises, especulações, compilações, entre outras possibilidades de formatação de conhecimentos sobre a linguagem.

9. Adapto noções teóricas de fundo e figura relacionadas ao conceito de transitividade da gramática funcional de Paul Hopper e Sandra Thompson: “Em figura estão os eventos perfectivos [...], que expressam a sequência de ações que caracteriza a narrativa”; “Em fundo estão as informações que são colocadas no texto para dar suporte às orações de figura” (Angélica Furtado da Cunha, “Funcionalismo”, em Mário Eduardo Martelotta (org.), *Manual de linguística*, São Paulo, Contexto, 2009, pp. 172-173)

Figura 1. Fotografias da litografia de Marc Chagall



Fonte: Registro do autor deste texto na exposição apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil (2023).

A lição de Chagall em seus esboços e definições na composição do que está em primeiro ou segundo plano pode ser útil aos historiógrafos. Cabe a esses a decisão de quando iluminar aspectos do passado em perspectiva mais internalista ou mais externalista, ainda que em algum momento eles precisem fazer uma relação entre essas duas visões.

No entanto, algumas ressalvas são importantes<sup>10</sup>.

Nem toda elaboração de teoria ou outro tipo de conhecimento pode ser enquadrada em relação *direta* de causa e efeito. A produção de conhecimento em ciências humanas (e a linguística é essencialmente ciência humana, mesmo quando se aproxima de áreas como a neurologia ou a computação) não pode ser considerada somente a partir da

10. As ressalvas são feitas para perspectivas que insistem em forçar relações de causa e efeito. Que fique claro que um saber sempre pode ser localizado em um espaço e um tempo condicionantes em alguma medida.

detecção de fatos que motivaram *necessariamente* outros fatos<sup>11</sup>.

Essa relação de acarretamento, adaptando aqui a noção de relação obrigatória em semântica sentencial, é típica de fatos das ciências exatas e naturais: por exemplo, a água quando chega a 100°C graus ferve. E ponto. Para o efeito da fervura, há uma causa que não se pode negar.

Já nas ciências humanas e especialmente em história, essa relação obrigatória não existe. Por exemplo: manifestações populares na França do século XVIII levaram a uma revolução que alterou toda uma forma de governo. No entanto, não se pode afirmar que toda manifestação popular, onde quer que ocorra e em que tempo for, levará a uma mudança de regimes políticos<sup>12</sup>.

Sendo assim, os historiógrafos da linguística não poderão afirmar (a não ser que tenham um conjunto de evidências muito robusto) simplesmente que a produção de uma teoria está relacionada a demandas sociais muito específicas para *todos* os casos de elaboração de conhecimento em linguística.

Mesmo assim, demandas<sup>13</sup> sociais de algum tipo e de alguma ma-

11. “[O]s historiadores usualmente operam por meio do ‘princípio de diminuição da relevância’. Significa dizer que, quanto maior o intervalo temporal a separar uma causa de sua consequência, presume-se que tal causa se afigure menos importante. No entanto, é preciso assinalar que todo evento se circunscreve a um dado contexto, do que resulta que uma causa ‘próxima’, ‘excepcional’, se insere em uma trama dependente de causas ‘remotas’, ‘gerais’, mais recuadas no tempo. A causa que os historiadores identificam como ‘excepcional’ equivaleria, observados os processos que conduzem a estruturas particulares, àquele ponto em que esses mesmos processos tomam um curso distinto e imprevisto [...]. Nestes termos, a causa em história pode ser pensada como o antecedente que, em meio a uma gama de condições gerais, é ressaltado enquanto elemento diferencial [...]” (Moisés Antikeira, “Modelos Causais e a Escrita da História”, *História da Historiografia*, n. 14, p. 13, 2014).

12. O exemplo está em Roberta Pires de Oliveira; Renato Basso, *Filosofia da Linguística*, Florianópolis, LLV/CCE/UFSC, 2011, pp. 15-16 e aqui é apresentado com modificações.

13. A partir da indicação de Pierre Swiggers, *Histoire de la Pensée Linguistique*, Paris, PUF, 1997, pp.



neira resultam em práticas de pesquisa (ou de outra natureza, como a prática de ensino) que implicam o estabelecimento de ideias linguísticas:

- Demandas práticas e intelectuais da parte de indivíduos (quando indicam direcionamentos na formação intelectual e formas de influência);
- Demandas efetivamente sociais (quando relacionadas a formas de associação ou dissociação entre pesquisadores);
- Demandas políticas (educacionais, linguísticas, quando determinam diretrizes teóricas);
- Demandas econômicas (quando afetam investimentos financeiros em projetos de pesquisa, patronato, bolsas);
- Demandas filosóficas ou simbólicas (quando estabelecem diretrizes teóricas a serem seguidas por agentes da produção e recepção do conhecimento).

Muito se fala do contexto universitário e político dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960 que possibilitou recursos para que Noam Chomsky pudesse montar um departamento de linguística no Massachusetts Institute of Technology (MIT, Cambridge, EUA). Assim, pode-se argumentar que a gramática gerativa é resposta a um contexto social em grande medida.

Mas há vários outros casos em que é mais difícil relacionar *diretamente* demandas de uma dimensão externa a aspectos cognitivos da dimensão interna. Por isso que os historiógrafos devem ficar atentos para ‘não forçar a mão’ na busca por uma relação entre externo e interno. Muitas vezes será difícil captar essa rede de retroalimentação<sup>14</sup>.

2-3, fiz acréscimos para oferecer exemplificações.

14. “Essas demandas não apresentam o mesmo efeito – nem em termos de duração, nem em termos de



Além desse primeiro alerta, é possível ainda mencionar a existência de histórias contrafactuais. Há histórias elaboradas com modelos causais, por outro lado há também histórias não causais (contrafactuais), aquelas que interpretam histórias possíveis que não aconteceram. Ou seja, havia demandas que poderiam ter impulsionado novas teorias, novas técnicas, novas abordagens de determinados fenômenos. No entanto, as demandas deram em nada. Não ocasionaram modificações na dimensão cognitiva em uma área, por exemplo.

Tendo esses alertas em vista, é possível pensar em possibilidades metodológicas que estão à disposição dos historiógrafos para o tratamento conjunto dessas dimensões na reconstrução de fatos da história da linguística.

Uma das possibilidades de relacionar essas dimensões é adotar analiticamente a proposta de reconstrução do conhecimento linguístico a partir de diferentes camadas como propôs Pierre Swiggers: um modelo descritivo que tem por objetivo rever a dinâmica da história da linguística em camadas interativas, facilmente localizadas nas dimensões interna e externa. Desse modo, uma teoria ou outra abordagem sobre a linguagem e as línguas situa-se em quatro camadas necessariamente:

uma camada TEÓRICA (aquela de “ideias”, *insights*, “afirmações teóricas”); uma camada TÉCNICA (no sentido de trabalho técnico-linguístico, do qual o grau de tecnicidade está, até certo ponto, ligado à teoria e vinculado ao tempo); uma camada DOCU-

conteúdo – sobre o pensamento linguístico: algumas dentre elas, como a demanda social de um ensino organizado de língua materna ou de uma língua estrangeira política e culturalmente importante, existem desde milênios e foram instituídas por gêneros seculares de produção linguística (obras escolares ou práticas); outras são relativamente recentes no tempo (como a demanda epistemológica de uma explicação de fundamentos ontológicos e cognitivos da gramática, que apareceu na Idade Média e não foi seguida de forma continuada)” (Pierre Swiggers, *Histoire de la Pensée Linguistique*, p. 3, em tradução livre nossa).

MENTAL (constituída pela documentação linguística disponível em um dado tempo); uma camada CONTEXTUAL- INSTITUCIONAL [aquela relacionada ao contexto sociocultural]<sup>15</sup>.

Essas camadas não são estanques e não necessariamente se sobrepõem. Elas se aproximam, na imagem proposta por Swiggers, a uma parede de tijolos na qual esses materiais não são colocados de forma linear.

Figura 2. A representação das camadas

Camada Teórica				
Camada Técnica				
Camada Documental				
Camada Contextual-Institucional				

Fonte: Swiggers<sup>16</sup>.

Assim, movimentos nas camadas são possíveis, sem que todas as camadas se movam conjuntamente. Com isso: em um período histórico, pode haver mudanças nas camadas teórica e técnica sem que haja mudanças na camada documental; mudanças possíveis na camada contextual-institucional não implicam de imediato mudanças na camada documental; alterações na camada documental podem manter intactas as camadas teórica e técnica e assim por diante.

Para poder executar a contento a tarefa historiográfica em torno das dimensões interna e externa, os historiógrafos precisam ter habilidades intelectuais e científicas que os capacitem para descrever e analisar teorias, métodos e outras formas de conhecimento sobre a linguagem.

Ou seja, historiógrafos da linguística precisam ser linguistas: “a falta de uma formação completa e abrangente em Linguística é pre-

15. Pierre Swiggers, em Ronaldo de Oliveira Batista (org.), *Historiografia da Linguística*, p. 68.

16. *Idem, ibidem.*

judicial a qualquer tentativa de uma prática séria da Historiografia Linguística”<sup>17</sup>.

Além de linguística, os historiógrafos precisam conhecer a história geral, digamos assim, e algo sobre filosofia e teoria da história. Essa formação é reconhecida por diferentes historiógrafos da linguística como a dupla habilidade do pesquisador. Ao lado dessa habilidade traçada em dois caminhos de formação, é desejável conhecimento em epistemologia/filosofia da linguística e sociologia da ciência (ou do conhecimento).

Os historiógrafos da linguística para Swiggers<sup>18</sup> precisariam, ainda, conhecer, dependendo do seu tema de pesquisa e dos períodos em que atua, etnocultura, línguas clássicas e estrangeiras, filosofia, retórica, poética, filologia, teologia, economia, psicologia, sociologia, teoria da argumentação, análise do discurso.

De posse dessas ferramentas intelectuais, os historiógrafos estariam aptos a tomar decisões interpretativas a respeito de obras e trabalhos que venham a investigar.

Nas próximas seções, as dimensões serão observadas e descritas a partir de questionamentos que podem sugerir aos historiógrafos da linguística.

## DIMENSÃO COGNITIVA DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO

A essa dimensão interessa a visão de linguagem/língua presente nos documentos históricos: o que os agentes de produção e recepção de

17. *Idem*, p. 55.

18. *Idem*.

ideias linguísticas delimitam como sua concepção linguística, sua compreensão dos fenômenos linguísticos e suas práticas de análise.

Essa história de feição interna trata de textos (ou outra materialidade pertinente ao documento histórico selecionado) e de seus processos de transmissão de conteúdos. Aos historiógrafos, interessam quais foram os problemas em determinada época e como esses foram configurados como científicos, educacionais, descritivos, prescritivos, filosóficos.

A história da linguística como objeto de análise pode ser captada em sua dimensão cognitiva pela observação de *programas de investigação*<sup>19</sup>.

Swiggers<sup>20</sup> propôs uma abordagem a partir da observação de uma dimensão teórica (e metodológica, conseqüentemente) do conhecimento linguístico e seu curso evolutivo (não no sentido de progresso linear). Considerou-se, para isso, uma categoria de análise denominada programas de investigação: conjunto de modos de tratamento da linguagem e das línguas definidos por meio dos procedimentos adotados e resultados alcançados (derivados de concepções teóricas) por pesquisadores nos estudos linguísticos.

Os programas definem-se como associação de diferentes escolas, teorias, autores (cada um com suas especificidades operacionais e terminológicas), que pode ser caracterizada tendo em vista a adoção de perspectivas teóricas sobre questões linguísticas, a escolha dos níveis/componentes de língua privilegiados nas tarefas descritivo-analíticas e a técnica que sustenta um quadro de procedimentos metodológicos.

19. Cristina Altman, *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, São Paulo, Humanitas, 1998 e Ronaldo de Oliveira Batista, *A Linguística Brasileira: Percursos Históricos*, São Paulo, Editora Mackenzie, 2023 são exemplos da aplicação desse modelo na interpretação da história da linguística brasileira.

20. Pierre Swiggers, "The History Writing of Linguistics: a Methodological Note", *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16, 1981.

Como um programa pode englobar diferentes posicionamentos teórico- metodológicos, o que determina sua unidade, e permite sua definição, é a presença de uma concepção compartilhada de observação e análise do objeto linguístico (em essência, a definição de seu objeto teórico).

Isto é, as diferentes teorias, escolas, autores, considerados como de mesmo programa, posicionam-se de modo semelhante (em alguma medida) no que se refere ao método que adotam para lidar com sua visão de linguagem e de língua.

Um mesmo programa de investigação pode agrupar várias teorias, escolas, autores, sendo que nenhum desses componentes esgota possibilidades preditivas de um programa; além do fato de que esse mesmo conjunto de elementos pode ser relacionado a diferentes programas concomitantemente, dependendo de qual aspecto se observa.

São quatro os tipos de programas de investigação:

Quadro 1. Programas de investigação de Swiggers<sup>21</sup>

<b>Programa de correspondência</b>	Tentativa de estabelecer relações entre a linguagem, as línguas, o pensamento, a mente/o cérebro, os falantes e a ‘realidade’ <sup>22</sup> .
<b>Programa descritivista</b>	Tratamento da estrutura linguística (como objeto autônomo de sua realização social), seus componentes ou níveis.
<b>Programa sociocultural</b>	Procura de relações entre a linguagem e as línguas e o complexo social, cultural, antropológico de que estas fazem parte.
<b>Programa de projeção</b>	Estudo de línguas a partir de linguagem formal, levando em conta a proposição de fórmulas lógico-matemáticas.

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

21. *Idem, ibidem.*

22. “Realidade” no sentido de uma abordagem semântica verifuncional (ver Ana Quadros Gomes, Luciana Sanchez Mendes, *Para Conhecer Semântica*, São Paulo, Contexto, 2018).

Caracterizar um programa de investigação não é suficiente para a construção da narrativa historiográfica. É preciso definir, numa etapa posterior à caracterização, a função exercida por determinado programa. Essa função está ligada a aspectos como uniformização de tipos de pesquisa e a conseqüente limitação nas perspectivas de trabalho de pesquisadores ligados a programas específicos.

Considerar um programa de investigação leva em conta estabelecer um critério de análise fundamentalmente interno, uma vez que cada programa se define por características distantes de aspectos sociais, culturais etc. (salvo se esses fizerem parte da essência do programa). Essas características dizem respeito a uma dinâmica interna relacionada a definições de objetivos e métodos a serem seguidos no tratamento linguístico.

Nesse sentido, a análise historiográfica pode caminhar em direção a uma reconstrução que privilegia a abordagem temporal não linear. Os historiógrafos podem, por exemplo, analisar temas recorrentes dentro de um programa de investigação e verificar de que forma esse problema foi tratado por diferentes escolas e autores, sem enfatizar a noção de progresso ao longo de encadeamento linear de teorias.

Algumas considerações são relevantes sobre esses programas: a) eles competem e são co-ocorrentes na história da linguística; b) eles são de natureza histórica, isto é, respondem ou dialogam de alguma maneira a/com demandas de sua época (ainda que de maneira sutil e difícil de ser captada pelos historiógrafos em alguns casos); c) eles não podem ser considerados como sucessão linear em termos de progresso (ainda que muitas vezes se tenha essa ilusão em certas reconstruções historiográfi-

cas); d) eles podem ser incomensuráveis diante das visões divergentes de linguagem e língua que adotam.

Além da visão de Swiggers<sup>23</sup> sobre a dimensão cognitiva da linguística em termos de programas de investigação, outras formas de procurar dar certa unidade e visão de conjunto a propostas teórico-metodológicas em linguística são possíveis.

A linguística formatada como ciência no modelo de perspectiva científica adotado desde o século XIX é dominante até hoje. Essa linguística científica teria como características ser: empírica; não prescritiva; interdisciplinar (em alguns casos); orientada teoricamente (construída em torno de objetos teóricos); direcionada por rigorosos procedimentos metodológicos.

Nessa perspectiva de ciência da linguagem, o pensamento linguístico pode ser enquadrado teoricamente em propostas de filósofos da linguística ou de linguistas com orientação em epistemologia da linguística (e não historiógrafos exatamente):

**Quadro 2.** Modelos teóricos de Dascal e Borges Neto<sup>24</sup> para a linguística do século XX

Modelo de Dascal e Borges Neto (1991)	
Tendência sistêmica	Saussure, Bloomfield, Hjelmslev
Tendência psicologizante	Chomsky
Tendência sociologizante	Labov, Austin, Searle

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

23. Pierre Swiggers, *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16.

24. Marcelo Dascal, José Borges Neto, “De que Trata a Linguística, Afinal?”, *Histoire Épistémologie Langage*, tome 13, fascicule 1, pp. 13-50, 1991.

Quadro 3. Paradigmas linguísticos por Oliveira e Basso<sup>25</sup> para a linguística do século XX

Modelo de Oliveira e Basso (2011)	
Paradigma científico	Paradigmas formalistas
	Paradigmas funcionalistas
Paradigma humanista	Análise do discurso
	Teoria da enunciação

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

O modelo de Dascal e Borges Neto procura centralizar modelos linguísticos teóricos em grandes conjuntos: o voltado para uma linguística descritiva; aquele que procura relações que aproxima a linguística de uma perspectiva biológica; um que estabelece a relação entre linguagem e sociedade num sentido amplo.

Já Oliveira e Basso optam pela tradicional tensão entre forma e função para captar movimentos teóricos no que consideram uma linguística próxima das estruturas linguísticas. Deixam, assim, em outro conjunto teorias que fazem dos sujeitos da linguagem e dos falantes elementos essenciais no tratamento de questões de linguagem.

Forma e função é, talvez, a mais clássica distinção teórica em linguística. Seus traços históricos podem ser retomados num eixo temporal que avança retrospectivamente, por exemplo, até os gregos clássicos como Platão (428/427 a.C. – 348/347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.).

A historiógrafa da linguística norte-americana Margaret Thomas caracterizou, no livro *Formalism and Functionalism in Linguistics: The Engineer and the Collector*<sup>26</sup>, parte da produção linguística do século

25. Roberta Pires de Oliveira, Renato Basso, *Filosofia da Linguística*.

26. Margaret Thomas, *Formalism and Functionalism in Linguistics*, New York, Routledge, 2020.



xx principalmente em língua inglesa em estudos formalistas e estudos funcionalistas.

Ela definiu os estudos formalistas (tendo em mente principalmente a escola gerativista) como tarefa de linguistas-engenheiros (“*engineers*”), aqueles interessados na abstração formal da língua. Em um segundo grupo, funcionalistas seriam linguistas-coletores (“*collectors*”), interessados essencialmente na elaboração de *corpora*.

Na vertente formalista, teríamos os linguistas-engenheiros<sup>27</sup>. Para os linguistas-engenheiros, o principal seria: primazia da forma (estrutura/sistema da linguagem); preexistência dessa forma; autonomia dessa forma; língua como fim em si mesma; estrutura (forma) é anterior ao uso. Esses engenheiros da linguagem, portanto, dariam destaque para: representações formais correlacionadas a regras estruturais ou aspectos mentais (linguagem em essência é expressão do pensamento ou de uma ‘realidade’ externa ao indivíduo); explicações internas ao sistema (sem nenhum apelo ao social ou à subjetividade dos falantes); generalizações (a busca por universais) ou descrições particulares.

Na vertente funcionalista, teríamos os linguistas-coletores. Para os linguistas-coletores, o principal seria: primazia das funções da linguagem, já que as formas estão condicionadas pelos diferentes modos de interação nas trocas comunicativas; não há autonomia da forma (estrutura/sistema), pois o uso condiciona escolhas na forma; língua não tem um fim em si mesma, pois é meio para outros interesses. Esses coletores da linguagem, portanto, dariam destaque para: o aproximado, o con-

27. Oliveira e Basso não usam a denominação engenheiros ou coletores para os linguistas das duas vertentes. Essa denominação é de Margaret Thomas, *Formalism and Functionalism in Linguistics*, New York, Routledge, 2020. A aproximação é feita por mim neste texto.

tingente, as peculiaridades (ainda que busquem padrões e regularidades de uso); com base em método indutivo, explicações externas (relacionadas ao social, ao processo comunicativo, ao uso da língua); estudo da totalidade linguística (diferentes níveis de descrição vistos em relação); a língua é elemento humano que desempenha funções sociais e interacionais; criação de bancos de dados.

Essas possibilidades de captar um universo científico complexo que define a pluralidade teórica da linguística contemporânea (com início no século XX) devem ser vistas, no entanto, com ressalvas<sup>28</sup>.

Ser sistêmica não exclui necessariamente ser psicologizante ou mesmo sociologizante. Para William Labov e sua sociolinguística, por exemplo, a heterogeneidade linguística é sistemática e não um caos. Uma linguística chomskiana é de base neurológica, psicológica e ancorada no estudo do sistema. Esse aspecto é apontado com destaque pelos

28. O que vimos até o momento precisa ser contrastado com a consideração do historiógrafo da linguística John E. Joseph: “Esses desenvolvimentos não afetaram todo o trabalho sobre linguagem da mesma forma. Em vez disso, o “mainstream” foi progressivamente redefinido na direção da investigação autônoma. Por mainstream, entende-se o grupo com o maior poder e prestígio institucional, sem nenhuma implicação de que outras abordagens fossem “água estagnada” em qualquer sentido que não fosse o domínio que possuíam nas principais revistas, agências de apoio, departamentos acadêmicos e atenção pública. [...] Entre as décadas de 1930 e 1950, o mainstream da linguística foi definido por várias “escolas” americanas e europeias (escolas entendidas como grupos de linguistas que compartilham algumas suposições comuns básicas sobre problemas e metodologia, embora discordem de assuntos específicos) que hoje são agrupadas como “estruturalistas”. [...] Desde a década de 1960 até o presente, o mainstream foi definido pelas abordagens “gerativistas” que se originaram no trabalho de Noam Chomsky. Mas quando o século XX termina, a síntese dos últimos 30 anos parece estar se dissolvendo. A linguística se dividiu em uma panóplia de abordagens bem entrincheiradas que são praticamente iguais em prestígio. E o campo como um todo está ficando à sombra de megadisciplinas emergentes, como cognitivismo e conexionismo” (John E. Joseph, “20th Century Linguistics”, em Ernst Friderik Konrad Koerner e Ronald E. Asher (orgs.), *Concise History of the Language Sciences*, Oxford, Elsevier/Pergamon, 1995, pp. 221-222, em tradução livre nossa).

propositores do modelo<sup>29</sup>.

Dividir a linguística em um paradigma científico e outro humanista conserva a velha disputa entre ciência (exatas e naturais) e ciências humanas de forma inadequada. A divisão automaticamente implica que ciências humanas estariam à parte de uma reflexão de natureza científica, ainda que não seja essa a intenção dos autores Oliveira e Basso<sup>30</sup>.

No entanto, essa dualidade perpetua uma perigosa distinção que impõe implicitamente às ciências humanas noções como não regularidade analítica, não sistematicidade de observação, por exemplo, ancoradas numa visão de ciência como causa e efeito em torno de fenômenos observáveis e reproduzíveis.

A divisão radical entre formalistas e funcionalistas deve também ser vista com moderação, ainda que em certa medida ela permita uma visão de grandes correntes teóricas presentes na linguística: a busca pela compreensão de um sistema autônomo da linguagem ou a busca pelo registro e compreensão de línguas associadas a seus falantes e ao uso linguístico. Porém, há abordagens que evidenciam diálogo entre formal e funcional, tornando a dicotomia suspeita<sup>31</sup>. A classificação entre formalistas e funcionalistas, de qualquer modo, indica duas imagens que representam correntes teóricas e podem contribuir para uma apreensão

29. Ver Marcelo Dascal, José Borges Neto, *Histoire Épistémologie Langage*, tome 13, fascicule 1, pp. 44-45.

30. Roberta Pires de Oliveira; Renato Basso, *Filosofia da Linguística*.

31. Ver Ronaldo de Oliveira Batista, “Historiografia da Linguística e um Quadro Sociorretórico de Análise”, em Ronaldo de Oliveira Batista (org.), *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, pp. 81-113, Maria Helena de Moura Neves, *Gramática Funcional: Interação, Discurso e Text*, São Paulo, Contexto, 2018, Margaret Thomas, *Formalism and Functionalism in Linguistics*, New York, Routledge, 2020.

de conjunto, panorâmica. Aos historiógrafos, caberá comprovar a veracidade dessas imagens em autores e propostas específicas em momentos históricos, que podem corresponder por sua vez a demandas sociais que motivam sua presença no cenário científico e intelectual.

Para a Historiografia Linguística, os programas de investigação de Swiggers<sup>32</sup> sem uma necessária divisão radical em correntes pode ser um modelo mais adequado do que esses dois últimos, proposições de filósofos da linguística e de linguistas inseridos nessa posição epistemológica de observação da pluralidade das ciências da linguagem.

O modelo de Swiggers, porém, precisa constantemente passar por revisões para englobar novas tendências ou confluências presentes nas ciências da linguagem depois da proposição original do autor na década de 1980.

De qualquer modo, uma proposta gerada no âmbito dos estudos historiográficos mantém seu interesse por se desviar de uma visão tradicional (em geral de perspectiva temporal linear) de captar movimentos na história da linguística. Como afirma o próprio Swiggers<sup>33</sup> (em tradução livre nossa): “No lugar de uma descrição da história da linguística apenas em termos de *escolas* ou *teorias* propostas por autores ou por grupos de pesquisadores, talvez seja mais interessante descrever a história do pensamento linguístico em termos de *programas*”.

Essa diversidade da linguística tentativamente pode, ainda, ser considerada em algumas direções expressivas<sup>34</sup> que configuram uma ca-

32. Pierre Swiggers, *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16.

33. *Idem*, p. 12.

34. Ver Pierre Swiggers, “La Méthodologie de L’historiographie de la Linguistique”, *FLH*, n. 4, 1983, pp. 55-79.

racterização epistemológica da ciência da linguagem (ainda que essas direções muitas vezes não contemplem aspectos peculiares de cada autor ou proposta teórico-metodológica):

- teorias elaboradas em torno do conceito de signo e suas relações estruturais/sistemáticas;
- teorias elaboradas em torno de perspectivas transformacionais ou gerativas, com correlação psicológica;
- teorias elaboradas em torno da consideração dos falantes e dos processos comunicativos/enunciativos;
- teorias elaboradas em torno da significação;
- teorias elaboradas em torno da relação linguagem, história e ideologia;
- teorias elaboradas em torno da correlação linguagem, cognição, cérebro.

Também em perspectiva historiográfica, Hamawand<sup>35</sup> faz uma proposição para apreender movimentos intelectuais da linguística do século XX em termos de paradigmas teóricos, modelos gramaticais (baseados em paradigmas teóricos ou na chamada gramática tradicional greco-romana), campos interdisciplinares (muito produtivos a partir da segunda metade do século XX) e aplicações práticas. Essas quatro divisões não se excluem mutuamente e, pelo contrário, podem se superpor.

35. Zeki Hamawand, *Modern Schools of Linguistic Thought: A Crash Course*, London, Palgrave MacMillan, 2020.

Quadro 4. Linguística como ciência na visão de Hamawand<sup>36</sup>

<b>Paradigmas teóricos</b>	Paradigmas centrados na origem: linguística comparativa; linguística histórica
	Paradigmas centrados na forma: linguística estrutural; linguística gerativa
	Paradigmas centrados no significado: linguística funcional; linguística cognitiva
<b>Modelos gramaticais</b>	Gramáticas voltadas para regras: gramáticas prescritivas; gramáticas descritivas;
	Gramáticas voltadas para a forma: gramáticas estruturais; gramáticas gerativas
	Gramáticas voltadas para o significado: linguística funcional; linguística cognitiva
<b>Campos interdisciplinares</b>	Foco no cérebro/mente: psicolinguística; neurolinguística
	Foco na sociedade: sociolinguística; linguística antropológica
	Foco no estilo linguístico: linguística literária; linguística forense
	Foco no meio ambiente: geolinguística; ecolinguística
<b>Aplicações práticas (ao/ à/às)</b>	Ensino: linguística aplicada; linguística contrastiva
	Texto: análise do discurso; linguística textual
	Fala: linguística do desenvolvimento; linguística clínica
	Línguas: linguística de campo; documentação linguística

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

Sobre essa divisão, talvez o mais polêmico seja a submissão de teorias do discurso e do texto a uma noção de aplicação prática, distanciando-as, assim, de um quadro de modelos teóricos ‘desinteressados’, por assim dizer.

Essas possibilidades de abordagem da dimensão interna da produção do conhecimento linguístico são mais apropriadas para a linguís-

36. *Idem.*

tica dos séculos XIX e XX. Não à toa ela se coloca numa configuração epistemológica contemporânea (Swiggers<sup>37</sup>; Oliveira e Basso<sup>38</sup>; Dascal e Borges Neto<sup>39</sup>).

Eventos antes desse período são de certa maneira mais homogêneos (em nossa perspectiva contemporânea, afetada naturalmente pelo grande intervalo temporal que permite, por hipótese, maior apreensão de conjunto) e podem ser captados em tradições intelectuais (entre movimentos de continuidade e descontinuidade) como as indicadas – sem pretensão de totalidade – no quadro a seguir.

Quadro 5. Tradições intelectuais no estudo da linguagem

Período	Agentes	Temas
Antiguidade clássica	Filósofos gregos	Reflexão sobre a arbitrariedade dos nomes
		Divisão das partes da sentença
	Gramáticos gregos e latinos	Classificação das partes do discurso
		Formatação da gramática e suas unidades
Período medieval	Filósofos, religiosos, gramáticos	Especulações sobre o significado linguístico
		Gramáticas do latim, do grego e do hebraico
		Gramáticas de línguas estrangeiras e de línguas nacionais
		Relações entre linguagem e pensamento
		Gramáticas especulativas com feição universal e gramáticas particulares

37. Ver Pierre Swiggers, *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16 e Pierre Swiggers, “La Méthodologie de L’historiographie de la Linguistique”, n. 4, pp. 55-79.

38. Roberta Pires de Oliveira, Renato Basso, *Filosofia da Linguística*.

39. Marcelo Dascal, José Borges Neto, “De que Trata a Linguística, Afinal?”, *Histoire Épistémologie Langage*, tome 13, fascicule 1, pp. 13-50, 1991.

Período moderno	Gramáticos, tutores e professores	Descrição gramatical e lexicográfica das línguas das nações que se formavam no período moderno
	Missionários e viajantes europeus	Descrição gramatical e lexicográfica das línguas dos povos dos territórios colonizados por países europeus
	Gramáticos e filósofos	Gramáticas racionais e universais

Fonte: Batista<sup>40</sup>, com pequenas alterações.

Esse quadro-resumo bastante redutor, de fato, precisa ser associado a campos como a história do ensino de línguas, a história de teorias e práticas retóricas, a história da etimologia e as reflexões sobre a origem das línguas. Todos esses campos estiveram relacionados. Não se pode pensar em autonomias disciplinares, por assim dizer, como possível a partir do século XIX e com mais destaque após Ferdinand de Saussure (1857- 1913) e sua linguística geral. A partir desse momento, de institucionalização da linguística, a história do conhecimento linguístico tratará de modo extensivo de metodologias, teorias, modelos<sup>41</sup>.

Em termos conclusivos desta seção, alguns questionamentos que os historiógrafos da linguística podem ter mente ao investigar a dimensão cognitiva do conhecimento sobre a linguagem:

- Que perspectiva teórica (mesmo que não explicitamente assumida) sustenta abordagens das línguas ou especulações sobre a linguagem humana?
- Quais procedimentos metodológicos se relacionam a uma vi-

40. Ronaldo de Oliveira Batista, *Fundamentos da Pesquisa em Historiografia da Linguística*, São Paulo, Ed. Mackenzie, 2020, p. 20.

41. Ver Pierre Swiggers, *Histoire de la Pensée Linguistique*.



são de linguagem e língua?

- Qual a natureza do material a partir do qual se estabeleceram formas de compreender a linguagem e as línguas?
- Qual a formação pressuposta para aquele que trata da linguagem e das línguas?
- Qual o tipo de conhecimento linguístico está em jogo (que níveis ou componentes estão presentes nas abordagens, por exemplo)?
- Como o conhecimento linguístico foi proposto e expresso?

## DIMENSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO

A seção anterior propôs discussões e formas de abordagem da dimensão cognitiva do conhecimento sobre a linguagem. No entanto, esse conhecimento não é produzido fora de uma rede social que lhe dá sustentação e permite sua existência.

Aos historiógrafos da linguística ainda é fundamental perguntar: a) como se deu o fluxo da dinâmica histórica entre produção, circulação e recepção do conhecimento linguístico? b) quais os contextos sociais envolvidos nesse fluxo (contexto político, econômico, cultural, educacional, institucional)?

Historiógrafos que se limitam a estudar a instância de produção do conhecimento linguístico definem, pela sua prática de trabalho, que a interpretação é relativa apenas à dimensão cognitiva<sup>42</sup>. Essa produção

42. “Uma historiografia que trata apenas dos desenvolvimentos de uma disciplina no interior de si mesma, do ponto de vista de sua ‘matriz disciplinar’, como se tivesse surgido e se desenvolvido em um nada intelectual, social e político é, em princípio, redutora. Corre o risco de deixar de lado um bom conjunto de razões que poderiam explicar por que determinado quadro de trabalho (ou teoria, ou modelo, ou programa de investigação) foi bem ou malsucedido” (Cristina Altman, *A Guerra Fria Estruturalista*:

linguística não existiu por ela mesma, mas circulou e foi recebida de alguma maneira por outras pessoas. Seja na época de sua proposição, seja séculos depois.

É preciso, então, investigar a dimensão social<sup>43</sup> das ideias linguísticas, isto é, os elementos que formatam o parâmetro externo de análise no trabalho historiográfico. Com destaque também para a circulação e recepção do conhecimento.

Essa perspectiva analítica é um dos pontos que distingue a Historiografia Linguística (tal como formatada na década de 1970) de outras abordagens históricas que se limitam a descrever como o conhecimento foi elaborado por autores ou autoras. Muitos livros de história da linguística tratam apenas desse aspecto da produção intelectual, deixando de lado a complexa rede de contatos e influências que esse conhecimento pode ter gerado.

O parâmetro externo diz respeito aos movimentos sociais de uma prática científica, intelectual, pedagógica (entre outras) inserida em comunidades de pesquisadores e intelectuais. Nessa circunscrição a ser feita pelos historiógrafos, há diferentes processos de institucionalização dos saberes e suas vinculações com o clima de opinião de uma época e sua inserção cultural, social e política mais ampla.

A denominação dimensão social deve ser compreendida de forma

*Estudos em Historiografia Linguística Brasileira*, p. 29).

43. Ao mesmo tempo em que é limitadora, a expressão dimensão social pode ser abrangente o suficiente para inclusão de possíveis demandas advindas de aspectos políticos, institucionais e econômicos (sociais em essência) e de aspectos ideológicos, históricos, culturais e educacionais (sociais em essência). A adoção da expressão evita o uso de outras denominações maiores e complexas desnecessariamente como “contexto sócio-político-cultural”, “contexto histórico-social-ideológico” e outras formas lexicais do mesmo tipo.

ampla. O social contempla diferentes tipos de contextos externos que envolvem relações e formas de associação entre indivíduos: o institucional (centros, publicações, eventos, associações que legitimam saberes); o cultural (modos de conhecimento validados em certas épocas); o educacional (o que foi matéria de ensino e formas por meio das quais esse ensino se processou); o político (leis, regimentos, estatutos, apoios). Há também uma *dimensão ideológica* que paira sobre todos esses tipos de contexto e age de maneiras diversas a depender da dinâmica histórica.

Nessa pluralidade contextual, os historiógrafos em diálogo com seu material e suas evidências procurarão acionar interpretativamente os contextos externos mais adequados para suas análises. Ou seja, nem todo tipo de contexto externo poderá ser associado a uma produção de conhecimento.

Nesses contextos diversos, os elementos de observação são: a) instâncias produtoras de conhecimento (autores e suas produções sobre linguagem); b) instâncias intermediárias que compreendem situações da circulação de conhecimento linguístico (canais de divulgação, formas de publicação de materiais diversos e acesso a eles, modos de contato entre agentes do conhecimento linguístico, estratégias de divulgação do conhecimento, práticas de ensino); c) instâncias receptoras de conhecimento (o público a que materiais diversos foram direcionados, problemas linguísticos em destaque – os chamados *hot points* –, temporalidades de recepção).

Esses três elementos, definidos por Swiggers<sup>44</sup>, materializam, por assim dizer, a definição de historiografia linguística como a prática interpretativa que se preocupa com a produção, circulação e recepção do conhecimento sobre a linguagem. Instâncias vistas em constante rela-

44. Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, pp. 45-80.

ção, uma vez que os aspectos sociais são necessariamente interligados e não isolados em indivíduos também isolados.

Como o social está relacionado a associações entre indivíduos, os pontos principais a que os historiógrafos da linguística deverão estar atentos são: a) a formação e atuação de grupos (causas e consequências de suas existências, efeitos que provocam); b) mudanças e desintegração nos grupos; c) relacionamentos intra e intergrupos.

Esses três elementos de observação revelam uma dinâmica em torno de processos sociais associativos ou dissociativos. Em relação aos primeiros, há estratégias de cooperação (indivíduos trabalham juntos para mesmos fins), acomodação (indivíduos se ajustam a uma primeira situação de conflito, que se mantém latente) e assimilação (solução definitiva de conflito social entre indivíduos). Os processos dissociativos se relacionam com estratégias de competição (contínua, muitas vezes impessoal e inconsciente, tomando formas de luta pela existência) e conflito (intermitente, consciente, pessoal, tomando formas de rivalidade, discussão, disputa)<sup>45</sup>.

Assim, são questionamentos a serem localizados historicamente em relação a agentes da produção, circulação e recepção do conhecimento linguístico: a) quais seriam formas de associação entre esses agentes? b) quais seriam formas de dissociação entre esses agentes?

Há uma complexa rede de fatores que torna a prática científica e intelectual um empreendimento social e público, no sentido de que leva em conta a recepção do conhecimento. A rigor, nenhum cientista ou in-

45. Sigo considerações de Pêrsio Santos de Oliveira, *Introdução à Sociologia*, São Paulo, Ática, 1995, p. 24 e faço adaptações que julgo úteis para análise da dinâmica de relação entre grupos teóricos na linguística.

telectual propõe algo em seu campo ou dialoga com algo em seu campo para colocar numa gaveta e viver isolado de seus pares<sup>46</sup>. Essa história de feição externa preocupa-se, portanto, com comunidades argumentativas, com modos pelos quais os agentes de produção e recepção de conhecimentos circunscrevem-se em formas de convivência que validam ou não saberes em um recorte histórico.

Na dimensão externa, localizam-se análises sobre essas comunidades de pesquisadores, denominadas, a partir de Murray<sup>47</sup>, *grupos de especialidade teórica*, isto é, congregações de pesquisadores (com diferentes papéis assumidos, com destaque para os papéis de líderes intelectuais e líderes organizacionais) pertencentes a centros de investigação e ensino (ainda que possível a existência de pesquisadores independentes) que possibilitam a institucionalização dos saberes.

Esses grupos atuam como centros de irradiação argumentativa, no sentido de que suas manifestações discursivas se constituem como *retóricas* (manifestações linguístico- discursivas de natureza persuasiva) de continuidade ou ruptura (em relação a outros grupos) em meio a necessidades de reconhecimento e validação dos saberes produzidos em

46. “O empreendimento científico é corporativo. Não se trata [...] de subir aos ombros de gigantes para poder enxergar mais longe. Todo cientista vê com seus próprios olhos e com os de seus predecessores e colegas. Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um. A linguagem científica convencional trai a si própria em frases como esta: “Assim sendo, chegamos à conclusão de que...” A plateia à qual são endereçadas as publicações científicas não é passiva; por meio de aplausos ou vaias, de flores ou tomates, ela controla eficientemente a substância das comunicações que recebe” (John Ziman, *Conhecimento Público*, trad. Regina Regis Junqueira do orig. em inglês, Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979[1968], p. 25).

47. Stephen Murray, *Theory Groups and the Study of Language in North America*, Amsterdam, John Benjamins, 1994.

espaços sociais específicos.

Há três vias de relacionamento entre grupos e no interior dos grupos: (i) integrações relacionadas a normas de comportamento e a ação destas nos contatos entre pesquisadores; (ii) integrações relacionadas a compromissos cognitivos assumidos entre pesquisadores; (iii) integrações pautadas por diferentes modos de competição<sup>48</sup>.

- Diante do exposto, analisar grupos de especialidade teórica (como tarefa da observação da dimensão social do conhecimento linguístico) implica pensar:
- Como se caracteriza a liderança (e suas formas de seleção e continuidade) e a pluralidade ou homogeneidade de indivíduos nos grupos?
- De que modo são feitas comunicações entre membros do grupo e como o grupo divulga suas ideias para fora dessa agremiação?
- Quais princípios e valores unem o grupo e o que permite sua singularidade frente a outros grupos?
- Como o grupo se reconhece específico, ou seja, qual a retórica que ele divulga para garantir sua unidade e característica primordial – uma espécie de sentimento de “nós”?
- Como são as estratégias de continuidade dos grupos e de formas de diálogo com grupos derivados ou próximos?

Esses questionamentos colocam em destaque mecanismos de sustentação de grupos: seleção de liderança e suas formas de atuação e alternância; normas compartilhadas (teóricas, técnicas, comportamentais); estratégias de validação de conhecimento (o que o grupo elege

48. Ver Marcos Mattedi, *Sociologia da Ciência: Temas, Problemas e Abordagens*, Blumenau, Edifurb, 2017.

como maneiras adequadas de divulgação da sua produção, por exemplo); imagens simbólicas da atuação como pesquisadores e intelectuais veiculadas por retóricas.

Em essência práticas científicas e intelectuais dependem de validação e legitimação por pares e grupos. Essa validação é o reconhecimento de um capital simbólico de valor, no sentido estabelecido por Bourdieu<sup>49</sup>. Os pesquisadores não estão à parte de um sistema social que determina, de diferentes maneiras, o que será válido pesquisar, publicar, divulgar, defender em um recorte temporal específico<sup>50</sup>.

Além dessa busca pelo capital de valor, há pressões externas que podem afetar a produção de conhecimento e há ao mesmo tempo formas de negar essas pressões. Um jogo de natureza ‘política’, digamos assim, que revela a complexidade das práticas da pesquisa científica e dos empreendimentos intelectuais quando expostos à sociedade.

A seleção de elementos externos de análise e a articulação necessária destes com as problematizações históricas devem obedecer a medidas do bom senso e ao conjunto coerente de evidências disponíveis ao historiógrafo. Ele precisa, enfim, estar atento ao alerta de Bourdieu<sup>51</sup>: “é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as

49. Pierre Bourdieu, *Os Usos Sociais da Ciência. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*, trad. Denice Bárbara Catani de conferência realizada em Paris, março de 1997, São Paulo, Editora da Unesp, 2004.

50. “No domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa” (Pierre Bourdieu, *Os Usos Sociais da Ciência. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*, pp. 24-25).

51. *Idem*, p. 21.

demandas político-econômicas”.

O estudo de uma dimensão social do conhecimento linguístico, aliado a uma observação dos conteúdos elaborados e expostos de vários modos, compreende uma análise dos efeitos na vida social de seus agentes e daqueles que não estão diretamente envolvidos no tratamento de um objeto de observação, mas que por alguma razão se veem afetados pelo desenvolvimento da dinâmica científica e intelectual.

Consequentemente, o alcance do conhecimento não é individual. Muito pelo contrário, é resultado de empreendimentos sociais e coletivos. Ainda que a imagem divulgada da ciência e do saber intelectual priorize a figura do indivíduo, provocando um apagamento dos esforços sociais e das relações históricas que estão por detrás de uma divulgação bem-sucedida (ou não) de ideias, projetos, teorias.

## DIMENSÃO TEMPORAL DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO

Observar eventos históricos nos permite compreender a sucessão temporal na qual estamos inevitavelmente inseridos como parte de um processo que coloca em constante diálogo os tempos do passado, do presente e do futuro, em uma construção de memórias, projeções e identidades. Não há, naturalmente, historiografia sem ancoragem em uma dimensão temporal.

Dessa forma, uma interpretação do decurso histórico, suas causas e consequências, não funciona apenas para retardar o esquecimento, como era no nascimento da narrativa histórica na Antiguidade Clássica com o grego Heródoto (v século a.C.).

Trata-se, sim, da presença de outra necessidade: a da compreensão,



pois a historiografia coloca-se como discurso analítico sobre o conjunto de eventos que caracterizam a corrente histórica e sua *temporalidade*.

De tão enraizado e presente em nossas vidas, o tempo nos parece algo natural e passível de ser apreendido sem nenhuma contestação. No entanto, pesquisas em história (sem falar naquelas da física) nos mostram que o tempo, e sua percepção, é algo tão relativo como muitos aspectos da vida e da cultura humanas.

Diferentes sociedades estabeleceram modos de contar, controlar e transmitir a noção de tempo. O tempo também é medido e representado de diferentes maneiras: pelos relógios; pela observação da natureza; por ritmos; por imagens figurativas e outras possibilidades.

Uma das matérias-primas da observação historiográfica, o tempo é dos temas mais intrigantes e problemáticos da pesquisa em história. Os questionamentos buscam compreender critérios das seleções de marcos temporais, das cronologias, das noções de mudança histórica e de revoluções.

Confronto dos mais clássicos na compreensão do tempo é aquele que opõe as perspectivas de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) e Santo Agostinho (354 d.C. - 430 d.C.). Para o filósofo grego, o tempo é concebido em termos de exterioridade à consciência que os homens têm dele; reveste-se, assim, de característica referencial e como tal deve ser apreendido por aquele que sobre ele reflete. Já em Santo Agostinho o tempo é de natureza subjetiva, ancorado nas percepções humanas sobre ele e seu decurso. Esse embate entre um tempo objetivo e outro psicológico relaciona-se, em diálogo, com a tensão entre objetividade e subjetividade dos relatos históricos.

Uma longa tradição se formou filosoficamente sobre um tempo

cósmico (objetivo, referencial) e um outro íntimo (reconfigurado pela perspectiva dos historiógrafos). Daí, naturalmente, ser a temporalidade uma das questões perturbadoras para a pesquisa de natureza histórica e busca de compreensão do que seria o tempo relatado<sup>52</sup>.

Dois tipos de tempo nos são mais familiares: o tempo linear e o tempo circular. Esses dois tipos são formas de representar o tempo e seu transcorrer.

O tempo linear é o que mais se aproxima das noções de tempo no mundo ocidental. Sua representação tradicional em uma flecha que caminha da esquerda para direita parece nos indicar a ideia de que o tempo se dirige em direção ao futuro. A presença na nossa cultura de vários mitos e parábolas da origem reforça essa percepção linear do tempo.

Já a noção de tempo circular é mais complexa. Ela contempla a ideia de que os eventos são cíclicos, como algo que constantemente volta a um ponto de partida, sem implicar necessariamente uma origem da qual tudo principia.

Como os historiógrafos trabalham com métodos, uma de suas ferramentas de trabalho é a *periodização*. Ou seja, a fixação de marcos temporais que delimitam no tempo histórico os documentos que são analisados. O tempo para os analistas é dividido em períodos (para melhor compreensão do passado e do presente), como na clássica divisão de séculos conhecida por todos.

Essa periodização não é única e pode ser revista e refeita por diferentes historiógrafos a partir de critérios adotados para problematizar a compreensão de eventos considerados históricos.

Uma das primeiras tarefas dos historiógrafos da linguística, assim,

52. Ver Paul Ricouer, *Temps et Récit*, Paris, Seuil, 1991[1983-1985], 3 vols.

é a seleção do recorte temporal com o qual trabalharão. Muitas vezes ignorada em reflexões meta- historiográficas, a questão da periodização é crucial no desenvolvimento de uma pesquisa. Isso porque a determinação de um eixo temporal pode sustentar reflexões interpretativas sobre processos, por exemplo, de continuidades ou descontinuidades na dinâmica histórica.

Logo, uma interpretação de evidências históricas não é apenas descrição em termos cronológicos do que se considera evento relevante da corrente histórica (seria, por certo, se estivéssemos apenas diante de *crônicas* e não de *narrativas*). O trabalho do historiógrafo é buscar por transformações, porque são elas que nos guiam para interpretações que motivam modificações na corrente histórica. São essas modificações que determinam, por hipótese, marcos temporais que reconhecemos como pontos iniciais e finais de uma periodização.

Desse modo, a periodização não deve ser apenas apontar a data (ou as datas) de obras que consideramos em uma pesquisa. Selecionar marcos temporais é atividade que deve ser acompanhada de justificativas, pois orientam de imediato o tipo de historiografia que se vai construir<sup>53</sup>.

A perspectiva temporal adotada numa reconstrução historiográfi-

53. “O enquadramento estrutural em que o historiador trabalha inclui, entre outras coisas, divisões em períodos históricos. Evidentemente, a periodização é trabalho do historiador e não da história. No decurso histórico dos acontecimentos, não encontramos qualquer forma objetiva ou natural de divisão. Contudo, isso não significa que todas as formas de organizar os materiais históricos sejam igualmente boas. [...] Os períodos usados [no trabalho historiográfico] serão normalmente cronológicos de modo que o desenvolvimento é simplesmente acompanhado ao longo de um tempo linear. Mas não somos obrigados a encarar ocorrências cronologicamente simultâneas como sendo ao mesmo tempo historicamente simultâneas. Por exemplo, poderíamos decidir colocar ocorrências em determinados períodos de acordo com a sua maior ou menor ligação, na esperança de que isso iria refletir o desenvolvimento interno ou lógico de uma ciência” (Helge Kragh, *Introdução à Historiografia da Ciência*, trad. Carlos Grifo Babo do orig. em inglês, Porto, Porto Editora, 2001[1987], p. 85).

ca pode seguir, como delimitado por Koerner em diferentes textos<sup>54</sup>, os caminhos de:

- a. uma *visão cumulativa* em torno da perspectiva de *progresso linear*. Iniciativas do passado possibilitam descobertas do presente, com destaque para as figuras do herói e do pioneiro. A linearidade coloca em jogo, de certa forma, a consideração de que o presente é melhor do que o passado (excluído pelo desenvolvimento), pois a acumulação permite o desenvolvimento melhorativo;
- b. uma postura que identifica *correntes principais* e *correntes alternativas*. Não há como negar o viés desse modelo, pois a determinação do que é principal ou não decorre de um ponto de vista;
- c. uma abordagem atenta a um processo dinâmico, no qual correntes teóricas e práticas e tradições de tratamento da linguagem alternam-se em meio a sucessos e fracassos. Adota-se como pressuposto uma historiografia de *continuidades* e *descontinuidades*, na qual a presença de uma proposta não elimina outras. Assim, os historiógrafos podem reconhecer problemas recorrentes, alternados, descontinuados ao longo da história.

Diante de posturas a serem adotadas, alguns questionamentos podem direcionar o trabalho dos historiógrafos:

- A temporalidade será considerada em eixo linear de continuidades históricas? Haveria, então, conciliação entre relato e cronologia?
- A temporalidade escapará de uma compreensão cronológica dita externa e será fundamentada em eixos circulares de per-

54. Ernst Frideryk Konrad Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Seleção e Edição de Textos Rolf Kemmler e Cristina Altman, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

manências e esquecimentos?

- A temporalidade será radicalmente contra a exterioridade linear e se apoiará no ponto de vista seletivo do(a) historiógrafo(a) que delimitará diálogos em descontinuidades temporais?
- Os pontos de ancoragem na escolha de periodização (marcos iniciais e finais) serão delimitados a partir de quais critérios?
- A delimitação da periodização se estabelecerá por critérios internos (por exemplo: florescimento de um conceito ou de uma prática analítica) ou externos (por exemplo: a constituição de grupos de especialidade teórica; a presença de movimentos de institucionalização de ideias linguísticas)?

O tempo problematizado pelos historiógrafos pode colocar em evidência que todo relato histórico é tentativa de compreensão de eventos a partir de perspectivas seletivas e não é, portanto, reprodução passiva de uma cronologia. Isso porque adota-se o caminho de narrativas problematizadoras da própria natureza do que seria o passado e sua ‘presença’ no presente daqueles que veem movimentos históricos como reconstrução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parto do princípio de que uma historiografia é interpretativa quando observa aspectos internos do conhecimento linguístico e seu desenvolvimento no curso da história, relacionando esses dados a aspectos externos. Estes são importantes porque têm valor explicativo para a compreensão de escolhas feitas na elaboração, circulação e recepção de ideias linguísticas.

Para isso, é necessária a articulação conjunta das dimensões cognitiva e social para a análise de eventos da história da linguística, concebidos também a partir de determinada perspectiva temporal. Essa relação pode se dar quando os historiógrafos observam:

- a. o clima de opinião em que programas de investigação são propostos e circulam e a natureza desses programas em um complexo histórico;
- b. o estabelecimento de grupos que realizam pesquisas em uma corrente teórica e as características dessas formas de produção e circulação de conhecimento;
- c. a formação de pesquisadores em termos teóricos e institucionais;
- d. os temas e métodos privilegiados e validados em certos contextos externos;
- e. a influência de teorias de fora do âmbito dos estudos da linguagem e sua relação com possíveis demandas sociais;
- f. as etapas de construção do conhecimento linguístico e sua recepção;
- g. a influência de fatores sociais na aceitação ou não de propostas analíticas;
- h. os modos de comunicação dos resultados científicos e intelectuais;
- i. a imagem que os pesquisadores construíram para si mesmos e a que projetaram.

Esses tópicos evidenciam que a proposição de programas de investigação científicos (ou saberes de diferentes naturezas) e sua aceitação dependem de um processo mais amplo de articulação social entre seguidores e rivais, entre os pares enfim.

Nesse sentido, o conhecimento científico (ou intelectual) não se encerra nele mesmo, mas depende essencialmente de um espaço social de criação, divulgação e permanência para que se estabeleça de forma

apropriada na corrente de desenvolvimentos de uma área.

Uma observação da descrição sumária de projetos de pesquisa desenvolvidos em Historiografia Linguística no Brasil indica que, pelo menos em tese (e como ideal), historiógrafos brasileiros têm se preocupado em estabelecer o diálogo entre os parâmetros interno e externo nas tentativas de elaborar histórias da linguística e da gramática brasileiras.

No quadro abaixo, algumas dessas evidências a partir de busca na página online do Grupo de Trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística<sup>55</sup>:

Quadro 6. Projetos de pesquisa brasileiros na Anpoll

Pesquisadores	Projetos em 2018-2020	Fragmento da descrição sumária
Francisco Eduardo Vieira (UFPB)	<i>A sintaxe brasileira em gramáticas do final do século XIX à primeira metade do século XX (1881-1950)</i>	O presente projeto tem como objetivo analisar a maneira como os aspectos sintáticos do português brasileiro, em termos de norma linguística e metalinguagem, são apresentados em gramáticas produzidas no período de 1881 a 1950, véspera da recomendação ministerial que mudaria o direcionamento da gramaticografia do país, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959). <i>Consideraremos, portanto, aspectos internos e externos ao recorte estabelecido, a partir de uma perspectiva crítica de análise da história e dos estudos de língua e linguagem no Brasil (italiano nosso).</i>

55. ANPOLL. Disponível em: <https://anpoll.org.br/gt/historiografia-da-linguistica-brasileira/>. Acesso em: mar de 2023.

Grupo de Pesquisa Historiografia da Língua Portuguesa do IP- PUC/SP Neusa Barbosa Bastos, coord. (PUC-SP; UPM)	<i>Língua Portuguesa e Lusofonia: estudos da linguagem numa abordagem historiográfica</i>	O presente projeto objetiva <i>descrever/explicar como se produziu/desenvolveu o conhecimento linguístico em certo contexto sócio-cultural através do tempo, com base na interpretação crítica do processo discursivo da produção contextualizada sócio-histórico-culturalmente em três países lusófonos: Brasil, Moçambique e Portugal: 2.<sup>a</sup> metade do xx (itálico nosso).</i>
José Borges Neto (UFPR)	<i>Pequeno Manual de Formação do Gramático</i>	Trata-se de livro que faz a história da gramática (desde seu surgimento na antiguidade clássica até o século XXI): a partir do século XVI, o foco se restringe às gramáticas do português e, a partir do século XIX, às gramáticas brasileiras. <i>A proposta é de ir além de uma história “externa”, como geralmente se faz, e “resenhar” as principais gramáticas de forma que se obtenha, de fato, uma descrição do que se fez, período a período, século a século, sob o rótulo de “gramática”.</i> Além dessa visão geral, “interna”, do desenvolvimento das gramáticas, o livro procura tratar, com enfoque epistemológico, o percurso histórico dos três módulos tradicionais: fonologia, morfologia e sintaxe (itálico nosso).

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

No próximo quadro, ainda podemos ver exemplos das pesquisas desenvolvidas no Centro de Documentação em Historiografia Linguística – CEDOCH (do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo) –, primeiro grupo brasileiro em Historiografia Linguística. Os



fragmentos abaixo estão disponíveis na página online do grupo<sup>56</sup>:

Quadro 7. Projetos de pesquisa brasileiros no CEDOCH

Pesquisadores	Projetos	Fragmento da descrição sumária
Olga Ferreira Coelho Sansone	<i>Documentação linguística do contexto transatlântico: contextualização, edição e análises</i> (2020 – Atual)	O projeto [...] prevê o levantamento, a eventual edição, a contextualização e análises historiográficas, nos moldes desenvolvidos pelo grupo de pesquisas Historiografia Linguística CEDOCH- DL-USP, da documentação linguística relevante para essa história. Interessam desde documentos metalinguísticos (teorias, análises, descrições) até fontes menos formalizadas (registros epilinguísticos, inclusive orais), <i>que contribuam para esclarecer os movimentos (cognitivos e socioculturais) que desenharam e os que têm sustentado o contexto linguístico transatlântico, com especial destaque para o contexto brasileiro</i> (itálico nosso).
Cristina Altman	<i>A Guerra Fria Estruturalista</i> (2012 – 2017)	O projeto visa à sistematização de questões relativas à produção, difusão e recepção de alguns dos modelos do chamado estruturalismo linguístico clássico, <i>a partir de parâmetros internos (visão geral do objeto linguagem; incidência da análise; técnicas e procedimentos) e externos (periodização; clima intelectual; motivação do autor)</i> (itálico nosso).

Fonte: Elaboração do autor deste texto.

56. Centro de Documentação em Historiografia Linguística – CEDOCH. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/projetos>. Acesso em: mar de 2023.

A proposta de narrar histórias do conhecimento sobre a linguagem, portanto, é exatamente a de não se fixar apenas na dimensão interna (porque aí seria epistemologia) nem na dimensão externa (porque aí seria sociologia).

Há uma apreensão histórica do conhecimento linguístico porque este é considerado em sua dinâmica de emergência e circulação; se quisermos, em suas instâncias *a quo* e *ad quem*. Tal diretriz não poderá ser deixada de lado pelos historiógrafos da linguística.

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Fria Estruturalista: Estudos em Historiografia Linguística Brasileira*. São Paulo, Parábola, 2021.
- ANTIQUERA, Moisés. “Modelos Causais e a Escrita da História”. *História da Historiografia*, n. 14, pp. 11-26, 2014.
- BASTOS, Neusa Barbosa. “O Fazer Historiográfico: Dimensões/Parâmetros Externos e Internos”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Questões em Historiografia da Linguística: Homenagem a Cristina Altman*. São Paulo, Pá de Palavra, 2020, pp. 97-116.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. “Historiografia da Linguística e um Quadro Sociorretórico de Análise”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 81-113.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos da Pesquisa em Historiografia da Linguística*. São Paulo, Ed. Mackenzie, 2020.
- \_\_\_\_\_. *A Linguística Brasileira: Percursos Históricos*. São Paulo, Editora Mackenzie, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. Trad. Denice Bárbara Catani de conferência realizada em Paris, março de 1997. São Paulo, Editora da Unesp, 2004.
- CUNHA, Angélica Furtado da. “Funcionalismo”. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo, Contexto, 2009, pp. 157-176.
- DASCAL, Marcelo; BORGES NETO, José. “De que Trata a Linguística, Afinal?”. *Histoire Épistémologie Langage*, tome 13, fascicule 1, pp. 13-50, 1991.
- GOMES, Ana Quadros; MENDES, Luciana Sanchez. *Para Conhecer Semântica*. São Paulo, Contexto, 2018.
- HAMAWAND, Zeki. *Modern Schools of Linguistic Thought: A Crash Course*. London, Palgrave MacMillan, 2020.
- HYMES, Dell. “Introduction: Traditions and Paradigms”. In: HYMES, Dell. (org.). *Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms*. Bloomington, Indiana University

- Press, 1974. pp. 1-38.
- JOSEPH, John E. “20th Century Linguistics”. In: KOERNER, Ernst Frideryk Konrad; ASHER, Ronald E. (org.). *Concise History of the Language Sciences*. Oxford, Elsevier/Pergamon, 1995, pp. 221-233.
- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics – Selected Essays*. Amsterdam, John Benjamins, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Quatro Décadas de Historiografia Lingüística: Estudos Seleccionados*. Seleção e Edição de Textos Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real, Centro de estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- KRAGH, Helge. *Introdução à Historiografia da Ciência*. Trad. Carlos Grifo Babo do orig. em inglês. Porto, Porto Editora, 2001[1987].
- MAGALHÃES, Gildo. *Introdução à Metodologia da Pesquisa*. São Paulo, Ática, 2005.
- MATTEDI, Marcos. *Sociologia da Ciência: Temas, Problemas e Abordagens*. Blumenau, Edifurb, 2017.
- MURRAY, Stephen. *Theory Groups and the Study of Language in North America*. Amsterdam, John Benjamins, 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática Funcional: Interação, Discurso e Texto*. São Paulo, Contexto, 2018.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato. *Filosofia da Lingüística*. Florianópolis, LLV/CCE/UFSC, 2011.
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à Sociologia*. São Paulo, Ática, 1995.
- RICOUER, Paul. Temps et récit. Paris, Seuil, 1991[1983-1985], 3 vol.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do Falar e História da Lingüística*. Trad. Fernando Tarallo et al. de originais em diferentes línguas e datas. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- SWIGGERS, Pierre. “The History Writing of Linguistics: a Methodological Note”. *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16, 1981.
- \_\_\_\_\_. “La Méthodologie de L’historiographie de la Linguistique”. *FLH*, n. 4, pp. 55-79, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la Pensée Linguistique*. Paris, PUF, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Historiografia da Lingüística: Princípios, Perspectivas, Problemas”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *Historiografia da Lingüística*. São Paulo, Contexto, 2019. pp. 45-80.
- THOMAS, Margaret. *Formalism and Functionalism in Linguistics*. New York, Routledge, 2020.
- ZIMAN, John. *Conhecimento Público*. Trad. Regina Regis Junqueira do orig. em inglês. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979[1968].



# 3



## Historiógrafo da Linguística: Referências Teórico- Metodológicos

NEUSA BARBOSA BASTOS<sup>1</sup>

NANCY CASAGRANDE<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Para refletirmos sobre o fazer historiográfico, partiremos de um conceito amplo de Historiografia da Linguística (doravante HL): estudo do que foi dito e produzido em contextos sociais e históricos a respeito das línguas e seus fenômenos, baseado nos conceitos dos primeiros estudiosos na Europa e, posteriormente, no Brasil, a saber: Ernst Frideryk Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux, tendo cada um a seu modo conceituado a HL<sup>3</sup>.

1. Titular do Centro de Comunicação e Letras da UPM e do Departamento de Linguagens e Filosofia da PUC/SP, [nmbastos@terra.com.br](mailto:nmbastos@terra.com.br).

2. Professora associada do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da PUC-SP, [nancy.casagrande@gmail.com](mailto:nancy.casagrande@gmail.com).

3. Este texto se constituiu a partir de uma aula ministrada no Curso Questões de História e Historiografia nas Ciências da Linguagem, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (USP), ocorrido de forma virtual e oferecido pelos Professores Doutores Marli Quadros Leite

Os três linguistas nasceram e atuaram na Europa e nos EUA e tiveram seus conhecimentos espalhados pelo mundo por meio de pesquisadores brasileiros que com eles se relacionaram academicamente: Ernst Frideryk Konrad Koerner (1939-2022), polonês, foi um autor, pesquisador, professor de linguística e historiador da linguística, ligado tanto a universidades americanas, quanto a universidades europeias, quais sejam: de Edimburgo (UK), Livre de Berlim (DE), de Göttingen (DE), de Giessen (DE); Pierre Swiggers, belga, professor emérito da Faculdade de Artes de Leuven e membro do HERKUL - KU Leuven Institute for Cultural Heritage, e Sylvain Auroux, francês, pesquisador do CNRS fundador, na França, das pesquisas sobre a história e a epistemologia das ciências da linguagem, diretor do departamento de História das teorias linguísticas da École Normale Supérieure Lettres.

Relacionando-se com brasileiros, como Cristina Altman, Ronaldo de Oliveira Batista, Marli Quadros Leite, Ricardo Cavaliere, Neusa Barbosa Bastos e tantos outros, passaram a servir de referências para nossos estudos historiográficos que levaram avante as pesquisas no Brasil com base em seus fundamentos teórico-metodológicos que embasaram nossos estudos desde a década de 1980 com o livro de Cristina Altman, *A pesquisa linguística no Brasil (1968–1988)*. A referida obra inicia uma trajetória de investigações acerca da disciplina Historiografia da Linguística no Brasil por meio de uma análise panorâmica da pesquisa

e Jorge Viana de Moraes. Nossa participação se deu pelo convite recebido e teve como objetivos: 1. refletir sobre o fazer historiográfico, no campo da linguística, apontando a relevância de modos de descrição e explicação dos fatos humanos em momentos e lugares diversos, com base, especialmente, em Ernst Frideryk Konrad Koerner; 2. apresentar os caminhos seguidos pelo GPEHLP (Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUC/SP - Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da PUC/SP - 1996).

lingüística brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, buscando compreender, por meio dos documentos: periódicos do período, literatura sobre este material e entrevistas realizadas com linguistas brasileiros, quais conexões havia com as tradições filológica, dialetológica e gramatical. São de interesse da autora ainda identificar quais os processos de institucionalização, quais as concepções do objeto material das ciências da linguagem e quais as *formas de organização no que tange à lingüística europeia e à norte-americana*. Observou, ainda, nesses materiais analisados, os centros principais de interesse e a estruturação dos seus grupos de especialidade que atuavam e atuam no Brasil.

Nasce, então, o Grupo de Trabalho de Historiografia da Lingüística Brasileira (GTHLB), ligado à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), que reuniu colegas brasileiros interessados em investigar o já dito, iniciando a formação de um grupo coeso e atuante nessa área de pesquisa, reunidos por sua liderança intelectual. Devemos, neste momento, afirmar que, por ser a ciência um empreendimento humano e social, atravessado por discursos e ideologias, agregaram-se ao GTHLB, indivíduos conectados aos princípios teórico-metodológicos aceitos pelos cientistas pra resolução de problemas e abertura de novas fontes de pesquisa.

Os sociólogos Stephen Murray<sup>4</sup> e Pierre Bourdieu<sup>5</sup> abordam a formação dos grupos de investigação de pontos de vistas diferentes que se complementam ao incrementar o conceito de grupo para além de um conjunto de indivíduos que reunidos formam um todo. De acordo com

4. Stephen O. Murray, "Theory Groups and the Study of Language in North America", *Studies in the History of the Language Sciences*, 69, Amsterdam, Benjamins, 1994, pp. XIX, 594.

5. Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Ltda, 1993.

Murray<sup>6</sup>, existe um processo de formação desses grupos que, ao buscar legitimidade e respeito dos demais grupos superando a relação de afinidade teórica ou intelectual, necessitam se reconhecer como membros da mesma comunidade científica, dividindo os mesmos valores e atuando como uma unidade em dado campo científico.

Já Bourdieu<sup>7</sup> considera que os grupos de especialidade formam-se na relação entre a ciência e o contexto sociocultural, ideológico e econômico dos sujeitos em que a ciência se constrói; tem-se aí o universo, meio social, no qual estão inseridos os agentes e as instituições produtores, reprodutores ou divulgadores da ciência de determinado campo, resguardados por um ambiente com leis específicas para o atendimento de suas particularidades para a realização do fazer científico, em relação às leis sociais *lato sensu*.

Antes de iniciarmos as considerações sobre o fazer historiográfico, gostaríamos de sinalizar que, de acordo com Altman, a já mencionada criadora do Grupo de Trabalho Historiografia da Linguística Brasileira, ligado à ANPOLL, a reflexão sobre teorias do conhecimento ou sobre o que se afirma a respeito de métodos fica assim posta:

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento linguístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que ele foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender com tarefa básica da Historiografia Linguística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados (bem ou malsucedidos) em determinado momento, inevitavelmente histórico<sup>8</sup>.

6. *Idem*.

7. Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*.

8. Cristina Altman, Ronaldo de Oliveira Batista, (org). “História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira”, em *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, p. 23.



E, ainda, acrescentar algumas ponderações de Koerner sobre a historiografia linguística como por exemplo, afirmar que historiografia linguística seria uma forma abreviada da designação mais precisa ‘historiografia das ciências da linguagem’, remetendo-nos tanto à historiografia da linguística ou historiografia linguística, quanto à história das ideias linguísticas. Sempre lembrando que a história da linguística é o produto e não a atividade de a estabelecer, atividades essa que será estudado na atividade de estabelecer as *res gestae* (coisas feitas ou realizadas, conquistas) do estudo da linguagem. E Koerner afirma:

Atualmente, a ‘historiografia linguística’ deve ser entendida como uma atividade consciente metodológica e epistemologicamente da escrita da história, como a esperaríamos da historiografia de qualquer outra ciência. A história da linguística amadureceu, tendo-se consolidado como uma disciplina *bona fide* (de boa fé) de interesse acadêmico<sup>9</sup>.

## O fazer historiográfico no campo da linguística

Ambos, Murray<sup>10</sup> e Bourdieu<sup>11</sup>, corroboram com o entendimento da formação de um grupo de especialidade, como o entendemos e procuramos manter por meio de nossas pesquisas baseadas nos conceitos de historiografia linguística dos já mencionados três autores que se assemelham e se complementam, observemo-los:

9. Konrad Koerner, “História da Linguística” , em *Revista Confluência*, n. 46, 1º sem, 2014a, p. 17. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/4/6/18>. Acesso em: 20 jan. 2023.

10. Stephen O. Murray, *Studies in the History of the Language Sciences*, 69, pp. XIX, 594.

11. Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*.

Koerner <sup>12</sup>	Swiggers <sup>13</sup>	Auroux <sup>14</sup>
Modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios teórico-metodológicos, uma vez que sua preocupação inicial estava voltada para a busca se fazer uma historiografia da Linguística a partir de princípios teórico-metodológicos.	Estudo do saber linguístico que tem como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto. Em suma: estudo do desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas.	Estudo de uma ideia linguística que é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade não explícita.

A noção que surge ao aproximarmos os conceitos acerca do trabalho historiográfico indica, em se considerando as diferenças, uma unidade de conhecimento relacionada à escrita de história da linguagem a partir de todos os discursos constituídos pelos historiógrafos/historiadores da linguagem descrevendo, explicando e interpretando os conhecimentos produzidos, acerca dos fenômenos linguísticos. Resumindo: estudo do que foi dito e produzido em contextos sociais e históricos a respeito das línguas e seus fenômenos.

Em Koerner<sup>15</sup>, lemos que o fazer historiográfico nasce das perguntas dos investigadores da área da linguística sobre o que houve de novo,

12. Konrad Koerner, “Questões que Persistem em Historiografia da Linguística”, trad. de Cristina Altmann do original inglês *Persistent issue in Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1995. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

13. Pierre Swiggers, “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”, em *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa, vol. 44, p. 41, 2013. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602/385>. Acesso em: 28 abr. 2023.

14. Sylvain Auroux, *Historire des Idées Linguistiques - I*, Paris, Pierre Matdaga Editeur, 1989.

15. Konrad Koerner,; *Revista Confluência*, n. 46, p. 19.

quais foram as mudanças, como se deu a mudança, por que se deram as alterações, de onde vieram as ideias alteradas sobre as concepções sobre a linguagem e sobre a língua:

Na verdade, raramente cheguei a conhecer um linguista que não estivesse de uma forma ou de outra interessado na história das ideias linguísticas. Na minha opinião, isso tem pouco a ver com a questão de saber se a linguística é uma ciência exata, uma ciência empírica, ou meramente uma ciência especulativa; talvez seja simplesmente porque a linguística é essencialmente uma ciência humana e social, em todo o caso uma *Geisteswissenschaft*<sup>16</sup>, servindo como ponto de origem das investigações a curiosidade do ser humano sobre si mesmo, a sua intelectualidade<sup>17</sup>.

Assim podemos afirmar que o fazer historiográfico pode se assentar na observação acerca de uma pluralidade de maneiras de pesquisar sobre a linguagem como por exemplo: o apontamento, através dos tempos, dos modos de descrição e explicação dos conhecimentos linguísticos em momentos e lugares diversos ou a explicação das razões da mudança de orientação e de ênfase e a possível descontinuidade que delas se pode observar, para tanto deve esquadrinhar, fazer um exame minucioso das fontes que tiver disponíveis. Requer, ainda, na sua prática, a capacidade de síntese: a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir de fontes primárias<sup>18</sup> e a construção discursiva analítica da história, um conjunto de observações sobre conjunto de eventos que dão forma à corrente histórica<sup>19</sup>.

A metodologia geral da historiografia linguística pontua ser o his-

16. Entendemos *Geisteswissenschaft* como Humanidades.

17. Konrad Koerner, *Revista Confluência*, n. 46, p. 9.

18. Konrad Koerner, *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 1, n. 2..

19. Ronaldo de Oliveira Batista, *Introdução a Historiografia da Linguística*. São Paulo, Cortez, 2013.

toriógrafo da linguística um observador, um leitor (crítico), interpretante dos fenômenos linguísticos em curso evolutivo do conhecimento linguístico, sempre observando aqueles produzidos pelos que se debruçaram nas atividades de teorização, de descrição e de prescrição da língua, apresentando, como *res gestae* (coisas feitas ou realizadas, conquistas), os produtos dessas atividades, sob orientações epistemológicas da estrutura e da diversidade dessas atividades.

O historiógrafo da linguística deve buscar e encontrar o seu objeto de investigação, obedecendo os seguintes passos investigativos em quatro momentos: a) seleção (escolha e separação (de um ou de alguns), dentre vários ou muitos documentos; b) ordenação (disposição de forma organizada dos documentos selecionados; c) reconstrução (reedição, formação nova, reorganização dos conteúdos estudados e d) interpretação (determinação pelo discurso do historiógrafo dos fatos relevantes para o seu quadro de reflexão relativamente aos significados do documentos selecionados)<sup>20</sup>.

Quanto ao seu objeto de investigação, poderá ser um tanto um objeto metalinguístico, como gramáticas, manuais didáticos e antologias etc, quanto um objeto não-metalinguístico como: leis, cartas, documentos oficiais etc. Formam-se assim as fontes documentais que são a origem de uma informação, especialmente para fins de investigação, em qualquer área de conhecimento, visando à produção da literatura acadêmica em diversos campos discursivos: comunicação, letras, direito, medicina, engenharia etc, especificamente em letras, podemos mencionar a história da língua, a historiografia linguística, a história da

20. Neusa Barbosa Bastos, “O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa”, em Neusa Barbosa Bastos, *Língua Portuguesa em Calidoscópio*, São Paulo, EDUC/FAPESP, 2004, pp. 73-83.

linguística e outros espaços discursivos como o texto, o discurso, a literatura, a crítica literária entre outros.

Ainda sobre as fontes documentais, devemos citar as impressas, as orais, as biográficas, as audiovisuais, as estatísticas oficiais e outros dados quantitativos, no entanto é relevante apontar a divisão entre as fontes primárias e as fontes secundárias, estando as primárias circunscritas em contexto histórico e social e as secundárias relativas aos agentes, aos contextos e aos produtos da atividade com a língua apropriadas para a interpretação como: artigos, livros, capítulos que tratem do tema em tela na pesquisa que está sendo realizada.

Determinados o objeto de investigação e as fontes, o foco iluminará as questões da influência e da metalinguagem na HL. Em primeiro lugar, trataremos da questão da influência que, de acordo com os princípios koerneanos, divide-se em três pontos principais: primeiramente, o “background” do autor que, por meio dos antecedentes de um autor em particular, da sua tradição familiar, de sua escolaridade, dos primeiros estudos, dos interesses pessoais e das ocupações durante os seus anos de formação podem ser importantes para estabelecer conexões que podem conduzir a provas (frequentemente inconscientes) de empréstimo, integração e assimilação de particulares ideias, conceitos ou teorias. Tais informações, de grande valor, podem servir como fontes para o historiógrafo da linguística e devem ser buscadas em papéis de família, correspondência, currículos escolares, cursos universitários frequentados por um dado autor para o historiógrafo.

Em segundo lugar, a “Prova textual” que pode ser mais forte se paralelos textuais entre uma dada teoria ou conceito e as suas supostas fontes puderem ser estabelecidos. Para a descoberta de uma fonte ou de

fontes de inspiração, a informação biográfica fornecida pode ser útil. Em terceiro lugar, o “Reconhecimento público” que é a prova mais importante a favor de uma reivindicação de influência pode resultar de referências diretas de um autor às obras de outros. Parece mais apropriado investigar os estudiosos e as obras mencionadas por um determinado autor, antes de atribuir uma existência real de um impacto sobre o seu pensamento por aqueles aos quais nunca se referiu nos seus escritos, publicados ou não. Conclui Koerner:

Em suma, acredito que, se esses três critérios (1. O ‘background’ do autor; 2. A prova textual; 3. O reconhecimento público) forem tidos em conta de modo gradual, estaremos muito mais próximos de responder satisfatoriamente se Herder influenciou Humboldt, se Darwin forneceu um modelo a Schleicher, ou se Durkheim conduziu Saussure a uma concepção social da linguagem<sup>21</sup>.

Quanto à questão da metalinguagem na historiografia linguística, entendemos como a linguagem empregada para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística; instrumento utilizado pelo historiógrafo da língua, devendo ser utilizado de maneira acurada, indo além das fronteiras de um simples conjunto de terminologias utilizadas para descrever as línguas.

Assim, a metalinguagem é um instrumento linguístico necessário para se *falar* uma língua ligando-a à capacidade lógica e perceptiva de *falar sobre esta língua*. Assim, para que o historiógrafo da linguística realize o propósito de tornar relevantes os fatos e teorias linguísticas do

21. Konrad Koerner, “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”, trad. Cristina Altman, com revisão de Teresa Moura, em Koerner, Konrad, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes, 2014b, p. 102.

passado, além de considerar como recursos a influência e a metalinguagem, é necessário que sejam observados, ainda os três princípios: Contextualização, Imanência e Adequação. A Contextualização (espírito de época, clima de opinião) é a apresentação de uma conjuntura, a descrição do contexto em que uma ou várias obras surgiram, explicando situações e revelando as circunstâncias havidas no período estudado e avaliando particularmente o objeto de estudo. Para isso, faz-se necessário para o historiógrafo da linguística ter um conhecimento amplo sobre o campo de investigação específico e sobre a história geral. A Imanência é o momento das análises e discussões sobre nosso objeto de investigação. Podem ser analisados, como observamos, objetos metalinguísticos (gramáticas, manuais didáticos, antologias etc.), ou objetos não metalinguísticos (leis, cartas, documentos oficiais etc). A Adequação é a exposição da seleção de uma teoria atual para que seja estabelecido o diálogo entre pontos teóricos do objeto analisado e aspectos da teoria selecionada, buscando, nessa aproximação, a convergência entre eles.

Ainda com um olhar sobre Historiógrafo da Linguística, voltaremos nossa atenção para a HL, especificamente no que se refere às questões relativas ao historiador da linguística e às linhas que ele deve percorrer para chegar a uma verdadeira historiografia da linguística, considerada uma nova perspectiva de ciência, de acordo com Koerner:

Não tenciono repetir aqui o que já referi sobre os pré-requisitos por parte do historiador das ideias linguísticas. Basta lembrar que deve estar familiarizado tanto com aquilo a que Thomas S. Kuhn chamou de ‘ciência normal’, como com a atmosfera intelectual geral, os fatores extralinguísticos, a situação socioeconômica, etc., que, juntos, podem ter tido, de uma forma ou de outra, um impacto sobre as ideias acerca da linguagem e sobre as teorias linguísticas e métodos de análise que são ca-

raterísticos de um determinado período no desenvolvimento da ciência linguística<sup>22</sup>.

Partindo desse pressuposto, em Batista temos a real consciência do papel do historiógrafo quando se pensa a HL como ciência da linguagem, uma vez que

[c]oloca-se como função, então, *interpretar saberes sobre a linguagem* tanto em sua dimensão interna (o que os textos – os documentos históricos - dizem, como dizem, porque o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico em que esses textos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual). Em HL, essas dimensões recebem a denominação de parâmetros internos e parâmetros externos de análise<sup>23</sup>.

Ora, uma vez instaurada essa função – a de interpretar saberes sobre a linguagem – como dito pelo autor, torna-se relevante tratar dos parâmetros internos e externos, considerados fundamentais para o historiógrafo da linguística.

Koerner<sup>24</sup> menciona a importância, das dimensões interna e externa no delineamento do como se produziu o conhecimento linguístico, de modo que evocamos o autor<sup>25</sup> para compreender as abordagens relativas ao tratamento dos fatos históricos e, por conseguinte, dos fatos históricos linguísticos. Afirma o autor:

De facto, Nietzsche considerou uma correlação entre os vários tipos de dispo-

22. Konrad Koerner, : *Revista Confluência*, n. 46, p. 12.

23. Ronaldo de Oliveira Batista, em Ronaldo de Oliveira Batista e Neusa Barbosa Bastos, *Questões em Historiografia Linguística*, São Paulo, Parábola, 2020, p. 40 (itálico nosso).

24. E. K. Koerner, *The Transformational-Generative Paradigm and Modern Linguistic Theory*, Amsterdam, J. Benjamins, (Current Issues in Linguistics Theory 1), 1975.

25. Konrad Koerner, : *Revista Confluência*, n. 46, p. 10-11.



sição humana e o tipo de tratamento histórico escolhido, o que o levou a distinguir entre três abordagens distintas no estudo da história (Nietzsche 1874, 254ss.): (1) a monumental ('monumentalisch'), (2) a antiquária ('antiquarisch') e (3) a abordagem crítica ('kritisch') – que servem para entender a história em relação: a) àquele que é ativo e que se esforça ('Thätiger und Strebender'), b) àquele que é conservador e reverente ('Bewahrender und Verehrender') e c) àquele que sofre e necessita de libertação ('Leidender und der Befreiung Bedürftiger'), respetivamente. Não quero sugerir, no entanto, que o trabalho de estudiosos que classifiquei entre os do tipo 'antiquário' ou 'conservador' tenha sido de nenhuma importância para o assunto. Por uma questão de facto, as histórias mais informativas da linguística foram escritas mais ou menos dentro deste tipo de quadro.

Ainda de acordo com Batista<sup>26</sup>, entende-se por parâmetro interno a visão de língua apresentada nos documentos históricos numa dimensão cognitiva, ou seja, “o que os agentes de produção, circulação e recepção de ideias linguísticas delimitavam como sua concepção de língua, sua compreensão dos fenômenos da linguagem e suas práticas de análise”<sup>27</sup>. É importante lembrar que o papel do historiógrafo é o de levantar questões que se instauram, em uma determinada época, “como problemas científicos, educacionais, descritivos, filosóficos em recortes temporais específicos”<sup>28</sup>.

Uma vez compreendida a importância do parâmetro interno para a análise historiográfica, torna-se relevante considerar a concepção de parâmetro externo, visto ser este fundamental, na qualidade de dimensão social, para a compreensão do contexto em que se insere o docu-

26. Ronaldo de Oliveira Batista, *Questões em Historiografia Linguística*, p. 41.

27. *Idem, ibidem.*

28. *Idem, ibidem.*

mento linguístico. Segundo Batista<sup>29</sup> o parâmetro externo:

[...] se preocupa com movimentos dinâmicos de uma prática científica, intelectual, pedagógica (entre outras) inserida em comunidades de pesquisadores, com diferentes processos de institucionalização dos saberes e suas vinculações com o clima de opinião de uma época e sua inserção cultural, social e política mais ampla.

Nesse sentido, Bastos<sup>30</sup> reafirma a importância de ambas as dimensões, uma vez que

[...] o fazer historiográfico deve estar voltado também à correlação nas dimensões externa e interna, ao selecionar, ordenar, reconstruir e interpretar um documento, tanto para estabelecer uma contextualização histórica (social, econômica, cultural, linguística e ideológica) que leva ao entendimento de seu estado no período estudado. (dimensão externa), quanto para compreender as ideias linguísticas veiculadas e as afirmações teóricas propostas pelo autor do documento sobre os temas desenvolvidos na teoria proposta (dimensão interna).

Tema merecedor de atenção, leva-nos, ao nos debruçarmos sobre uma fonte histórica, ao dever de nos lembrar dos pressupostos teóricos apontados por aqueles que pertencem ao nosso grupo de especialidade, pois somos cientistas relacionados na comunidade científica que nos esteia socialmente, pois

[t]odo sujeito elabora seus discursos dentro de uma perspectiva sociológica que o impele a realizar estudos da dimensão institucional da atividade científica, relacionados à sociedade, à política, à cultura, à ideologia, atrelam-se, assim, o conhecimento científico e as funções políticas e sociais. Sendo assim, nosso estudo historiográfico volta-se para a linguagem presente na fonte estudada, sendo subsidiado

29. *Idem, ibidem.*

30. Neusa Barbosa Bastos, *Questões em Historiografia Linguística*, p. III.

por metodologias sustentadas pelas áreas da sociologia, da cultura, da ideologia presentes em toda produção linguística<sup>31</sup>.

Convém retomar as premissas que levaram à necessidade de se incluir a importância de se observarem os objetos de estudo em seus períodos para se ter a noção dos sujeitos envolvidos, do como se associaram, do lugar onde, do tempo em que os documentos foram produzidos e, ainda, a necessidade de se observarem os mesmos objetos de estudo para se entender a ideia veiculada, os conceitos trabalhados, o método utilizado, enfim todo o aparato científico tido como apoio pelo enunciador do texto-fonte.

Encontramos, em Bastos<sup>32</sup>, explicações sobre a questão:

O externalismo refere-se ao contexto, é uma “história social das ciências”, o “lado de fora”, que se relaciona às instituições de pesquisa, às agências de fomento e ao suporte material, em que o conteúdo se expressa (periódicos especializados, livros, etc.); às comunidades científicas e suas normas, às formas de sociabilidade e comunicação dos resultados e, além disso, liga-se também à estrutura econômica e social, aos regimes políticos, à cultura, à religião, às artes.

O internalismo refere-se ao cognitivo, é uma “história intelectual das ciências” que estuda os seus fatores internos, o “lado de dentro” que é composto por pensamento e ideias, teorias, metodologias, conceitos, hipóteses, resultados, ligados aos pensamentos do homem sobre as realizações do próprio ser humano e suas representações acerca das sociedades constituídas<sup>33</sup>.

Isto posto, cumpre salientar que o trabalho historiográfico no campo da linguagem, observado a partir de procedimentos teórico-me-

31. *Idem*, p. 108.

32. *Idem*, p. 109.

33. *Idem, ibidem*.

metodológicos da historiografia linguística, visando à descrição e à explicação dos conhecimentos linguísticos produzidos pelo homem, leva-nos a como se produziu e se desenvolveu tal conhecimento linguístico num lugar e num tempo determinados, estando diretamente comprometidos com as dimensões externas/parâmetros externos (sociais) e dimensões internas/ parâmetros/ internos (cognitivas/cognitivos) em um determinado contexto social e cultural, visando a estabelecer o conhecimento científico em nossa área de estudo.

Tecidas as considerações sobre os princípios da HL, trataremos do percurso realizado pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUC- SP. Faz-se importante tratar deste grupo, especificamente, pelo fato de, a partir dos estudos de Koerner, Swiggers e Altman, propor os passos metodológicos que guiarão a pesquisa e a produção historiográfica dos pesquisadores que dele fazem parte.

### **O fazer historiográfico: o caminho do Grupo Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa do IP- PUC-SP (GPeHLP)**

O Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUC-SP foi instituído em 1996, sob a liderança da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, na PUC-SP, e tem como objetivo

[...] descrever/explicar como se produziu/desenvolveu o conhecimento linguístico em certo contexto sociocultural através do tempo, com base na interpretação crítica do processo discursivo da produção contextualizada sócio-histórico-culturalmente no Brasil: a segunda metade do século 20, (década de 70). Visa-se a reconstrução das práticas científicas e ao rastreamento de momentos de continuidade/ruptura, focando o tipo de Política Linguística adotada em relação às produções realizadas

em LP<sup>34</sup>.

Nascido da interlocução com o GTHLB, liderado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Altman na USP, o grupo reuniu, de imediato, professores-pesquisadores e pós-graduandos de diversas instituições de ensino, tornando-se na PUC-SP como referência nos estudos acerca da HL.

Ampliando as discussões sobre a HL, no período de 2004 a 2020, o GPEHLP estabeleceu um entrelaçamento da linguística com o ensino de língua materna, relacionando-o às “gramáticas tradicionais [...] baseadas num discurso sobre o passado, sem [mencionar] a história dos fatos passados como mero registro da história, mas considerando-os como dimensão interna a ser investigada”, de acordo com Bastos e Palma<sup>35</sup>, numa perspectiva própria, considerando essa abordagem numa dimensão meta-historiográfica que, retomando as concepções de Swiggers<sup>36</sup>, assim se instaura: “por meta-historiografia – campo de estudo que se desenvolveu bastante nos últimos anos – entendo o trabalho reflexivo sobre o labor historiográfico e, especialmente, sobre seus aspectos metodológicos e teóricos.”

Foi com base nesse “trabalho reflexivo” a que Swiggers se refere que veio à luz a coleção História Entrelaçada (HE), cujos nove volumes foram organizados pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neusa Barbosa Bastos de 2004 a 2020, em parceria com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dieli Vesaro Palma; em 2022, o vo-

34. Dieli Palma, Nancy Casagrande, “Os Princípios da Análise Historiográfica e as Contribuições de Cristina Altman para a Historiografia da Linguística no Brasil”, em Ronaldo de Oliveira Batista e Neusa Barbosa Bastos, *Questões em Historiografia Linguística*, São Paulo, Parábola, 2020, p. 84.

35. Neusa Barbosa Bastos, Dieli Vesaro Palma (org.), *História Entrelaçada: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*, Rio de Janeiro, Lucerna, 2004, p. 11.

36. Pierre Swiggers, *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, vol. 44, p. 40.

lume 10 continuou a ser organizado pela Prof<sup>a</sup> Neusa Barbosa Bastos, agora em parceria com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nancy Casagrande. O caminho da HE revelou um profícuo trabalho historiográfico, na medida em que as reflexões ocorridas no GPEHLP perpassaram mais de quinhentos anos de história da língua portuguesa, construindo um percurso metodológico que delineou não só o perfil de Gramáticas produzidas do século XVI ao século XX, mas também o do material didático de ensino de língua materna, passando pelas leis educacionais que embasaram - e continuam a embasar - a prática docente. Assim corroboramos com os dizeres de Koerner<sup>37</sup>, quando trata do quadro teórico de investigações na área:

[...] O resultado destas considerações pode ser descrito, com mais precisão, como a compilação de histórias que consideram a evolução da área como tendo decorrido de uma forma essencialmente unilinear, com os desenvolvimentos mais recentes a representarem um avanço relativamente a atividades anteriores.

Contribuindo com o avanço nos caminhos da HL, tivemos presenças honrosas em nosso percurso. Ao nosso lado, no IP-PUC-SP, onde se aloca o GPEHLP, estiveram Konrad Koerner, na década de 1990; Cristina Altman, em vários momentos, Ataliba de Castilho, Maria Helena de Moura Neves, Ricardo Cavaliere, Carlos Alberto Faraco Ronaldo Batista, Alessandro Beccari, Leonardo Kaltner, Eduardo Vieira, Jocenilson Ribeiro e Marcelo dos Anjos, reafirmando o caráter internacional e interinstitucional do referido grupo.

Desse modo, a publicação da coleção HE nos trouxe a possibilidade de percorrer, a cada volume, uma nova perspectiva dos estudos

37. Konrad Koerner, *The Transformational-Generative Paradigm and Modern Linguistic Theory*, Amsterdam, J. Benjamins, (Current Issues in Linguistics Theory 1), 1975, p. 18.

historiográficos, tanto do ponto de vista da produção gramatical brasileira, quanto do âmbito pedagógico, ou seja, do ensino de língua portuguesa em suas múltiplas dimensões, do ensino da gramática à produção de textos, outrora redação.

## CONCLUSÃO

Tendo partido de um conceito amplo de Historiografia da Linguística que se refere às narrativas da história sobre a reflexão e descrição linguísticas, gerando então um discurso do historiógrafo voltado ao estudo sobre as línguas e seus fenômenos em contextos sociais e históricos, estabelecemos o percurso traçado pelos três teóricos mencionados e apresentamos o nosso entrelaçamento com a Historiografia da Linguística brasileira, vivenciando investigações e apresentando os nossos produtos de pesquisa que surgiram na confluência de nossas contemplações e das considerações teóricas e das narrativas desses estudiosos.

Retomando, neste momento, os objetivos do artigo em tela, quais sejam: 1. refletir sobre o fazer historiográfico, no campo da linguística, apontando a relevância de modos de descrição e explicação dos fatos humanos em momentos e lugares diversos, com base, especialmente, em Ernst Friderik Konrad Koerner; 2. apresentar os caminhos metodológicos seguidos pelo GPEHLP (Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUC/SP - Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da PUC/SP - 1996), podemos encerrar nossas reflexões, ressaltando que, como historiógrafos da linguística, no contexto da HL, reafirmamos a importância não só das abordagens descritas acima, mas também dos princípios teórico- meto-

dológicos para o trabalho historiográfico na área dos estudos linguísticos em qualquer tempo e lugar.

Tornamo-nos, nas últimas décadas, historiógrafos da linguística, seguindo nossos antecessores e cultivando sucessores que têm seguido a HL e têm produzido narrativas historiográficas relevantes para a área. Ademais, vale lembrar a importância cabal desses estudos para a área, o que tem proporcionado a concretização da investigação a respeito do pensamento linguístico em torno de diversos temas recorrentes na história e tem permitido o resgate da produção linguística a cada momento histórico. O conhecimento desses saberes nos levam a reflexões sobre o presente e, quem sabe, a projetos para o futuro.

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968–1988)*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- ALTMAN, Cristina. BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org). “História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira”. In: *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 9-43.
- AUROUX, Sylvain. *Historire des Idées Linguistiques - 1*, Paris, Pierre Matdaga Editeur, 1989.
- BASTOS, Neusa Barbosa. “O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa”. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2004, pp. 73-83.
- \_\_\_\_\_. “O Fazer Historiográfico: Dimensões/Parâmetros Externos e Internos”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa. *Questões em Historiografia Linguística*. São Paulo, Parábola, 2020, pp. 94-113.
- BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org.). *História Entrelaçada: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução a Historiografia da Linguística*. São Paulo, Cortez, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa. *Questões em Historiografia Linguística*. São Paulo, Parábola, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Ltda, 1993.
- KOERNER, E. K. *The Transformational-Generative Paradigm and Modern Linguistic Theory*. Amsterdam, J. Benjamins, (Current Issues in Linguistics Theory 1), 1975.
- KOERNER, Konrad. *Questões que Persistem em Historiografia Linguística*. Revista da Anpoll,



- [S. l.], v. 1, n. 2, 1996, pp. 45-70. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. “História da Linguística”. In: *Revista Confluência*, n. 46, 1º sem, 2014. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/4/6/18>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”. Trad. Cristina Altman, com revisão de Teresa Moura. In: KOERNER, Konrad. *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*. Vila Real, Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes, 2014.
- MURRAY, Stephen O. “Theory Groups and the Study of Language in North America”. *Studies in the History of the Language Sciences*, 69, Amsterdam, Benjamins, 1994, pp. XIX + 594.
- PALMA, Dieli; CASAGRANDE, Nancy. “Os Princípios da Análise Historiográfica e as Contribuições de Cristina Altman para a Historiografia da Linguística no Brasil”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa. *Questões em Historiografia Linguística*. São Paulo, Parábola, 2020, pp. 74-93.
- SWIGGERS, Pierre. “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”. In: *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, vol. 44, pp. 39-59, 2013. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602/385>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Linguistics Historiography: Object, Methodology, Modelization”. In: *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, vol. 14, n. 1, pp. 38- 53, 2012, São Paulo.



## 4



# Konrad Koerner e Pierre Swiggers: suas Contribuições para a Historiografia Linguística

DIELI VESARO PALMA<sup>1</sup>

MARILENA ZANON<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Na Apresentação da obra de Peter Burke *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia* (1992), escrita por Nilo Odália<sup>3</sup>, é citado Fueter<sup>4</sup>, afirmando que as inovações na história da historiografia resultam de um acontecimento que define o rumo da própria história. A Apresentação, por sua vez, mostra-nos que, nas décadas de 1910 e 1920, na França, inicia-se um movimento para uma nova abordagem da história. Ele é resultante do descontentamento de jovens estudiosos com os rumos que a história política havia tomado, apresentando

1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dieli@uol.com.br.

2. Universidade Paulista (UNIP), marilenazonon@uol.com.br.

3. Nilo Odália. "Apresentação", em Peter Burke, *A Escola dos Annales: (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, 2. ed, São Paulo, Unesp, 1997.

4. Edward Fueter, *História dela Historiografia Moderna*, trad. Argentina, Buenos Aires, Ed. Nova, 1953, v. 2..

pobreza nas análises, situações históricas complexas reduzidas a jogos de poder, ou seja, uma história convencional, que estava em descompasso com contexto da época. Esse movimento ganhou força e estendeu-se ao longo do século xx, apresentando gerações diferentes de historiadores que criaram a Nova História, com uma abordagem na história total, de caráter interdisciplinar, levando a uma revolução na historiografia.

É nesse contexto que, na década de 1970, nasceu a Historiografia Linguística (HL), distinguindo-se da História da Linguística e da Linguística Histórica. Dois estudiosos da linguagem – Konrad Koerner e Pierre Swiggers – passaram a dedicar-se às questões metodológicas e epistemológicas dessa disciplina, visando garantir seu caráter científico.

Assim, a pergunta que orientou esta investigação é “Quais são as contribuições de Koerner e Swiggers para a HL?” Para respondê-la, foram consultados trabalhos dos dois pesquisadores, em ordem cronológica, a partir da publicação da revista *Historiographia Linguística*, em 1973 editada por Koerner. Como esses pesquisadores desenvolveram muitos estudos, com o objetivo de sistematizar a pesquisa historiográfica, selecionamos algumas de suas pesquisas, que consideramos relevantes para responder à pergunta proposta.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por Koerner e Swiggers, que fundamentaram a Historiografia Linguística, constituindo-a como disciplina científica e campo do conhecimento na área das Ciências da Linguagem.

Nessa investigação, de caráter meta-historiográfico, metodologicamente, seguimos os ensinamentos de Koerner e Swiggers. Destacamos que as informações selecionadas foram sempre acompanhadas de dados

do “espírito de época”<sup>5</sup>, presentes no texto analisado, possibilitando, sistematizar, cronologicamente as etapas da construção metodológica e epistemológica da HL, objetivo deste trabalho.

Swiggers tem produzido, ao longo de seu trajeto como pesquisador, vários trabalhos sobre a meta-historiografia. Optamos por um recorte que abrange o ano de 2013, fazendo uma breve contextualização desse período.

O século XXI teve início em 1º de janeiro de 2001 e terá seu término em 31 de dezembro em 2100, sendo, portanto, o vigésimo primeiro século da Era Cristã ou Era Comum, e o primeiro século do terceiro milênio. Em termos genéricos, esse início de século foi caracterizado por uma época de prosperidade na Europa e nos Estados Unidos, seguidos de uma forte recessão, que teve início em 2008, considerado por diversos economistas a pior crise desde a depressão de 1929, precipitada por uma “bolha” no mercado financeiro que afetou os diferentes segmentos da sociedade nacional e internacional.

Contribuíram para essa transformação a Primavera Árabe no norte da África, o rápido crescimento da economia da República Popular da China, que se tornou a segunda maior economia depois dos Estados Unidos e a ascensão da esquerda na América Latina, assim como seu declínio a partir do final da década de 2010. Havia uma forte expectativa que, para o meio do século, a maior parte da economia global estivesse concentrada nos países conhecidos como BRICS: Brasil, Rússia, Índia, República Popular da China e África do Sul.

Nesse período, verificou-se a continuidade de processos de mudan-

5. Ernest Frideryk Koerner, “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”, *Revista ANPOLL*, n. 2, pp. 45-70, 1996.

ça, que permearam o século XX, como a ampliação do processo de globalização da economia e da informação, impulsionado sobretudo pela revolução digital, momento em que o mundo é conectado por cabos invisíveis de internet, que tem seu início na década de 1950, do século passado.

Houve também novas descobertas no campo das ciências, decorrentes da pandemia causada pela COVID-19, que modificou o modo de viver em todas as partes do planeta, pois ela causou danos na vida pessoal dos cidadãos, no campo profissional, na economia mundial, que já, em 2008, havia sofrido uma forte recessão, na educação e nas artes, com consequências que só serão solucionadas a longo prazo. Também foi um período em que acontecem conflitos bélicos em diferentes partes do planeta. Nas Ciências da Linguagem, ocorrem avanços nas teorias linguísticas discursivas: a Linguística Textual, a Pragmática Textual, a Análise do Discurso, a Semântica de Textos, a Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva. Em síntese, as duas primeiras décadas do século XXI foram conturbadas e foi nesse clima de opinião, um dos princípios propostos por Koerner<sup>6</sup> para a análise historiográfica, que Swiggers publicou alguns de seus trabalhos, entre eles um que fundamenta teoricamente este capítulo: *A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos e Organização*<sup>7</sup>.

Nesse artigo, ele aborda a meta-historiografia, considerando-a um campo de reflexões sobre as práticas históricas e os produtos consequentes dessas práticas. Swiggers<sup>8</sup> destaca três atividades da meta-historiografia: a meta-historiografia construtiva, a meta-historiogra-

6. *Idem*.

7. Pierre Swiggers, “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 44-45, pp. 39- 59, 2013.

8. *Idem*, p. 40.

fia crítica e a meta-historiografia contemplativa. A meta-historiografia construtiva tem como objetivo a elaboração de um modelo que sirva como exemplo para as narrativas historiográficas, além da construção de um modelo de linguagem historiográfica, no intuito de que ela seja adequada. A meta-historiografia crítica consiste em uma avaliação dos produtos resultantes das práticas historiográficas e em uma proposta de análise e apreciação das abordagens metodológicas e epistemológicas utilizadas na análise dos textos. A meta-historiografia contemplativa aborda a reflexão sobre o objeto, o *status* da historiografia linguística, a justificativa de formas de apresentação e “sobre o que é um ‘fato’ linguístico para o historiador”. Assim, segundo Swiggers<sup>9</sup>, as reflexões por ele apresentadas se inscrevem no marco de uma meta-historiografia construtiva e teórica.

Neste trabalho, seguimos a meta-historiografia crítica, uma vez que estamos avaliando os produtos resultantes das práticas historiográficas de Koerner e Swiggers e analisando-as, seguindo as orientações metodológicas e epistemológicas desenvolvidas por esses dois pesquisadores. Assim, as propostas metodológicas e epistemológicas focalizadas em seus trabalhos serão abordadas nas seções 1 e 2 deste capítulo.

Nesta introdução, apresentamos também um breve histórico da Historiografia Linguística. Como já apontamos acima, foi na década de 1970, mais especificamente em janeiro de 1973<sup>10</sup> que a editora John

9. *Idem*, pp. 40-41.

10. Parece não haver consenso entre os estudiosos da Historiografia Linguística sobre o ano do lançamento dessa revista. Na biografia de Koerner, publicada em Ernest Frideryk Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, prefácio Carlos Assunção; seleção e edição Rolf Kemmler & Cristina Altmann, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b, consta a informação que a tese foi publicada em 1973. No capítulo “Histo-

Benjamins divulgou o primeiro número da revista *Historiographia Linguística*, na qual o editor fundador Konrad Koerner publicou um ensaio intitulado *Purpose and Scope of “Historiographia Linguística”*, que foi parcialmente republicado em 1978. No trabalho de 1973, ele focalizou a história dos séculos XIX e XX da historiografia linguística. Em outras palavras, ele abordou a escrita da História da Linguística, considerando a existência de três tipos predominantes de história: o tipo de síntese e autossatisfatório, o tipo *pro-domo* e o tipo cumulativo e panorâmico. Nesse trabalho, ele acrescenta essa quarta perspectiva, denominando-a *Historiografia* e ressalta que essa atividade seria cientificamente fundamentada, exigindo uma grande preocupação metodológica e epistemológica. Na versão de 1978, Koerner assim se refere:

O que é necessário antes de podermos falar legitimamente de uma historiografia do pensamento linguístico é a discussão e a explicação da epistemologia dessa altamente complexa disciplina a se constituir e a subsequente fundação de uma metodologia sólida de investigação e apresentação<sup>11</sup>.

Em artigo publicado em 2014, na revista *Confluência*<sup>12</sup>, Koerner explicita aspectos importantes da *Historiografia Linguística*, propostos por pesquisadores que seguiam a nova forma de escrever a história. Conside-

riografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas” em Ronaldo de Oliveira Batista, (org.), *Historiografia da Linguística*, São Paulo, Contexto, 2019, pp. 45- 80, Pierre Swiggers informa que “Em janeiro de 1974, a editora John Benjamins lançou o primeiro número do periódico *Historiographia Linguística ...*”. Neste trabalho, seguimos a data da biografia do historiógrafo.

11. Ernest Frideryk Koerner, *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, Amsterdam/Philadelphia, J.Benjamins, 1989, p. 60, *apud* Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, p. 46.

12. Ernest Frideryk Koerner, “História da Linguística” , *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 46, pp. 9-22, 2014a. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/4/6>. Acesso em: 06 ago. 2023.



ravam que essa nova disciplina não deveria submeter-se à história e que deveria ter um papel semelhante ao da História da Ciência em relação às Ciências Naturais. É importante lembrar que foi a diferenciação proposta por Benedetto Croce, filósofo e historiador italiano, e adotada pelos pesquisadores entre história e crônica que contribuiu para a consolidação desse novo fazer. Portanto, foi a profissionalização que possibilitou a consolidação da História da Linguística como área científica, por meio de eventos e de produções, ao longo das últimas cinco décadas.

No item 5<sup>13</sup>, intitulado “A Consolidação da Historiografia Linguística”, do capítulo “Historiografia Linguística”, publicado em 2014, na obra *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Koerner elenca uma série de eventos, ocorridos entre 1978 e 2002, que contribuíram para a consolidação da nova forma de se abordar a história da linguística.

Ao tratar dos desafios a serem superados, ele afirma que não só a busca de legitimação e de apoio institucional eram importantes, mas também aspectos que envolviam metodologia e epistemologia precisavam ser enfrentados. Fica, assim, evidente que as questões metodológicas estiveram presentes nas produções de Koerner, para garantir a cientificidade das investigações desenvolvidas na Historiografia Linguística. Para ele,

[...] o conceito atual de “historiografia linguística” distingue-se da compreensão tradicional do termo, que simplesmente fazia referência à narração de acontecimentos passados.

[...]

Atualmente, a “historiografia linguística” deve ser entendida como uma ati-

13. Ernest Frideryk Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, p. 21.

vidade consciente metodológica e epistemologicamente da escrita da história, como esperaríamos da historiografia de qualquer outra ciência. A historiografia da linguística amadureceu, tendo-se consolidado como uma disciplina *bona fide* de interesse acadêmico<sup>14</sup>.

Swiggers, por sua vez, também contribuiu e continua contribuindo para a consolidação dessa disciplina. No capítulo “Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas, Problemas”, publicado em 2019, no livro *Historiografia da Linguística*, organizado por Ronaldo de Oliveira Batista, ele retoma temas discutidos em obras anteriores.

Numa retrospectiva histórica, focaliza as fases iniciais da Historiografia Linguística, fundamentado em trabalhos de Koerner. Reconstrói esse percurso histórico, por meio de revistas, publicadas a partir de 1974, cujo tema é a história do pensamento linguístico, bem como de conferências internacionais sobre a história da linguística, tendo sido a primeira em 1978. Com base nesse contexto, ele conceitua historiografia da seguinte forma:

Historiografia Linguística ou Historiografia da Linguística pode ser definida como a atividade, *cientificamente fundamentada*, de *escrever a história do estudo sobre a linguagem*<sup>15</sup>.

Em seguida, ele passa a esclarecer dois termos que compõem essa definição: *cientificamente fundamentada* e *escrever*. O primeiro faz referência às pré-condições que o historiógrafo deve cumprir. Elas dizem respeito a competências, a saber: competências necessárias para lidar com os temas em estudo; competências relacionadas à acessibilidade

14. Ernest Frideryk Koerner, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 46, p. 18.

15. Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, p. 47 (grifo do autor).

de fontes primárias e secundárias e às inúmeras restrições inerentes à concepção do estudioso sobre a ciência moderna. Quanto ao *escrever*, ele faz referência à produção de um relato histórico, que pode ser escrito ou ser apresentado de outras formas. No que diz respeito à história, ele destaca “o eixo-temporal de ‘eventos’ ou ‘estados de coisas’ passados”<sup>16</sup>, que abrangem agentes, receptores e mediadores, produtos, circuitos, rotinas e contextos, caracterizados pela presença de conhecimentos linguísticos. Esse eixo, extensivo até o presente, pode ser estudado pelo historiógrafo de três formas diferentes: a) globalmente (ao longo do tempo e do espaço), ou parcial e pontualmente; b) retrospectivamente, buscando saber como surgiu uma configuração particular de conhecimento linguístico, ou prospectivamente, buscando saber o que ocorreu com um tipo particular de conhecimento linguístico, depois que ele foi moldado; e c) focalmente nos “eventos” ocorridos ou em fatores decisivos ou coexistentes.

Do ponto de vista metodológico, consideram-se as orientações de Swiggers<sup>17</sup> quanto às quatro fases do fazer historiográfico: a heurística, a análise argumentativa, a síntese histórico-comparativa e a hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento. No que tange à organização do trabalho, esse pesquisador em 2013, estabelece duas exigências. A primeira é a inclusão da tarefa historiográfica em um organograma historiográfico. A segunda focaliza a organização do próprio trabalho historiográfico. Afirma Swiggers que, por ser um trabalho sobre textos do passado (e do presente), que servem como base docu-

16. Idem, *ibidem*.

17. Pierre Swiggers, “Linguistic Historiography: Object, Methodology, Modelization”, *Todas as Letras*, v. 14, n.1, pp. 38-53, 2012, São Paulo.

mental, estão previstas três fases: a) uma fase heurística, que abrange as seguintes tarefas: informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; “catalogar” ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias e os termos; b) uma fase hermenêutica, que tem por objeto uma interpretação, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas; e c) uma fase executiva: que diz respeito à demonstração dos resultados da investigação. Nessa fase, intervêm, como parâmetros fundamentais, três dimensões: c1) a do formato de exposição; c2) a dimensão da intencionalidade do historiógrafo; e c3) a dimensão do programa cognitivo.

Apresentadas as considerações de contextualização deste capítulo, informamos que ele, além da Introdução e da Conclusão, está organizado da seguinte forma: Seção 1 – As Contribuições de Koerner para a Historiografia Linguística e Seção 2 – As Contribuições de Swiggers para a Historiografia Linguística. Apresentados esses esclarecimentos, a seguir, tratamos das contribuições koernianas.

## AS CONTRIBUIÇÕES DE KOERNER PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Esta seção tematiza as contribuições de Koerner para a Historiografia Linguística. Ela objetiva apresentar dados biográficos do filólogo e destacar aspectos propostos por ele para a constituição da Historiografia Linguística, como uma nova forma de tratar a História da Linguística, como um fazer científico, no que diz respeito a aspectos metodológicos e epistemológicos, numa perspectiva meta-histórica. Nesse sentido, ela está subdividida em duas subseções: Dados biográfi-

cos e Aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por Koerner para a constituição da Historiografia Linguística. É importante destacar que esses aspectos serão precedidos pelo clima de opinião da época em que foram constituídos.

## DADOS BIOGRÁFICOS

Ernest Frideryk Konrad Koerner nasceu em Hofleben, em um solar, na Prússia Ocidental, atual Torurí - Polônia, no dia 05 de fevereiro de 1939 e faleceu em 06 de janeiro de 2022, com oitenta e dois anos. Estudou nas universidades de Göttingen, Berlin e Edimburgo. Ele aceitou o cargo de professor de alemão e inglês no Collège Notre-Dame em Valenciennes, França, no ano letivo de 1965–1966. Voltou para a Alemanha Ocidental e passou os quatro semestres seguintes na Universidade de Gießen, completando os exames para o Diploma do Estado e o MA em abril e maio de 1968. Em 1967, ele mudou o foco de seus estudos para a análise da linguagem, escrevendo sua tese de mestrado sobre o desenvolvimento e o uso do subjuntivo em alemão.

Embora tenha feito uso de algumas noções saussurianas em sua tese de mestrado, foi somente na primavera de 1969, durante seu segundo semestre como aluno de pós-graduação em linguística geral na Simon Fraser University em Vancouver, B.C., Canadá, que ele começou a se familiarizar com o essencial do Cours de Linguistique Générale, de Ferdinand de Saussure, escrito postumamente por seus alunos. Elaborou sua tese sob a orientação de Geoffrey L. Bursil-Hall, defendida em 1971, tendo Dell Hymes como examinador externo. Essa tese foi publi-

cada em 1973 na Alemanha e causou forte impacto entre os estudiosos da história da linguística moderna.

Nos anos 1960, muitos estudiosos, notoriamente já consagrados, pleiteraram o reconhecimento como “precursores saussurianos”, como Durkheim e Gabelentz. Koerner defendeu uma posição contrária, considerando que havia fontes mais convincentes na corrente neogramática para assumir essa posição, como Hermann Paul, por sua obra *Prinzipien der Sprachgeschichte* (“Princípios de História da Língua”) e Whitney, linguísta americano, a quem os neogramáticos respeitavam e Saussure admirava.

A partir da defesa de seu doutorado, na década de 1970, cujo tema foi *Ferdinand de Saussure: Origem e Desenvolvimento de sua Teoria Linguística em Estudos Ocidentais de Linguagem*, em que realizou uma avaliação crítica dos princípios saussureanos e sua relevância para as teorias linguísticas contemporâneas que, posteriormente, foi traduzida para diferentes línguas, como o espanhol, japonês e húngaro, Koerner começa a construir uma sólida e consistente carreira acadêmica, no âmbito mundial. A partir daí, foram inúmeras contribuições que ganharam espaço em todo o meio acadêmico, com a publicação de obras, artigos, periódicos e outros gêneros. Após o doutoramento, ele exerceu cargos como pesquisador e professor em várias universidades, entre eles o de professor de Linguística Geral na Universidade de Ottawa desde 1976 até a sua aposentadoria em 2001. A parceria com o livreiro John L. Benjamins (Amsterdam), que lançou, em 1973, a revista *Historiographia Linguistica*, teve bons resultados, como a publicação de uma série de livros, relacionados à Revista, que deu origem a mais de quinhentas obras até 2014.

## Aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por Koerner para a constituição da Historiografia Linguística

O tema deste tópico do capítulo são as questões metodológicas e epistemológicas desenvolvidas por Koerner, com o propósito de construir o arcabouço teórico que garantiria a cientificidade da Historiografia Linguística. Para abordá-las, fazemos uma breve contextualização dos anos 1970, ou seja, apresentamos o espírito de época, seguindo os princípios de Koerner, para a análise historiográfica.

Em termos universais, a década de 1970 foi um período muito conturbado e muito tenso, com muitas guerras, como a Revolução dos Cravos (1974), em Portugal, a Revolução Iraniana (1979) e o final da Guerra do Vietnã (1975). Na economia, a crise do petróleo provocou a recessão em escala mundial. Na Inglaterra, a cultura *punk* ganhou força, mas problemas econômicos e sociais levaram a um movimento marcado por ideias de não conformidade, anti-autoritarismo, com a valorização da individualidade e com uma estética considerada agressiva. Nas artes, o disco teve seu destaque, o que pode ser comprovado pelo sucesso do Studio 54, em Nova Iorque e do filme *Os Embalos de Sábado à Noite*. Quanto aos estudos linguísticos, houve a continuidade das ideias estruturalistas, mas elas tiveram que dividir espaço com o gerativismo, introduzido por Chomsky que, desde 1950, vinha desenvolvendo sua teoria gerativo-transformacional.

A primeira questão epistemológica, a nosso ver, abordada por ele, foi o conceito de historiografia linguística. Esse enfoque pode ser constatado no capítulo “A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem”, escrito em 1974.

Para tratar desse tema, Koerner retoma os três tipos de estudos históricos, propostos por Nietzsche e, após descrevê-los, propõe um quarto tipo, que denomina Historiografia Linguística. Antes de introduzi-lo, ele faz a seguinte observação:

Não tenciono repetir aqui o que já referi sobre os pré-requisitos por parte do historiador das ideias linguísticas. Basta lembrar que deve estar familiarizado tanto com aquilo que Thomas Kuhn chamou de “ciência normal”, como com a atmosfera intelectual normal geral, os fatores extralinguísticos, a situação socioeconômica, etc., que, juntos, podem ter tido, de uma forma ou de outra, um impacto sobre as ideias acerca da linguagem e sobre teorias linguísticas e métodos de análise que são característicos de um determinado período no desenvolvimento da ciência linguística. A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum “clima de opinião” – se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística – parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar<sup>18</sup>.

Na publicação de 1974, Koerner chama a atenção para os estudos sobre a linguagem que datam de quase duzentos anos. Ele cita, por exemplo, a pesquisa de François Thurot, no prefácio do livro, de 1796, “Discours préliminaires”, intitulado *Pesquisa Filosófica Sobre Gramática Universal*. O historiógrafo focalizou a escrita histórica dos séculos XIX e XX e constatou a existência de três tipos de historiografia: o de síntese e autossatisfatório; o *pro-domo* e o cumulativo-panorâmico, tendo acrescentado um quarto tipo, que denominou de Historiografia. É nessa década, com o lançamento da Revista Historiografia Linguística, que entra em cena esse termo, com a publicação e divulgação de trabalhos escritos por

18. Ernest Frideryk Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*, Prefácio Carlos Assunção; seleção e edição Rolf Kemmler & Cristina Altmann, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b, p. 12.



pesquisadores, amadurecendo sua legitimidade como área de pesquisa.

Ele propõe uma missão importante para a historiografia linguística, dentro da disciplina como um todo. Como a história da linguística pode constituir-se “uma chave muito valiosa para uma melhor compreensão e apreciação da história das ideias linguísticas em geral só se pode reforçar o seu significado”<sup>19</sup>.

Ele apresenta quatro razões para esclarecer por que a história da linguística deve ocupar um lugar dentro da própria disciplina. São elas: a historiografia linguística, sendo orientada para a teoria, fornece ao cientista a perspectiva e o distanciamento que lhe possibilitarão distinguir ganhos significativos dentro da disciplina de ‘teorias’ imaturas e alegações infundadas; a historiografia linguística oferece ao linguista praticante material para a obtenção de conhecimento sobre o desenvolvimento do seu próprio campo; relacionada às duas razões já apresentadas, a historiografia linguística, como parte da formação geral de um linguista, ao permitir o desenvolvimento da própria disciplina, da qual fazem parte os linguistas, não só oportuniza a habilidade no julgamento de teorias novas ou opostas, como também os protege “contra a aceitação de forma acrítica de reivindicações excessivas a favor de uma determinada teoria linguística”<sup>20</sup>. Por fim, a historiografia linguística possibilita ao pesquisador participar em esforços científicos, que estão fora de sua vida, que possam aumentar a sua experiência pessoal. Portanto, para Koerner, essa historiografia linguística merece “um lugar seguro dentro da ciência da linguagem”.

Ele fundamenta seu ponto de vista da seguinte forma:

19. *Idem, ibidem.*

20. *Idem*, p. 13.

Acredito que um quarto tipo de história deveria ser estabelecido, a saber, a apresentação do nosso passado linguístico como parte da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos que podem rivalizar com os da “ciência normal” (Kuhn) em relação à solidez do método e ao da aplicação. Eu não defendo que a história da linguística deva se tornar apenas subserviente à disciplina, mas que ela deveria se estabelecer como desempenhando uma função comparável à da história da ciência para o cientista natural. Na linguística, uma disciplina intrinsecamente social pela natureza de seu objeto de investigação, esse objetivo pode muito mais ser considerado do que o que o historiador da ciência é obrigado a fazer<sup>21</sup>.

Vê-se que o autor, além de caracterizar a Historiografia, define, também, aspectos epistemológicos e metodológicos que devem ser respeitados pelo pesquisador. Portanto, podemos destacar que, na década de 1970, dois elementos fundamentais da Historiografia Linguística foram introduzidos: o conceito de Historiografia Linguística e o da necessidade de procedimentos metodológicos.

A década de 1980 foi um período que teve um significativo destaque na história do século xx, em razão dos acontecimentos políticos e sociais. Pode ser considerada como o fim da idade industrial e o início da idade da informação, sendo chamada por muitos como a década perdida para a América Latina, em razão da forte crise econômica que afetou a economia e a sociedade. Quando ao Brasil, o governo da época adotou medidas extremas que resultaram num forte encolhimento do PIB brasileiro.

21. E.F.Konrad Koerner, “The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science”, em E.F.Konrad Koerner, *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*, Amsterdam, John Benjamins, 1978a. p. 58-59 *apud* Pierre Swiggers, *Historiografia da Linguística*, pp. 45- 46.

Foi marcada por muitas guerras internacionais, por guerras civis e de guerrilha, por golpes de estado e por ameaças nucleares. Na área da tecnologia, vários recursos foram desenvolvidos como os CDs, os videocassetes e a introdução da *World Wide Web*. Na área da saúde, deu-se a descoberta da AIDS. Nas artes, destacou-se a música eletrônica e, nas Ciências da Linguagem, os estudos na Linguística do Discurso<sup>22</sup>, que vinham se desenvolvendo desde a década de 1960, originaram as correntes funcionalistas, como a de Martinet e a de Halliday, bem como a Pragmática, que se tornaram predominantes.

Na publicação de 1984, Koerner analisa e avalia uma série de modelos para a descrição do desenvolvimento de uma ciência: o primeiro, é de *progresso por acumulação*; o segundo, o de *corrente dominante vs. correntes marginais*; o terceiro, de *oscilação pendular*; o quarto, de *descontinuidade vs. continuidade*; o quinto modelo, de *progresso relativo*; o sexto, de *influência extralingüística*. Essa obra é bastante utilizada por renomados pesquisadores, que veem nela, o aparato teórico para suas pesquisas.

Em 1989, no livro *Practicing Linguistic Historiography – Select Essays*, ele publicou o texto “Models in Linguistic Historiography”, no qual aborda aspectos importantes para a formação dos pesquisadores e para a elaboração de uma metodologia para a *Historiografia Linguística*. Ele afirma que

[...] gostaria de explorar, no presente trabalho, a possibilidade de desenvolver modelos para o historiador de linguística que podem ajudá-lo a esclarecer os pontos aos quais significativas mudanças no desenvolvimento da ciência de linguagem tive-

22. Anna Christina Bentes, “Lingüística Textual”, em *Introdução à Linguística – Domínios e Fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001, p. 226.

ram lugar e, acima de tudo, identificar os vários aspectos a que ele deve estar atento e tentar levar em conta em suas análises<sup>23</sup>.

Vê-se, assim, que, nessa década, sua preocupação com o fazer historiográfico criteriosamente elaborado foi uma presença constante no percurso da construção da Historiografia da Linguística, no que diz respeito às questões metodológicas. A seguir abordamos a década de 1990. Nesse período ocorreram muitos acontecimentos importantes. Os anos 1990 iniciaram com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, que foram seguidos pela consolidação da democracia, a globalização e o capitalismo global. Fatos marcantes para a década foram a Guerra do Golfo, as guerras dos Balcãs, o genocídio de Ruanda, a Batalha de Mogadíscio e o crescimento do terrorismo. Deu-se, também a reunificação da Alemanha, com a queda do Muro de Berlin. Em 11 de fevereiro de 1990, Mandela obteve sua liberdade, iniciando-se também, nessa data, o fim do apartheid na África do Sul. Muitos países declaram a sua independência, como a República da Moldávia, a Armênia, o Cazaquistão, entre outros. Os Estados do Benelux, a França e a Alemanha assinaram o Acordo de Schengen, abrindo as suas fronteiras e abolindo os seus controles a partir de 1995. Essas mudanças decorreram em parte como resultado do fim da Guerra Fria, possibilitando a expansão da democracia e a abolição dos regimes totalitários.

Ocorreu também a popularização do computador pessoal e da In-

23. Ernest Frideryk Koerner, *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, Amsterdam/Philadelphia, J.Benjamins, 1989, p. 51 (tradução nossa).

“I would like to explore in the presente paper the possibility of developing models for the historian of linguistics which may help him clarify the points at which significant changes in the development of the Science of language took place, and above all, identify the various aspects that he should be aware of and to account for his analysis” (*Idem, ibidem*).

ternet, relacionados com desenvolvimento tecnológico, tornando populares e aperfeiçoando tecnologias inventadas na década de 1980, que levaram à popularização do Microsoft Windows, especialmente após o lançamento do Windows 95, o surgimento dos primeiros navegadores, tais como o Internet Explorer e Opera, a programação Java da Sun Microsystems e o comércio eletrônico. Cresceram companhias como Amazon.com, eBay, AOL, Mercado Livre (empresa) e Yahoo! e o telefone celular tornou-se popular e diminuiu de tamanho, converteu-se em uma necessidade moderna. Pagers e PDAs passaram a ser populares para a comunicação.

No campo das ciências, houve muitos progressos, como a exploração do tempo e do espaço com a teoria das cordas, a detecção dos primeiros planetas extra-solares, a clonagem da ovelha Dolly, o começo do Projeto Genoma Humano, a identificação de DNA e seu uso em investigações criminais, a revolução na astronomia com o lançamento do Telescópio espacial Hubble, em 1990 e a diminuição da mortalidade causada pela AIDS com inibidores de protease, entre muitos outros avanços que poderiam ser citados.

Quanto às Ciências da Linguagem, Paveau e Sarfati<sup>24</sup> apontam os avanços das linguísticas discursivas. No que diz respeito à Linguística Textual, destacam a colaboração de Adam para a sua evolução, “no que tange à sua articulação com o domínio da análise do discurso”<sup>25</sup>. Fazem também referência à Pragmática Textual, destacando os estu-

24. Marie-Anne Paveau, Georges-Élia Sarfati, *As Grandes Teorias da Linguística – da Gramática Comparada à Pragmática*, São Carlos, Claraluz, 2006.

25. *Idem*, p. 199.

dos de Beaugrande e Dressler<sup>26</sup>, fundamentados “sobre uma hipótese interessante sob esse ponto de vista: eles apresentam a textualização como um procedimento de resolução de problemas, acentuando o funcionamento cognitivo da produção de texto”<sup>27</sup>. Consideram, ainda que a Análise do Discurso também avançou em seus estudos, em razão das mudanças dos *corpora* ou de sua construção, além “da relação que a sociedade mantém com suas produções discursivas”<sup>28</sup>, surgem, assim, novas orientações para essa área. Assim, segundo os autores, “Diferentemente da escola francesa dos anos 1960 e 1970, a análise do discurso atual é um domínio bem constituído”<sup>29</sup>. François Rastier, em 1989, propõe a reconstituição das ciências da linguagem, tendo como base o texto, em proximidade com a antropologia cultural. Sobre o sentido, ele introduz uma concepção histórico-crítica do objeto linguístico e apresenta uma nova definição para o texto: “Um texto é uma série linguística empírica atestada, produto de uma prática social determinada, e fixada sobre um suporte qualquer”<sup>30</sup>. Ele elabora uma teoria dos componentes semânticos e apresenta também uma semântica unificada.

Segundo Koerner<sup>31</sup> é na década de 1980 que se iniciaram os debates sobre questões metodológicas no fazer historiográfico. Ele destaca

26. Robert-Alain de Beaugrande & Wolfgang Ulrich Dressler, *Einführung in die Textlinguistik*, Tübingen, Niemeyer, 1981.

27. *Idem*, p. 201.

28. Dominique Maingueneau, “Les Analyses du Discours en France”, *Langages*, n. 117, , p. 11, Paris, Larousse, 1995.

29. Marie-Anne Paveau, Georges-Élia Sarfati, *As Grandes Teorias da Linguística – da Gramática Comparada à Pragmática*, São Carlos, Claraluz, 2006, p. 64.

30. François Rastier, *Sémantique et Recherches Cognitives*, Paris, PUF, 2001, p. 21.

31. Ernest Frideryk Koerner, *Revista ANPOLL*, n. 2, 1996.

alguns aspectos relevantes para a Historiografia Linguística, a saber:

- A Historiografia Linguística ganha maturidade pelo “número de pesquisadores que começaram a se interessar seriamente pelas questões de método e de epistemologia da Historiografia Linguística”<sup>32</sup>.
- A necessidade de continuidade do debate pelo fato de não haver maneira única de proceder em linguística, ou cânones estabelecidos que sejam amplamente aceitos pela comunidade acadêmica<sup>33</sup>. Enquanto essa ação não ocorrer, “é legítimo que o historiógrafo procure diretrizes e modelos a imitar para além de seu próprio campo. É importante compreender, entretanto, que devido à natureza particular do assunto sob investigação, sobretudo teorias da linguagem e (teorias linguísticas), sua aplicação e sua evolução através do tempo, os historiadores da linguística devem insistir em buscar seu próprio quadro de trabalho, sua própria metodologia e epistemologia, e não esperar que métodos e *insights* de outros campos sejam diretamente aplicados ao seu objeto de investigação”<sup>34</sup>.

Nessa obra, ele diferencia um cientista ou intelectual de um técnico: este aplica métodos a partir dos conhecimentos; aquele conhece os fundamentos desse método e os percursos que lhe permitiram sua constituição ao longo do desenvolvimento histórico. Define como “questão da metalinguagem” a linguagem “empregada para descrever ideias do

32. *Idem*, p. 46.

33. *Idem*, *ibidem*.

34. *Idem*, *ibidem*.

passado sobre linguagem e linguística”<sup>35</sup>.

Ainda nessa página é que Koerner propõe os três princípios metodológicos que devem orientar uma pesquisa historiográfica: o princípio da Contextualização; o princípio da Imanência e o princípio de Adequação. Ele assim os caracteriza<sup>36</sup>:

- O Princípio da Contextualização diz respeito à caracterização do clima de opinião do momento em que o material sob análise foi produzido. Ele expressa o “espírito de época”, ou seja, o conjunto de ideias políticas, econômicas, científicas, artísticas e educacionais, que circularam no momento em que o texto sob investigação foi produzido.
- O Princípio da Imanência trata do esforço do historiógrafo em entender o texto linguístico produzido em outras épocas, do ponto de vista histórico e crítico e, se possível, filológico, respeitando as teorias e a terminologia da época em estudo.
- O Princípio da Adequação: depois da aplicação dos princípios anteriores, o historiógrafo pode aplicar este terceiro princípio, podendo fazer “aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita a apreciação de um determinado conceito ou teoria”.

Passamos, agora, a focalizar as obras produzidas no século XXI. Como já fizemos a contextualização desse período na Introdução, não vamos repeti-la neste ponto. Na publicação de 2004, Koerner diferencia um cientista ou intelectual de um técnico: este aplica métodos a partir dos conhecimentos; aquele conhece os fundamentos desse método e os

35. *Idem*, p. 59.

36. Ver *idem*, p. 60.



percursos que lhe permitiram sua constituição ao longo do desenvolvimento histórico. A consciência do passado e o conhecimento adequado dos complexos processos que possibilitam a produção, circulação e recepção de ideias linguísticas pode contribuir para a formação dos linguistas. Nessa obra, o autor traz várias questões sobre a meta-historiografia.

No texto “História da Linguística”, publicado na revista *Confluência*<sup>37</sup>, o autor afirma que a Historiografia da Linguística não deveria ser subserviente à disciplina da História e sim ter um papel semelhante ao que a História da Ciência representa para o cientista das Ciências Naturais. Nesse texto, ele discute, também, o princípio da Imanência<sup>38</sup>.

Na obra *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados* de Koerner<sup>39</sup>, Koerner resgata a ideia de 2004 e diferencia um cientista ou intelectual de um técnico: este aplica métodos a partir dos conhecimentos; aquele conhece os fundamentos desse método e os percursos que lhe permitiram sua constituição ao longo do desenvolvimento histórico. Ele elenca uma série de eventos ocorridos entre 1978 e 2002 que dá sustentação para ser criada uma disciplina de Historiografia diferente da de História da Linguística<sup>40</sup>. Ressalta, nessa obra, a importância de se buscar um consenso para a metodologia. Ainda nessa publicação<sup>41</sup>, ele aponta a diferença entre o conceito atual de historiografia linguística da compreensão tradicional do termo, que simples-

37. Ver Ernest Frideryk Koerner, “História da Linguística”, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 46, pp. 9-22, 2014a. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/4/6>. Acesso em: 06 ago. 2023.

38. *Idem*, pp. 58-59.

39. Ernest Frideryk Koerner, *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*.

40. *Idem*, p. 25.

41. *Idem*, p. 17.

mente fazia referência à narração de acontecimentos passados.

Koerner ressalta que, assim como a HL, outras três disciplinas têm como característica básica a reconstrução da História da Linguística. São elas: *história da compilação* que, para o autor<sup>42</sup>, “são histórias que consideram a evolução da linguística como tendo decorrido de uma forma essencialmente unilateral, como forma de copilar os resultados de estudos linguísticos do passado”; *história da linguística comemorativa*, “consiste em uma atividade de escrita da história, caracterizada pela intenção, por parte do indivíduo ou por um grupo, em lançar uma campanha para se opor a visões anteriormente apreciadas e a doutrinas ainda em vigor<sup>43</sup>. Uma terceira abordagem do fazer história da linguística são *as histórias isoladas da linguística*, considerada menos partidária do que os outros exemplos. Koerner<sup>44</sup> apresenta uma quarta abordagem e diz que “a apresentação do nosso passado linguístico, como parte integrante da própria disciplina é, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos [...]”. Este quarto tipo, normalmente designado de historiografia linguística, não deveria ser meramente subserviente à disciplina, mas, sim, assumir uma função comparável à da história da ciência para o cientista das ciências naturais<sup>45</sup>.

Publicado pela Editora FTD Educação, em 2020, como parte do *Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)*, a obra *História Concisa das Ciências da Linguagem: dos Sumérios aos Cognitivistas* é uma tradução do original em inglês, do livro de 1995, dividi-

42. *Idem*, p. 18.

43. *Idem, ibidem*.

44. *Idem*, p. 22.

45. *Idem, ibidem*.

do em quatro partes: 1<sup>a</sup>) *origens da linguística como ciência*, desde os sumérios até o século XVIII, abordando as contribuições de diferentes culturas e tradições para o estudo da linguagem; 2<sup>a</sup>) *desenvolvimento da linguística moderna*, desde o século XIX até o final do século XX, destacando os principais movimentos e escolas que marcaram a história da disciplina, como o estruturalismo, a gramática gerativa e a linguística cognitiva; 3<sup>a</sup>) *questões metodológicas e historiográficas*, que envolvem a pesquisa sobre a história da linguística, como os critérios de seleção, interpretação e avaliação das fontes primárias e secundárias, bem como os fatores externos que influenciaram ou podem ter causado algum impacto no pensamento linguístico; 4<sup>a</sup>) Apresenta alguns *estudos de caso* sobre linguistas importantes para a história da linguística, como Saussure, Chomsky e Sapir, analisando suas obras, contextos e legados. Cada parte é composta por vários capítulos escritos por Koerner, ao longo de sua carreira acadêmica. O livro também conta com uma introdução geral do autor e um índice remissivo. É nessa publicação de 1995 que Koerner deixa claro que não há distinção de uma série de trabalhos acadêmicos na forma de livro sobre a história do pensamento linguístico. Embora sua ênfase esteja na tradição ocidental, desde a antiguidade até os dias modernos, também inclui e acolhe estudos dedicados a tradições não-ocidentais. Compreende Monografias, “Seleções”, volumes tematicamente unificados e bibliografias de pesquisa.

A PARTE 1, POSIÇÕES E PROBLEMAS NA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA, é composta por quatro capítulos: 1) A historiografia linguística: passado, presente, futuro; 2) Por uma historiografia comprometida ou onde os historiadores da linguística ainda poderiam fazer melhor; 3) O lugar do boletim da sociedade linguística de Paris entre as principais revistas lin-

guísticas de seu tempo; 4) Sobre o desaparecimento de August Scheleicher nos escritos dos neogramáticos. O caso do conceito de analogia na linguística histórica. Por sua vez, a PARTE 2: ESTUDOS QUE ABRANGEM O TRABALHO DE PESQUISADORES INDIVIDUAIS, também é composta por quatro capítulos: 5) A relação de Baudouin com Scheleicher; 6) Hermann Paul, Saussure e a teoria de linguística geral; 7) Edward Sapir: Avaliações de sua vida e obra e, por último, o 8º capítulo: O mito de Baxtin e sua historiografia.

Essa obra de 2020 dá-nos a extensão mensural da importância de Koerner para todo aquele pesquisador que se debruça sobre a Historiografia Linguística, disciplina que explica como o conhecimento linguístico é adquirido em determinado contexto social, apresentando as maneiras de interpretar as fontes históricas e os modos como a história é escrita. Portanto, o livro engloba as várias contribuições de Koerner para o desenvolvimento da Historiografia Linguística, como um fazer científico.

## AS CONTRIBUIÇÕES DE SWIGGERS PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Esta seção tematiza as contribuições do linguista belga para a Historiografia Linguística. Ela objetiva apresentar dados biográficos do pesquisador e destacar aspectos propostos por ele no que diz respeito à Historiografia Linguística, a aspectos metodológicos e epistemológicos, numa perspectiva meta-histórica. Nesse sentido, a Seção 2 está subdividida, também, em duas subseções: Dados biográficos e aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por Swiggers para a Historiografia Linguística. É importante destacar que esses aspectos serão precedidos

pelo clima de opinião da época em que foram constituídos, a exemplo da Seção 1, em que discorreremos sobre as contribuições de Koerner.

## DADOS BIOGRÁFICOS

Pierre Swiggers nasceu em 1955, na Bélgica. Recebeu sua educação (Filologia Românica; Estudos Orientais; Filosofia; Estudos Medievais; Linguística Geral) na KU Leuven, UC Louvain-la-Neuve, Indiana University (Bloomington) e École Pratique des Hautes Études (Paris). Publicou em diversas áreas: linguística descritiva (línguas românicas, germânicas, semíticas), linguística teórica, linguística histórico-comparada (línguas indo-europeias, semíticas), dialetologia, onomástica, historiografia dos estudos gramaticais e da linguística (moderna), metodologia e epistemologia da linguística, semiótica, filosofia (lógica e filosofia da linguagem), história da escrita. É diretor do Center for the Historiography of Linguistics, sediado na Universidade Católica de Leuven (Bélgica), atuando como professor do Departamento de Linguística Comparativa, Histórica e Aplicada. É autor de trabalhos fundamentais em Historiografia da Linguística.

### **Aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por Swiggers para a Historiografia Linguística**

Iniciamos esta subseção, contextualizando o período contemporâneo de Pierre Swiggers. Na segunda metade do século XX, mudanças, trazidas pela revolução científico-tecnológica, culminam com uma virada para o século XXI, cujo cenário é uma revolução microeletrônica, a

qual faz com que o novo milênio se inicie envolto num clima futurístico, em que a máquina parece prevalecer sobre o homem e o pensamento humanista é substituído por um tecnicismo exacerbado. Nas palavras de Sevcenko<sup>46</sup>,

[...] o que distinguiu particularmente o século xx, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida no planeta<sup>47</sup>.

A segunda metade do século xx é considerada um período marcante, do ponto de vista dos acontecimentos políticos e sociais, no mundo de uma maneira geral, com o fim da idade industrial e o início da idade da informação. Alguns fatos marcantes merecem registro: início da fabricação dos PC's, início do *software* livre, descoberta da AIDS, no ano de 1989, o cientista da computação britânico Tim Berners-Lee propôs, pela primeira vez, a *Word Wide Web* (www), desenvolvido nos anos seguintes.

As contribuições trazidas por Swiggers, na década de 1980 a 1990, foram as seguintes: no artigo “The history writing of linguistics: a methodological note”<sup>48</sup>, defende a aplicação de um conjunto descritivo de quatro programas de investigação, objetivando à compreensão da história da linguística. Esses Programas fazem menção a tradições e paradigmas de pesquisa que se definem pela visão de língua e por con-

46. Nicolau Sevcenko, *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.23.

47. *Idem, ibidem*.

48. Pierre Swiggers, “The History Writing of Linguistics: a Methodological Note”, *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16, 1981.

juntos de procedimentos metodológicos específicos. Na obra de 1984, Swiggers discute problemas básicos como: definição, periodização, declarações descritivas. O componente da HL é o metodológico, objeto de discussões e debates, pois um campo de estudos relativamente novo encontra no seu caminho diferentes propostas metodológicas para suas práticas. Swiggers cita que um historiador do ensino de línguas, seja materna, seja estrangeira, é um “observador de práticas” e apresenta três modelos da história do ensino de língua, na publicação de 1990: o primeiro, progressivo e cumulativo - refere-se a todo o período de aprendizado, visando à evolução do estudante; o segundo, estrutural-formal - refere-se à estrutura de tipos linguísticos e o terceiro modelo, sociológico - considera o contexto social do ensino. Nessa obra, são definidos procedimentos metodológicos, como: análise filosófico-cultural, análise do conteúdo descritivo, análise dos grupos sociais que atuam, de diferentes maneiras, nas práticas pedagógicas. Swiggers traz importantes reflexões sobre modelos em historiografia linguística.

A última década do século passado foi marcada pelo colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, dando espaço para a consolidação da democracia, da globalização e do capitalismo global. Politicamente, os anos noventa foram de democracia expansiva. Popularizaram-se o computador pessoal e a internet.

Na década seguinte (1991 a 2000), Swiggers discute sobre a natureza e a evolução do conhecimento linguístico/gramatical e apresenta um quadro de trabalho para o estudo da conceitualização linguística subjacente à formulação do conhecimento, relacionado à linguagem. Na obra de 1998, o pesquisador baseia-se na ideia de que a formação de novos conceitos envolve basicamente a transferência ou o desloca-

mento de ideias, recuperando a metáfora utilizada por Foucault, na obra *A Arqueologia do Saber*, tratado metodológico e historiográfico, de 1969, “o historiador/historiógrafo é uma figura intelectual que compartilha algo do arqueólogo no exercício de sua função. É aquele que descreve e interpreta a história”.

As duas primeiras décadas deste século foram marcadas pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Outro acontecimento relevante foi a adoção da moeda única, momento em que os doze países da União Europeia, que adotaram essa prática monetária única, deixaram para trás as moedas nacionais. No que diz respeito à tecnologia, nasce o Facebook, plataforma criada por estudantes da Universidade de Harvard, que permitia que o grupo estivesse em permanente contato. Essa plataforma foi crescendo e, em pouco tempo, tornou-se a plataforma mais utilizada no mundo. Atualmente, ela está sendo substituída por novas ferramentas, como o Twitter, o Instagram e, mais recentemente, o Tik Tok.

Neste século XXI – de 2001 a 2010, Swiggers lança o artigo “Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística”, no qual afirma que

[...] a historiografía lingüística pode ser definida como o estudo (crítico e sistemático) da produção e evolução do conhecimento das ideias lingüísticas, propostas por “atores” que estão em interação entre si e com o contexto sociocultural e político em relação com o passado científico e cultural<sup>49</sup>.

49. Pierre Swiggers, “Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística”, em Cristóbal Zumbado *et.al.* (org.), *Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, La Laguna (Tenerife), 22 de octubre de 2005, vol. I, Madrid, Arco Libros, 2004, p. 115.



Para esse linguista, a Historiografia Linguística caracteriza-se por ser um “estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico, englobando a descrição e a explicação, em termos de fatores interdisciplinares e extra disciplinares”. Portanto, Swiggers define a Historiografia Linguística como uma área que rastreia, de maneira reflexiva, o desenrolar do saber linguístico. Sua publicação de 2006, intitulada “Another Brick on the Wall”<sup>50</sup>, define a historiografia linguística “como um empreendimento interdisciplinar, com sua organização interna, e com os padrões metodológicos e epistemológicos a serem atingidos no trabalho historiográfico”.

Na edição de 2009, o artigo “La Historiografía de la Linguística: Apuntes y Reflexiones”, publicado pela *Revista Argentina de Historiografía Linguística*, Swiggers reafirma a equivalência dos termos, em consonância com o que propõe Koerner: os dois termos Historiografia Linguística e Historiografia da Linguística se equiparam. Ressalta a importância da institucionalização do campo de conhecimento. O artigo apresenta, ainda, a definição e a organização do campo da historiografia da linguística. A complexidade do campo, segundo Swiggers, reside na sua interdisciplinaridade ao longo da sua história, bem como na variedade de tradições, abordagens, “produtos linguísticos”, contextos sociais e culturais que constituem o curso evolutivo da linguística. O texto de Swiggers engloba uma fase de documentação, outra de análise e uma de “exposição” dos resultados. Os parâmetros e problemas envolvidos em cada fase são discutidos nessa obra de 2006, no que diz respeito aos (sub)campos da meta-historiografia e da epi-historiografia

50. Pierre Swiggers, “Another Brick on the Wall: The Dynamics of the History of Linguistics”, em Jan Noordegraaf, Frank Vonk, Marijke Van der Wall (orgs.), *Amicitia in Academia*, 2006, pp. 21-28.

em que, também, ele define as suas tarefas essenciais. Na conclusão, ele enfatiza a utilidade e a importância do ensino da história/historiografia da linguística, nas escolas.

Swiggers<sup>51</sup> aponta três fases para o trabalho historiográfico: a fase de documentação, a fase de análise e interpretação e a fase da exposição dos resultados. Além disso, esse autor apresenta uma série de parâmetros que afetam o trabalho do historiógrafo, expostos a seguir: a) *Cobertura*: diz respeito a qual período, a qual campo geográfico e a qual temática constitui o objeto de tratamento historiográfico; b) *Perspectiva*: Interna, quando se analisam ideias e práticas linguísticas por si mesmas e Externa, quando se focaliza o contexto; c) *Profundidade da análise*: focaliza o parâmetro que se determina não só pela intenção ou vocação do pesquisador, mas, sobretudo, pelo objeto de estudo e pela documentação disponível, podendo a análise ser mais uma apresentação de dados, de textos ou uma análise desses dados ou, ainda, uma tentativa de explicar os grandes processos de evolução na história da linguística.

Na publicação de 2010, “History and Historiography of Linguistics: Status, Standards and Standing”, Swiggers define a historiografia linguística como um empreendimento interdisciplinar, com sua organização interna, e com os padrões metodológicos e epistemológicos a serem atingidos no trabalho historiográfico. Nesse artigo, ele apresenta um organograma que visualiza a organização do campo, em termos de entrada e saída, que são definidos sucintamente da seguinte maneira:

51. Pierre Swiggers, “La Historiografía de la Lingüística: Apuntes y Reflexiones”, *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, vol. 1, n. 1, p. 70, 2009. Disponível em: [www.rahl.com.ar](http://www.rahl.com.ar). Acesso em: 06 ago. 2023.

*Estruturas linguísticas/fatos*: são os fatos selecionados ou conjuntos de fatos relacionados às estruturas linguísticas e às situações linguísticas que, no passado, foram objeto de reflexão linguística ou de descrição; *Reflexão e descrição linguística*: este nível inclui todos os tipos de práticas e de conceitualizações que tratam de análise, regulação, comparação (histórica/geográfica/tipológica), classificação, avaliação (estética) de línguas; *Historiografia linguística*: a narrativa descritivo-explicativa da reflexão e descrição linguística no passado (passado que se estende até o presente do historiógrafo); *Epi-historiografia*: este ramo “lateral” de historiografia concerne à história dos “agentes” (pesquisadores individuais ou grupos de pesquisadores de uma língua) e “materiais produzidos” (papiros, manuscritos, livros, artigos, textos eletrônicos etc.), esses últimos consistem no depósito do conhecimento linguístico. Em acréscimo, o componente epi- historiográfico, também, integra o material documental produzido por historiógrafos, como meio de apoio e reforço à pesquisa meta-historiográfica; *Meta-historiografia*: o campo das atividades reflexivas que tomam por objeto as práticas e os produtos historiográficos.

De acordo com Swiggers, é possível distinguir três tarefas básicas (e, conseqüentemente, componentes) da meta-historiografia: a) *constitutiva* - almeja o desenvolvimento de modelos para a narrativa da história da reflexão e descrição linguísticas, e a articulação de uma metalinguagem coerente, abrangente e precisa; b) *crítica*; c) *contemplativa* - consiste em avaliar, no nível da documentação empírica e no nível dos princípios metodológicos e epistemológicos, os produtos resultantes da prática historiográfica. Esta última diz respeito à contemplação do objeto e do *status* da historiografia linguística, aos fundamentos e à

justificativa de formatos e perfis historiográficos, e a problemas “transcendentes”, tais como o conceito de “fato histórico”, ou a noção de “verdade” na história linguística.

Nas décadas 2011 a 2020, Swiggers discute problemas, métodos e modelos na historiografia linguística. Apresenta um organograma da Historiografia Linguística, um panorama de suas três dimensões constituintes e as três fases para uma pesquisa sobre textos do passado (e do presente): a heurística; a hermenêutica e a executiva. Na edição de 2017<sup>52</sup>, Swiggers aponta três níveis que são envolvidos na meta-historiografia: o construtivo, o crítico e o especulativo. No artigo de 2019, intitulado “Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas”, publicado no livro organizado pelo professor Ronaldo Batista, Swiggers discute problemas, métodos e modelos na historiografia linguística e de questões meta-historiográficas. “Como uma disciplina cientificamente ‘fundamentada’ (...) a Historiografia da Linguística tem de cumprir princípios, regras e condições de pesquisa científica, assegurando (a) controle dos procedimentos de investigação; (b) transparência na comunicação dos resultados de pesquisa e (c) verificabilidade dos resultados formulados”<sup>53</sup>. Swiggers apresenta, também, o conceito e os tipos de camada pertinentes para uma análise em HL: a camada documental, a camada teórica e a camada técnica. Nessa obra, Swiggers também propõe três procedimentos: a fase heurística, a fase hermenêutica e a fase expositiva.

O texto de 2020, “A dinâmica na (da) historiografia da Linguísti-

52. Pierre Swiggers, “Linguistic Historiography: A Metatheoretical Synopsis”, *Todas as Letras*, vol. 2, n. 19, 2017.

53. *Idem*, p. 22.

ca”, logo na primeira página, afirma que alguns estudiosos da historiografia da linguística consideram supérfluo fazer a distinção entre historiografia e meta-historiografia, mas ele considera essa distinção útil<sup>54</sup>. A meta-historiografia focaliza como a historiografia tem sido praticada, pode ser feita e deve ser praticada (envolve componentes avaliativos, construtivos e normativos), e ela, também, deve nos fazer refletir sobre: 1) a delimitação da “linguística” de um ponto de vista historiográfico; 2) a relevância da historiografia linguística para a linguística (geral); 3) a integração da historiografia linguística no currículo educacional dos futuros linguistas. Swiggers afirma, ainda, que estudiosos, como Dutz<sup>55</sup> e Peter<sup>56</sup>, abriram caminho para o devido reconhecimento da meta-historiografia.

Ao apresentarmos cronologicamente alguns estudos de Swiggers, foi possível traçar a trajetória percorrida por ele nas contribuições que trouxe para a consolidação da Historiografia Linguística, como um campo de conhecimento que não só reflete sobre o saber linguístico desenvolvido por especialistas, ou seja, um conhecimento historiográfico, mas também possibilita a estudiosos desenvolverem trabalhos meta-historiográficos, aqueles que se dedicam aos estudos historiográficos.

54. Ver Pierre Swiggers, Piet Desmet, Lieve Jooken, “Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography”, em Peter Schmitter e Marijke Van der Wal (orgs.), *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, Münster, Nodus, 1998, pp. 29-59.

55. Klaus D. Dutz, “Methodologische Probleme in der Rekonstruktion sprachwissenschaftlichen Wissens: Geschichte und Geschichten”, em *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*, Werner Hüllen (ed.), Münster, Nodus Publikationen, 1990, pp. 49-60 *apud* Pierre Swiggers, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 44-45, pp. 39-59.

56. Peter Schmitter, *Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik: Struktur – Methodik – theoretische Fundierung*, Tübingen, Narr, 1982 *apud* Pierre Swiggers, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 44-45, pp. 39-59.

Uma vez que já percorremos os principais recortes a respeito de Koerner e Swiggers, passemos, então, à apresentação da conclusão deste capítulo.

## CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho, retomamos a questão que o orientou: “Quais foram as contribuições de Koerner e Swiggers para a Historiografia Linguística?”. Resgatamos, também, o objetivo que foi o de descrever e analisar aspectos metodológicos e epistemológicos propostos por esses estudiosos. Entendemos que a pergunta foi respondida na medida que ficaram evidentes as contribuições dos dois pesquisadores para esse vasto campo de conhecimento, a partir da publicação da *Revista Historiografia Linguística*, na segunda metade do século xx, cujo objetivo era o de sistematizar a pesquisa historiográfica. Quanto ao objetivo, ele também foi atingido, já que foram retomados vários estudos, que reanalisados comprovaram as contribuições metodológicas e epistemológicas dos dois pesquisadores.

Sem sombra de dúvida, o fazer historiográfico, a partir das publicações de Koerner e Swiggers, consolida a Historiografia Linguística como área científica de conhecimento e toma um rumo diferente, uma vez que seus conteúdos priorizam a maneira como o conhecimento linguístico foi adquirido ao longo do tempo.

Certamente, cada obra desses autores deve ser esmiuçada e investigada com profundidade, em razão da riqueza das contribuições que esses dois estudiosos europeus deixam para os interessados nessa área de conhecimento, sem contar o interesse contínuo, por parte de alunos

e pesquisadores, nos dias de hoje, em desenvolver trabalhos historiográficos.

Por fim, destacamos que a linguística moderna tem nos mostrado que há uma imbricada relação entre sociedade, língua e cultura. E a língua, em constante mutação, apropria-se de um conhecimento meta-lingüístico, sendo sempre uma forma positiva de perceber a riqueza e a complexidade da linguagem humana.

## REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, Robert-Alain de.; DRESSLER. *Wolfgang Ulrich. Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen, Niemeyer, 1981.
- BENTES, Anna Christina. “Linguística Textual”. In: *Introdução à Linguística – Domínios e Fronteiras*. São Paulo, Cortez, 2001, pp. 245-285.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. Nilo Odália. 7. reimp. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FUETER, Eduard. *Historia de la Historiografía Moderna*. Trad. Ana Maria Ripullone. Buenos Aires, Editorial Nova, 1953.
- KOERNER, Ernest Frideryk. “Purpose and Scope of Historiographia Linguistica: Editorial”. *Historiographia Linguistica* 1, 1974, pp. 1-10.
- \_\_\_\_\_. “História e Historiografia da Linguística”. Resenha a SEBEOK (ed.). *Semiótica*, vol. 31, issue 1-2, pp. 107-137, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Estudos em História das Ciências da Língua”. *Rumo a uma Historiografia da Linguística: Ensaios selecionados* (Coleção). Prefácio de R[obert] H[enry] Robins. Amsterdam, John Benjamins, 1978a.
- \_\_\_\_\_. “The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science”. In: \_\_\_\_\_. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Amsterdam, John Benjamins, 1978a.
- \_\_\_\_\_. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*. Amsterdam/Philadelphia, J.Benjamins, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Reescrevendo a História da Linguística”. In: BAHNER, W. et. al (orgs.). *Anais do 14º Congresso Internacional de Linguistas* (Berlim 1987). Akademie-Verlag., vol. 3, 2649-56, 1990, Berlim.
- \_\_\_\_\_. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Filadelphia, John Benjamins, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *História Concisa das Ciências da Linguagem: dos Sumérios aos Cognitivistas*. Asher (ed.) Universidade de Edimburgh, 1995b, pp. 7-16.
- \_\_\_\_\_. “Questões que Persistem em Historiografia Linguística”. *Revista ANPOLL*, n. 2, pp. 45-70, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio na História da Linguística*. Amsterdam/Filadélfia, John Benjamins, 2004.



- (Estudos em História das Ciências da Língua, 104)
- \_\_\_\_\_. “História da Linguística”. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 46, pp. 9-22, 2014a. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/4/6>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. *Quatro Décadas de Historiografia Linguística: Estudos Seleccionados*. Prefácio Carlos Assunção; Seleção e Edição Rolf Kemmler & Cristina Altmann. Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. “Les Analyses du Discours en France”. *Langages*, n. 117. Paris, Larousse, 1995.
- ODÁLIA, Nilo. “Apresentação”. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. 2. ed. São Paulo, Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. 2. ed. São Paulo, Unesp, 1997.
- PAVEAU, Marie-Anne, SARFATI, Georges-Élia. *As Grandes Teorias da Linguística – da Gramática Comparada à Pragmática*. São Carlos, Claraluz, 2006.
- RASTIER, François. *Sémantique et Recherches Cognitives*. Paris, PUF, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- SWIGGERS, Pierre. “The History Writing of Linguistics: a Methodological Note”. *General Linguistics*, vol. 1, n. 21, pp. 11-16, 1981.
- \_\_\_\_\_. Daniel Coste (org.). “História e Historiografia de Ensino do Francês: Modelos, Objetos e Análises”. *Estudos de Linguística Aplicada*, n. 78.998939, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Reflections on (Models for) Linguistic Historiography”. In: HÜLLEN, Werner. (org.) *Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects*. Münster, Nodus, 1990, pp. 21-34.
- SWIGGERS, Pierre; DESMET, Piet; JOOKEN, Lieve. “Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography”. In: SCHMITTER, Peter; VAN DER WAL, Marijke (org.), *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*. Münster, Nodus, 1998, pp. 29-59.
- SWIGGERS, Pierre. “Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística”. In: ZUMBADO, Cristóbal et.al. (org.). *Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, La Laguna (Tenerife), 22 de octubre de 2005, vol. 1. Madrid, Arco Libros, 2004, pp. 113-146.
- \_\_\_\_\_. “Another Brick on the Wall: The Dynamics of the History of Linguistics”. In: NORDEGRAAF, Jean; VONK, Frank; VAN DER WALL, Marijke (orgs.). *Amicitia in Academia*, 2006, pp. 21-28.
- \_\_\_\_\_. “La Historiografía de la Lingüística: Apuntes y Reflexiones”. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, vol. 1, n. 1, pp. 67-76, 2009. Disponível em: [www.rahl.com.ar](http://www.rahl.com.ar). Acesso em: 06 ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. “A Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações”. *Eutomia. Revista Online de Literatura e Linguística*, ano III, vol. 2, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Linguistic Historiography: Object, Methodology, Modelization”. *Todas as Letras*, v. 14, n.1, pp. 38-53, 2012, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. “A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização”. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 44-45, pp. 39-59, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Directions for Linguistic Historiography”. *Cadernos de Historiografia Linguística*



- do *CEDOCH*, vol. 1, pp. 8-17, 2015.
- \_\_\_\_\_. “Linguistic Historiography: A Metatheoretical Synopsis”. *Todas as Letras*, vol. 2, n. 19, pp. 73-96, 2017.
- \_\_\_\_\_. “Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas, Problemas”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.) *Historiografia da Linguística*. São Paulo, Contexto, 2019, pp. 45- 80.
- \_\_\_\_\_. “Ideologia Linguística: Dimensiones Metodológicas e Históricas”. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 56, pp. 9-40, 2019b.
- \_\_\_\_\_. “A Dinâmica na (da) História da Linguística”. *Todas as Letras*, vol. 22, n. 1, pp. 1-9, 2020.



## Sobre os Autores

ALESSANDRO BECCARI – É Professor da Graduação em Licenciatura em Letras da UNESP, FCL/Assis. Atua no Programa de Mestrado Profissional em Letras, Proletras (FCL/Assis), e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF. Possui doutorado em Letras pela UFPR e, em 2023, concluiu um estágio pós-doutoral junto ao CEDOCH-DL-USP.

E-mail: a.beccari@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1539082306197947>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6230-741X>

CÍNTIA CARDOSO DE SIQUEIRA – É doutoranda em Ciências da Linguagem, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e em Letras, pela Universidade de São Paulo, em convênio de dupla-titulação. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT – Portugal).

E-mail: cinthia.siqueira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3588648596092753>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2242-1725>

DIELI VESARO PALMA – É doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC/SP, com estágio pós-doutoral na Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Desenvolve pesquisas e publicações em Historiografia Linguística e em

Educação Linguística com foco na formação de professores, no ensino de língua e de gramática.

E-mail: dieli@uol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1645611025003910>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6699-0789>

JOSÉ BORGES NETO – É mestre e doutor em Linguística (UNICAMP, 1979 e 1991, respectivamente). Professor Titular da UFPR desde janeiro de 1999, aposentou-se em 2010. Trabalhou como pesquisador visitante junto ao Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), em Lisboa, no ano letivo de 1998-1999, e realizou pequenos estágios pós-doutorais junto à Escola Normal Superior de Pisa (2006) e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD (2017).

E-mail: borgesnetojose@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077649476520256>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3958-6243>

LEONARDO FERREIRA KALTNER – É Professor Associado de Língua e Literatura Latinas da Universidade Federal Fluminense (UFF), em que atua como docente permanente no PPG em Estudos da Linguagem, na área de Historiografia da Linguística.

E-mail: leonardokaltner@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1629212111945095>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

LORENZO VITRAL – É Professor Titular de Linguística da Faculdade de Letras da UFMG. Doutorado em Linguística pela Université Paris-VIII. Pós-doutor pela Unicamp e pela Université Paris Diderot. Autor de, dentre outros, Gramática Inteligente do Português do Brasil (Editora Contexto, 2017) e Gramaticalização e Gramática Gerativa: fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade (Editora da ABRALIN, 2021).

E-mail: lorenzovitral@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5118935461413737>

MARCELO ALESSANDRO LIMEIRA DOS ANJOS – É Professor Associado (nível III), na Universidade Federal do Piauí. Atua na graduação e na pós-graduação e orienta pesquisas no escopo da Historiografia Linguística.

E-mail: [marcelodosanjos@ufpi.edu.br](mailto:marcelodosanjos@ufpi.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3112646246855483>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9151-2658>

MARIA MERCEDES SARAIVA-HACKEROTT – É doutora em Linguística pela USP e mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela PUC-SP. Tem experiência docente nas áreas de Linguística, Literatura e Língua Portuguesa. Desenvolve pesquisas em Historiografia Linguística no GT de Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL e no GT de Historiografia Linguística do IP-PUC/SP.

E-mail: [ceda.hackerott@uol.com.br](mailto:ceda.hackerott@uol.com.br)

LATTES: <https://orcid.org/0000-0003-0923-3890>

MARILENA ZANON – É doutora e mestre em Língua Portuguesa, pela PUC-SP. Autora de diversos artigos da Coleção História Entrelaçada, organizada pelo Instituto de Pesquisas Linguísticas Sedes Sapientiae para Estudos do Português, da PUC-SP.

E-mail: [marilenazanon@uol.com.br](mailto:marilenazanon@uol.com.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3096814078739681>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7343-4553>

MARLI QUADROS LEITE – É Professora Titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Pesquisadora da Biblioteca Guita e José Mindlin (BBM | USP) e pesquisadora associada do Laboratoire d'Histoire Théories des Linguistiques (HTL), Paris. É autora de livros, capítulos e artigos que versam sobre temas científicos e didáticos. Atualmente é Pró-Reitora de Cultura e e Extensão Universitária da USP (gestão 2022-2025).

E-mail: [mqlite@usp.br](mailto:mqlite@usp.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7194095531587318>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8417-0140>

MELYSSA CARDOZO SILVA DOS SANTOS – É doutoranda em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense e bolsista CAPES PROEX. Indicada para bolsa sanduíche na Universidade Rennes 2 na França (PDSE-CAPES).

E-mail: [cardozomelyssa@id.uff.br](mailto:cardozomelyssa@id.uff.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9673692911928004>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

NANCY CASAGRANDE – É doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e pós-doc pela Universidade do Porto (Portugal). Professora nos cursos de graduação em Direito (PUC-SP) e Letras (UPM) e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM. Pesquisadora nas áreas de Historiografia Linguística e Análise do Discurso, é líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso, História e Ensino, certificado pelo CNPq em 2023. Membro da Rede Ibero-Americana de Formação de Professores. Possui livros, capítulos de livros publicados e artigos em periódicos.

E-mail: [nancy.casagrande@gmail.com](mailto:nancy.casagrande@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0283876748874002>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1501-5216>

NEUSA BARBOSA BASTOS – É Professora Titular do CCL da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da PUC-SP. Pesquisadora Colaboradora do CEL-UTAD/Pt e do CLUP-UP/Pt e pesquisadora Ciência ID FCT. Membro da Rede Ibero-Americana de Formação de Professores e do Conselho Diretivo do Museu Virtual da Lusofonia. Possui livros, capítulos de livros publicados e artigos em periódicos.

E-mail: [nmbastos@terra.com.br](mailto:nmbastos@terra.com.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6767627111553241>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5529-4606>

OLGA COELHO – É Professora do Departamento de Linguística da USP, onde coordena o Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH).

E-mail: [olgafc@usp.br](mailto:olgafc@usp.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3059941226773194>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3688-5627>

RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA – É doutoranda em Linguística pelo PPGEL/UFPI (2021-2025). Participa dos grupos de pesquisa “As normas linguísticas no/do Brasil: história, pesquisa e ensino” e “Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas”, coordenados pelo Prof. Dr. Marcelo dos Anjos. Professora da Educação Básica, desde 2017.

E-mail: [raimunda.silva@ufpi.br](mailto:raimunda.silva@ufpi.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6061792425613707>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3089-7942>

RONALDO BATISTA – É doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutor pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica) e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Pesquisador Bolsista Produtividade do CNPq, é também pesquisador colaborador do CLUP-UP (Portugal), do CEL-UTAD (Portugal) e do Laboratório de Historiografia da Linguística da UFRJ. Atua como docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Mackenzie.

E-mail: [ronaldo.obatista@gmail.com](mailto:ronaldo.obatista@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4540894174449403>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7216-9142>

